

**Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Doutorado Interinstitucional UFRR/UnB/FLACSO**

TESE DE DOUTORADO

ANDARILHOS

A DIMENSÃO HUMANA NAS RELAÇÕES FRANCO-BRASILEIRAS

LINOBERG BARBOSA DE ALMEIDA

BRASÍLIA/2012

**Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Doutorado Interinstitucional UFRR/UnB/FLACSO**

TESE DE DOUTORADO

ANDARILHOS

A DIMENSÃO HUMANA NAS RELAÇÕES FRANCO-BRASILEIRAS

LINOBERG BARBOSA DE ALMEIDA

BRASÍLIA/2012

**Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Doutorado Interinstitucional UFRR/UnB/FLACSO**

ANDARILHOS

A DIMENSÃO HUMANA NAS RELAÇÕES FRANCO-BRASILEIRAS

LINOBERG BARBOSA DE ALMEIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Como requisito para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento, na área de Concentração em Políticas Regionais na Amazônia.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ANA FLÁVIA GRANJA E BARROS

BRASILIA/2012

LINOBERG BARBOSA DE ALMEIDA

ANDARILHOS

A DIMENSÃO HUMANA NAS RELAÇÕES FRANCO-BRASILEIRAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Como requisito para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento, na área de Concentração em Políticas Regionais na Amazônia.

Tese de doutorado defendida e aprovada em 04 de maio de 2012, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dra. Ana Flávia Granja e Barros - IREL/UnB (Presidente)

Prof. Dr. José Carlos Brandi Aleixo – CCB

Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino - UFRR

Prof^a. Dra. Madalena Vange Medeiros do Carmo Borges - UFRR

Prof. Dr. Hamilton Gondim Silva - UERR

Prof. Dr. Eiiti Sato - UnB (suplente)

**À minha mãe Ione,
por me dar a liberdade de ser o que quiser
lá, ali, acolá e aqui, dentro de mim.**

AGRADECIMENTOS

Obrigado a todas e todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho chegasse à forma atual. Em especial, agradeço sinceramente:

À Universidade Federal de Roraima, meu local de trabalho, e a seus dedicados servidores, em particular, aos meus colegas do Centro de Ciências Humanas, onde pelos corredores fui incentivado a terminar entre um café e outro;

À Universidade de Brasília, por ter me recebido como aluno pela segunda vez; aos servidores do Instituto de Relações Internacionais, seus professores em especial Argemiro Procópio por me guiar nos primeiros passos dessa jornada, e à Ana Flávia Granja e Barros, minha orientadora que habilmente conseguiu organizar tempos, distâncias, discursos e me estimular a chegar aqui.

Aos meus colegas Ana Lúcia, Alexandro Namem, Carlos Alberto, France Rodrigues, Joani Lyra, Marco Lucas, Rodrigo Chagas, Madalena Vange, Luziene Parnaíba, Sylvio Ramires, Roberto Ramos e Geyza Pimentel do Departamento de Ciências Sociais, que seguraram a barra enquanto me ausentei e seguiram formando outros cientistas sociais;

Ao Cleber Franklin, amigo e parceiro na caminhada e dono da “casa de verão”. Numa parceria estratégica, conseguimos atingir o objetivo;

A todos meus amigos, em especial Belmar, Arrais, Neto, Marcelo, Edinei, Herberto, Olane, Júnior, Flávio, Cleo, Ivânio, David, Marcola, Elton, Denisson, Francisco, Doralice, Fernanda, Luciana, Donesca, Adriana, Edna Leal e família, ... Sem vocês tudo seria menos. E sempre queremos mais;

À Manoela Mitsue que além de *superfriend*, é a minha ligação com um Lino que nunca pode morrer;

À Anelina, Alissiane, Adayanne, Luciano Jr, João Murilo, Vó Maria e todos os outros membros, em especial à Arlison Tobias, que amo sem razão de amar, sem um porquê, um amor que só família tem e dá.

Ao Leonardo Evedove, que chegou de mansinho e como ancinho fez aragem, semeou e, do furtivo encontro, brotam papos, sonhos, passos num casamento sem ser; é amizade *per se*.

Aos meus queridos alunos, todos sem exceção, que me ensinam enquanto aprendem, que são pacientes e compreensivos de um processo de trocas eternas. Amo vocês, pois me dão lugar no mundo. Preenchemos vazios. Obrigado Vanderlisa Bezerra pelas palavras escritas.

A todos do NECAR, em especial aos colegas de doutorado, que persistiram e hoje colhem o resultado do esforço. Obrigado Giane Porto pelas voltas e reviravoltas em Brasília;

A todos os andarilhos, que nominal ou anonimamente, toparam o desafio de falar sobre suas vidas e suas escolhas, caminhos e descaminhos. Vencer a invisibilidade, a clandestinidade, os riscos da liberdade é desafio nosso;

A todos aqueles que me deram norte e abrigo: Sérgio Avilar em Macapá, Colette Damas em Cayenne, Jean-Pierre e Patrice em Paris... Todos colaboraram, a seu modo - um jantar, cama quente, chá – para que este trabalho fosse concluído;

Ao Príncipe Paulo Eduardo e Princesa Rafaella Pietra por me fazerem perceber que a vida não tem fim no Maravilhoso Mundo do Lino. Cheiro doce, um aprender sem fim, um beijo ao chegar da escola, a bicicleta e o patins, rodar na cadeira do tio... me ajudaram a escrever com mais vontade ainda;

À Loise Milene, minha irmã, que mais que ninguém conhece o sabor doce de acertar e o amargo de errar. Aprender com o gosto da vida é superar desafios. Bailarina, remadora, enfermeira... O que mais importa é ter rumo, mesmo que pra todos o rumo torto seja errado, você é flor do cerrado;

À minha mãe, Ione Almeida, pelo apoio incondicional aos meus devaneios, delírios, passeios, estudos, tombos, desejos. Sem você, eu realmente nunca seria doutor.

“Eu não posso, evidentemente, saber se tudo isso é suficiente para inverter a situação. O certo é que aqueles que têm consciência da gravidade dessas questões devem fazer o que estiver ao seu alcance – seja por meio de palavras e textos, seja, simplesmente, por atitudes nos lugares que ocupam – para que as pessoas acordem da letargia contemporânea e comecem a agir no sentido da liberdade”.

Cornelius Castoriadis

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é a análise da presença, limites e desafios da dimensão humana nas relações entre Brasil e França no período de 2003 a 2010, compreendendo os governos de Luis Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy. O mercado de trabalho, o cultural, o financeiro, as redes sociais geram tendências migratórias internacionais e motivações para migrar. Através de uma reflexão sobre como as migrações internacionais e as políticas e discursos governamentais, em tempos de globalização, colaboram para deslocar, excluir e incluir indivíduos aqui tratados como sujeitos, surge os andarilhos, conceito que amplia a definição de migrante ao agregar identidade, mobilidade e invisibilidade na pós-modernidade. Para isso, percorremos os caminhos e histórias de vida daqueles atores relevantes no sistema internacional que trocam o Brasil pela França, ou a França pelo Brasil e as consequências do imaginário, das práticas e discursos dos que migram e dos que governam esses dois países. Para isso, as relações internacionais, a sociologia e a antropologia, numa perspectiva transdisciplinar, fornecem ferramentas metodológicas para observar e analisar as contradições que fazem da insignificância condição adquirida por pessoas figurantes na política internacional. A pesquisa revelou que nem França e nem Brasil estão atentos ao descompasso existente entre política interna e externa, apesar da parceria estratégica na pós-modernidade.

Palavras-chave: Andarilho, Migração Internacional, Brasil, França.

ABSTRACT

The main object of this research is the analysis of presence, limits and challenges of the human dimension in the relations between Brazil and France in the period between 2003 and 2010, having in mind the governments of Luis Inácio Lula da Silva and Nicolas Sarkozy. The work market, cultural issues, finances, social networks bring up new international migratory trends and motivations. Through a reflection based on how the international migrations and governmental politics and speeches, in the globalization era, collaborate to dislocate, exclude and include individuals here treated as citizens without citizenship. We come up with the Wanderer, a concept that defines the migrant as an actor connected to identity, mobility and invisibility on a post-modern approach. For this, we go through the paths and stories of life of those who move from Brazil to France, or from France to Brazil and the consequences of the movement sewed with imaginary, praxis and speeches of those that wander and the chiefs of State of these two countries. Thus, International Relations, Sociology and Anthropology, in a transdisciplinary perspective, supply with methodological tools the observation and analysis of the contradictions that make insignificance a condition acquired by people in international politics. The research reaches its aim stating that neither France nor Brazil are aware to the gap between domestic and foreign politics, despite the strategic partnership built by both countries.

Key-words: Wanderer, International Migration, Brazil, France

RESUMÉ

Le sujet de recherche est analyser la présence, les limites et les défis de la dimension humaine dans les relations entre le Brésil et la France dans la période entre 2003 et 2010, les gouvernements de Luis Inácio Lula da Silva et Nicolas Sarkozy. Le marché de travail, issues culturelles, finances, les réseaux sociaux évoquent de nouvelles tendances et motivations migratrices internationales. Dans une réflexion basée sur la façon dont les migrations internationales et la politique et les discours gouvernementaux se déroulent, en temps de globalisation, nous voulons savoir comme ce scénario collabore pour disloquer, exclure et inclure les individus ici traités comme citoyens sans citoyenneté: les flâneurs, un concept qui défine le migrant comme un acteur relié à l'identité, à la mobilité et à l'invisibilité dans une approche post-moderne. Pour ceci, nous passons par les chemins et les histoires de la vie de ceux qui se déplacent du Brésil vers la France, ou de la France au Brésil et les conséquences du mouvement cousu avec imaginaire, le praxis et les discours de ceux qui errent et les présidents de ces deux pays. Alors, les relations internationales, la sociologie et l'anthropologie, dans une perspective transdisciplinaire, donnent les outils méthodologiques pour l'observation et l'analyse des contradictions qui font de l'insignifiance une condition acquise par personnes qui interprètent des personnages coadjuvants dans la politique internationale. La recherche arrive à la conclusion que ni la France ni le Brésil font attention au décalage entre la politique interne et externe, malgré le partenariat *stratégique* établi entre les deux pays.

Mots-clés: Flâneurs; Migrations internationales; Brésil; France

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AP	Amapá
APIO	Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque
ASPA	Cúpula América do Sul- Países Árabes
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BMF	<i>Bolsa de Mercadorias e Futuros</i>
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BR- 156	Rodovia Federal Brasileira - 156
BRICS	Agrupamento Brasil- Rússia- Índia- China- África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CCFB	<i>Chambre de Commerce du Brésil en France</i>
CDES	<i>Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social</i>
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COP 15	Conferências de Partes
DC	Distrito de Columbia
DCNS	Diretrizes Curriculares Nacionais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DINTER	Programas de Doutorado Interinstitucional
EADS	Companhia Europeia de Defesa e Espaço Aeronáutico
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FARC	Forças Revolucionárias da Colômbia
FLACSO	Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GDF	Governo do Distrito Federal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSEE	Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos

IPEA	<i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i>
IS	Investimento e Indústria
IUSSP	União Internacional para o Estudo Científico da População
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	<i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACS	Pacto Civil de Solidariedade
PAF	Polícia Aduaneira Francesa
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SESA	Secretaria de Saúde
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
UBIFRANCE	Agência Francesa para o Desenvolvimento Internacional das Empresas
UE	União Europeia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UnB	Universidade de Brasília
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VLTs	Veículos leves sobre trilhos

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1	
ARCABOUÇO TEÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS.	27
1.1 - O desafio da Integração.....	35
1.2- Globalização: Perspectivas teóricas.....	41
1.3- Migrações internacionais e demandas sociais.....	60
1.4- O estrangeiro inimigo e o andarilho.....	68
1.5- A segurança humana.....	78
CAPÍTULO 2	
ANDARILHOS.....	89
2.1 - O andarilho e a conformação identitária.....	97
2.2 - Cidadania, Mundo pós-moderno e o andarilho.....	101
CAPÍTULO 3	
FRANÇA: FRONTEIRA BRASIL E ALGUNS ANDARILHOS.....	113
3.1 - O caminho do Amapá.....	120
3.2 – Brasileiros dali.....	136
CAPÍTULO 4	
FRANCESES DAQUI, BRASILEIROS DE LÁ.....	144
CAPÍTULO 5	
LULA, SARKOZY: A PARCERIA ESTRATÉGICA E O DISCURSO FALACIOSO.....	165
5.1- Cooperação militar.....	176
5.2- A governança Mundial e a cadeira da ONU.....	182
5.3- A parceria visível.....	184
5.4- A questão do Irã.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
ANEXOS.....	218
Anexo I.....	218
Anexo II.....	221
Anexo III.....	223

PRÓLOGO

Sou fruto do imaginário. Ao abrir uma caixa de fotos antigas em casa de minha mãe, encontrei uma foto minha aos quatro anos de idade com uma camiseta com várias bandeiras do mundo. Aos sete minhas primeiras aulas de inglês; aos onze fui estudar no Colégio Dom Bosco e aos doze percorria a pé e sozinho três quilômetros entre a escola e a Aliança Francesa. Salas com nome de cidades, painéis, músicas, cheiros e sabores, sem contar com uma tia que sabia rezar Ave Maria em francês, culpa dos tempos de *Sacre Coeur*.

Os anos passaram e depois que me mudei para Roraima, onde realizei o sonho de ser mochileiro. Viajar pela Europa, sem destino certo, com dinheiro contado e fazendo paragens na casa de desconhecidos. Na primeira ida, conheci Jean Pierre e Patrice, um casal de amigos, que residem na periferia de Paris que me mostraram uma outra França, sem o acordeom, sem Piaf, sem Aznavour. Região de imigrantes, cheia de brasileiros que de cabeça baixa fazem a vida. E ainda conheci vários africanos, turcos, magrebinos, Jacques, Herbert, Albert, Gerard..., pobreza, mendicância, coisas que na minha aliança com a França não tinham lugar. E eu gosto da foto do real, bem mais que da minha França imaginária.

Essa tese começa num reencontro comigo mesmo. Sou um clichê ambulante. Dou Havaianas e cachaça de presente, me amarro em futebol, gosto de café, sol, praia e carnaval. E os franceses gostam disso tudo também. No entanto, sabem das tristezas: favelas, meninos de rua, prostituição. Muitos contavam histórias fantásticas ou abomináveis sobre o Brasil, que ouviram de outros franceses, que assistiram na televisão. Ou, então, falavam do desejo, dos planos, do medo de conhecer o lugar. Alguns acreditavam estar diante do brasileiro que povoa o imaginário, fegoso, sem pudores e bom de bola. Nem futebol jogo! Intriga-me o imaginário que envolve o Brasil, com o qual me deparava cotidianamente na França. E vice-versa. Sem esquecer das pessoas de cabeça baixa que tem experiências de França diferentes das minhas: os e as que vi trabalhando nas baladas na região do Bois de Boulogne, onde Raí brilhou no Estádio dos Príncipes de dia e de noite era *point* de prostitutas brasileiras. Muitos reclamam da falta de oportunidade no Brasil, outros da perseguição que sofrem. Usam a França de passagem na sua corrida contra o vazio.

O cientista de hoje é resultado da mãe que sonhava em criar um cidadão do mundo e para o mundo. Neto de uma avó que me entregou ao sol para ser guiado pelo Rei Sol quente e nunca ser desamparado. Respirei poesia, música, livros, jornais em Brasília, Floripa,

Califórnia, Paris, Boa Vista... Dos meus andarilhos carrego a vontade de andar, só que minha busca tem nome: simplicidade. Ao meu vazio, entrego a completude de existir.

Nasce assim a tese graças a eles, elas, a Ana Flavia Barros, minha orientadora, a Universidade Federal de Roraima, a Universidade de Brasília, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, a SUFRAMA, e a todos e todas que fazem abrigo no meu imaginário, criativo e divertido.

Esse trabalho é resultado de trinta e cinco anos de vida e quatro anos e meio de pesquisa. Que venham outros.

INTRODUÇÃO

A tese “Andarilhos: a dimensão humana nas relações franco-brasileiras” é parte essencial do processo de doutoramento na Área de Concentração em Política Internacional e Comparada, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, na modalidade de DINTER, parceria entre Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Se nos distanciarmos por alguns minutos do mundo real, num instante de análise, veremos que além ter a sensação de que podemos estar em qualquer lugar do planeta em um piscar de olhos, constataremos que o avião, o celular, o hipertexto, a informação, o efêmero, a rapidez ditam o cotidiano. O mundo está acelerado e novos modelos de sociedade, interação social, produção e mercado têm impactado as relações humanas, e assim outras formas institucionais são geradas. Ao mesmo tempo, formas de se posicionar diante da vida nascem. Não se está totalmente ligado ao local quando somos incitados a práticas globais. Migrar é inerente à vida humana. Mas, as migrações, de modo revisitado, estão aumentando significativamente neste início do século XXI.¹ Em certos casos, assumem formas de vencer o desemprego, sobretudo em países em desenvolvimento ou ex- colônias. Neste contexto, o desejo, mesmo que de modo clandestino de conseguir trabalho e viabilizar melhores condições de vida é o mesmo, seja para brasileiros, africanos, asiáticos, sonhadores, andarilhos.

Além das migrações por trabalho, temos ainda um outro quadro referente às mobilidades humanas contemporâneas. Atualmente, cerca de 50 milhões de pessoas são qualificadas pelas Nações Unidas como “vítimas de deslocamentos forçados”. Entre estas, de 13 a 18 milhões são refugiados, ou seja, que vivem fora de seu país, estando mais de 6 milhões maciçamente concentrados na Ásia e na África (7 a 8 milhões). Esses refugiados somam-se aos 3 milhões de palestinos refugiados em vários países do Oriente Próximo (Líbano, Jordânia, Palestina, Síria). Por outro lado, um pouco mais de 3 milhões de pessoas

¹ *O World Economic and Social Survey (ONU, 2011) estima que 200 milhões de pessoas vivem fora do país em que nasceram. Isso significa que uma em cada 35 pessoas é migrante, o que corresponde a 3,1% da população mundial. A intensidade do fenômeno pode ser elucidada levando em conta que, em 1910, o número de emigrantes era de 33 milhões, ou seja, 2,1% da população planetária.*

são consideradas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) como *returnees*, ou em “via de repatriamento”. Enfim, de 25 a 30 milhões, segundo estimativas da Organização Internacional para a Migração, são *internally displaced persons*, isto é, categoria de possuidores de direito que designa pessoas que deixaram sua região de origem por causa de violências ou de guerras internas, mas permaneceram no interior das fronteiras de seu país. Todos esses números são previsões, meros números que não dão conta da vastidão de pessoas clandestinas espalhados pelo mundo todo (AGIER, 2006).

Enquanto muitos migrantes continuam a seguir os padrões tradicionais de fixação permanente ou de mobilidade para trabalho sazonal, um número crescente tem vindo a adotar atitude e consciência transnacionais. Estes denomino andarilhos, pessoas que se deslocam de forma circular e repetida entre o seu país de origem e um país de acolhimento. Podem migrar de um país de acolhimento para outro, frequentemente no interior de redes econômicas de sociedades multinacionais ou de redes socioculturais de diásporas ou de comunidades transnacionais, ou até mesmo pela facilidade geográfica da frágil fronteira e dificuldade socioeconômica de inserção social onde quer que esteja. O andarilho pode trabalhar num país, viver num outro e ser cidadão de um terceiro; pode mandar remessas de dinheiro para atender a questões familiares e comunitárias, conservando laços culturais e sociais intensos com as comunidades de origem.

E, na minha condição de migrante brasileiro favorecido pelo Estado, através de concurso público para professor da Universidade Federal de Roraima, tenho a mente pululante com diversas questões: Quantos são e onde estão os que caminham rumo a e na Amazônia? Para quem vive na região norte é muito comum conhecer estórias e histórias de quem se aventurou rumo à Guiana Francesa, na busca por ouro e pedras nas matas tropicais, e euros em Caiena. Com que tipo de ajuda eles podem contar ou são invisíveis para o governo francês? No outro lado da fronteira, quais as políticas brasileiras relativas àqueles que escolhem aqui sua casa? Como Estado e sociedade avaliam experiências migratórias tão diversas? Serão essas andanças diretamente associadas às transformações no mundo do trabalho e ao processo de globalização? Será este um caso isolado de migração internacional com características específicas e regionalizadas que faz do estrangeiro um indivíduo em risco, que não consegue ser cidadão? ²

² Ignacy Sachs retrata a categoria pré-cidadania como aquela condição do que se encontra em periferias e sem acesso a serviços públicos. Este não teve como estar vinculado a experiências que o mesmo considera de sucesso como agricultura familiar ou demais experiências que dão protagonismo aos mais fracos, sem poder, voz e dignidade (2006).

O objeto de estudo da presente pesquisa não são os que migram como executivos, estudantes de pós-graduação, técnicos e profissionais qualificados que embarcam para o exterior para ocupar postos de trabalho em empresas estrangeiras ou brasileiras e às vezes cargos diplomáticos do governo brasileiro, e têm como principal meta a busca de qualificação e formação profissional, ou mesmo realizar estágios em empresas estrangeiras. Existem pessoas que migram para fugir do seu destino, e buscar desesperadamente melhores condições básicas de vida e ter acesso a serviços públicos como educação e saúde. É importante lembrar que a pesquisa não trata de forma aprofundada aqueles que retornam a seu país, como os 175 mil brasileiros recenseados pelo IBGE 2012.

Mas, também existem aqueles que internalizam o novo momento em que o mercado de trabalho, o cultural, o financeiro, as redes sociais geram novas tendências migratórias internacionais e novas motivações para migrar dando complexidade ao que outrora poderia ser analisado como um movimento menos complexo de imigração, emigração e trânsito. Ambos se caracterizam como andarilhos.

Assim, o que nos interessa é: até que ponto o Brasil de Lula e a França de Sarkozy têm respostas, combinadas ou unilaterais, para a manutenção da segurança humana, prevenindo os riscos à vida daqueles que migram independente do território, como no trânsito frequente de brasileiros para Guiana Francesa e França e de franceses para o Brasil? Onde fica a dimensão humana do mundo da política externa entre Brasil e França?

É importante marcar que quando se fala nisso subentende-se segurança humana, pois temos que ter uma dimensão geral que envolve esta temática; ela abraça aspectos migratórios, sociais, identitários, psicológicos, políticos e econômicos que visam garantir a existência humana garantindo liberdades vitais; protegendo as pessoas expostas a ameaças ou situações críticas, criando sistemas que proporcionem às pessoas os elementos básicos de sobrevivência, dignidade e meios de subsistência. A segurança humana une diversos tipos de liberdades: a liberdade de viver sem necessidades nem medo e a liberdade de agir em prol de vontades particulares.³ Como conceito, a segurança humana faz a ponte entre o indivíduo e quadros institucionais ampliando horizontes pela preservação das pessoas em sua plenitude.

Assim, segurança humana, num sentido ampliado, envolve mais que a ausência de

³ De acordo com Kofi Annan (2000), “Human security, in its broadest sense, embraces far more than the absence of violent conflict. It encompasses human rights, good governance, access to education and health care and ensuring that each individual has opportunities and choices to fulfill his or her potential. Every step in this direction is also a step towards reducing poverty, achieving economic growth and preventing conflict. Freedom from want, freedom from fear, and the freedom of future generations to inherit a healthy natural environment -- these are the interrelated building blocks of human – and therefore national – security”.

conflito violento. Aborda direitos humanos, boa governança, acesso a educação e assistência médica, assegurando que cada indivíduo tenha oportunidades e escolhas que preencham suas respectivas potencialidades. Cada passo nessa direção é também um passo rumo à redução da pobreza, atingindo crescimento econômico e prevenindo conflitos. Liberdade para desejar sem medo e liberdade para que as futuras gerações herdem um ambiente natural saudável – que são edificantes tanto para a segurança humana quanto nacional.

O trabalho que aqui nasce tem um quê de etnografia, e o é. É relações internacionais revisitada, vista de modo interdisciplinar e, ou melhor transdisciplinar, associando perspectivas sociológicas, antropológicas e históricas como ferramenta capaz de verificar até que ponto a tríade (política externa brasileira; política externa francesa e a condição sócio-histórica dos migrantes) é afetada pela falta de integração nas agendas governamentais e das vontades da sociedade civil. Fato esse dificultado pelos anseios econômicos e comerciais internacionais que se chocam com as realidades regionais e vivências locais, e da insignificância, como categoria de análise, no jogo político entre atores novos e velhos da cena internacional. Reforçamos que insignificância é condição adquirida pelos atores quando são vistos (ou não), posicionando-se como protagonistas, coadjuvantes ou figurantes na política internacional.

Para atingir o objetivo da pesquisa, teremos sempre como pano de fundo as considerações de Bertrand Badie (2009) que expõe as mazelas da globalização como inerentes às falidas formas de integração baseadas em estruturas ultrapassadas que necessitam ser reinventadas, já que os problemas são comuns, em nosso estudo, à França e ao Brasil.

Em seu livro “Vidas desperdiçadas”, Bauman (2005, p. 76), de forma categórica, afirma: “Os refugiados, os deslocados, as pessoas em busca de asilo, os migrantes, os indocumentados constituem o refugio da globalização”. Com pesar, remontando a Sachs (2002), brotam em várias partes do mundo formas de trabalho precário que já haviam sido condenadas pela história, como por exemplo o trabalho escravo, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas, trabalho temporário, mercado negro do trabalho. O capitalismo avançado é dicotômico; é avanço e retrocesso no próprio processo de globalização – convivem a tecnologia que leva satélites ao espaço, o risco à vida dos garimpos e a exploração sexual de homens e mulheres e menores.

Estão França e Brasil atentos às consequências de não dar ouvidos aos indivíduos e sociedades no jogo das relações internacionais? Mesmo que haja um nítido descompasso entre o ritmo das transformações sociais e institucionais, as primeiras mais rápidas que as segundas,

percebem Brasil e França que a política externa em mundo multipolar deve acomodar novos atores internacionais e novas demandas sociais que servem de temas da política interna, agora presentes na política externa? Há uma visão de que a segurança interna não pode mais se limitar exclusivamente aos cidadãos de um dado país?

Para responder às questões que aparecem no campo de análise, dando forma à pesquisa e à tese, escolheu-se determinar uma questão norteadora que supõe outras sub-questões facilitadoras do processo de estudo pretendido. Leituras exploratórias formaram o campo teórico ou marco a delimitar o caminho a ser seguido. Conceitos, hipóteses e tempo associam-se para o nascimento de um modelo analítico que no presente caso tem como lócus o resultado da exploração feita nos discursos dos governos brasileiro e francês e da sociedade civil organizada vinculada à temática migratória.

Assim, é inegável que as migrações internacionais são um dos principais fatores de transformação do mundo em que vivemos. Desempenham um papel fundamental nos processos de mutação social, econômica e política à escala mundial. São, ao mesmo tempo, modeladas por essas mutações e ajudam a modelá-las. No século XXI, várias mudanças nas tendências e nos processos migratórios mundiais impõem à humanidade novos desafios intelectuais e práticos para entender a decisão de migrar com novas formatações, além do tradicional deslocamento. Os padrões de mobilidade têm relação direta com a globalização da economia e o desenvolvimento de um modelo global de governança, o que afeta a maneira de atuação internacional de países como Brasil e França.

A política externa brasileira e a postura da agenda diplomática do governo Lula caracterizam-se pela preocupação humanitária⁴ e pela crítica em relação à globalização e à assimetria no comércio internacional, ao desejo de reforçar a capacidade de decisão do Brasil no mundo, o assento permanente no Conselho de Segurança sonhado desde Versalhes e a oposição ao unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa do multilateralismo num possível equilíbrio nas relações internacionais; sem esquecer a cooperação e integração com vizinhos regionais e outras potências médias e/ou emergentes em iniciativas como os BRICS, ASPA.

A ação internacional brasileira é multifacetada – FMI, Zelaya, Cuba, Chávez, Irã, BRICs – e segundo Badie (2009) consiste em pôr recursos próprios e capacidades a serviço de uma diplomacia de influência mais abrangente, forte para desempenhar papel internacional,

⁴ É possível encontrar nos discursos da era Lula compromisso com a democracia, preocupação com a dimensão social do desenvolvimento, promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz, ação internacional voltada para o combate à fome e à pobreza.

fraca para exercer a real hegemonia: doa, ajuda, empresta, reconstrói, construindo a diplomacia da paz. Ora, e onde estão os indivíduos brasileiros e o cuidado com estes no discurso internacional do governo brasileiro?

Ser potência média e emergente faz do Brasil credenciado a desenvolver uma diplomacia autônoma e mobilizadora, dotada das armas as quais lhe são pertinentes. Conforme o discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU (2003):

“Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão. (...) O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror.”

No mesmo ano, na reunião do G8 em Evian, reforçou a necessidade de combater a fome e a pobreza mundial a convite do governo francês. Ao Brasil cabe a parceria estratégica com a Europa, pois além de reconhecer na França um parceiro importante acredita papel político compensatório a ser desempenhado por países europeus em “alianças estratégicas” contra o unilateralismo dos EUA. A proximidade comercial, fronteiriça e comercial com os franceses é parte de relacionamento estratégico explícito em diversos detalhes como o apoio à candidatura do Rio a Olimpíada de 2016; a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU; a sinalização francesa em apoiar a redistribuição de cotas do FMI e Banco Mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento; e os subsídios agrícolas na UE.

Vale ressaltar que tanto nas visitas de Lula à Europa quanto as de Sarkozy ao Brasil e à Guiana Francesa, soma-se a suas respectivas agendas a questão do desenvolvimento social, da qualidade de vida dos indivíduos. No entanto, com o passar dos tempos, as pessoas ficam à margem, como parte dos discursos proferidos e as questões econômicas e comerciais ganham força. Apesar da vontade expressa em fazer uma globalização mais humana, o que prevalece são aspectos políticos, econômicos e comerciais.

A segunda premissa é que apesar dos avanços econômicos do Brasil⁵, as pessoas não deixaram de migrar em busca de uma vida melhor. E o Brasil parece não ter percebido que é

⁵ Segundo o IPEA (2010), quase 13 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema entre 1995 e 2008. Essa faixa recuou de 43% para 28%, sendo resultado da estabilização econômica e o avanços de políticas sociais incluídas e distributivas de renda.

necessário cuidar daqueles que escolheram viver além pátria indicando pistas aos parceiros internacionais de que estrangeiros aqui são bem tratados e a reciprocidade deveria ser a mesma. É claro que não na intensidade que iam para Miami e Nova Iorque na época da hiperinflação e dos diversos fracassos econômicos. Mas, a mundialização estreita caminhos e expande horizontes.

Uma outra premissa: a França tem muitas políticas sociais e de inclusão, mas são insuficientes para a massa gigantesca de andarilhos que chegam lá (saúde, educação, moradia...). Com a crise, as portas são fechadas (e a Guiana não acompanha isso).

É fato que as migrações internacionais assumiram novas faces e formatos e aumentaram consideravelmente de intensidade. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na década de 1980, o número de migrantes internacionais passou de cerca de 100 milhões em 1980, para 154 milhões em 1990. Em termos estatísticos, o número de migrantes internacionais aumentou de 154 milhões, em 1990, para 175 milhões em 2000. Da década de 1980 para 1990 o aumento foi de 4,3%, enquanto de 1990 para 2000 o aumento foi de 1,3%. Mas o que chama atenção para esses dados das Nações Unidas é a substancial manutenção do número de migrantes internacionais nos países em desenvolvimento (de 64,3 milhões em 1990, para 64,6 milhões, em 2000). Por outro lado, nos países desenvolvidos o número total passa de 90 para 110 milhões (MARINUCCI, 2005).

Em dados da Divisão de População (ONU, 2009), vivia na França, em 2005 um total de 6,4 milhões de estrangeiros e em 2010, estima-se 6,7 milhões de pessoas. 10,7% da população francesa hoje são migrantes. Se tomarmos a Guiana Francesa em separado teve em 2005 um total de 100 mil migrantes e 107 mil em 2010. Nota-se que desse total o Itamaraty (2010) em dados oficiais atesta 20 mil brasileiros naquele território francês, mas estima-se algo em torno de 50 mil com os ilegais e indocumentados. Assim teremos que 46% da população da Guiana Francesa são migrantes, sendo grande parte deles chineses, haitianos, surinameses e brasileiros. Estes últimos normalmente amazônidas que podem seguir rumo ao sonho da vida melhor no além Oiapoque.

E se também tomarmos como premissa que as fronteiras, as soberanias se flexibilizaram, mas o trato com os indivíduos que se encontram mais distantes do preenchimento dos requisitos para produção de riqueza é rígido e pernicioso. Existe uma clara relação entre migração internacional e a subcidadania⁶ já que as os sujeitos sociais não

⁶ De acordo com Jessé Souza (2003, p. 177), em sociedades periféricas como a brasileira "[...] o habitus precário,

encontram o conforto da categoria trabalho na vida de migrante na atualidade. A instabilidade é inerente ao novo tempo que desestrutura identidades, espaço, tempos e conceitos. E nota-se que a desigualdade social é categoria estruturante, principal condição na sociedade brasileira e tende a ser na futura sociedade francesa. Jacques Chirac já falava em uma “*fracture sociale*” a se combater⁷.

O que intriga é que no caso da Guiana Francesa, a maioria desses imigrantes pertence à base da estrutura social das regiões Norte/Nordeste. Os franceses investem no Brasil, porém escolhem o sul desenvolvido em detrimento da fronteira imediata que poderia através de cooperação favorecer ambas regiões gerando mais segurança. Há investimento na região fronteira e iniciativa para tal, mas funciona mal e de forma incipiente.

Os protagonistas compreendem em geral trabalhadores urbanos vinculados ao mercado informal. São aqueles que não têm lugar próprio e nem identidade definida os responsabilizados por delitos no imaginário coletivo. Os espaços de expansão da cidadania e convivência democrática delimitam nichos anti-contágio com o desigual. Parece plausível perceber que o caminho natural seria aproximar-se dos ideais da segurança humana, refletindo sobre sociedades e atores sociais capazes de influenciar e capitalizar uma nova agenda internacional o que abordaremos como diplomacia de paz.

O imaginário de franceses sobre o Brasil e o imaginário de brasileiros sobre a França, na contemporaneidade, configuram também como objeto de estudo desta pesquisa histórica. acreditamos que é fundamental conversar com franceses e brasileiros, escutar o que têm a dizer, uma vez que, em história contemporânea, contamos com essa possibilidade. Nessa perspectiva, os relatos de franceses que moram ou moraram no Brasil, que viajaram pelo país, ou que aqui nunca estiveram, seriam reveladores do imaginário de franceses sobre o Brasil. Os relatos de brasileiros que moram ou moraram na França, que viajaram pelo país, ou que lá nunca estiveram, da mesma forma, revelariam o imaginário de brasileiros sobre a França.

que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso sob a forma de uma evidência social inofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma 'ralé' estrutural nas sociedades periféricas. *Habitus* é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupo sociais que gera estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social isto é "sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados" (BOURDIEU, 1997)

⁷ Este slogan de críticas as desigualdades sociais observadas na França era mote principal da campanha que levou Jacques Chirac à Presidência do país em 1995.

Com o apoio de Ferreira e Amado (1998), a tese aqui apresentada é um emaranhado claro em forma de conjunto próprio de técnicas de pesquisa, de procedimentos metodológicos e de conceitos teóricos capazes de iluminar e dar norte a pesquisa. A história oral apresentada pelos entrevistados entre 2010 e 2012, na França, Guiana francesa e Brasil são a fala de sujeitos com perfis diferentes uns dos outros, sem seguir regras rígidas para escolhê-los. Conversas soltas, mas roteirizadas, trajetórias de vida e situação sócio-econômica distintas umas das outras. Vale reforçar, por fim, que a tese não trabalha com a ideia de representatividade quantitativa, ou seja, o que importa não é o número de entrevistas realizadas, nem o quanto esse número é representativo de um universo dado.

Foram ao todo quarenta e cinco entrevistas, umas gravadas em meio digital e transcritas outras em anotações no caderno de campo, instrumento antropológico. Ambas com indicação de leitura prévia, antes do uso, pelo entrevistado. Todas seguiram um roteiro multiuso, pois as perguntas seguiam o fluxo da conversa e sua natureza: se feita com brasileiros ou franceses, e onde o andarilho ou andarilha se encontrava. O texto não apresenta as pessoas na sua integridade: apesar da certeza de lugares, os nomes, as origens se verdadeiras podem quebrar a sua invisibilidade. O andarilho pode ter uma linha de interpretação e apresentação própria pautada pelo medo, e mesmo com a busca da confiança o anonimato é crucial. As falas foram colhidas em quatro viagens a Paris, uma a Guiana Francesa e Amapá, idas a Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Os discursos presidenciais analisados foram coletados em sítios da Presidência da República brasileira e no sítio eletrônico da presidência francesa. Num total foram analisados nove discursos de Lula e Sarkozy num período entre 2003 e 2010, no entanto o período foi ampliado tecendo considerações pontuais a fatos relevantes ocorridos em 2011 e 2012. As falas ocorreram em Brasil, França e demais encontros dos dois em que as falas viriam à colaboração com a linha de raciocínio da tese. Deve-se chamar a atenção para o período entre 2005 e 2009 como ápice dos encontros, discursos, fotos, e elogios entre Lula e Sarkozy.

Saliento que a hipótese levantada na época do projeto e durante a tese refere-se ao fato de que nem Brasil e nem França (apesar de não serem comparáveis) têm uma preocupação com a vida dos indivíduos de modo a integrar desenvolvimento humano e direitos humanos em sua plenitude, apesar da sistemática aproximação dos dois países e de seus discursos. Quando o assunto é migrante, são dois pesos, duas medidas. Os discursos dos dois se assemelham na medida em que ambos usam da retórica para atingir seus objetivos. A inclusão social e a identidade nacional são os motes usados para o convencimento e a

persuasão daqueles que os elegem, mas quando o cidadão é ilegal, migrante ou andarilho assume características de perigoso e inconveniente no território alheio. Não capitalizado enquanto voto ou disseminador da imagem dos líderes ou de seus países, perde valor num cenário em que o econômico-financeiro ou comercial é preponderante.

Outra hipótese a ser confirmada na pesquisa corroborou a antes sensação e agora certeza de que a relação entre globalização e migração ilegal no caso em questão é parte do momento de economia mundializada e sua lógica excludente. O capital se reproduz à custa da clandestinidade, da falta de qualificação dos migrantes, do silêncio causado pela nova língua desconhecida, das condições históricas, econômicas, sociais e políticas que geram o deslocamento de pessoas. Assim, quando a França fecha as suas fronteiras, limitando a entrada de imigrantes brasileiros ou de outros grupos, alguns de caráter étnico, o tráfico ilegal de pessoas cresce; sem esquecer que a “ilegalidade” desperta o desejo e a curiosidade de centenas de pessoas de cruzar a fronteira em uma busca desesperada por novas oportunidades de trabalho. O mesmo ocorre no caso do Brasil.

Não é uma questão de culpa, como parece um veredito contra os franceses, mas a globalização e o mercado fazem da França aos olhos dos que migram o Oasis inatingível. Um alucinógeno, pois o desemprego e a exclusão não é fase transitória. Precariza-se a vida, as identidades, a existência por não se focar a angústia do excluído no papel de marginal numa sociedade desenvolvida. Seja França ou Brasil, ambos interpretam as migrações como parte integrante dos processos de transformação mundial mais do que como um problema a resolver no tocante à tomada de decisão individual do migrante e das economias estatais.

Deste modo, o texto apresenta-se em cinco capítulos: o primeiro versa sobre reflexões acerca de conceitos norteadores da tese como globalização/ mundialização; migrações internacionais; a segurança humana; o estrangeiro como inimigo, sujeito migrante fruto da pós-modernidade⁸.

O segundo capítulo analisa condição de migrante na pós-modernidade efetivamente,

⁸ O conceito de pós-modernidade será tratado com maior profundidade no capítulo 3 no qual trataremos dos andarilhos especificamente. No entanto é importante deixar claro que existem vertentes sobre o assunto: Lyotard (1985) sugere a pós-modernidade como um rompimento, uma ruptura, com as verdades absolutas da modernidade. Giddens (1991) considera que alcançamos um período em que as consequências da modernidade tornam-se radicalizadas e globais, sendo que propõe a tratar tal experiência social como conceito de alta-modernidade. Michel Maffesoli (2000) evoca a pós-modernidade como um novo paradigma tentando não sugerir rupturas nem radicalização, e sim uma reorganização de valores, ideias, visões de mundo que são provenientes da modernidade. Esse ponto de vista combina com a perspectiva da complexidade e da transdisciplinaridade no tratamento das relações internacionais casadas com a sociologia num olhar acerca do indivíduo ou novos grupos de indivíduos como atores internacionais.

momento de esclarecimento e consolidação do conceito Andarilho, a partir da observação participante e entrevistas feitas em Paris, Brasil e no caminho Amapá-Cayenne, Guiana Francesa. A conformação identitária, a busca por cidadania e seu reconhecimento como cidadão num mundo pós-moderno ajudam a construir o conceito.

O terceiro capítulo buscará estudar o histórico das relações entre Brasil e França, a situação contextualizada da vizinha francófona – a Guiana Francesa, focalizando as escolhas econômico-comerciais em detrimento ao cuidado com as pessoas.

O capítulo quatro é momento de observar a dinâmica do andarilho num cenário de sexualidade, violência, casamentos em que brasileiros e franceses criam esquemas identitários para construir o cotidiano.

No quinto capítulo estarão em análise os discursos governamentais. Tentaremos relacionar o paternalismo da potência emergente e a reinfluência francesa como potência decadente nas heranças de Lula e Sarkozy especialmente quando cooperação militar, uma cadeira na ONU/Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a questão do Irã são mais relevantes na parceria estratégica entre os dois países que as pessoas, os indivíduos.

O fechamento do texto leva em consideração questões como xenofobia, intolerância, discriminação e conflito inerentes do sistema em que direitos humanos, cidadania transnacional e governabilidade deveriam humanizar um sistema e período histórico inseguro.

Antes de seguir caminho, gostaria de me desculpar previamente pelo estilo. Algumas vezes ensaístico, outras rebuscado, mas sem perder a cientificidade inerentes a uma tese. Tomei a liberdade de narrar quando necessário fosse dar vida as palavras. E com a ajuda de Fernando Pessoa, Drummond e Saramago, trago imagens cravadas no peito, desejos, sonhos, quimeras daqueles que não se querem estrangeiros mas tal vontade não se concretiza pois a imigração não ocorre sem deixar marcas como diz Sayad (1998), o imigrante será sempre um estrangeiro já que não se habita impunemente um outro país.

CAPÍTULO 1

ARCABOUÇO TEÓRICO E PRINCIPAIS CONCEITOS

A importância da imigração no cenário internacional é grande não só pelo volume do atual fluxo migratório, mas também, pelo forte impacto socioeconômico e cultural que causa nas sociedades envolvidas. E, apesar de ser realizada em milênios pelos mais diferentes grupos de indivíduos, ela apresenta nas últimas décadas a influência da aceleração do processo de globalização, que vem construindo um novo panorama nas relações internacionais, resultante, principalmente, da expansão do comércio internacional.

Fenômenos transnacionais, como a imigração, trazem uma série de discussões acerca do papel que deve assumir o Estado neste novo cenário internacional. Esse papel tem sido questionado em relação à atuação estatal a partir de sua base, que é sua soberania e legitimidade em exercer poder sobre seu povo e território. Esta discussão é relevante em um momento histórico em que a permeabilidade das fronteiras dos países e o impacto que acontecimentos externos exercem sobre a política interna de um país, demonstram existir uma discrepância entre a origem transnacional de determinados problemas e a capacidade que o Estado tem de resolvê-los internamente. Até que ponto um Estado é capaz de prevenir a livre circulação de coisas, informações e pessoas se este mesmo Estado lucra com a liberdade?

Por ser resultante da interação dos indivíduos com as condições do meio onde vivem, a imigração assume atualmente novas características matizadas pelas nuances do tipo de sociedade em que estamos inseridos e pela configuração do sistema internacional. Portanto, para compreender as bases que propiciam o deslocamento dos seres humanos em nossa época, é necessário compreender a influência da conjuntura mundial no processo migratório e, em contrapartida, para compreender a reação do Estado a este deslocamento, é preciso analisar o impacto da imigração nos países envolvidos.

Temos a intenção de analisar as transformações pelas quais a concepção de Estado passa nos dias de hoje, propiciadas pelo intenso intercâmbio internacional de bens, valores, tecnologia e informação, pela interdependência política e econômica entre os países e pelo impacto do deslocamento populacional e, talvez como um subproduto de todos estes fatores: o fluxo migratório transnacional de mão de obra. Assim, partindo do princípio de que há uma modificação nas condições de soberania, territorialidade e legitimidade do Estado na atual conjuntura internacional, verifica-se qual a política mais adequada para administrar a questão

da imigração, segundo o novo posicionamento deste no cenário mundial.

Como exemplo, é observado o caso da imigração no caso Brasil e França, sendo que a análise feita baseia-se nas características deste caso específico de imigração e no seu contexto histórico, para através dela compreender como esses agentes - Estado Francês, Estado Brasileiro e fluxo migratório de indivíduos brasileiros e franceses, interagem produzindo um impacto recíproco, modificando a construção de suas identidades real e percepções identitárias.

Para a discussão desta questão, o problema será analisado por dois pontos de vista, aparentemente em conflito. Primeiramente, considera-se a atuação do Estado, em sua concepção mais clássica, através da preservação de suas fronteiras, na medida em que procura restringir a entrada de imigrantes fortalecendo a soberania sobre seu território. Posteriormente, será feita uma abordagem sob a ótica do imigrante, de seus direitos e garantias, os quais são supranacionais, por sua própria característica humanitária, ressaltando o transnacionalismo como principal característica do fenômeno migratório. A partir da confrontação destes dois aspectos de uma mesma e complexa questão, espera-se chegar a uma posição sobre qual a identidade que o Estado assume nesta nova configuração do sistema internacional, ao interagir com agentes como o fluxo migratório, que transcendem as fronteiras do seu território e desafiam sua soberania e com isso, pretende-se refletir sobre qual a postura que o Estado vem adotando para tentar administrar a imigração. Assim, amplia-se a questão norteadora que pauta-se em desvendar onde está a dimensão humana na relação Brasil e França.

Como instrumento de análise utiliza-se a teoria Construtivista das Relações Internacionais, pois se entende que é a abordagem mais adequada para compreender como o impacto do fluxo migratório pode alterar o comportamento e as preferências dos Estados, vindo a transformar sua identidade e, por trás dela, o conjunto de interesses que impulsionam sua política externa e interna.

Segundo a visão Construtivista, os interesses dos Estados não são pré-determinados por uma estrutura estática do sistema internacional, mas socialmente construídos através da interação entre os agentes que atuam neste sistema. Se existe uma estrutura de poder internacional, ela é dinâmica e mutável conforme a influência exercida pelos vários agentes uns sobre os outros. Neste sentido, segundo o Construtivismo, são os processos sociais, políticos e econômicos que determinam a atuação do Estado no sistema internacional e não o tipo de estrutura em que ele possa estar inserido.

No que tange aos agentes, a teoria Construtivista amplia a gama de atores do cenário internacional, considerando como tais não somente os Estados, mas também, grupos sociais, organizações internacionais governamentais e não-governamentais e, dentre eles, pode ser considerado o fluxo migratório. Segundo esta ótica, é a interação entre estes agentes que define sua própria identidade que, por sua vez, irá determinar o tipo de postura política, ou comportamento, como denominam os construtivistas, que será adotada por estes agentes no sistema internacional. Sendo assim, o Construtivismo considera que é a interação entre os agentes que “constrói” a realidade onde os mesmos se inserem.

Por este motivo, a teoria Construtivista considera que as estruturas-chaves do sistema internacional têm um componente muito mais intersubjetivo que material. Dessa forma, as identidades dos agentes são construídas mais por estas estruturas sociais do que por causas exógenas. Pelo tipo de aproximação que faz ao tema, o Construtivismo é capaz de explicar como as relações entre Estados e demais atores do sistema internacional podem se alterar através de fatos que só existem a partir do contato que existe entre identidades diferentes, as quais são por eles sustentadas e são responsáveis pelo modo como eles percebem a realidade internacional e como se comportam diante dela. Portanto, conforme Alexander Wendt:

To analyse the social construction of international politics is to analyse how processes of interaction produce and reproduce the social structures – cooperative or conflictual – that shape actors’ identities and interests and the significance of their material contexts. It is opposed to two rivals: the materialist view, of which neorealism is one expression, that material forces per se determine international life, and the rational choice-theoretic view that interaction does not change identities and interests⁹. (WENDT, 1995, p. 81).

Esta perspectiva é adequada para entender como o Estado Francês pode ter sua identidade e postura política alterada por um agente, que não é outro Estado somente (no caso, o fluxo migratório), devido ao impacto sócio-econômico causado pelas interações. Esta teoria também explica como a relação entre a França e os imigrantes tem se modificado ao longo das décadas, apesar do fluxo migratório ter permanecido constante durante os mais diferentes períodos históricos e a disparidade econômica ter se mantido como a principal causa do deslocamento dos imigrantes.

⁹ Para analisar a construção social da política internacional é preciso analisar como processos de produção e reprodução da interação das estruturas sociais - cooperativas ou conflituais – as identidades dos atores sua forma e interesses e o significado de seus contextos materiais. É opor a dois rivais: a opinião do materialista, de que o neorealismo é uma expressão, que as forças materiais determinam por si mesmo a vida internacional, e a visão escolha-teórica racional que a interação não muda identidades e interesses. (tradução nossa)

Para melhor compreender o caso analisado se fazem necessárias algumas considerações prévias sobre os elementos que o compõem: que tipo de imigração é esta que está sendo aqui tratada e o seu cenário histórico, político e econômico em que ela está inserida; bem como, os motivos que fazem deste caso um exemplo interessante para ilustrar este estudo.

O caso dos imigrantes brasileiros que se dirigem à França em busca de trabalho e franceses que buscam o Brasil foi escolhido para ilustrar este estudo devido às peculiaridades que os envolvem. A primeira delas é que Brasil é a maior fronteira da França, bem como os motivos que impulsionavam o deslocamento dos imigrantes, os quais variavam de acordo com as circunstâncias específicas de um determinado período histórico. Por este motivo, é possível analisar comparativamente o tipo de deslocamento que se tem hoje e em que elementos ele difere da imigração de outras épocas.

Outra peculiaridade deste caso é o fato da França fazer parte da União Europeia e, por este motivo, partilhar com esta uma política comum acerca da imigração, a qual é “liberal” aos imigrantes provenientes de países que fazem parte do bloco, e até mesmo de Japão, Canadá, EUA (por seu status privilegiado), mas é bastante restritiva aos imigrantes que não pertencem a ele. Além disso, ultimamente, com a integração de novos países à União Europeia, sobretudo de países menos desenvolvidos que os membros mais antigos, provenientes principalmente do leste europeu, os membros mais antigos terão de administrar um possível aumento da imigração intrabloco e o fato de a União Europeia ter de lidar com este fluxo interno até que ele se estabilize, pode contribuir para uma restrição ainda maior à recepção de imigrantes oriundos de terceiros países (externos ao bloco).

A questão econômica que envolve o caso não é menos complexa. Existe um conflito de interesses entre os que migram e os interesses comerciais e econômicos de França e Brasil. A disparidade econômica não é mais tão evidente entre França e Brasil, característica da situação de transformações que vive a Europa em crise e os países em desenvolvimento buscando novos planos de ação internacionais.

A competição pelo mercado de trabalho vem se acirrando cada vez mais nas últimas décadas. O avanço da tecnologia vem reduzindo a necessidade por mão de obra humana, produzindo como consequência o desemprego, que hoje não está adstrito somente aos países menos desenvolvidos. Dessa forma, cria-se um embate entre a mão de obra nacional e a mão de obra imigrante, em geral mais barata e submissa à quantidade de trabalho absurda e qualidade de emprego desumana, principalmente no que se refere aos trabalhadores

provenientes da imigração clandestina ilegal.

Muitos Estados, antes tradicionais receptores de imigrantes, vêm adotando políticas restritivas à imigração nas últimas décadas, sendo que a França não constitui exceção. Estas políticas começaram a ser adotadas na década de oitenta, após um período de recessão marcado pela escassez de vagas de trabalho e desaceleração da economia. Elas visavam dificultar a entrada e permanência de imigrantes pouco qualificados, que naquele momento, não contribuiriam para a economia do país e que poderiam gerar despesa com assistência social e ainda competir com os nacionais por emprego. Essas medidas, porém, não conseguem impedir a imigração clandestina, a qual por estar encoberta pelo manto da ilegalidade, não se pode precisar uma estatística exata. Com base neste argumento, questiona-se se a atitude adotada por vários países como a França, de fechar suas fronteiras, através da criação de empecilhos legislativos é a solução mais adequada à questão da imigração.

Além das questões econômicas que envolvem a imigração, existe a complexa questão cultural. A França é hoje um país formado por um mosaico de indivíduos de etnias, culturas e religiões diferentes, sendo que grande parte destes são provenientes de ex-colônias francesas na África e na Ásia, como os argelinos protagonistas deste estudo. Uma outra parte também significativa são pertencentes a países europeus do leste e de Portugal. Existe também presença cultural da África muçulmana fortemente estabelecida, não só pela quantidade de imigrantes provenientes dessa região, como também, pela participação e organização dos mesmos, dentro da sociedade francesa. A influência cultural e étnica dos imigrantes é tão grande que tem suscitado discussões sobre o impacto cultural na identidade da sociedade francesa. Alguns falam da “*islamophobie*”, como observação à presença massiva de imigrantes muçulmanos naquele país. Opiniões como esta são resultado do temor que alguns sentem em perder o referencial sociocultural através do choque com uma identidade diferente da sua.

A imigração é a responsável pela criação das minorias étnicas dentro de um país, o que faz questionar a constituição do Estado-Nação. Aclamado por alguns, por ser um enriquecimento sociocultural do país, ou visto como ameaça pela direita xenófoba, o fato é que esta diversidade produz consequências políticas para o Estado administrar consequências estas, que acabam gerando um correspondente jurídico. Como exemplo destas consequências políticas, a extrema direita obteve uma votação surpreendente nas últimas eleições presidenciais francesas, com um discurso de severas críticas à imigração e ao assistencialismo do Estado aos imigrantes. Essa postura, apoiada em uma indisfarçável xenofobia, conseguiu a

simpatia de uma parcela significativa da população francesa, surpreendendo não só aos demais políticos franceses, como à comunidade internacional.

A alma do Republicanismo Francês incentiva a abertura a novas culturas e faz apologia à diversidade e ao pluralismo no seio da sociedade considerando-os benéficos à constituição de um país. Porém, é necessário observar que a aceitação da diversidade e do multiculturalismo compreende alcançar uma integração cultural e coesão de propósitos, principalmente políticos, que muitas vezes não são compatíveis com a manutenção da identidade nacional francesa. Assim, qualquer tentativa de integração teria que, teoricamente, unir o direito dos indivíduos à livre expressão de etnia, aliada ao modelo francês de unidade política, onde todos os indivíduos devem ser tratados de forma igualitária (a despeito de suas peculiaridades culturais e religiosas). Nesta questão complexa, será difícil encontrar o ponto de comunhão entre estas duas correntes de pensamento.

Outro elemento que traz sérias implicações à acolhida do imigrante é o clima de terror instaurado após os atentados terroristas de onze de setembro ao World Trade Center em Nova York. Esse acontecimento trouxe a prova da organização e da capacidade de ação das redes terroristas internacionais, em especial a Al Qaeda, liderada pelo milionário saudita Osama Bin Laden. A resposta das autoridades mundiais, principalmente da Europa e Estados Unidos, foi intensificar ainda mais as medidas de segurança e controlar a entrada de estrangeiros em seu território.

O terrorismo representa grande ameaça à paz no sistema internacional, representando um inimigo que não pode ser confrontado diretamente por ser difuso, difícil de ser detectado. Ironicamente, a ação terrorista também se beneficiou da “era da globalização”, utilizando-se das facilidades proporcionadas pelas redes financeiras e tecnológicas mundiais, conseguindo assim, infiltrar-se em locais previamente seguros e ter acesso a armas e equipamentos que fazem aumentar sua eficiência e poder de destruição.

As manifestações radicais dos grupos extremistas fomentaram ainda mais o preconceito já pré-existente em relação àqueles que professam a fé islâmica e forneceram mais um argumento, mesmo que simplista e equivocado, àqueles aos quais o aumento da população muçulmana na Europa e, sobretudo na França, já não era vista com bons olhos devido a nefastas experiências passadas. O terrorismo só fez piorar a situação dos imigrantes e dificultar sua integração na sociedade.

Em relação ao momento histórico em que este caso se insere, cabem algumas

considerações. Estamos vivendo um período de transformações na estrutura do sistema internacional. Nunca antes as relações entre os países foram tão dinâmicas e os efeitos políticos e econômicos de fatos antes circunscritos a uma região delimitada do globo, hoje são sentidos por toda a comunidade internacional, devido à grande interação existente entre os países. Este fenômeno reforça ainda mais o impacto causado pela imigração. A globalização tem por característica encurtar distâncias, facilitar a comunicação e o transporte entre lugares distantes do planeta, fazendo supor que ela contribui para o aumento do fluxo migratório, o que sem dúvida tem ocorrido nas últimas décadas. Por esse fato, se poderia presumir que a *mondialisation* (mundialização), como a chamam os franceses, que possui como característica a facilidade na circulação de bens, valores, comunicação e tecnologia, também deveria se estender à circulação da mão de obra. Mas, não é o que ocorre.

A globalização não se aplica aos trabalhadores imigrantes, principalmente àqueles que possuem mão de obra não-qualificada. O endurecimento das legislações de países desenvolvidos acerca da imigração é um reflexo desta “aparente” contradição entre a globalização e o fortalecimento das fronteiras físicas e jurídicas que separam os Estados e seus cidadãos de outros indivíduos que constituem a numerosa massa de mão de obra estrangeira que sai de seus países de origem em busca de trabalho e melhor qualidade de vida em outras terras. Assim, segundo Stephen Castles:

Estas nociones y tendencias contradictorias constituyen el telón de fondo del drama contemporáneo que ha capturado la atención de los pueblos y los líderes: el surgimiento de la migración internacional como una fuerza para la transformación social. Mientras que los movimientos de personas a través de las fronteras han dado forma a estados y sociedades desde tiempos inmemoriales, lo que es distinto en años recientes es su alcance global, su carácter central para la política doméstica e internacional y sus enormes consecuencias económicas y sociales. Los procesos migratorios se han vuelto tan arraigados y resistentes al control gubernamental que emergerán nuevas formas de control político. Esto no implica necesariamente la desaparición de los estados-nación; en efecto, dicho prospecto es remoto. No obstante, nuevas formas de interdependencia, de sociedades transnacionales y de cooperación bilateral y regional están transformando rápidamente las vidas de millones de personas, entretejiendo el destino del Estado y la sociedad. (CASTLES, 2004, p. 12).

Hoje, a imigração regular ou legal é mais seletiva, priorizando o acolhimento de imigrantes altamente qualificados, a conhecida “fuga de cérebros”. A restrição se encontra na recepção de imigrantes que não possuem qualificação ou capital suficiente para acrescentar algo economicamente ao pretense país de acolhida. Muitos destes, se conseguem adentrar ao país receptor, geralmente o fazem de forma ilegal, permanecendo na clandestinidade,

condenados a subempregos ou mesmo à marginalidade.

Expulsos por condições adversas em seu país de origem e tratados como indesejáveis no país receptor, esses imigrantes tornam-se verdadeiros excluídos do sistema internacional, como peças que não se encaixam na sociedade atual. Por essa razão, muitos deles se encontram vivendo à margem de qualquer proteção e direitos e a falta de uma política adequada para lidar com problema da imigração, pode dificultar ainda mais a situação do imigrante, bem como do Estado.

A imigração já trouxe muitos benefícios para a França, principalmente em momentos onde a mão de obra barata e abundante dos trabalhadores migrantes ajudou a construir a economia francesa e a reconstruir este país após as duas Grandes Guerras Mundiais. Também, traz benefícios ao país de origem, Brasil, destino de um significativo volume de valores enviados pelos imigrantes para suas famílias residentes na terra natal. É importante ressaltar que a imigração gera benefícios que muitas vezes não são reconhecidos (desenvolvimento, redes de transferência de recursos, etc.), mas também gera uma série de encargos sociais, políticos e econômicos ao país receptor, com os quais nenhum Estado gostaria de arcar, principalmente, neste momento onde os governos buscam uma máquina estatal mais dinâmica e menos dispendiosa para se adaptar às novas relações econômicas internacionais.

Porém, é preciso atentar que, por trás de cada estatística de mão de obra, existem indivíduos sujeitos de direitos e garantias, as quais lhe foram conferidas pelos mesmos Estados que agora os descartam. É necessário pensar na dimensão humana deste problema e realizar o fato que criar empecilhos legais não vai impedir o fluxo migratório e sim, aumentar a imigração clandestina, que é extremamente prejudicial para todos os envolvidos. Os efeitos a médio e longo prazo desta exclusão, como o desemprego, a falta de renda, a marginalidade, o subdesenvolvimento, etc., são nocivos para todos e, por isso, discute-se se esta postura restritiva à imigração não está somente ignorando, ou adiando um problema que mais cedo ou mais tarde irá refletir sobre a comunidade internacional.

Assim, verificamos duas posições em conflito: a dos Estados, com a preocupação de evitar a entrada de mão de obra indesejada, legal ou ilegal e, de outro lado, os imigrantes que buscam emprego e desenvolvimento, em nome dos direitos da livre mobilidade e da busca por melhor qualidade de vida. Ambos os pontos de vista são legítimos, sob cada um de seus particulares aspectos. Mas, em uma perspectiva mais ampla, cabe discutir qual a alternativa que pode englobar estes dois conjuntos de interesses, trazendo uma solução durável e eficaz para a questão da imigração.

A partir da análise destes questionamentos, este estudo se desenvolve tecendo considerações a respeito das implicações sociais, políticas e econômicas do fenômeno migratório, discutindo um cenário alternativo que contemple, não apenas uma sugestão para o Estado conseguir administrar o impacto que o fluxo migratório legal ou clandestino traz a ele, mas também buscar possibilidades que observem os direitos dos imigrantes e a importância que a promoção do desenvolvimento e da prosperidade das regiões mais pobres do globo pode representar para o sistema internacional como um todo.

1.1 O desafio da integração

Existe uma sensação de que estariam os pobres, sejam as pessoas, sejam os países, fadados à desintegração e os ricos vocacionados a integração. Integração e desintegração são condições para a riqueza e pobreza, já que encontram sustentação histórica possibilitando um padrão corriqueiro de grupos elitistas que se fazem cosmopolistas mundializando-se integradamente e fazendo com que outros sigam seus passos sem que tenham a verdadeira noção do que os espera.

Milionários de diversas partes do mundo sejam latinos, sauditas, asiáticos ou africanos são parte ativa da sociedade civil internacional, com seus negócios lícitos ou não participam do processo decisório de modo a criar uma rede transnacional de bancos, corporações, Estados, que através da decisiva influência do grande capital, liberalizam e esfurelam fronteiras.

Essa forma de globalizar, integrar tem sua versão perversa. A pobreza, o desrespeito a vida humana prolifera com o aumento do desemprego, com a precarização das condições de trabalho, com a intolerância que mata e submete, com o preconceito que aniquila as possibilidades de uma real integração. A pobreza aqui explicitada é heterogênea, pois é de visível diferenciação do modo como torna viável a sobrevivência física e social quanto no modo como reproduz valores monetários.

Existe um desafio no plano multinacional, especialmente para organizações não governamentais que atuam em rede, visando combater essas mazelas exacerbadas na modernidade, mormente em países de clara desintegração social e política. Esses países são, logicamente, os que empurram suas populações à saga da migração seja, na fuga pela sobrevivência pura, seja no sonho de ser global sem o ser como o andarilho. No plano local ou

regional, os Estados não têm conseguido manter as conquistas do Estado de Bem-Estar, o que cria um desmonte de políticas de seguridade social.

O caminho de enfrentamento pode estar na resistência, na integração que geraria condições efetivamente democráticas aos Estados ou conjunto de Estados capazes de defender interesses que vão além de pequenos desejos extremistas de eliminação do estranho e do diferente, que destroem a ação defensiva e comunitária da proteção social coletiva. Isso implicaria numa governança organizada que sustentasse social e politicamente a integração de povos. Não há como fazer-se de cego para problemas que fazem parte do mundo globalizado: a pobreza, a miséria, a doença, a fome movem e circulam e menos as instituições internacionais como ONU têm força, ou vontade, ou estrutura para se reinventar, em apontar para um caminho provável de solução para sua inocuidade em resolver problemas e mediar soluções.

A ideia de integração é falha até mesmo em exemplos como o da União Europeia que se esfacela em anúncios de crises cotidianas que podem estar na Espanha, em Portugal, na Grécia, na Itália demonstrando uma ausência de azeiteamento no proposto modelo. Se não conseguem prevenir riscos a questões econômicas ou financeiras (essenciais as escolhas integracionistas clássicas), como cuidar das pessoas tendo como foco saúde, fome, vida?

Para Badie (2009), “cada país joga o seu próprio jogo. Vivemos uma fase em que precisamos de novos atores e novas representações internacionais para diminuir a discrepância gerada pela bipolaridade”, que não existe mais, pois os problemas são de todos. Badie lembra que as necessidades próprias de uma sociedade com dimensões nacionais, também observadas por Durkheim¹⁰, correspondem, de forma impressionante, aos dados do atual sistema internacional tendo em conta a interdependência crescente que caracteriza o sistema internacional resultando exigências de integração social mínima. Manifestada em uma escala mundial, a integração social mínima faz parte do discurso sobre a segurança humana, tal como iniciado pelo Programa das Nações Unidas em seu relatório de 1994. Destinada a satisfazer as necessidades humanas (alimentar, sanitária e ambiental) essa concepção nova de segurança se afasta de um enunciado político-militar (Badie, 2004).

Desde modo, desenvolver uma nova leitura das relações internacionais como aqui proposto, na qual a falta de integração social, a anomia e o desvio tornam-se virtudes interpretativas e explicativas superiores àquelas que eram associadas aos paradigmas interestatais tradicionais. As relações internacionais são mais sociológicas do que se pensa e

¹⁰ Emile Durkheim trata do assunto em *As Regras do Método Sociológico* (2001)

do que tradicionalmente fez-se pensar, porque os atores sociais nelas estão mais implicados, os comportamentos que delas derivam são menos excepcionais e, sobretudo, o grau de interdependência alcançado aproxima o internacional de um jogo social que se parece em muito com aquele que Durkheim observara e descrevera no século XIX dentro dos Estados-nacionais pautado por violência, o conflito e a dissidência originando olhares e ação mais de fatores sociais e menos de fatores políticos.

Agora antes de seguir, é necessário relembrar ou estabelecer que o fazer da política internacional não pode ser confundido com uma arena do hard power em detrimento a atores e ações vinculados ao *soft power*. Seria sim uma readequação de leituras da realidade em que percepções transnacionalistas, o papel dos Estados no sistema internacional, o lugar e significado das fronteiras tomariam outro ângulo a partir do consenso em detrimento da força já que:

O *soft power* é atração com base em valores compartilhados e equitativos e o dever de outros de contribuir para políticas consistentes com aqueles valores compartilhados, as conversações multilaterais são provavelmente mais apropriadas para gerar soft power do que a simples defesa de meros valores unilaterais (NYE, 2004, p.64).

Pode-se dizer que Nye sustenta que as novas concepções de segurança nacional contemplam mais o bem-estar econômico, a autonomia dos grupos reivindicativos, e o status político de uma determinada área, região ou instituição, do que propriamente a sobrevivência física no quadro das fronteiras nacionais. Adicione-se que a dependência mútua que brota da experiência comunitária no caso aqui em estudo por tratar da França na União Europeia, faz com que questões sociais ou culturais devam ser encaradas como internacionais. A mundialização provoca uma interdependência crescente, mesmo não sendo harmônica ou cooperativa, é fruto do sistema vigente ou da dimensão simbólica do sistema, remetendo a Parsons.

Para Parsons, o objeto da sociologia remete à **teoria dos sistemas sociais**, uma vez que se ocupa dos fenômenos da institucionalização dos padrões de orientações de valor no

sistema social, das condições dessa institucionalização¹¹ e das mudanças dos padrões, das condições de conformidade e desvio em relação a esses padrões, e dos processos motivacionais na medida em que estão implicados em todos eles (PARSONS, 1982, p.507).

São três os sistemas gerais da ação pelos quais se interessa a teoria parsoniana (PARSONS, 1982). Cada um deles é dotado de uma estrutura própria e não pode ser reduzido aos demais. Constituem-se de conjuntos organizados que orientam a conduta de um ator individual, ou de uma coletividade, frente aos objetos de uma situação. O primeiro desses sistemas – o **cultural** – compreende padrões de orientação de valor: símbolos, normas, crenças que guiam a conduta e oferecem opções segundo as quais os indivíduos empreendem sua seleção de fins e meios.

Os sistemas culturais formam a base dos sistemas social e de personalidade, uma vez que possibilitam o compartilhamento de sistemas simbólicos, sentimentos, padrões de conduta, normas etc. Os **sistemas de personalidade** e social correspondem à ação motivada, ligada a interesses, sejam eles individuais ou coletivos. O primeiro é aquele que organiza as orientações e motivações da ação de um ator individual, tratando de otimizar as gratificações e, ao mesmo tempo, minimizar as privações; são disposições de necessidade que correspondem a uma tendência da personalidade a mobilizar o indivíduo para que atenda às suas carências, sejam elas de caráter biológico ou social. Um sistema social consiste em uma pluralidade de atores individuais que interatuam entre si em uma situação que tem ao menos um aspecto físico, ou ambiental envolvido. Os atores estão motivados por uma tendência a obter o máximo de gratificações possíveis na situação e orientam sua ação com base em expectativas de papel mútuas a respeito da conduta um do outro, cada um dos quais podendo compartilhar elementos simbólicos presentes num sistema cultural comum.

Assim como Weber, ele busca conciliar as abordagens objetiva e subjetiva no entendimento da ação social. A ação humana, segundo Parsons, compreende processos motivacionais assentados não apenas numa racionalidade instrumental (no sentido econômico), mas também em mecanismos não-rationais ou irracionais, ligados aos processos de aquisição de valores pelo indivíduo. Diferenciando-se da perspectiva utilitarista, Parsons argumenta que qualquer elemento da ação insere-se numa situação com diretrizes já dadas *a priori* e com base nas quais o agente deve atuar. Sua vontade se vê constrangida pelos mecanismos de controle social, no caso de desvio e desrespeito a regras. Os processos pelos

¹¹ Tanto para a sociologia quanto para as relações internacionais, seja o sistema social interno ou o sistema internacional são regulados por instituições. Complementando Parsons, tome-se Keohane (1989) que diz que instituições são conjunto de regras formais ou informais, persistentes e conectadas que prescrevem comportamentos, restringem atividades e delineiam expectativas.

quais valores e normas tornam-se partes constitutivas dos sistemas de personalidade são chamados de internalização, e dos sistemas sociais, institucionalização. É através desse processo que se pode medir o grau de integração do sistema social, ou ao contrário, o seu reverso, ou seja, a anomia, num resgate durkheimiano.

Objetivamente, as instituições são vistas como padrões de orientação de valor, que regulam as relações dos indivíduos um com os outros e que definem como as relações dos indivíduos devem ser. As chamadas pautas de valores institucionalizadas formam o elemento estrutural central dos sistemas sociais e constituem-se, basicamente, em normas que definem quais ações e atitudes se esperam legitimamente das pessoas e, neste sentido, formam verdadeiramente parte da tradição cultural. Assim como em Durkheim, as pautas institucionalizadas definem a ação dos indivíduos em sociedade e funcionam como autoridade moral, que têm uma influência obrigatória ou de controle sobre a ação, e de acordo com as quais os indivíduos se orientam em termos de crenças, valores morais, metas e desejos.

Essa discussão vem da ideia presente de que, em toda a sociedade, há um conjunto mais ou menos coerente de valores últimos que esta mesma define como desejáveis e que as instituições são primordialmente uma expressão de tais valores. As instituições constituem-se um sistema de normas, cuja função é a regulação da ação de tal maneira a conformá-la aos valores comuns e atitudes de valor da comunidade.

Esse sistema de normas ao qual ele se refere possui a qualidade de tender à harmonia, ou ainda, como ele mesmo prefere, à integração. A conformidade com as normas é valorizada e os desvios são reprovados. A intervenção de sanções marca o processo de enfraquecimento dessa integração, e leva ao estado de anomia, isto é, desestabilização da vida social e de suas normas e regras socialmente combinadas como aceitáveis. É a quebra da solidariedade, vista por Durkheim como o elo que liga indivíduos.

Nesse sentido, o desafio da integração surge como desafio da sobrevivência. Quando Lisboa é pichada por movimentos pró-imigrantes como ocorreu em 20 de novembro de 2010¹², quando brasileiros são hostilizados nas ruas, quando carros são queimados, a violência toma conta das escolas e periferias na França, os indivíduos – diferentes, necessários, interdependentes – se apegam a padrões de coletividade mais fortes e lutam pela preservação de sua lógica social. A desigualdade e pobreza que enfraquece alimenta a cidadania coletiva que fortalece. Torna-se um exercício cotidiano fazer o contrato social revistado pela sobrevivência. O que talvez a experiência comunitária europeia não consegue é

¹² Ver Folha de São Paulo, Caderno Mundo, pagina 3, 20.11.2010.

reaprender ou aprender a conviver com a diferença e entender a atualidade como resultado/consequência do passado, percebendo o migrante como ator transnacional que sacode a afiliação cidadã e o alinhamento schmittiano do indivíduo em relação ao Estado em que pertence. O andarilho é agente ativo de desnacionalização das culturas que alimenta a fluidez da vida internacional.

Uma hipótese que surge é o paradigma da combinação de capitalismo, democracia e soberania que aparentam como incompatíveis sendo o andarilho, migrante pós-moderno, o cupim dessa relação baseada na vulnerabilidade. Se a ordem social entendida como coesão social está vinculada a estabilidade e aos desdobramentos das transformações sociais e culturais vigentes, não há dúvida que a condição de precariedade de uma parte do globo desestabiliza as possibilidades de integração daqueles que resolveram se individualizar.

A propaganda oficial e os discursos no caso brasileiro alardeiam sucesso que a estabilidade econômica e a distribuição de renda, fortalecimento do comércio interno, crescimento sustentado, no entanto dão a sensação de melhoria. Mas, a vulnerabilidade social ganha novas caras. Não mais a fome, mas a violência urbana; o desejo do querer mais infla sonhos de busca além fronteira e além mar. Brasileiros são hostilizados em Portugal, Espanha, França. A vida aqui cria condições para a fuga. É um aprisionamento onde as condições sociais se agravam.

Na França a propaganda oficial cria e recria instrumentos que geram a sensação de segurança aos que defendem o seu naco de bem-estar. Um Ministério da Imigração (extinto), vontades xenófobas, violências nas periferias, minorias em conflito, perseguição a ciganos são consequências conflitivas com as aspirações da integração regional, da vida comunitária. O que sobra é o sonho de derrubar fronteiras que vira pesadelo, mundializando-se a crise. A exclusão vira parte do processo decisório.

1.2 - Globalização: perspectivas teóricas

Quando o processo de construção do conhecimento saiu da idade média, marcada pelo predomínio da fé, acreditava-se que o conhecimento construído a partir da razão, objetivado pela ciência, nos levaria a um mundo mais justo, harmônico e igualitário. O projeto iluminista quebra as trevas medievais e a modernidade coloca-se como a promessa da construção de um mundo baseado na autonomia e liberdade. A busca de compreender a natureza levou ao desenvolvimento científico, colocando o conhecimento a serviço das necessidades humanas. A análise dos processos naturais e o controle destes processos pelos homens redefiniram a relação homem - natureza, possibilitando o grande avanço da humanidade no conhecimento do mundo natural e na sua instrumentalização.

No que se refere à sociedade, a razão secularizada apresentou-se como possibilidade do questionamento dos fundamentos da organização social e da construção de uma proposta racional do convívio humano. Numa perspectiva histórica, a ascensão da sociedade moderna e do conhecimento racional foi uma conquista da humanidade contra o obscurantismo, a ignorância e o misticismo. A razão, enquanto capacidade intelectual do homem, tornou factível a atividade de compreender, analisar, julgar e intervir nos fenômenos objetivos da realidade natural e social. O iluminismo, como uma nova forma de olhar, pensar e compreender o mundo a partir da razão, e a ilustração, como o movimento social tornado possível a partir dessa forma de pensar, colocaram a sociedade humana na modernidade. O Estado passou a ser discutido como um instrumento capaz de coibir a desordem e a violência social.

Com a modernidade construiu-se uma nova forma de organizar a vida social, a ascensão da burguesia como poder econômico e sua correspondente dominação política fez do capitalismo o sistema social dominante. A burguesia, num primeiro momento histórico foi revolucionária, usou do conhecimento racional para denunciar as mazelas da sociedade feudal, do poder da igreja, da aristocracia e do Estado Absoluto. No momento em que conquistou a hegemonia, enquanto classe dominante, a burguesia ao tornar-se dirigente, perdeu seu caráter revolucionário e adquiriu um caráter conservador da ordem por ela inaugurada, a ordem capitalista.

Assim o conhecimento racional foi colocado como instrumento de afirmação do mundo capitalista. A razão adquiriu um caráter instrumental e o conhecimento foi legitimado

como capacidade de controlar a realidade. Se no conhecimento da natureza, a razão instrumental nos levou a indústria moderna, ao avanço da medicina, da biologia, pela inteligência humana chegamos aos computadores, à eletrônica aplicada aos processos produtivos, sob a perspectiva positivista a história humana foi concebida como conjunto de “fatos sociais”¹³, sem uma fundamentação ontológica e sem um caráter teleológico. A burguesia passou a divulgar a ordem capitalista como a “ordem natural” da sociedade humana, permanente e passível de um processo linear de evolução.

O projeto iluminista que prometeu um mundo mais livre e autônomo concretizou-se, com hegemonia da burguesia, na construção de um mundo tensionado e desigual. Neste sentido esta reflexão questiona os desdobramentos da ordem capitalista no mundo globalizado. Teríamos aniquilado o poder revolucionário do projeto iluminista e da capacidade de construção de um mundo livre e igualitário? Ou, a globalização, como processo de construção de uma nova ordem social é o resultado inevitável da história humana? A grande utopia de um mundo livre e igualitário pode ser pensada em termos de efetividade prática a partir de todos os avanços que o conhecimento humano obteve na moderna sociedade capitalista? A grande questão posta torna-se pensar sobre as potencialidades humanas da globalização em curso. Será que há como humanizar o processo pautado na economia e no mercado, e em um grupo seletivo de escolhidos a dividir os ganhos do momento histórico?

A globalização capitalista remonta ao início do sistema capitalista de produção. Já desde o princípio, a sociedade moderna se distinguiu de qualquer outro período da história humana pela sua busca de transpor fronteiras, de ampliar o mundo a partir da civilização europeia. Esse processo é uma consequência da secularização da sociedade, do conhecimento racional sobre o mundo, da expansão do mercantilismo e da produção burguesa. O capitalismo desenvolveu-se a partir da busca de sua reprodução ampliada e como uma nova atividade civilizatória. O mundo da mercadoria é o mundo do capitalismo, a sua racionalidade é centrada no lucro. A racionalidade operante na organização social capitalista é a racionalidade do capital. Por racionalidade do capital entendemos que, na sociedade capitalista toda a produção social e progressivamente toda a atividade social assume a forma

¹³Segundo Durkheim (2001), fatos sociais consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se impõem como regra e determinação obrigatória de modo coercitivo, exterior, involuntário e geral.

da mercadoria, como reforça Marx¹⁴ sobre o fetichismo.

Na sociedade capitalista a produção é realizada por produtores autônomos e independentes, onde o mercado é a instância de relacionamento entre estes diferentes produtores. Cada unidade produtiva obedece a uma racionalidade operante que busca a maximização da produção e o barateamento da mesma através do aumento da produtividade do trabalho humano. Cada unidade produtiva deve acompanhar o progresso técnico e tecnológico para que seu produto contenha somente o tempo de trabalho social necessário a sua produção. A concorrência capitalista leva cada unidade produtiva a procurar desenvolver de forma mais eficiente possível a sua produção a fim de manter-se e ainda ampliar seu espaço de inserção dentro do mercado. Para produzir mais e mais barato intensifica-se a produtividade social do trabalho humano e diminui-se o tempo de trabalho social geral que deve ser materializado nas diferentes mercadorias. Como consequência direta desta forma de produção social, dada através da propriedade privada dos meios de produção e da concorrência capitalista, o desemprego é sempre uma constante a cada avanço técnico conseguido. Mesmo ocorrendo a migração interna da força de trabalho entre os diferentes setores produtivos, o progresso tecnológico tem levado à uma constante redução do tempo social de trabalho e ao desemprego, além de criar formas de arranjo dentro do mercado de trabalho. A precarização do emprego vem tornado-se um processo mundial, marcando esta “nova” etapa do capitalismo, chamada de globalização.

Marx colocou na análise sobre a mercadoria os fundamentos da ordem capitalista. A mercadoria enquanto a forma predominante do produto do trabalho humano guarda as determinações deste sistema social de produção. A mercadoria sendo ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, só finaliza seu processo de circulação no consumo depois de ser inserida no mercado. Portanto, na sociedade capitalista a realização do valor de uso dos produtos do trabalho humano só acontece após a realização do valor de troca, via mercado. Isso coloca a determinação de que as diversas necessidades humanas devem ser supridas via mercado. Os indivíduos devem estar aptos para participarem da produção e do consumo social via o mercado. O mercado de trabalho, com a venda da força de trabalho é o componente

¹⁴ Ver Marx (1983, p. 71). Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam de fato, como membros do trabalho social total, por meio das relações que a troca estabeleceu entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre produtores.

determinante para a capacidade de consumo da classe trabalhadora. O seu poder aquisitivo está relacionado ao valor de troca da sua mercadoria específica, a força de trabalho. A esfera produtiva também está sob a determinação da produção de mercadorias. Como todo produto da produção capitalista deve realizar-se via mercado, quando o consumo diminui ocorre o problema de realização da mercadoria, resultando numa queda da produção. Neste sentido a ampliação do mercado é uma luta constante para a produção capitalista.

Como a realização da produção ocorre com a subordinação real do trabalho ao capital, como o valor dos salários determina a capacidade de consumo das classes trabalhadoras, num ambiente de queda dos salários, diminuição dos postos de trabalho, ocorre o problema da ociosidade da capacidade produtiva instalada. Este movimento de contração da produção pode estender-se por diversos setores, levando a um ambiente recessivo. Com a integração dos mercados para além da esfera nacional, a recessão iniciada em um determinado setor, em um determinado país, pode estender-se para os demais setores e países. A racionalidade individual, operante em cada unidade produtiva e sob o comando de uma lógica dada pela concorrência capitalista, resulta numa grande “irracionalidade” geral desta sociedade. Devido a produção social ter como objetivo primeiro a sua realização via mercado, a realização do valor de troca subordina a realização do valor de uso¹⁵. No capitalismo a produção tem como meta a recriação ampliada do capital, assim, os interesses humanos são subordinados aos interesses da produção capitalista. O mercado, como uma instância social, criada pelos homens, adquire o poder de comandar os homens como se tivesse vida própria.

Ao concretizar-se, a produção capitalista evidencia a contraditoriedade deste sistema produtivo. O trabalho é colocado de forma subordinada ao capital. O capital comanda o processo produtivo, assim, a cada mudança nos fatores de produção a força de trabalho é levada a adaptar-se a nova base técnica e organizacional da estrutura produtiva. O mercado capitalista também sofre mudanças históricas. Na fase do capitalismo de plena e ampla concorrência, quando o ideal de livre mercado era a forma de ampliar as possibilidades da livre circulação de mercadorias, o Estado defendido pela burguesia só poderia ser o Estado Liberal. Quando avançou a produção fabril de larga escala, com a monopolização de mercados, se fortaleceu a prática do protecionismo econômico – os subsídios estatais, as barreiras alfandegárias, visando proteger a indústria nacional. O próprio Estado Nacional

¹⁵ Ao capitalismo o que importa é o mercado consumidor e não necessidades humanas estritas, muito mesmo daqueles que se encontram fora do mercado consumidor. Se pessoas estão excluídas do mercado, então estão excluídas do consumo, perdendo pontos importantes para inserir-se na sociedade vigente.

ampliou sua esfera de atuação buscando criar um ambiente de prosperidade e manter níveis elevados de crescimento econômico.

As pressões políticas e econômicas fizeram o Estado desempenhar uma atividade regulatória mais abrangente. Em países que hoje formam a União Europeia, a experiência do Estado de Bem-Estar Social foi um instrumento para harmonizar a sociedade. As desigualdades sociais estavam no foco da regulação do Estado, o processo de crescimento econômico, sustentado por níveis elevados do consumo, criou uma sociedade mais equitativa em alguns lugares do mundo, como França e Canadá que investiram forte em educação e saúde. Quando a produção capitalista integrou-se de forma mais intensa com o sistema financeiro privado, com um enorme avanço tecnológico, o mercado capitalista globalizou-se e o ideal de livre mercado voltou a ser a forma de ampliar o poder do capital nos diferentes espaços do mundo.

Na fase de acumulação capitalista marcada pela flexibilização generalizada¹⁶, pelo avanço da economia de mercado em todo o mundo, pós queda do Muro de Berlin, tem revelado que as contradições sociais, resultantes da forma de organização social da produção capitalista não diminuíram, nem mesmo nos países desenvolvidos. O desemprego aparece como um problema insolúvel, passivo apenas de ser amenizado por taxas de crescimento econômico mais elevadas, redução de déficits públicos e pela solidariedade, como lembra BADIE (1995). É importante ressaltar que a predominância do desempenho econômico e o individualismo nas atividades humanas têm implicações fortes para a vida democrática.

A integração de um mercado financeiro mundial, e a ação de especulação nas bolsas de valores criam um ambiente de insegurança econômica e social. Os instrumentos de regulação dos Estados Nacionais ficam minimizados frente à mobilidade do capital financeiro. A esfera produtiva subordinou-se ao movimento da esfera financeira, pela necessidade de tornar-se atrativa aos investimentos dos grandes fundos de aplicações. Os instrumentos de regulação do setor produtivo e do financeiro são redefinidos nesta nova fase da acumulação, o capital passou a exigir maior mobilidade. As consequências sociais deste

¹⁶ Para ANTUNES (2000) o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução do processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreende-se o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. Isso abrange vários aspectos da social: Estado, Escola, meios de comunicação, transportes flexibilizando a vida.

processo histórico podem ser medidas pelo aumento nos níveis de violência, de insegurança e o ressurgimento de conflitos étnicos e do fundamentalismo em diversas regiões do mundo.

Ao mesmo tempo que a modernidade colhe os frutos de um elevado desenvolvimento tecnológico, evidencia-se uma fragilidade na sustentação deste sistema social, num movimento de exclusão não apenas dos países menos desenvolvidos e das populações pobres, mas um tipo de exclusão que atinge os próprios países ricos. A exclusão vista pela ótica do não pertencimento, da segregação, seja social, étnica, cultural ou religiosa.

A atividade do conhecimento, a promoção de um saber científico sobre os processos naturais, a otimização dos recursos da eletrônica na esfera produtiva, criaram o patamar produtivo mais elevado da história humana. Ao lado desta potencialidade da produção, a insegurança do mundo moderno recria tensões e problemas sociais muito antigos. O conhecimento sobre a sociedade parece não conseguir captar a complexidade desta etapa da história humana. A perspectiva de totalidade regride para colocar um olhar fragmentado sobre a realidade social. As explicações parciais vêm tornando cada vez mais inacessível uma compreensão lógica sobre os desdobramentos sociais da globalização do mundo.

Assim, a partir da consideração sobre os fundamentos da ordem capitalista podemos indagar efetivamente sobre o que é a globalização. Seria apenas uma extrapolação da ordem nacional ou seria uma exacerbação da capacidade tecnológica de produção? É o desdobramento necessário da sociedade capitalista, como caminho de mão única e sem retorno? E aqueles que não se inserem no mercado, não a Coreia do Norte, mas pessoas, qual seu fim?

Afinal, o que é a globalização? Esta questão não recebe uma resposta fácil e única. A globalização é um complexo processo desencadeado pela forma de produção e circulação de mercadorias, principalmente a partir da segunda metade do século XX, dado ao avanço tecnológico. Ao lado do avanço da internacionalização da produção, a globalização também adquire o caráter de um movimento político, cultural e valorativo, na medida em que difunde um tipo de sociedade, a sociedade capitalista, como a única possível. Conforme coloca Ortiz, existem particularidades neste processo emergente de globalização:

Internacionalização se refere simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais; isso não é um fenômeno novo. A globalização da atividade econômica é qualitativamente diferente. Ela é uma forma mais avançada e complexa da internacionalização, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas (ORTIZ, 1994, p.16).

A globalização também está sendo colocada como a ocidentalização do mundo a partir de uma espécie de padronização dos indivíduos dentro de uma sociedade de consumo e produção globalizados.

O termo globalização não tem uma definição única e universalmente aceita. De acordo com Held e McGrew, ela tem sido diversamente concebida. o que distingue essas definições é a ênfase que se dá “aos aspectos materiais, espaço-temporais e cognitivos da globalização” (2001, p. 12). Os aspectos materiais estão relacionados aos fluxos de comércio, capital e pessoas em todo o globo. Os diferentes tipos de infra-estrutura como a física (transportes, sistemas bancários), a normativa (regras do comércio) e a simbólica (o inglês é considerado a língua acadêmica mundial) têm facilitado esses fluxos. Os aspectos espaço-temporais são, sem sombra de dúvida, os que mais têm possibilitado o enredamento de Estados e sociedades em sistemas mundiais.

Retomamos então, o processo de globalização a partir da internacionalização produtiva e da circulação de mercadorias, abarcando especificamente o final da década de sessenta até os dias atuais. O mundo capitalista após o abalo das duas grandes guerras mundiais entrou num processo de reorganização das relações políticas e econômicas. Os países vencedores da segunda guerra mundial, passaram a desenvolver com maior ênfase o sistema de relações internacionais e a dar uma dinâmica protecionista para suas economias nacionais.

A grande mudança na forma de regulação social da produção foi dada pela ação do Estado. A política redistributivista denominada de Estado de Bem Estar Social, passou a ser um forte agente na manutenção de um nível de crescimento econômico e desenvolvimento social nos países desenvolvidos. Esta conjuntura de fortalecimento do Estado de Bem Estar Social durou do final da década de quarenta até início dos anos setenta (TILLY, 2004).

Cresceu, após a segunda guerra mundial, nos países europeus, a política denominada de socialdemocracia e, nos Estados Unidos da América do Norte, o *New Deal*, em 1932, e depois a declaração do Presidente Lyndon Johnson de “Guerra contra a Pobreza”, em 1964, foram as respostas a um tipo de liberalismo clássico que havia desde o século XIX até a

década de trinta. A crescente intervenção do Estado na esfera social, criando um processo de seguridade social nos países centrais foi um fator decisivo para o crescimento econômico do pós segunda guerra. Neste sentido, as ideias de Keynes sobre o papel da demanda efetiva na economia parecia ser consenso. Porém a conjuntura favorável ao crescimento econômico teve fim na década de setenta com o início de um processo recessivo em toda a economia capitalista, diferenciando-se a intensidade deste processo em cada país.

O crescente poder dos partidos socialdemocratas na Europa, com vinculações políticas de esquerda, tendo no movimento trabalhista o seu suporte político, criou um sistema de reações as políticas de bem estar social nos setores conservadores. Este fato aliado a um movimento político de caráter internacional, de organização dos países sub e em desenvolvimento em busca de mudar as regras do sistema mundial de produção, colocou novos impasses para o capitalismo.

Em 1974, na Assembleia Especial das Nações Unidas - foi colocado em discussão e aprovada uma nova Ordem Econômica Mundial, com o objetivo básico de dar um tratamento mais favorável para os países em desenvolvimento. Um movimento que ficou conhecido como o grupo dos 77¹⁷, pedia mudanças nas relações internacionais e auxílio dos países centrais para combater a pobreza da periferia capitalista e levar a um desenvolvimento econômico e social esta periferia, evitando-se assim, a propaganda comunista. Este clima favorável para as negociações políticas foi interrompido no mesmo ano, 1974, quando o grupo de países produtores de petróleo - OPEP, fez um boicote mundial na venda do petróleo, subindo em três vezes o preço do barril de petróleo, que passou de cerca de 3 a 4 dólares para 12 dólares (WASSERMAN, 2006). Este impasse criado pela crise do petróleo teve uma repercussão econômica e política desastrosa sobre as classes trabalhadoras e acirrou o processo de poder internacional entre os países centrais e a periferia capitalista.

¹⁷ O **Grupo dos 77** nas Nações Unidas é uma coalizão de nações em desenvolvimento, que visa promover os interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na Organização das Nações Unidas. Havia 77 membros fundadores da organização, mas a organização, desde então, expandiu para 130 países membros. Em 2010, conforme anunciado em Nova Iorque, a República do Iêmen possui a presidência. O grupo foi fundado em 15 de junho de 1964 pela "Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países" emitida na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A primeira reunião importante foi em Argel, em 1967, quando a Carta de Argel foi adotada e a base para as estruturas institucionais permanentes foi iniciada. Há seções do Grupo dos 77, em Roma (FAO), Viena (ONUDI), Paris (UNESCO), Nairobi (UNEP) e o Grupo dos 24 em Washington, DC (FMI e Banco Mundial).

Com o encarecimento da produção industrial, desencadeou-se toda uma onda de caráter conservador de ataque aos direitos das classes trabalhadoras e a busca de intensificar o avanço tecnológico, que já vinha desenvolvendo-se. A crise do petróleo teve consequências variadas e complexas para a sociedade capitalista. Se, por um lado acirrou as tensões sociais, por outro lado, criou uma liquidez de dólares, dada pelo aumento do preço do petróleo que ficou conhecido como os “petro-dólares”. Este capital líquido, tirado das economias industrializadas teve um destino muito complexo, serviu em parte para financiar a própria produção dos países centrais e para o desenvolvimento de mudanças tecnológicas ainda mais profundas, e, em parte, foi emprestado para os países periféricos que estavam em processo de industrialização, como o caso do Brasil.

Para fugir da pressão dos sindicatos fortes dos países centrais como Reino Unido, França e Alemanha e buscando baratear os custos de produção, agora com maiores recursos tecnológicos, houve então um processo mais intenso de internacionalização da produção. Esta internacionalização da produção, ao transgredir as barreiras nacionais, é o cerne do avanço da globalização que ora se faz evidente.

Todos esses processos significaram retirada do Estado, via ruptura de controles estatais que foram eliminados nos casos de retirada de controles tarifários e barreiras ao comércio; a partir das desregulamentações, que eliminaram normas governamentais; como auxílio das desintermediações financeiras, que permitiram que os agentes econômicos participassem dos mercados de títulos e moedas sem passar pelas normas que regulavam o sistema financeiro; e através de perda de controle de determinados setores da economia, no caso das privatizações. Em uma palavra, tais processos significaram, na prática, a liberalização generalizada dos mercados, tendência que vem se desenvolvendo desde o final dos anos setenta (MOLLO, 1997, p.69).

Os espaços econômicos não mais coincidem com os espaços nacionais. A soberania política é suplantada pela soberania econômica internacionalizada. Neste amplo processo de redefinição da produção capitalista, o Estado-Nação é progressivamente corroído pela internacionalização da economia, que desloca a produção e a base de criação do valor para espaços supranacionais, aliando-se a um sistema financeiro internacional que detém um fluxo de capital volátil que não está sob o comando de nenhum banco central, de nenhum governo. Este capital, livre das amarras nacionais, busca taxas de lucros mais atrativas e cria um tensionamento para a contabilidade nacional, gerando crises cambiais, problemas na balança comercial e até mesmo sobressaltos sistêmicos.

A globalização é o processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista que, redefine as ações do Estado-Nação e, cria um sistema complexo de produção e circulação de mercadorias ao nível mundial. Entra em cena a produção flexível como eixo desta nova fase da acumulação capitalista. François Chesnais (1996) nos fornece uma interpretação do processo de globalização articulando-o ao desenvolvimento de uma nova fase do processo de acumulação, onde o capital financeiro adquire maior peso na definição dos locais de investimento do capital produtivo. Assim, “fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (1996, p.13).

O ponto central da internacionalização parece residir no capital financeiro e no seu poder de comandar o ritmo da acumulação na esfera da produção. O capital financeiro segundo Chesnais:

(...) cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos (securities) e sua obsessão, a rentabilidade aliada à liquidez, da qual Keynes denunciara o caráter anti-social, isto é, antitético ao investimento de longo prazo (...) É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza (1996, p. 15).

Ainda seguindo a análise de Chesnais, os dois mecanismos principais do capital financeiro estão articulados às dívidas públicas.

Os primeiros referem-se à inflação do valor dos ativos, ou seja, à formação de capital fictício. Os outros se baseiam em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos de seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas rentistas (1996, p.15).

Pelas colocações de Chesnais sobre os mecanismos usados pelo capital financeiro, podemos analisar que o movimento das dívidas externas que colocou os Estados da América Latina em crise fiscal é na verdade um processo endógeno da ascensão do capital financeiro e da transferência de riqueza da esfera produtiva de cada país para um setor comandado pelo capital financeiro internacional. A crise dos Estados Nacionais, especialmente tratando-se dos Estados dos países que se endividaram na década de 1970, como o Brasil, reflete esta dinâmica do capital financeiro. As consequências sociais deste processo de fortalecimento do

setor financeiro, feito à custa de fundos públicos canalizados através do serviço das dívidas externas e internas, refletem-se na perda da capacidade de investimentos sociais e em infraestrutura por parte dos Estados.

Outra consequência perversa deste processo é a submissão dos Estados aos capitais especulativos, o que gera um clima de insegurança no sistema produtivo.

O nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os mercados) deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados salvo que questionem os postulados do liberalismo (CHESNAIS, 1996, p. 15).

O ataque especulativo sobre as moedas dos países emergentes vem sendo um demonstrativo da forte insegurança deste modelo de acumulação baseado no setor financeiro. A recente crise da Ásia coloca em evidência o poder fictício de algumas economias e a fragilidade do sistema mundial de produção, a interligação de todas as economias devido à internacionalização do capital financeiro e produtivo. A instabilidade econômica tem repercussões na estabilidade política dos governos.

Outro ponto a ressaltar no processo de internacionalização dos mercados financeiros é a conversão de todas as moedas para o dólar. O poder dos EUA fica evidente quando o dólar passa a ser a moeda de troca mundialmente aceita, além do poderio militar da potência americana. A ordem mundial passou a ser definida pelo poder dos grandes grupos ligados ao que Chesnais chamou de Tríade: EUA, Japão e Comunidade Europeia, retrato dos anos 90. A situação hoje se apresenta diferente pela maneira que o sistema mundial se apresenta: crise na econômica nos Estados Unidos com desvalorização do dólar, presença internacional de outros atores como China.

Para esta nova fase da acumulação capitalista os governos nacionais devem ser redefinidos, circulam no sistema financeiro mundial bilhões de dólares que não são controlados por governo nenhum, nem mesmo pelo Federal Reserve norte-americano. Esta mobilidade do capital financeiro já fez surgir a tese postulada por Ohmae, do fim do Estado Nação. Quem precisa de um Estado Nacional que não pode mais controlar o processo do capital? A esta pergunta Ohmae propõe como resposta o surgimento das economias regionais.

As forças agora em ação têm levantado questões inquietantes acerca da relevância - e eficácia - dos Estados-Nações como agregados significativos em termos dos quais pensar e gerenciar a atividade econômica (OHMAE, 1996, p. XIV).

Apesar do que possa parecer, o processo de globalização é multifacetado e não se limita a competição por oportunidades de mercado e por taxas elevadas e constantes de crescimento econômico; nem podem ser resumidos ao aumento gradativo dos investimentos propiciados pela crescente liberalização do comércio internacional e pela desregulamentação financeira mundial.

É possível fazer uma leitura política da globalização que evidencia processos de uma luta social por novos valores coletivos e preferências individuais. Nesse contexto, a contestação dos movimentos sociais e das redes transnacionais de ativismo político contra os processos de globalização hegemônica não tem como alvo exclusivo o conjunto de princípios norteadores das negociações dos acordos de livre-comércio, mas visa também à crescente confusão entre interesses públicos e privados na definição de um ideal de bem comum e de justiça em escala planetária.

Existem lógicas transnacionais, redes de ação e até mesmo indivíduos como atores na política mundial contemporânea, conformando-se como novos sujeitos de percepção mais complexa, sem soberania definida e organizados sem um território definido.

Como assinalam vários autores, a globalização tem evoluído na direção de uma luta social e política por novos valores de sociedade e preferências individuais (BECK, 2003). Encontrando suas fontes históricas na crise dos modelos de Estado-providência dos anos 1970 e na transformação do papel desempenhado pelo Estado-nação na ordem internacional, a globalização se constitui igualmente do adensamento das relações sociais no âmbito mundial sob a orientação ideológica de um projeto político que busca submeter ao domínio exclusivo do mercado competitivo as distintas esferas da vida e das relações entre o humano e o ambiental (RIST, 1996).

É sob essa orientação que o sistema econômico global otimiza sobremaneira valores e critérios relativos ao desempenho, à competitividade, à individualidade, à eficiência e à produtividade. O bom desempenho econômico define, atualmente, o novo lócus de pertencimento dos sujeitos globais, que trabalham cada vez mais com base em responsabilidades imediatas implementadas preferentemente a custos sempre decrescentes.

Tal cenário se apresenta de modo que as negociações políticas, conforme a

interpretação neoliberal do ideal econômico sugerem padrão de eficiência e regerem-se conforme manda o mercado. A ideia de uma democracia circunscrita pela economia de mercado oferece uma fórmula de eliminação dos espaços filosóficos da dúvida, das incertezas, dos questionamentos e dos espaços políticos da deliberação. Na sociedade econômica de risco global, organizações econômicas, atores políticos, organizações sociais são todos constrangidos a dar cada vez mais prioridade à certeza (ainda que fictícia), ao curto prazo e ao tempo imediato.

Acrescente-se a isso a noção de democracia é diretamente afetada pela globalização tecnológica porque o individualismo associado ao uso de tecnologias de informação potencializa o mito da democracia plena que faria a conexão direta e imediata dos cidadãos planetários e lhes propiciaria contornar os controles centralizados do Estado.

Em Castells (2003), vemos que com reordenamento da economia política internacional decorrem consequências profundas para a organização do espaço mundial que afetam diretamente o desenvolvimento das redes, das políticas, das organizações e dos movimentos sociais. Existem assim, dois processos subjacentes à globalização: uma internacionalização da política por meio do surgimento de atores, redes e instituições transnacionais, assim como a integração econômica produzida pelo crescimento do comércio internacional, da mídia e da integração financeira. No entanto, como diz Milani (2006) a globalização reproduz desigualdades sociais e econômicas entre Estados, graças a um complexo sistema de redes tecnológicas que facilita a intercomunicação rápida e imediata (tempo) que escapa ao controle rígido do Estado-nação (território) na organização das ações coletivas (convergências solidárias).

Assim, as mesmas possibilidades que geram mecanismos de dominação em todas as esferas da vida e viabilizam a interconexão rápida desses processos ensejam, igualmente, a emergência de formas de contestação baseadas nesses mesmos recursos de interconexão global, criticando, porém a reprodução de condições materiais estruturalmente desiguais do mundo global.

O mundo que vivemos é a transformação em si. É o momento de passagem, de contestação da ordem antiga para um novo patamar em configuração. Como antevê Villa (1999), os processos de globalização do capitalismo e o intenso desenvolvimento de atores não-estatais no cenário internacional nas últimas décadas estão na origem de conceitos como o de “sociedade internacional” (Raymond Aron) ou “sociedade mundial” (Bertrand Badie), que corresponderiam a “uma totalidade que incluiria ao mesmo tempo o sistema interestatal, o

sistema econômico e os movimentos transnacionais, as sociedades e as instituições internacionais”.

De fato, nesse mesmo sentido analítico de compreensão do fenômeno da globalização, autores diversos (Badie, 1995; Wendt, 1999) propõem que sejam repensadas as premissas epistemológicas (explícitas ou implícitas) que podem por si já constituir instrumentos “disciplinadores” da compreensão do fenômeno “globalização”. Por isso, tais autores propõem considerar a política internacional enquanto “construto social”, dependente de contextos, com implícitos sobre os atores, os processos, as estratégias; defendem considerar a produção do conhecimento nas disciplinas como um processo social; ir mais além do abstrato (buscando os contextos) e do a-histórico (buscando as relações com tempo e espaço) na análise do processo político que está subjacente à globalização. Ademais, como lembra Wendt (1999), é importante não ver a ordem mundial como política “ou” econômica “ou” cultural, mas sim como o resultado de articulações entre essas diferentes esferas, donde a necessidade de procurar pensar o que une as diferentes estratégias de conformação da ordem mundial.

Nesta lógica o redesenho do Estado é apenas um elemento da adequação ao mundo globalizado, visto como caminho sem volta e processo sem escolha de alternativa. É esta a lógica da reforma do próprio conceito de Estado-Nação, já que, finalmente o capital pode admitir que sua lógica sempre foi mundial. O capital não tem pátria. Ohmae coloca que as fronteiras, bases certas dos governos, hoje são apenas referências culturais, na economia globalizada elas foram demolidas.

Muitos dos valores básicos que sustentam uma ordem mundial baseada em Estados-nações delimitados, independentes - a democracia liberal conforme praticada no Ocidente, por exemplo, ou a própria noção de soberania política - tem se mostrado seriamente carentes de redefinição ou, talvez, de substituição. De fato, à medida que se aproxima o século XXI e que aquilo que denomino os quatro “IS” - indústria, investimento, indivíduos e informação - fluem relativamente sem impedimentos através das fronteiras nacionais, os conceitos básicos adequados a um modelo do mundo de países fechados do século XIX não mais se sustentam (Ohmae, 1996, p. XIV).

Pelo pensamento expresso de Ohmae, poderíamos pensar então na utopia de um mundo global onde as fronteiras fossem suprimidas, como também sugere Badie (1995). Porém, Ohmae não inclui num dos IS o indivíduo sem adjetivos. Se pensarmos no indivíduo investidor ou no indivíduo consumidor, certamente a fala citada pode ser verdadeira, porém,

se o indivíduo for pobre, oriundo dos países periféricos, o fluxo global não é de forma alguma livre¹⁸.

Acirram-se ao lado da globalização da economia, do apogeu do mercado global, uma desagregação de povos, uma individualização. Os imigrantes vêm cada vez mais distante o sonho da legalidade nos países centrais tendo como exemplo as leis federais americanas ou locais sobre os imigrantes, a instabilidade social na França na questão dos migrantes em seu território. Mas, o ambulante, o pedinte, o periférico, o andarilho tem se expressado e acaba sendo bode expiatório de uma condição sistêmica – torna-se culpado como qualquer pessoa pobre em qualquer país.

Assim, um dos pontos centrais do conceito que historicamente foi construído como base do Estado-Nação, a própria noção de território, ainda é um ponto central quando se trata de pessoas. Se pensarmos na origem da territorialização do mundo moderno, devemos retornar ao próprio processo de configuração do Estado Absoluto, que sob o comando dos príncipes e reis, numa luta incessante, ampliou os domínios europeus sobre o planeta e criou uma rígida noção de território. Lembremos a Poor Laws da Inglaterra em 1601 - que previa que os pobres não podiam migrar de um território ao outro, eram marcados a ferro para serem reconhecidos pela sua origem de território¹⁹.

Não significa que o território, a ideia de território, nação ou sua significância tenham perdido a sua importância, nem que hajam desaparecido da cena política contemporânea. Pelo contrário, a ideia por trás desses conceitos desempenha um papel cada vez mais importante na política interna de cada Estado-nação. Cada vez mais confrontado às questões atinentes aos direitos de cidadania para todos, como as reivindicações das minorias étnicas, o desafio representado pelas enormes desigualdades sociais, pelos guetos, pelas questões regionais; a ação política e econômica de grupos terroristas, do narcotráfico, de artefatos nucleares, em geral organizados sob a forma de redes ilegais/clandestinas; entre outros tantos confrontos que, claro, repercutem na arena internacional, cujos atores são os Estados-nação.

¹⁸ Ficamos com a impressão de que Ohmae (1996) sugere que as pessoas possam satisfazer todas suas necessidades de "bem-estar" no mercado global se associados os quatro Is. Vemos como simplificação que ignora uma classe de bens que não pode ser comprada ou vendida. Ainda reforçamos que há uma minimização em seu raciocínio de perceber os custos sociais de um mundo sem fronteiras como explicita em seu livro *Mundo sem Fronteiras* (1991).

¹⁹ Segundo Badie (1995), a ideia por trás dos territórios tem sido redefinida progressivamente de modo a passar de instrumento de autoridade a ferramenta de controle que determina a vida internacional e circunscreve a redefinição do Estado no processo de mundialização econômica e identitária, num momento em que povo, território e soberania legítima desmancham-se no ar.

Nesse sentido, Merle (1996) afirma que o Estado continua a ser uma realidade fundamental, em primeiro lugar como sujeito jurídico de direito próprio, então, como um centro independente de decisão (mesmo que seja um poder residual). Quanto ao território desse Estado, certamente é uma área protegida por uma soberania absoluta, mas um campo de ação em que se cruzam todas as influências de outros assim como a ideia de nação, atualmente transmutada²⁰.

Hoje, se pensarmos a globalização do mundo e a inépcia do conceito de Estado-Nação, devemos pensar também as leis de imigrantes e todo o processo de segmentação do mundo pobre, das vastas regiões da África, da América Latina, do Leste Europeu como a Albânia, do México e outros pedaços do mundo. Seria então possível, já que o conceito de nação tornou-se inoperante, o livre fluxo de pessoas?

Contra esta tese concorrem recentes fatos históricos e a crescente onda de terrorismo e fundamentalismo, do racismo e do preconceito contra os imigrantes. E por que brota o ódio ao imigrante, a segmentação dos pobres? Seriam apenas fatores culturais? Num mundo onde impera a incerteza global, um dos reflexos desta nova sociedade, onde dada a nova base tecnológica desaparecem os empregos, é o medo que faz a história. A ascensão de um irracionalismo racista e étnico não está dissociado de um contexto histórico onde as classes trabalhadoras são a todo tempo levadas a insegurança do desemprego e da competição de todos contra todos. A ética possível num mundo sem normas de segurança social assemelha-se ao retrato Hobbesiano de uma sociedade de lobos.

A França é um país com diversas políticas sociais que abrangem pessoas de diversas nacionalidades: escola, moradia, saúde, natalidade. Conseqüentemente, atraiu andarilhos pobres e tem investido em formas de controle como políticas fronteiriças e repatriação se agir na legalização de clandestinos, algo feito pelo Brasil, que no caso francês pode aprofundar a crise de seu *welfare state*.

Sobre o medo do desemprego e seus efeitos na vida das pessoas, o texto de Viviane Forrester - O horror econômico, ao retratar a situação dos desempregados na França coloca toda a perversidade deste quadro social.

²⁰ Mais ce dernier [l'Etat] demeure une réalité fondamentale, d'abord en qualité de sujet de droit à part entière, ensuite en qualité de centre autonome de décision (même s'il s'agit d'un pouvoir résiduel). Quant au territoire de cet Etat, il n'est certes plus un espace protégé par une souveraineté absolue, mais un champ d'action sur lequel s'entrecroisent toutes les autres influences (1996, p. 301).

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos (FORRESTER, 1997, p. 11).

No mundo globalizado, os indivíduos ainda são cidadãos de países específicos e recorrem ao seguro social de seus Estados Nacionais contra a falta de emprego, e, lutam por economias nacionais que preservem seus empregos. Mesmo tornando-se fluída esta realidade nacional, os impasses vividos dentro dela são tratados como temas internos de cada país, a economia, o Estado e suas finanças. A referência da ideia de nação ainda é forte e seus mecanismos operam no imaginário social.

Neste contexto, quais seriam as funções do Estado-Nação? Assegurar aos seus cidadãos proteção contra o perigo dos imigrantes? Estaria o mundo dispensado desta massa de trabalho barata, provinda das regiões pobres? Como manter um Estado de Bem Estar Social se houver um fluxo de pessoas procurando pelos lugares que mais oferecem segurança social? Como manter os custos do sistema de seguridade social para os próprios cidadãos de cada território se a lógica do capital é globalizada? Como criar uma sociedade global segmentando os indesejáveis para fora dela? Tais respostas estarão presentes ao longo do trabalho.

Consideremos ao I de informação que se refere Ohmae. Se pensarmos no fluxo de informações veiculadas no mundo através das redes de comunicações como a Internet e outras, podemos imaginar na democratização do saber. Neste sentido, Ohmae se antecipa quando fala de relativamente livre o fluxo de informações sem qualificar de que tipo de informação está tratando. A informação que ele analisa como livre é a tecnologia da informação como estratégia das empresas multinacionais para verificar tendências de mercado, como exposto:

(...) o fato básico da interligação com os fluxos globais de informações é um - talvez o - fato central e distintivo de nosso momento na história. Não importa qual seja a civilização à qual um grupo específico de pessoas pertence, elas agora recebem informações sobre como vivem outros grupos de pessoas, sobre as espécies de produtos que compram, sobre a mudança de foco de seus gostos e preferências como consumidores e sobre os estilos de vida que almejam cultivar (OHMAE, 1996, p.9).

Quanto aos demais IS - investimento e indústria - parece que aí sim a tese de Ohmae encontra maior referência com a realidade efetiva deste final de século. Mesmo considerando a mobilidade do capital financeiro, os paraísos fiscais ainda são regulados por legislação interna, no caso das indústrias ocorre que os contratos firmados com os países que recebem as

filiais das empresas multinacionais ainda são feitas com base no interesse nacional e na legislação nacional, mesmo que de forma cada vez mais discursiva e flexível. Mesmo assim, no nosso caso, não vemos a vontade da instalação de plantas industriais de multinacionais francesas em território brasileiro na região que mais envia migrantes ao território francês. Miopia estratégica ou falta de coordenação estratégica da política desenvolvimentista brasileira? Talvez possamos inferir que o governo central francês decidiu oferecer ao povo da Guiana políticas assistencialistas de curto prazo, ao invés de investir em educação e criação de empregos de forma consistente. Reverter tal quadro é desafiador.

Ao lado das potencialidades emancipadoras de uma sociedade global e integrada, o que vemos acontecer neste final de século é a globalização do capital e não dos povos. A globalização é comandada pelo capital, este assume um espaço global na sua busca frenética de lucros, quebrando as barreiras nacionais ao desarticular o Estado-Nação e fragilizar a economia nacional.

A globalização do capital vem desenvolvendo uma fragmentação ainda maior da civilização humana. O que ganha faceta global é o mercado capitalista e sua lógica. O que se globaliza é o poder do capital quebrando as especificidades locais e imprimindo uma padronização massificante, um mercado de consumo global.

A concorrência global cria um clima de competitividade muito mais acirrada, onde a única regra do jogo é ganhar. Para manter-se no mercado é preciso desarticular o sistema de proteção dos trabalhadores. A racionalidade do lucro, o fetiche do crescimento econômico penetra de forma mais violenta no sistema de valores difundidos ideologicamente pelo grande capital. Concorde-se com Ohmae ao centralizar os processos econômicos como o eixo das mudanças dadas na globalização, colocando que a cultura não é o fator determinante dos processos sociais em curso, senão, fenômeno determinado e subordinado. A padronização do consumo cria, não apenas um amplo mercado capitalista, mas uma dinâmica social com um claro sentido de ocidentalização do mundo sob o comando dos centros hegemônicos do capitalismo o que Ohmae (1996) chama de “californização do gosto”, isto é uma espécie de pasteurização do estilo de vida que deixa matizes locais, pessoais para assumir características globais.

Como coloca Milton Santos:

A dimensão mundial é o mercado. A dimensão mundial são as organizações ditas mundiais: instituições supranacionais, organizações internacionais, universidades mundiais, igrejas dissolventes, o mundo como fábrica de engano (1993, p. 19).

Ao lado da predominante presença do capital no processo de globalização, o próprio desenvolvimento da história humana tem evidenciado uma grande complexidade do mundo atual. O século XX foi o palco de grandes transformações sociais, dadas a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da instrumentalização do conhecimento científico em aplicações tecnológicas.

O fato é que a sociedade humana é numerosa, complexa e o poder tecnológico é grandioso. Sem dúvida que houve um processo de desenvolvimento das potencialidades humanas, mesmo que de forma contraditória e tensionada. Segundo dados da ONU (2010), a expectativa de vida da população nos centros capitalistas triplicou chegando a atingir a média de 80 anos de vida, como na França. Na periferia capitalista esta média ainda é de 55 a 65 anos e na África, e outras regiões mais pobres, a alta mortalidade infantil e adulta sugere deslocamentos.

Assim, um fator ligado ao processo contraditório da globalização está na mobilidade humana. Mesmo com as restrições ao livre fluxo dos indivíduos, o sistema de comunicações e de transportes cria uma rede conectada globalmente e em tempo que sugere instantaneidade. Ao lado da integração humana, aparece a desagregação da civilização. A civilização fragmentada colocada pela lógica excludente do mercado capitalista atinge amplos espaços mundiais. Um exemplo claro é que a tecnologia permite a facilidade de deslocamento, as pessoas viajam mais.

Este sistema de tensões entre possibilidades emancipatórias da globalização e sua realização nos moldes capitalistas - de exclusão e fragmentação - tem feito surgir novas guerras. O sistema de bipolaridade reflete as instituições globais (ONU, OMC, Banco Mundial, FMI) ultrapassadas que pouco podem fazer para resolver questões como garimpeiros perdidos na floresta, tráfico de pessoas e questões étnicas e de nacionalidade no espaço urbano. Será que princípios humanitários, éticos, se sobrepõem à importância do capital onde cada um está por si e ninguém por todos? Algo a ser abordado em capítulo futuro.

Claramente, o indivíduo já nasce em berço neoliberal, devendo desenvolver suas capacidades a partir do livre mercado, sem restrições no plano econômico. As oportunidades estão no mercado, a ética do individualismo está baseada no utilitarismo. Assim, o princípio da “mão invisível” do mercado garantiria uma alocação eficiente dos recursos, gerando uma prosperidade coletiva. A liberdade é entendida a partir da liberdade econômica do capital; a igualdade é responsabilidade individual fruto das capacidades pessoais.

O que está claro é que existe um descompasso entre o contexto atual das migrações e o momento histórico dos países destino dos migrantes clássicos ou de trânsito, como no caso do andarilho. Veremos a seguir a relação crescente entre migração e demandas sociais num ambiente que em detrimento da proteção, sugere opressão e violações de direitos, nada condizente com os ideais de liberdade.

1.3 - Migrações internacionais e demandas sociais

Afinal, como entender as migrações internacionais recentes contextualizadas a partir de processos macroestruturais de reestruturação produtiva e no contexto internacional da atual etapa da globalização, em suas múltiplas dimensões e desdobramentos? A crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização tem sido objeto de contribuições de caráter teórico e empírico, que analisam diversidade, significados e implicações. Parte significativa destas contribuições se volta à reflexão das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais em andamento no âmbito internacional gerando novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo.

O debate evidencia posturas ideológicas e visões de mundo que se confrontam na tentativa de enfrentamento das contradições e crise da ordem capitalista hegemônica na atual etapa de desenvolvimento sustentável, modelo hoje institucionalizado, que, depois do fim da guerra fria e da expansão da etapa de flexibilização de acumulação de capital, alinha os países desenvolvidos e em desenvolvimento, situação que criou novos contornos da pobreza e exclusão, espaços internos de dinamismo econômico e limites para a ação de políticas de proteção social.

As características das atuais modalidades migratórias implicam, no cenário da

globalização, a necessidade de reavaliação de paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas inevitáveis, assim como as definições acerca do fenômeno migratório devem ser revisitadas. É imprescindível que se considerem o contexto dos compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos direitos humanos dos migrantes; também se faz necessária a discussão sobre quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais ancoradas em direitos humanos.

É preciso reconhecer que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional ótica de sua soberania; fruto das tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico produtiva em escala global. Migrar é inerente a incessante busca por lugar na sociedade.

Acontecimentos como o 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e sua estratégia militar preventiva iniciada com a guerra do Iraque, os conflitos no Oriente Médio, as tensões entre comunidades de imigrantes muçulmanos na Europa, variadas manifestações das contradições e dos conflitos que permeiam a vida coletiva reforçam as expressões de racismo e xenofobia. Temos um pulular de movimentos dos emigrados pelo mundo; as manifestações cotidianas na França nos fazem ver que a segunda geração de imigrantes muçulmanos não se considera e não é considerada francesa; os imigrantes, nos Estados Unidos, se organizam em movimentos contra a proposta lei de imigração em discussão no Arizona. Mas, será que a governabilidade está ouvindo as vozes da sociedade civil?

Os direitos humanos, nesse contexto, passaram a ser o instrumento legítimo e aceito de concertação interna e internacional. As políticas migratórias são, assim, celebradas e formuladas a partir dessa legitimação; a efetivação desse caminho ainda está longe de se concretizar; há muito que ser feito, explorando as brechas que as propostas de governança internacional das migrações acabam por configurar. As propostas de organismos internacionais, inclusive no sentido da formulação institucional de medidas jurídicas para a efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mediante parcerias, acordos bi ou trilaterais e multilaterais, de um lado, e a moldura dos acordos de integração econômica regional, de outro, constituem uma brecha importante no monitoramento de políticas migratórias; daí o papel importante dos movimentos sociais e outras vozes da sociedade civil organizada.

O entendimento dos processos sociais envolvidos nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes passa pelo reconhecimento de que na migração internacional estão envolvidos fenômenos distintos, com grupos sociais e implicações diversas. Se, de um lado, não interessa manter esse termo como forma de legitimar e garantir a visibilidade do que se trata mundo afora, de outro, carrega-se o desafio de concretizar aspectos sociais, econômicos, culturais, jurídicos e institucionais, que envolvem os movimentos de pessoas que cruzam fronteiras de Estados-nação.

O comitê de migração internacional da União Internacional para o Estudo Científico da População – IUSSP - divulgou documento de revisão e avaliação das teorias de migração internacional em 1997 no qual os autores explicavam teorias determinando pressupostos, buscando modelos que descreveriam o início do movimento internacional contemporâneo – identificado com o desenvolvimento da sociedade urbano industrial moderna – e, em seguida, teorias que se referem à continuidade ou persistência, no tempo e no espaço, dos fluxos migratórios.

Essas teorias elaboram mecanismos causais que operam a níveis amplos e diversos de análise, o que acarreta implicações diferentes para a formulação de políticas; também concordamos com a necessidade, na formulação de teorias que norteiam a interpretação empírica dos fenômenos, de tomar em conta tanto os grandes processos de transformação atual como motivações e processos de decisão no nível individual e familiar. Não se pode esquecer, no entanto, de que os diversos enfoques representam diversas visões de mundo, diversas hierarquias, diversas dimensões que dificilmente podem ser mescladas na reconstrução dos fenômenos. Esses enfoques, além disso, são incorporadas diferencialmente nos relatórios que preconizam novas políticas e ações para a conflitiva e tensa coexistência, no mundo em globalização, de *sua inerente necessidade contraditória* de operar com fluxos constantes e crescentes de grupos sociais que se deslocam, principalmente aqueles que se deslocam dos países pobres para os países ricos.

Por sua vez, o corte adotado como momento de início dos movimentos migratórios contemporâneos – o pensar migração na sociedade urbana industrial – nos faz perder a dimensão histórica de movimentos populacionais que corroboraram decisivamente na configuração das sociedades nacionais atuais, garantindo especificidades das problemáticas dos Estados-nação que hoje devem delinear políticas migratórias para lidar com seus cidadãos que saem ou que entram de seus limites geográficos.

Embora coadune-se com os autores no que se refere à dificuldade de estabelecer os

limites da teorização sobre migração internacional, ter-se-ia que considerar claramente que algumas contribuições colocadas no texto derivam de outras construções teóricas globais, como a Sociedade Informacional e a Sociedade em Rede de Castells e as Cidades Globais de Saskia Sassen. A contribuição desses autores tem sido absolutamente necessária na compreensão da problemática, mas não se constituem como teorias de migração internacional; trata-se da compreensão dos efeitos e implicações das transformações da sociedade global sobre os intensos deslocamentos de contingentes populacionais que estão modificando a geografia do mundo.

Partindo do processo de reestruturação produtiva e da etapa de acumulação flexível, Simmons (1987) explora as vinculações entre as principais dimensões da teoria da regulação sobre os emergentes processos de migrações internas e internacionais em distintas partes do mundo. O autor retoma a ideia anteriormente muito cara aos estudiosos de população sobre a questão da reprodução temporal e espacial de trabalho na sociedade capitalista; cada regime de acumulação corresponde, *grosso modo*, a um regime demográfico a ele relacionado. Considerando a transição do fordismo para a acumulação flexível e suas dimensões mais significativas, o autor conclui que os padrões de migração contemporânea refletem duas dimensões do regime capitalista corrente: sua instabilidade e a nova estrutura de oportunidades econômicas que emerge com a acumulação flexível.

Nesse contexto, a migração é: descentralizada, temporária, circular, responsiva, e riscos calculados, geradora de conflitos, global e regulada. Numa abordagem histórica e ampla dos movimentos internacionais mundiais, Cohen (1999) insere a *diáspora* em sua reconstrução desses movimentos: *diáspora*, que na acepção grega da palavra significava migração e colonização, é aqui retomada em sua classificação histórica; nesse sentido, os judeus são considerados o caso mais típico; africanos e armênios também são classificados no tipo de diáspora por vitimização; os britânicos representam uma diáspora imperial; os indianos, a diáspora do trabalho; e os chineses e libaneses constituem a diáspora comercial. É interessante observar que, para Cohen, os povos caribenhos representam a diáspora cultural. Ampliando e historicizando o conceito de diásporas, o autor acaba convergindo para as categorias e conceitos que comparecem nos vários discursos sobre migração internacional no mundo contemporâneo ou, mais especificamente, no mundo globalizado. Considerando a enorme distância que separa os Estados-nação (aproximadamente duzentos países no mundo atual), estimados em 2000 e o que ele chama de *nation-people*, ressalta os limites e as vulnerabilidades dos Estados-nação também sob essa óptica.

Mesmo no caso de democracias bem estabelecidas, a antiga pressuposição de que os imigrantes iriam se identificar com seu país de adoção em termos de lealdade política, cultura e linguagem, já não pode ser tomada como garantida, pois os movimentos são mais ditados pelas circunstâncias dos países de origem do que pelo desejo de estabelecer uma nova vida. A análise das diásporas na era da globalização toma em conta alguns aspectos relevantes: mudanças rápidas e densas no *mundo econômico* e sua relação com subsetores (comunicação, transporte, divisão internacional do trabalho, corporações internacionais, comércio liberal e fluxos de capital), que se vinculam às *formas de migração internacional* pelas relações de permanência, temporariedade e cidadania; o *desenvolvimento das “cidades globais”*, que, em consequência, altera as transações, interações e a concentração de determinados segmentos do mundo econômico em determinadas cidades; o *cosmopolitanismo* e o *localismo*; a criação e promoção de culturas locais ampliadas como cultura cosmopolita; e, por fim, a *desterritorialização da identidade social*, como desafio à hegemonia do Estado-nação, transformando o antigo *focus* de submissão e fidelidade em favor da sobreposição, permeabilidade e formas múltiplas de identificação.

O autor também aponta que o contexto global atual tem alterado o caráter da migração internacional, sobretudo no que se refere à livre circulação da massa migratória, à seletividade na sanção de instalação (permanente ou temporário) nos lugares e, na oficialização, à prevenção e restrição de entradas. Por sua vez, a migração “global” que agrega pessoas e riqueza implica novos comportamentos e estratégias por parte dos grupos sociais envolvidos na sua prática política, seu conhecimento das leis e direitos dos migrantes, as condições para os recém-chegados, conexões oficiais e burocráticas etc.

Ainda nessa linha de pensamento que enfoca a migração internacional contemporânea na perspectiva de considerar o fenômeno pelo conjunto de variáveis relevantes no processo de integração global, está a análise de Castles & Miller (2004). Segundo os autores, a “migração internacional é frequentemente causa e efeito de várias formas de conflitos e não um fenômeno isolado”. Aqui também a historicidade é elemento integrante do entendimento do que se passa no mundo contemporâneo; a migração internacional não é uma invenção do século XX ou da modernidade; tem sido parte da história da humanidade nos últimos tempos, embora tenha aumentado em volume e significância desde 1945 e, mais particularmente, desde meados dos anos 1980.

Os autores ressaltam as relações étnicas e as novas minorias formadas pós-70 no processo de reestruturação econômica global; a divisão racial e étnica são aspectos de

diferenciação social; contudo, nesse processo, ampliam-se as questões, trazendo ao contexto outras dimensões, como classe social, gênero e posição no ciclo de vida, e, em seu conjunto, “reproduzem a heterogeneidade existente para a população nativa”.

Como eixos de análise, os autores consideram a tendência de globalização e aceleração da migração mencionando também a *diferenciação*, a feminização e a politização dos migrantes. Diversidade étnica, racismo, multiculturalismo são temas que devem ser tratados de forma conjunta como efeito da distinção entre a população receptora e a população imigrante, freqüentemente visto como *estrangeiro* ou *quase cidadão*; a regulação dessa população migrante passa pela dimensão do trabalho, em que alguns migrantes ficam concentrados em certos tipos de atividade – geralmente com baixo *status* social – e vivem segregados em áreas residenciais de baixa renda. Alguns casos são evidenciados para reforçar o argumento: o declínio da migração laboral no Leste europeu; a formação de novas minorias étnicas na transição de alguns países do Sul europeu de tradição emigratória, para países de imigração; a continuação da migração motivada pela via econômica, contudo considerando mudanças nas áreas de origem e das formas de migração; novos movimentos migratórios (interno e internacional) conectados com a economia e mudanças sociais pela dimensão global.

Os autores ainda salientam o desenvolvimento de uma nova massa de *refugiados e asilados*, especialmente depois do colapso do bloco soviético, o aumento da mobilidade, com fluxo permanente e temporário de pessoas altamente qualificadas, e as questões de regulação e política de segurança articulada e fortalecida por blocos que também foram relevantes na era da migração no mundo moderno. Numa outra vertente teórica e com outro enfoque disciplinar, Sayad (1998) traz novas dimensões aos processos de transferências de grupos e culturas de mundos diferentes para o seio da civilização ocidental. Com estudos realizados entre 1975 e 1988, trata da reprodução da emigração, do retorno como elemento constitutivo da condição do migrante e a reinserção como afirmação da identidade nacional do país de emigração. Para Sayad, ademais, os processos de emigração e de imigração são movimentos complementares que só podem parecer idênticos para quem os vê de fora e de longe sem buscar realmente entendê-los.

O pensamento de Sayad reproduz elementos principais de sua reflexão, que reconstróem significados dos movimentos de transferência de culturas para os agentes do processo. Ressalta que, além dessas dimensões e da metodologia peculiar para análise qualitativa dos significados do processo de desenraizamento dos migrantes, existe espaço para

rever os significados do Estado-nação e de comunidade nacional no século XX (ibidem, p.6).

As contribuições aqui sintetizadas merecem destaque por apresentarem a historicidade e especificidades dos movimentos internacionais de população, seus significados e implicações, apontando dimensões imprescindíveis na nossa avaliação das propostas internacionais sobre governabilidade e políticas sociais, bem como no crescente e necessário debate no Brasil sobre as emergentes propostas oficiais nacionais de políticas de emigração e de imigração de e para o país.

Finalmente, é interessante considerar dois discursos antagônicos apresentados no I Fórum Social das Migrações, realizado em Porto Alegre em 2005: o discurso de Robert Kurz (2005), para quem a situação contemporânea da sociedade mundial passa pelos movimentos migratórios sociais modernos e pelas guerras de ordenamento e ações policiais globais do Ocidente orientados pelos Estados Unidos, e o discurso de George Martine (2005), considerando a necessidade de incrementar os aspectos positivos dos movimentos migratórios internacionais para que a globalização se complete. Em sua análise, Kurz (2005) parte de uma relação causal entre migração, guerras de ordenamento mundial e barbárie nos limites históricos do moderno sistema produtor de mercadorias; assim, a situação atual do mundo é fortemente determinada a partir de dois fenômenos: pelas guerras de ordenamento mundial e das ações policiais globais do Ocidente sob liderança dos Estados Unidos e pelos movimentos migratórios volumosos e globais de uma ordem e de um tamanho provavelmente nunca vistos antes (ibidem, p.25). Recuperando processos históricos, Kurz chega às estruturas da migração universal, incluindo fluxos internos e internacionais de pessoas gerando “uma grande, global e socioeconômica migração em massa”.

Os fluxos internacionais atuais assumem novas direções com novas implicações, se dirigem do leste para o oeste, do sul para o norte; em direção à União Europeia e a toda a Europa ocidental, passando a fronteira oriental; do norte da África e das áreas além do Saara do sul, ultrapassando o Mar Mediterrâneo; em direção aos Estados Unidos partindo de toda a América Central e da América do sul. (ibidem, p.31) Migração como processo universal e global, que se realiza em todos os lugares simultaneamente, sob novas dimensões, não seria mais uma mobilização de força de trabalho para o capitalismo, mas sim a “desmobilização mundial da força de trabalho na terceira revolução industrial” (ibidem, p.29); isso porque o capitalismo vai se tornando *insular*, ou seja, a reprodução capitalista se reduz a “ilhas” ou “oásis” da produtividade e rentabilidade, em torno das quais surgem desertos econômicos.

A estruturação dos movimentos populacionais maciços corresponde aos diversos graus da crise e do colapso econômico em diversos países; envolve, em primeiro lugar, “especialistas qualificados e estudantes”; em segundo, envolve “força de trabalho jovem masculina” para serviços pesados e inferiores que crescentemente enfrentam a concorrência dos “excluídos nativos”; em terceiro, “força de trabalho jovem feminina”, incluindo “prostituição, serviços domésticos ou enfermeiras de clínicas ou asilos” (ibidem, p.29-34). Nesse sentido, não haveria políticas migratórias, mas uma batalha estrutural diante dos efeitos perversos, para as sociedades não-desenvolvidas, do modo de produção capitalista atual.

Para Martine (2005), a migração internacional, no contexto da globalização, não somente é inevitável, como seria “potencialmente positiva”. Esse deslocamento espacial maciço deve ser entendido como parte das estratégias de sobrevivência, de impulso para alcançar novos horizontes, e a globalização, nesse contexto, age como fator de estímulo, ao aumentar o fluxo de informações a respeito dos padrões de vida e das oportunidades existentes ou imaginadas nos países industrializados (ibidem, p.47). No entanto, mesmo havendo estímulo à migração internacional, esse não é acompanhado por um aumento, na mesma medida, de oportunidades, pois as fronteiras que se abrem para o fluxo de capitais e mercadorias estão cada vez mais fechados aos migrantes.

Essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais. Essa inconsistência é, em grande parte, responsável pelo aumento de indocumentados e do tráfico de pessoas pelas fronteiras. (ibidem, p.48) Em matéria de políticas de migração, a globalização fará cada vez mais necessária a transição do “controle migratório” para a “gestão migratória” em um sentido amplo. Isso não significa que os Estados abandonem sua atribuição de regular a entrada de estrangeiros e supervisionar sua admissão que contemple a permanência, o retorno, a reunificação, o trânsito nas fronteiras e a mudança de pessoas para outros países. A proposta de análise da migração internacional como vantajosa de certa forma minimiza o caráter de enfrentamento e ausência de direitos sociais por que passam os migrantes nos países receptores.

No entanto, o deslanchar dessas proposições está amplamente ancorada na percepção, por parte das sociedades receptoras, das consideradas enormes vantagens dos movimentos migratórios dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos e, ao se despirem de formas veladas de preconceitos e racismo, começarão a apreciar os benefícios que aportam as migrações (ibidem, p.48-50). As afirmações de Martine, no entanto, correm o risco de imprimir um caráter instrumental ao migrante; seu “destino” depende, nesse sentido,

da percepção positiva e da boa vontade dos países receptores. No entanto, esses países recebem uma mão de obra flexibilizada e que se sujeita a todas as formas de superexploração de trabalho, contribuem para sua produção e consumo e carregam prévios investimentos dos países de origem em sua formação, educação e saúde.

Essa situação resulta em consideráveis montantes de remessas que acabam por tornar dependentes pessoas e famílias inteiras e que, ao fim e ao cabo, podem reforçar, por essa via, sua condição de eternos países em desenvolvimento. Esse rápido percurso, absolutamente não exaustivo, sobre as reflexões teóricas que emergem a partir das evidências dos volumosos, conflitivos e ameaçadores movimentos migratórios internacionais do mundo contemporâneo, talvez possa nos iluminar no prosseguimento de nossas reflexões e de nossos compromissos com as especificidades, desenvolvimentos e implicações para os países latino-americanos e, especificamente para o caso do Brasil, no contexto da globalização.

É interessante reter que, por perspectivas analíticas diversas, há uma certa convergência no que se refere às características, tendências e implicações que assumem as migrações internacionais a partir de aproximadamente os anos 1980 até os dias atuais. Essa convergência se dilui, no entanto, quando deparamos, de um lado, com discursos de inspiração neoclássica ou ancorados em teorias neoliberais e, de outro, com discursos que identificam nos movimentos migratórios internacionais atuais expressões nítidas e inevitáveis de conflitos e contradições agudizadas na atual etapa de desenvolvimento capitalista. Há que considerar, portanto, as implicações desses discursos para o desenho de políticas emergentes sobre os movimentos internacionais contemporâneos, em suas múltiplas modalidades e dimensões, especialmente quando o migrante é considerado um perigo.

1.4. O estrangeiro inimigo e o andarilho

Em linhas gerais, o fenômeno de migração pode ser descrito como um processo de deslocamento de sujeitos entre fronteiras (sejam política, geográficas, culturais ou linguísticas), de modo que o próprio deslocamento constitua significado tanto no ponto de origem quanto no ponto de destino desse processo. Isso, *grosso modo*, definiria o fenômeno de migração se não houvesse, no fenômeno, nuances que determinam diferentes formas de migração - diferentes categorias nas quais os sujeitos em deslocamento ou deslocados se

inserem, e pelas quais representam-se ou são representados no mundo.

Ainda que Edward Said, em *Reflexões sobre o Exílio e Outros Ensaios*, trate da condição de exílio como categoria diferente da categoria do imigrante, considerando para tanto que, ao exilado, não houve alternativa para sua expatriação, enquanto ao emigrado, "há sempre a possibilidade de escolha, quando se trata de emigrar"²¹, observa-se entre ambas as categorias prerrogativas comuns bastante significativas enquanto processo de deslocamento de sujeitos entre fronteiras. Uma das singularidades observadas diz respeito a uma visão dialética que o sujeito do deslocamento possui em relação aos dois (no mínimo) espaços distintos por ele conhecidos - um deslocamento que permite ao sujeito deste processo ter uma consciência de dimensões simultâneas²². É dessa consciência de dimensões simultâneas (entre culturas), e dessa visão opostora (entre diferenças de espaços de significação) que Said estipula uma condição ao exilado, cuja forma é uma memória em que ambas as dimensões dialogam, se entrecruzam, e comunicam-se como fatos reais de realidades distintas²³.

Logo, qualquer que seja o processo de deslocamento do sujeito (obrigatório, como no caso do exilado, ou não, como no caso do andarilho), haverá sempre tal consciência e visão contrapontual, já que, inevitavelmente, comparações entre um antes (como ponto de origem) e um depois (como ponto de destino) se farão existir através do sujeito deslocado. Essa prerrogativa, comum tanto ao exilado quanto ao imigrante, sincroniza experiências múltiplas do sujeito em deslocamento, ou deslocado, às diferenças percebidas entre um ponto e outro, entre uma cultura e outra. A memória, nesse sentido, é fundamental para que, a partir dela ou através dela, o sujeito constitua um novo conjunto de significados, constitua uma realidade dialógica entre dimensões diferentes de conhecimento acessados por ele.

Para se determinar, porém, com exatidão a categoria em que se insere o processo de deslocamento do sujeito, é necessário compreender o significado da ausência que o sujeito determina enquanto emigrante, e o significado que a presença dele estabelece enquanto imigrante. Ressalta-se que tanto a ausência quanto a presença que tal sujeito provoca em seu processo de deslocamento surgem pertinentemente numa memória social

²¹ SAID, Edward. *Reflexões sobre o Exílio e Outros Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; p. 54.

²² A maioria das pessoas tem consciência de uma cultura, um cenário, um país; os exilados têm consciência de pelo menos dois desses aspectos, e essa pluralidade de visão dá origem a uma consciência de dimensões simultâneas. Idem. p. 59.

²³ "Para o exilado, os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorrem inevitavelmente contra o pano de fundo da memória dessas coisas em outro ambiente. Assim, ambos os ambientes são vividos, reais, ocorrem juntos como no contraponto. Há um prazer específico nesse tipo de apreensão, em especial se o exilado está consciente de outras justaposições contrapontísticas que reduzem o julgamento ortodoxo e elevam a simpatia compreensiva. (...)" idem, ibidem. p. 59. IN SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: USP, 1998; pp. 45-72.

como um efeito de uma historicidade localizada no sujeito, ou seja: no ponto de origem, a ausência do sujeito implicará numa ausência de historicidade localizada no sujeito e reconhecida pelos demais sujeitos que no ponto de origem permaneceram; no ponto de destino, a presença do sujeito representará a presença da historicidade localizada nele e reconhecida (socialmente, politicamente, etnicamente, lingüisticamente) pelos demais sujeitos entre os quais esse sujeito se estabelece. Seria, através de uma memória social, um primeiro aspecto do significado que a relação ausência/presença do sujeito deslocado produz.

No entanto, o trabalho proposto sugere que se vá além dessa perspectiva de modo que a política social e a política externa sejam levadas em consideração ao se analisar a escolha do que desloca.

Abdelmalek Sayad em *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade* trata de outras condicionantes que se revelam no processo de deslocamento do sujeito emigrante/imigrante. Sua análise é imprescindível para se ater de modo relevante ao fenômeno migracional. Em "O que é um Imigrante?"²⁴, Sayad estuda e analisa várias facetas da migração argelina à França, estabelecendo questões apropriadas ao que representou, representa, e representará a imigração de argelinos ou qualquer outro grupo de sujeitos que tenham origem em nações subdesenvolvidas à França ou à qualquer nação detidora de maior poder político, financeiro, ou até mesmo influência internacional. Tratando especificamente desta imigração, Sayad explora de modo convincente o papel do Estado em atribuir significado ao imigrante. No caso da França, Sayad menciona:

Enquanto a expansão econômica [da França], grande consumidora de imigração, precisava de mão de obra imigrante permanente e sempre mais numerosa, tudo concorria para assentar e fazer com que todos dividissem a ilusão coletiva que se encontra na base da imigração. Com efeito, emanando de todos os horizontes políticos e sociais (...) só se viam então - e isso durante décadas - proclamações e declarações que, todas, desejavam ser tranqüilizadoras; fossem quais fossem os sentimentos que se pudesse alimentar e as opiniões que se pudesse ter em relação aos imigrantes, não se parava de afirmar que eles eram necessários, quando não indispensáveis, para a economia e até mesmo para a demografia francesas. O resultado disso tudo foi que todos acabaram por acreditar que os imigrantes tinham seu lugar durável, um lugar à margem e na parte inferior da hierarquia social, é verdade, mas um lugar duradouro (...)²⁵.

²⁴ SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: USP, 1998; pp. 45-72.

²⁵ idem. p. 47.

O que condiciona, num primeiro momento, a aceitação por parte do país (França) que recebe o imigrante, é o valor que o mesmo possui enquanto mão de obra, enquanto capital humano e força de trabalho. Em contrapartida, e já analisando o significado da *ausência* deste mesmo sujeito de deslocamento no seu ponto de origem (no caso, a Argélia), Sayad, no ensaio "O 'Pecado da Ausência ou Efeitos da Emigração" ²⁶ revela um sistema no qual a oposição entre um mundo da emigração e um mundo da imigração constitui-se em peça chave para o produto do domínio que se têm sobre o dominado²⁷. Chama-se produto já que é resultado de forças antagônicas (políticas e financeiras), e, como resultado, estabelece uma ordem de migração específica: dos países pobres aos países ricos. Nesse sentido, as motivações que levam um sujeito a emigrar também serão aquelas que, numa dada circunstância econômica e social, levam um país a recebê-lo como imigrante, sendo este o caso do que migra legalmente.

De qualquer forma, o emigrante não deixa seu lugar de origem senão por uma expectativa de que fora existam elementos (ou circunstâncias) que dentro do seu universo não há. Motivações à parte, o importante é saber que nenhum fenômeno de migração é gratuito, tanto no que se refere ao plano dos sujeitos deste processo quanto ao que se refere ao plano político nacional e internacional.

É muito pertinente esclarecer nesse momento, o que diferencia o *estrangeiro* do *imigrante*, isso de acordo com a análise que Sayad faz no ensaio "Imigração e Convenções Internacionais", pois:

Um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto permanecer no país, mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se "estrangeiro" é a definição jurídica de um estatuto, "imigrante" é antes de tudo uma condição social. Se todos os imigrantes, no sentido pleno do termo, são necessariamente estrangeiros (...) muitos estrangeiros que moram e trabalham na França não são, contudo, imigrantes.²⁸

Revela-se, embora não diretamente, uma diferença entre *ser estrangeiro* e *ser imigrante* num dado plano nacional, uma diferença que é condicionada não por um estatuto

²⁶ idem. pp. 105-136.

²⁷ "Por durar tanto, por se generalizar a ponto de se tornar um dado estrutural de todos os países desenvolvidos e, mais fundamentalmente, por se institucionalizar sob a forma intrínseca entre um mundo da emigração (que tende a se confundir com o mundo subdesenvolvido) e o mundo da imigração (mundo identificado com o mundo desenvolvido) e, dessa forma, por se universalizar, a imigração acabou por se constituir em sistema." idem. p. 105.

²⁸ idem. p. 243.

jurídico (pois ambos, sob esse aspecto, são estrangeiros ou não-nacionais), mas por uma *condição social*. O estrangeiro por mais que trabalhe e viva num dado plano nacional, não será considerado imigrante, pois sua origem constitui-se em um valor sobre o qual a imagem dele se espelhará. Pode-se assim dizer que o estrangeiro é considerado como tal (e não como imigrante) desde que seu país de origem seja um país rico ou poderoso politicamente; por outro lado, o imigrante será sempre imigrante se, além de trabalhar e viver num dado plano nacional vier a esse plano nacional de um país tanto pobre quanto fraco politicamente, isto é sub ou em desenvolvimento. Assim:

Lembrar isto, lembrar as definições sociais do imigrante e do estrangeiro, é lembrar a relação de dominação que foi estabelecida entre sistemas socioeconômicos diferentes, entre países e continentes desigualmente desenvolvidos e que retraduz de forma idêntica no fenômeno da emigração/imigração. Não se entenderia nada sobre a natureza desse fenômeno, ou seja, sobre o modo de geração da população que se tornou "disponível" para emigrar, sobre o significado profundo de acordos concluídos entre os países de emigração e os países de imigração, sobre o modo como são recrutados os emigrantes e como serão tratados mais tarde enquanto imigrantes, se não lembrássemos que a imigração consagra a relação de dominação que a produziu e que a mantém.

De todas as negociações que são feitas dessa forma entre, por um lado, os países pertencentes ao "pólo norte" - países ricos e poderosos, industrializados e desenvolvidos - e, por outro lado, os países pertencentes ao "pólo sul" - países pobres e dominados, com a chamada economia "tradicional" (...) as negociações de mão de obra talvez sejam as que revelam mais claramente sua natureza assimétrica. (...)²⁹

Isso implica, por fim, que além da historicidade localizada no sujeito da migração como memória em que realidades distintas se comunicam e se entrecruzam, há também como significado do processo de deslocamento (ausência/presença) um *sistema* sociopolítico que o legitima em categorias diferenciadas de representação (estrangeiro/imigrante). Esse *sistema*, bastante peculiar na sua amplitude cultural, permite que diferenças sócio-políticas entre nações (mais desenvolvidas e menos desenvolvidas) se reiterem nos sujeitos da migração, os localizando em diferentes planos de importância e significado. Nesse sentido, trata-se aqui não apenas do processo de deslocamento, como também do processo de identidade e identificação, pois é o meio pelo qual diferenças num dado plano são determinadas, e pela maneira como Estados absorvem, assumem e lidam com a condição do migrante e suas variáveis.

²⁹ *idem*, *ibidem*. p. 245.

Se pensarmos, principalmente, no sujeito da *imigração*, no imigrante³⁰, vamos entendê-lo como "identidade" diferenciada em um dado plano nacional ao qual ele é um não nacional ou "estrangeiro". "Identidade", porque além da historicidade que ele acarreta enquanto memória de um dado lugar (outro), ele também singulariza a imagem deste lugar. Mas isso - como irá expor Homi K. Bhabha em *O Local da Cultura*, seria qualificá-lo a partir de uma totalidade de representação. O problema está particularmente, e desde o momento em que se projeta uma totalidade de como se olha, percebe e trata um sujeito, na facilidade com que este mesmo sujeito será marcado por estereótipos³¹. Conforme Homi Bhabha:

Para a identificação, a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem de totalidade. As condições discursivas dessa imagem psíquica da identificação serão esclarecidas se pensarmos na arriscada perspectiva do próprio conceito de imagem, pois a imagem - como ponto de identificação - marca o lugar de uma ambivalência. Sua representação é sempre espacialmente fendida - ela torna presente algo que está *ausente* - e temporalmente adiada: é a representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição. A imagem é apenas e sempre um acessório da autoridade e da identidade; ela não deve nunca ser lida mimeticamente como aparência da realidade. O acesso à imagem da identidade só é possível na negação de qualquer ideia de *originalidade* ou plenitude (...)³²

Ainda tratando da representação do outro como resultado da diferença, Bhabha comenta que:

O lugar do Outro não deve ser representado, como às vezes sugere Fanon, como um ponto fenomenológico fixo e oposto ao eu (...). O Outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial - cultural e psíquica - que introduz o sistema de diferenciação que permite ao cultural ser significado como realidade lingüística, simbólica, histórica. Se, como sugeri, o sujeito do desejo nunca é simplesmente um Eu Mesmo, então o Outro nunca é simplesmente um *Aquilo Mesmo*, uma frente de identidade, verdade ou equívoco.³³

³⁰ Sayad trata do sujeito de migração, como um sujeito que participa de duas ordens, como emigrante e imigrante, sem desvincular uma da outra, situação característica central do andarilho.

³¹ O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais." BHABHA, Homi K. *Local da Cultura*. B.H.: UFMG, 1998; p. 117.

³² idem, *ibidem*; pp. 85-86.

³³ BHABHA, Homi K. *Local da Cultura*. B.H.: UFMG, 1998; p. 86.

O processo de identidade e identificação, ligado intimamente à *alteridade*³⁴, ou seja, à *diferença*, possui em sua base estruturas pelas quais se "cristaliza" em imagens. As imagens, bastante problemáticas para aqui tratarmos com profundidade³⁵, reivindicam e são um campo de representação no qual pode ou não haver um diálogo de diferenças não essenciais, porém, e muitas vezes, artificiais como a geração de estereótipos, por exemplo.

Tomem-se em questão os migrantes, regulares e irregulares, que residem e trabalham num determinado país. Neste caso, trata-se de pessoas que residem estavelmente e contribuem com a vida social, cultural e econômica da terra de chegada, mas, mesmo assim, são consideradas pessoas de segunda categoria, até mesmo inferiores. Há casos, inclusive, em que ocorre uma evidente discriminação entre os próprios estrangeiros em decorrência de fatores como a nacionalidade, a classe social, a cor da pele ou a religião. O problema não é a presença de estrangeiros, mas de determinados grupos de estrangeiros. Neste caso, se torna mais evidente a violação de direitos humanos. O que parece é que nem todo migrante tem direito a ter direito. As representações, isto é maneiras em que vemos os outros, ou lidamos, ou o Estado trata o alheio, gera estereótipos que são reproduzidos pela sociedade em questão como um todo.

Acontecimentos recentes na França no trato com romenos, búlgaros, africanos evidenciam que a discriminação afeta, sobremaneira, os assim chamados migrantes irregulares. Enquanto irregular, a pessoa imigrada, no imaginário coletivo, deixa de ser sujeito de direitos, se transformado em criminoso. Assim, junta-se a milhares o desejo de extirpar do convívio coletivo aqueles que geram perigo. Em prática, ao direito de emigrar não corresponde o direito de imigrar, ou seja, cada pessoa tem direito de sair da própria terra, mas não tem direito de entrar na terra dos outros, a não ser com o consentimento da autoridade competente. Desta maneira, todos aqueles que ingressam ou permanecem de forma irregular em outros países acabam sendo tratados como marginalizados e, desta maneira, a questão migratória se torna um caso de polícia e segurança.

Importante marcar as implicações dessas reflexões pois os direitos humanos, o direito a vida e percepção do ir e vir no mundo moderno deixam de ser algo inerente à condição humana, para tornarem-se os produtos e as consequências de comportamentos socialmente reconhecidos e legitimados. Em outros termos, os direitos são concedidos em decorrência dos

³⁴ Ainda a partir de Bhabha, o processo de identidade e identificação deve-se a um processo de (re)conhecimento pelo Outro: "...existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou locus." idem; p. 75.

³⁵ Uma discussão valiosa sobre o tema da imagem, é proposta por Sartre, em O Imaginário (SARTRE, Jean-Paul. O Imaginário. S.P. : Ática; 1996.)

méritos e dos bons comportamentos do imigrante. Se for bom trabalhador e faz bem ao Estado, não há mal em ficar. Os direitos deixam de ser direitos para tornarem-se concessões da autoridade política.

É evidente que o modo de expressar pode ser duro e pesado e, até, mesmo exagerado, mas de fato é isso que busca-se uma leitura além da disponibilizada pelas relações internacionais como disciplina. Deseja-se associar, ampliar focos para que numa perspectiva sociológica aborde-se o enfraquecimento do modo como o Estado trata indivíduos.

Por exemplo, quando ocorre um crime contra um imigrante irregular, tende-se a amenizar as responsabilidades morais do fato alegando que, no fundo, a vítima era um criminoso ou, pelo menos, alguém que também tinha suas culpas diante da justiça. Assim, o migrante deixa de ser plenamente humano.

Essas reflexões revelam que a violação dos direitos dos migrantes não é recente já que piadas contra os estrangeiros, propagandas demagógicas de políticos, criação de um clima de medo - um clima de “periculização” como sugere Bauman³⁶ na etnicização de conflitos sociais, na busca constante de bodes expiatórios. Todas essas realidades desembocam na criação de um inimigo imaginário, identificado com o estrangeiro, o verdadeiro culpado pelas crises sociais, aquele que ocupa o emprego do dito verdadeiro cidadão, as vagas de hospital e escola dos franceses natos. Assim, sendo responsável por gerar todo esse mal, o migrante é gradativamente desumanizado, deixando cada vez mais de ser um sujeito de direitos. Luigi Perrone analisa de modo que:

Aquele que vem de longe ou aquele que se quer “inimicizar” é objetivado, generalizado: torna-se, assim, indefinido, privado de identidade. O estrangeiro inimigo não tem mais uma identidade peculiar – um nome e um sobrenome, uma profissão, uma família, etc. – e é conotado negativamente mediante adjetivações abusivas. [...] O processo de inimicização – assim como aquele de “racistização” – realiza-se, portanto, passando do definido (o sujeito) para o indefinido, do particular para o geral; enquanto aquele oposto, que podemos chamar de “humanização”, passa do indefinido para o definido, da nacionalidade para a identidade subjetiva³⁷.

O que está em jogo, portanto, não é apenas direitos ou a desarticulação das identidades estáveis do passado, mas, também, o fato de esse processo abrir a possibilidade de articulações que podem produzir novas identidades, promover novos sujeitos – como, por exemplo, o cosmopolita – ou questionar a singularidade do que é ser migrante, refugiado ou simplesmente tornar-se um Andarilho do mundo globalizado. O que devemos perceber é

³⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 71-73.

³⁷ PERRONE, Luigi. *Da straniero a clandestino*. Lo straniero nel pensiero sociologico occidentale. Napoli: Liguori, 2005, p. 29-30

centralidade de um novo tipo de migrante, aquele que mesmo tendo condições socioeconômicas no país de origem, não é perseguido político, não é em situação de refugiado. Um indivíduo não pertencente a territórios e sim de vontades particulares que não estão asseguradas pelo Estado vigente, resultado da tensão existente entre o global e o local na transformação das identidades que tende também a produzir simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais.

Percebe-se que trabalhos sobre migração tendem a rechaçar a importância daqueles que migram sem que se crie um vínculo ou necessidade com a nova terra. A fluidez da modernidade dá outra cara ao deslocamento. A cidade pode ser refúgio ou ponto de passagem na história de cada indivíduo. O andarilho acaba por relativizar o peso do econômico e força uma percepção sobre o ato de deslocar mais simbólica que nada tem com a maneira ainda dura e pragmática de se pensar política pública, política externa, seara que abraçaria este.

Mesmo assim, o andarilho é marginal, liminar, fugaz, vive num lugar onde se compreendem tensões, indeterminações, ambiguidades, contrastes que são parte da imprevisibilidade da vida moderna que o mesmo assume. Se o imigrante, originalmente é sem lugar, o andarilho por não ter a necessidade íntima por lugares constrói outras posições e disposições sociais. Tudo se passa como se houvesse um traço geral, uma espécie de “estrutura comum de que leva a condição de inferior detida pelo imigrante de origem pobre, que demanda a todo momento - mas especialmente nos momentos de conflito - pela memória, do sentido de posicionamento que o estrangeiro ocupa em território “alheio”³⁸. Em Paris, por exemplo, não é incomum, em um bate-boca no supermercado, na farmácia, nas calçadas, que uma interpelação do tipo “volte para a sua terra” (“*retrez chez vous*”) reverbere e mobilize os significados que seja pertencimento ao Estado ou a Nação.

É desse lugar fronteiro do imigrante no mundo que se pode, interpelar tanto um saber científico sobre a migração que adota os pressupostos ou omissões da visão oficial,

³⁸ A discussão conceitual sobre espaço e território remete a Guatari (1985, p. 110) pois segundo ele “o binômio conceitual território-espaço não funcionaria só como oposição fenomenológica ou conceitos fenomenológicos em oposição, mas poderia funcionar como binômio regulador, como conceito de interpelação micropolítica, que diz respeito a cidade”. Território e espaço, não seriam então conceitos opostos ou excludentes entre si. O primeiro estaria ligado a “uma ordem de subjetivação individual e coletiva”, enquanto o segundo estaria mais ligado “às relações funcionais de toda ordem”. O espaço funcionaria como “uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém”, ao passo que “o território funcionaria em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita”. Ao produzir suas margens, a “produção capitalística” de algum modo equipou novos territórios subjetivos, onde minorias podem lançar mão dessa exterioridade e, pela via da “transgressão organizada”, marcar o desencadeamento de uma nova codificação, mesmo que esta não seja uma possibilidade dada a priori: muitas vezes a transgressão pode girar em torno da lei e de si própria, reforçando as relações de poder e dominação que transgride.

quanto o próprio sentido e lugar do simbólico nos processos migratórios, de interesse reduzido neste trabalho. A experiência migratória, na medida em que interpela o “nós” e o “eles” nos limites do “território”, nos obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade³⁹. E nesse contexto, a situação do andarilho pode ser privilegiada, seja por seu caráter limiar, seja ainda pela experiência de “*outsider*” que carrega desde que decide migrar, vagar.

O andarilho é aquele que visa o valor do respeito a diversidade com base no respeito à dignidade humana e à sua autonomia como indivíduo, mesmo que não se vincule a grupo étnico ou religioso. Estas últimas tornam possível uma maior emancipação do ser humano no seu direito à busca da felicidade, ao desenvolvimento da sua personalidade e ao direito a sua própria concepção do bem-estar que pode estar em qualquer lugar. No cenário do século XXI, tal percepção corrobora uma lógica de que uma ordem internacional motivada por valores como paz, solidariedade global e cooperação é inclusiva e não repressiva.

Não está aprisionado em estereótipos clássicos que ocultam e negam sua identidade subjetiva, o andarilho perde gradativamente sua humanidade sendo tratado como não cidadão ou pré-cidadão, pois dependendo do local em que se assenta, pode ter acesso a serviços públicos como na França e no Brasil mesmo que tratado como excludente, portanto, como não-sujeito de direitos. O processo de humanização, ao contrário, exige a passagem do indefinido para o definido, da nacionalidade para a identidade subjetiva. Só desta forma o não sujeito se tornaria um sujeito de direito mesmo que efetivamente ele nunca tenha deixado de ser titular de direito.

Assim, observa-se que brasileiros escolhem migrar para a Guiana Francesa em busca de um eldorado prometido pelas benesses da vida em euro; de uma possibilidade de viver na Europa; outros migram para a França para viver uma nova vida seja em bares, boates,

³⁹ Faz-se central resgatar Bourdieu já que o mesmo coloca que nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastado’ [...] a fronteira entre o ser o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta empensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial – apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria. Incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade. Presença ausente, ele nos obriga a questionar não só as reações de rejeição, que, ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de ‘raça’), como também a ‘generosidade’ assimilacionista, que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo universal”. (2000, p. 11-12)

cuidando de crianças, prostituindo-se, vivendo de subempregos que geram uma espécie de invisibilidade conveniente. Estes são os que sobrevivem, mas vários e de diversas nacionalidades fracassam na saga. Não são criminosos, mas alimentam uma faceta da vida moderna que é receber para fazer o que o europeu não faz; aliciar para aquilo que os europeus buscam; favorecendo a ilegalidade; e até mesmo o tráfico de pessoas.

Será que se pode adotar medidas que criminalizam um fato que dependendo da análise não pode ser encarado como criminoso? Será o andarilho um criminoso? Será aquele que na tentativa de seguir rumo ao que fora proposto nas entrelinhas da globalização em versão mais recente, optou pela condição de indocumentado torna-se passível de culpa e pena? Ao migrante, andarilho ou não, deve-se garantir a segurança humana que significa proteger as liberdades vitais, proteger as pessoas expostas a ameaças ou situações críticas, desenvolvendo seus pontos fortes e procurando realizar as suas aspirações. Significa também criar sistemas que proporcionem às pessoas os elementos básicos de sobrevivência, dignidade e meios de subsistência. A segurança humana relaciona diferentes tipos de liberdades: a liberdade de viver sem necessidades nem medo e a liberdade de agir em prol dos seus interesses pessoais. É que trataremos a seguir.

1.5 – A segurança humana

Os andarilhos já estão por toda parte. São migrantes de características cotidianamente revisitadas. Esses indivíduos ainda precisam dos Estados e de suas políticas para terem protegidas liberdades vitais, protegidos das ameaças as quais estão expostos ou situações críticas. Os Estados devem criar sistemas que proporcionem às pessoas os elementos básicos de sobrevivência, dignidade e meios de subsistência. A segurança humana relaciona diferentes tipos de liberdades: a liberdade de viver sem necessidades nem medo e a liberdade de agir em favor de interesses pessoais.

Estamos testemunhando o surgimento de novos atores transnacionais e não-estatais que têm recursos consideráveis para realizar uma ação global. Esta é uma evolução importante para as relações internacionais e para a consolidação da supremacia dos diferentes atores em suas interações. O século XXI também demonstra mais fortemente do que antes a necessidade de resolver os problemas dos milhões seres humanos que vivenciam uma crescente insegurança no âmbito político, econômico, social, saúde, pessoal e cultural. Grande

parte da população mundial é vulnerável em um sistema injusto de interdependência a nível regional e global. Em consequência, segurança, como a insegurança, são globais, mesmo que eles se manifestam de forma diferente entre regiões e países.

A prioridade deveria ser a construção de uma nova ordem mundial que colocaria os homens no centro das suas preocupações e em que estados, que continuam a ser os atores com maior poder relativa, seriam capazes de efetivamente garantir a segurança das pessoas e se esforçarem para combater a vulnerabilidades e desafios que se colocam para centenas de milhões de pessoas que visam desfrutar progresso e desenvolvimento.

As oportunidades de cooperação têm aumentado no sistema internacional e em diferentes regiões. A revolução nos meios de comunicação, as novas democracias do mundo, a globalização tem “promovido” valores universais e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A defesa e o respeito desta declaração implicarão num aumento da cooperação. No entanto, a regra não pode ser pautada exclusivamente pela economia, pela hegemonia do modelo capitalista de produção e divisão do trabalho. A competição, o conflito permanente geram a instabilidade.

Se a pessoa vê o mundo como o novo ponto de vista do humanismo global, os valores são diferentes. A necessidade de uma abordagem mais holística nos leva a perguntar duas questões fundamentais: quem fala pelo planeta? Quem cuida das pessoas no globo? Perguntas que requerem respostas presentes em abordagens não tradicionais das relações internacionais e, portanto, deve-se considerar a relação do sistema internacional com as populações.

As condições estão atualmente reunidas para formar uma coalizão internacional de Estados e organizações da sociedade civil para apoiar e promover projetos que visam colocar a segurança humana e desenvolvimento no coração da discussão sobre segurança internacional. A ONU defende este ponto de vista, se apoiando num direito internacional que garanta a paz e a boa governança e estimule os incentivos positivos. Assim, "uma nova abordagem internacional terá de lutar contra as causas da insegurança, e com seus sintomas resolvidos prevenir a recorrência das ameaças que afetam cada dia milhões de pessoas"⁴⁰.

A meta estabelecida pela ONU em termos de segurança é um mundo livre do medo. Para conseguir isto levará em conta as novas medidas internacionais para reduzir os

⁴⁰ Discurso de Kofi Annan em 1999. A Perspective on Human Security, Lysoen, Noruega, 20 de maio de 1999. Em: www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001345/134554e.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2010

conflitos com ressurgimento interestaduais e intraético. Em seu Relatório do Milênio “Nós, os Povos - O papel da ONU no século XXI”, o ex-Secretário-Geral Kofi Annan salientou que na década de 90, os conflitos internos mataram mais de cinco milhões pessoas. Houve também a migração em massa, os refugiados, a destruição de infraestrutura e mudanças ambientais, muitos eventos que violaram os direitos fundamentais de milhões pessoas e impediram o estabelecimento de condições de paz para a construção de um mundo melhor.

As análises da ONU mostram que os conflitos são mais comuns em regiões de países pobres, a proteção das populações mais vulneráveis é um desafio ainda maior nesse caso. Isso é um dilema global, mas também regional, já que os mecanismos mais adequados para alcançar a estabilidade e a paz, e promover a cooperação tem ação pontual localizada melhor sentida que instrumentos de efeito internacional. Embora o princípio da intervenção não possa ser completamente descartado, verificou-se que na maioria dos casos esta não é a melhor maneira resolver os conflitos. É o mesmo com sistema de sanções. É instrumento limite.

Neste contexto, as maneiras de manutenção da paz e imposição da paz devem ser revistos. O controle de armas pequenas é igualmente importante, tanto quanto as armas nucleares. Tudo isso reflete uma mudança opiniões dos principais atores internacionais sobre situações de tensão e conflito e, em geral mais conceitos de segurança.

O sistema internacional mudou radicalmente⁴¹. Além do desaparecimento da União Soviética, outras mudanças importantes têm se acumulado e tomado relevância no pós-Guerra Fria. O número de atores envolvidos no sistema internacional institucionalizados foi multiplicado pelo menos quatro vezes desde a criação da Organização das Nações Unidas em 1945. Tem-se presenciado o surgimento de novos atores com crescente influência sobre as relações internacionais, não apenas as organizações internacionais podem agir em seu ambiente, mas também uma série de forças transnacionais que se expressam fortemente em corporações transnacionais e organizações não-governamentais. O aumento significa que a comunicação, os avanços tecnológicos e a globalização não apenas aceleraram, mas induziram alterações. Isso resulta, essencialmente, uma perda de poder do ator principal, que é do Estado.

⁴¹ Reforça-se que a informação circula no Planeta e ninguém tem o poder de "engavetar um processo" sem prestar contas a uma opinião pública cada vez mais militante. Comprova-se, certamente, o paradigma de relações internacionais segundo o qual os Estados não são - e talvez nunca tenham sido - atores exclusivos das relações internacionais, haja vista que a literatura chega a questionar ou a relativizar o significado do conceito de soberania. O Estado parece estar por isso, intimado a redefinir seu papel (Badie e Smouts, 1999) para a satisfação da humanidade em termos globais de justiça.

Os Estados perderam seus monopólios, ou a capacidade que tinha de criar ou favorecer certas ações em seis áreas principais como: comunicações que estão além do controle do Estado. A Internet é o melhor exemplo para ilustrar essa tendência, mas pode-se incluir também o rádio e a televisão; o desenvolvimento tecnológico depende mais empresas de privadas que do Estado. Uma situação que afeta a capacidade de investimento, tanto para as técnicas de genética e clonagem como as inovações tecnológicas para a guerra; as transações financeiras estão aumentando no mundo e causando crises regionais e de modo geral, com intervenção limitada, mas importante dos Estados; em termos de migrações internacionais, a capacidade de controlar os movimentos de população também diminuiu; as transações comerciais aumentaram o que gera uma dificuldade em estabelecer controles e limitações.

Tudo isso significa que novas percepções de ameaças surgiram diferentes das percepções tradicionais e formas de ação previsíveis parecem desatualizadas. A informação tem se multiplicado e a interdependência se desenvolveu. Os acontecimentos políticos e questões sociais que intervêm em um país ou região não deixam indiferentes aqueles que percebem no outro extremo do mundo mudanças. As decisões econômicas feitas em uma região têm implicações a direcionar o crescimento e a sustentabilidade das políticas econômicas em outras regiões. Tudo isso destaca mudanças significativas no conceito básico de soberania e demonstra a limitada capacidade das nações para resolver seus problemas essenciais. A coordenação política e o estabelecimento de regulamentos e regimes internacionais, com base em valores comuns são, portanto, indispensáveis para o surgimento de um novo sistema internacional para o século XXI. A capacidade de agir em conjunto é o que vai permitir que os Estados recuperem a sua capacidade de restaurar, com outros diversos atores, uma ordem legítima para a construção um mundo livre de ameaças e medo, sem ser refém do terrorismo ou da xenofobia gratuita.

O conceito-chave para a compreensão da segurança do pós-Guerra Fria é a cooperação. Este conceito é claro em todos os relatórios que sistematizam, analisam o progresso das mudanças no mundo. A ideia de cooperação também desempenha um papel importante nas demais posições, tanto em termos de prevenção, mas também para defender a paz e segurança internacional. Novos aspectos que vão além questões militares devem ser integrados, os elementos de cooperação são, portanto, essenciais na perspectiva

transnacionalista⁴² aqui proposta. A definição dos conceitos de segurança humana deve agir nesse âmbito.

Observa-se, assim, que um dos principais impactos desta nova ordem mundial, na qual Estados, empresas e organismos multilaterais estão em interação constante no que se refere à investimentos, promoção do desenvolvimento e à implementação da democracia, incide sobre a ideia de soberania. Segundo autores como Bertrand Badie, Marie-Claude Smouts e Robert Cox, os países mais desenvolvidos construíram um sistema multilateral que atende suas necessidades internas e que cria nos países pobres ou jovens soberanias fictícias vontades. Em paralelo a isto, há uma “banalização crescente do ato de invasão da soberania do outro - o apoderar-se da vida política interna do vizinho para fins estratégicos próprios torna-se uma prática quase corrente” (Badie, 2000, p. 144).

A falência dos Estados mais jovens, mais pobres e menos dotados conduz também a uma apropriação parcial da sua soberania pelas organizações internacionais, especialmente aquelas especializadas no financiamento multilateral do seu desenvolvimento. Com descolonização, os méritos do desenvolvimentismo e do Estado, instituições como o Banco Mundial induziram o recuo da ação pública, a diminuição sensível do aparelho das burocracias, e depois as virtudes da boa governança que se assemelha de maneira ativa de um ideal liberal e pluralista.

Recomenda-se agora um Estado apresentado como um suporte institucional, garantindo o respeito da lei e da ordem, protegendo a propriedade privada e encorajando assim a produção e o investimento. (Badie, 2000, p.139) Nesta conjuntura as nações não são as únicas instâncias de elaboração e determinação das medidas políticas voltadas para seu próprio território.

O global e o local se combinam em um novo processo, indicado por alguns estudiosos como glocalização, no qual esses termos não estão “nem em uma justa ou sobreposição de territorialidades em escalas distintas (o global e o local), nem em uma imposição unilateral de eventos que ocorrem em uma escala sobre os de outra (o global sobre o local)” (Haesbaert, 2006, p. 347). Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização

⁴²A transnacionalização é dada por Badie e Smouts como "toute relation qui, par volonté délibérée ou par destination, se construit dans l'espace mondial au-delà du cadre étatique national et qui se réalise en échappant au moins partiellement au contrôle ou à l'action médiatrice des États" (Badie et Smouts, 1999, p. 70).

destrua identidades nacionais.

É mais provável que ela produza, simultaneamente, novas identificações globais e novas identificações locais (Hall, 2005, p. 78). Um dos pressupostos teóricos é a ambigüidade da globalização em ser, ao mesmo tempo, homogeneizadora, na medida em que tende a uniformizar mercados, padrões ou valores culturais, e heterogeneizadora, quando põe em contato diferentes culturas ou ainda quando radicaliza as diferenças. Reprocessamentos e apropriações vão enriquecendo as culturas locais e transformando as identidades individuais e coletivas. Este processo, no entanto, não é democrático e muito menos simétrico no sentido do poder econômico é na maior parte das vezes determinante na moldagem dessa cultura popular global (Alvarez, 2006, p. 24).

Neste século XXI adiantado, tanto Brasil quanto França estão engajados em um processo de debate e reformulação de princípios de segurança até pelos novos desafios que ambos enfrentam. Uma transição está ocorrendo entre a visão da Guerra Fria que previam ações em relação um inimigo militar de um Estado forte em direção ao pós-guerra fria, onde as ameaças são difusas e do peso dos fatores militares diminuem e muitas ameaças não estão relacionadas com os atores estatais e até mesmo a um território particular.

Mas podemos dizer que, em geral, que o fim da Guerra Fria provocou uma revisão das principais matrizes teóricas utilizadas para avaliar os problemas internacionais (BUZAN, 1998; KEOHANE e NYE, 2001). Neste referencial teórico o que se busca é promover o aparecimento de um novo contexto de análise que, apesar de reconhecer o conflito e confrontação, dá maior importância a colaboração que envolve uma mudança da vontade política e do processo decisório por parte dos principais atores e formas específicas de coordenação gerando novas práticas e ações acerca dos indivíduos que migram na pós-modernidade ou se encontram em situação de risco em geral.

O desenvolvimento de teorias sobre regimes internacionais (KRASNER, 1991) e bens públicos mundiais (KAUL; GRUNBERG; STERN, 1991) assume maior importância, assim como o advento de estudos sobre teorias de negociação (FISHER, 1997) e instrumentos de resolução de conflitos ganham espaço diferenciado nas questões das relações multilaterais e as suas implicações, em especial aquelas que podem alterar a relação no sistema internacional, começando com um multilateralismo cooperativo já que a perspectiva transnacionalista aqui proposta é de inspiração sociológica, pois visa fundamentalmente transformar em protagonistas indivíduos e sociedade civil como atores relevantes na política mundial. Não é somente aos estados nação que as relações internacionais se relacionam.

Existe espaço para grupo diverso: Nação, estados, governos, povos, regiões, alianças, confederações, organizações internacionais, organizações industriais, culturais e religiosas são pulsantes para que possamos ter completa noção e percepção de como funciona o sistema.

Novas vulnerabilidades requerem uma abordagem holística. O conceito de segurança pode ser construído em torno dos princípios da segurança internacional, da segurança do Estado e da segurança humana. Essa relação deve satisfazer as necessidades globais, gerais, dos Estados e dos indivíduos e povos. Na medida em que acontece o aumento da vulnerabilidade e ameaças à segurança internacional, cresce a pressão sobre os Estados para agir em um contexto em que têm menos recursos e poder real. É essencial promover o multilateralismo como ferramenta de responsabilidade conjunta. Talvez aqui resida um dos vetores da parceria estratégica entre Brasil e França que expressa uma vontade de estabilidade humana e internacional. Talvez seja essencial para alcançar relações estáveis entre os Estados desmilitarizar discursos. Além disso, as expectativas de segurança humana estão baseadas no Estado e sistema internacional. A influência das organizações da sociedade civil é essencial para promover este patamar de segurança.

Cada dimensão tem sua própria lógica. A segurança internacional visa garantir aspectos globais, mercados interdependentes e o peso dos atores estatais, organizações internacionais e os atores não-estatais. As definições macro estão neste nível e regimes globais ou regionais são incentivados. A estabilidade é um bem que deve ser promovido.

A segurança do Estado é segurança clássica e está baseada principalmente em aspectos relacionados com as questões de soberania e fronteiras. O peso dos militares e do equilíbrio de forças e assim como os princípios de dissuasão e de defesa residem neste nível.

A segurança humana, embora se concentre em questões mais locais, diz respeito a grandes grupos de seres humanos. Ela também está interessada em questões globais como as questões ambientais e pandemias, perguntas que geralmente não são abordados pelos dois outros tipos de segurança.

Para alcançar uma visão holística e transdisciplinar⁴³, estes níveis deveriam oferecer respostas concretas em pelo menos três áreas: o uso da força, a prevenção de conflitos e a

⁴³ Segundo Nicolescu (2001), a transdisciplinaridade, conforme indica o prefixo “trans”, envolve aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de toda e qualquer disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual, para a qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. O indivíduo, a sociedade, o Estado, o sistema internacional passam a ser vistos numa perspectiva que assume a complexidade e uma realidade dual, multifacetada como referencial de análise.

cooperação internacional. A melhoria de um nível de segurança não substitui ou elimina as expectativas sobre outros níveis. Ao contrário, a insegurança encontrada em um dos três níveis afeta os outros dois. Nesta perspectiva, a segurança humana aparece como uma nova dimensão, capaz de render uma maior coesão à interação entre a segurança internacional e a segurança do Estado.

Esta nova visão, que deve ultrapassar os seus componentes, não alarga o conceito de segurança, pois isso significaria militarizar outras áreas ou meramente revisitar tudo o que é importante. Esta nova perspectiva clama por coordenação, uma melhor articulação entre diferentes níveis.

No presente contexto, deve sublinhar-se quatro elementos importantes: a) a segurança internacional ultrapassa suas forças armadas; b) a segurança internacional é transnacional, global e interdependente; c) a segurança internacional depende de uma multiplicidade de atores, o Estado já não é o único jogador; d) a segurança internacional no século XXI é enfrentar os novos desafios e exige colaboração entre diferentes atores.

Colocando ênfase na segurança humana, a segurança de Estado ou a segurança internacional passa a depender do contexto. Na maioria dos casos, é dada prioridade à segurança do Estado porque continua a ser o principal ator internacional. No entanto, em algumas regiões da África, por exemplo, a segurança internacional e seus principais atores podem representar um centro mais importante de influência, por ter capacidade de resposta no sistema internacional que pode prevalecer numa eventual crise política dentro de Estados fracos ou em desaparecimento

O Relatório do Milênio, do Secretário-Geral Kofi Annan, indica que o mundo está se movendo em direção a um novo conceito de segurança. "O que uma vez foi para defender o território contra os ataques do exterior, hoje é para proteger as comunidades e indivíduos a partir de atos de violência interna". A necessidade de uma abordagem voltada para a segurança é ainda mais premente quando se considera as ameaças de armas de destruição em massa continuam a representar para a humanidade, em especial de armas nucleares. Annan segue o raciocínio ao dizer que "ao pensar sobre o conceito de segurança e como parte de sua correção, deve-se encontrar e sugerir um conceito mais abrangente, que possa envolver os vários aspectos que afetam e influenciam a vida e a morte dos seres humanos"⁴⁴.

O conceito de segurança humana foi apresentado pela primeira vez em um relatório

⁴⁴ Relatório do Milênio do Secretário geral da ONU (2002), capítulo 4, "um mundo livre do medo", p. 34.

do PNUD de 1994, embora as bases para sua formulação estivessem há muito presentes no âmbito das Nações Unidas por uma questão de conteúdo e menos de forma. A Carta da ONU menciona a soberania nacional como princípio norteador do sistema internacional, assim como a defesa universal dos direitos humanos independente da questão das fronteiras. É como se desde sua origem as Nações Unidas reconheçam linhas de valores que o sistema internacional deveria proteger: a soberania nacional e os direitos humanos individuais onde quer que estejam.

Atualmente, a defesa do conceito de segurança humana se baseia em particular na nova constelação internacional de atores políticos graças ao fato de que hoje a insegurança física é causada mais por conflitos armados internos do que por guerras entre países. Tais conflitos podem ser guerras civis ou disputas mais indefinidas entre quadrilhas armadas ou grupos terroristas, às vezes com apoio direto ou indireto de Estados pouco comprometidos com os direitos humanos.

O conceito de segurança humana se pauta pela ênfase no cumprimento das leis de defesa dos direitos humanos individuais. Considera-se esta a principal tarefa da ordem internacional, mesmo contra a vontade dos Estados, mencionados como uma das principais fontes de insegurança individual. No entanto, apesar de estar centrada nos indivíduos, a segurança humana não pode ser dissociada dos quadros institucionais, em especial dos Estados sob os quais os direitos humanos são (ou não) implementados, o que independe da nacionalidade dos indivíduos.

A visão de Amartya Sen pode ser classificada como difusa por tentar relacionar diversos aspectos a um conceito em construção sem definir rumos para uma nova doutrina para o sistema internacional, focalizando os direitos humanos e as questões de desenvolvimento. Já no relatório “Uma doutrina de segurança humana para a Europa”, apresentado por Javier Solana⁴⁵ expõe-se uma proposta estratégica que focaliza conflitos regionais e Estados falidos, postulando o engajamento preventivo e multilateralismo efetivo. No contexto internacional, essa atitude poderia ser considerada mais adequada que a política tradicional de contenção para favorecer a transição democrática. Isso se baseia na constatação de que os conflitos entre Estados diminuíram, enquanto ganharam destaque novos perigos, relacionados à anarquia, ao empobrecimento, a ideologias exclusivistas e ao emprego diário da violência.

⁴⁵ Relatório do grupo de estudos sobre as potencialidades de segurança da Europa, apresentado ao alto representante para Política Comum e Segurança, Javier Solana (Barcelona, 15 set. 2004). Embora com foco mais preciso, o relatório não deixa claro o que se deveria incluir no conceito de insegurança. Na página 8 há uma referência a alimentação, habitação e saúde como possíveis candidatos à inclusão na definição de segurança humana, embora se afirme que “têm status legal menos elevado”

Deste modo, as cinco grandes ameaças à Europa seriam: terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, conflitos regionais, Estados falidos e crime organizado. A principal fonte de ameaça ao sistema internacional são Estados autoritários ou falidos, com políticas repressoras, com grupos armados paralelos e/ou promovem o terrorismo internacional. O relatório propõe que se crie uma estrutura jurídica bem definida para intervenções justificadas. Também preconiza operações de campo, desde que se baseiem nos princípios dos direitos humanos, com autoridade política clara, multilateralismo, abordagem de baixo para cima, foco regional, uso de instrumentos legais e emprego adequado da força.

A capacidade de gerar ação preventiva está no centro da ação internacional seja em órgãos sociais ou em sistemas internacionais regionais. Deste ponto de vista, a ONU enfrenta desafios e deve desenvolver estratégias eficazes para evitar conflitos no médio e longo prazo. A ONU também pretende enfatizar a importância de ações preventivas no campo da segurança internacional como fator determinante para avançar para um mundo livre do medo. Segundo Nef (2002), "se quisermos manter operações complexas e a paz alcançar seu objetivo, a melhor das intenções não podem substituir o item essencial para seu sucesso: a credibilidade que lhe dá a capacidade de agir."

A delegação do uso da força das Nações Unidas é, portanto, considerada um instrumento extremo. No entanto, pode-se afirmar que somente a força não cria a paz, pode criar sim um espaço em que a paz pode ser construída. Esta afirmação é o elemento fundamental que examina a relação entre a paz, uso da força e condições políticas. A vontade política, as limitações do uso da força para resolver disputas e para o desenvolvimento de uma dissuasão eficaz abre espaço para uma política fomentadora da paz pautada na cooperação.

A segurança humana é um conceito amplo que demonstra as fragilidades e vulnerabilidades das pessoas, mas também o seu potencial. Oportunidades de crescimento e desenvolvimento são cada vez interligadas, mas pode se tornar uma causa de insegurança. A interligação global cresce a cada dia. A redução do risco significa maior coordenação das políticas nacionais e globais. A experiência dos últimos anos mostra que é essencial chegar acordos sobre a finalidade e, em seguida, a criação e implementação de regimes internacionais para garantir uma ordem consensual internacional. Estes seriam regimes internacionais que protegeriam as pessoas. A ação desses regimes internacionais superariam as vulnerabilidades. A coordenação política no âmbito de regimes internacionais se multiplicaria em oportunidades de desenvolvimento mais igualitário.

O multilateralismo global baseado na cooperação e as democracias nacionais são as

maiores garantias do desenvolvimento e proteção dos povos. A segurança humana pode ser analisada e compreendida em diversas variáveis. Nef (2002) aponta pelo menos cinco dimensões: ecologia, economia, sociedade, política e cultura. Cada uma dessas variáveis pode ser considerada em diferentes níveis. Neste ponto, devemos enfatizar como estão relacionadas essas dimensões principalmente a dois elementos essenciais: a globalização e o uso da força. A globalização tem promovido valores universais como os direitos humanos, democracia e mercado (HELD, 1997). Este universalismo tem maior foco no Ocidente. Métodos econômicos e tecnológicos, associadas a ele, levaram a uma maior interdependência global, com efeitos positivos e negativos. De um lado, o aumento do comércio, uma maior divulgação de conhecimentos científicos e mais informação global. Por outro, as ameaças ao meio ambiente são mais pesadas, o terrorismo provoca crises mundiais, bem como o crime organizado e financeiro que não conhecem fronteiras. É muito difícil conseguir a estabilidade e governabilidade global sem instituições reais e fortes, distante da atual debilidade. Uma visão do futuro é essencial. No contexto atual do sistema internacional, diversos conceitos globais encontram-se indefinidos assim como a segurança que no caso de uma perspectiva mais humanista necessita de uma outra ordem mundial. O objetivo principal é satisfazer as necessidades básicas das pessoas no contexto de globalização e interdependência. Este tênue equilíbrio requer, de um lado, para unificar o comportamento, consumo e ideais acerca de valores universais e, por outro, a reconhecer e respeitar a diversidade e diferentes identidades e culturas.

Desta forma, é necessário voltar a perceber nosso objeto central a partir do recorte proposto: a relação Brasil-França e o lugar do indivíduo num esquema pensado a partir de formulações acerca da segurança como conceito não focado nas pessoas. Não existe segurança humana se o Estado ou Estados não possuírem estruturas políticas ou instrumentos administrativos capazes de garanti-la. Será que na relação entre estes dois países existe uma costura entre ordem pública, justiça, desenvolvimento capaz de promover conjuntamente remédios que previnam mazelas sociais tanto no Brasil quanto na França, tanto aos andarilhos brasileiros e franceses, seja num país ou noutro? Determinar esse conceito antes de seguir suas pegadas é o mote do capítulo II.

CAPÍTULO 2

ANDARILHOS

Os governos não aplicam os Direitos Humanos. As empresas multinacionais e as nacionais não lhes dão importância. A cidadania está apática. Os direitos humanos continuam a ser uma espécie de comédia, ou até, pior que uma comédia, uma farsa, e, pior que uma farsa, uma tragédia, pois só servem para a retórica parlamentar ou política quando convém; mas logo depois colocam sobre eles uma pedra e acabou (José Saramago).

Antes de iniciar esse trecho da viagem, é preciso estabelecer que andarilho é palavra usual na língua portuguesa tendo como referência aquele que não tem moradia, vaga, perambula por rodovias e ruas, sem rumo certo, de lugar à lugar; cidade à cidade. Durante uma aula de graduação fiz a pergunta para um grande número de alunos e numa espécie de *brainstorm* pude colher: cigano, mendigo, hippie, mercador, caixeiro viajante, vagabundo. Em francês, a palavra *marcher*, aquele que vaga, no senso comum iguala-se a percepção imaginária do vagabundo.

No documentário *Andarilho* (2007), Cao Guimarães propõe um olhar sobre a vida de três homens que com trajetórias distintas e maneiras diferentes de ver o mundo que dividem um mesmo mundo de características transitórias costuradas pela solidão numa busca pela completude ilusória, marca presente nas falas de nossos andarilhos também.

Na história do Brasil, segundo Carvalho França, em seus estudos sobre os viajantes no Brasil do século XIX, o andarilho como marginal da sociedade é personagem que vive na rua, “lugar de convivência, tida no Rio de Janeiro, como espaço de circulação dos negros, dos vadios, dos andarilhos e dos pobres, de forma tal que, além dos escravos, poucos são os que andam a pé. Quem se respeita, mesmo de posses modestas, se sai a cavalo ou de carro” (2008, p. 27).

A marginalidade daquele que perambula, assim como a compulsão do migrante, trazidas à tona serão contempladas à luz das observações sobre a marginalidade do *flâneur* (vadio no literal), na contramão de um ritmo ditado pelo capital, expressas por Walter Benjamin, cujos escritos, das décadas de trinta e quarenta, nos ajudam a construir o conceito. É certo que o andarilho dista em muito do *flâneur* parisiense, aquele que sentado no ócio e da

posição de burguês é personagem pensador de teor étlico presente também em Dickens, Dumas, Baudelaire, Edgar Poe, Kerouac. No entanto, a partir dessas leituras que fizeram parte da minha literatura particular, reforço a necessidade de ressignificar a palavra andarilho, dando a ela o status de conceito atualizado para definir o migrante da pós-modernidade como veremos no trabalho.

Desta forma, defino andarilho como conceito definidor deste sujeito, ator internacional, migrante mesmo que o imaginário já a categorize como significante negativo, quebrando a referência com o nômade de pobreza extrema, num exercício de novas práticas, novas leituras que geram novos olhares sobre o cotidiano.

A contemporaneidade tem refletido um crescente processo de deslocamento humano pelo mundo conforme dados do começo deste trabalho. São imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores transnacionais e tantos outros grupos e indivíduos que estão interferindo como jamais visto nas culturas locais, na política das nações, na vida nas cidades e na sociabilidade.

No Brasil, apesar da redução das taxas de imigração temos em nosso solo todos estes indivíduos e grupos que se deslocam pelo mundo constituindo no Brasil, novas formas de vida social, de cultura e território.⁴⁶ Em análise da vida social de profissionais transnacionais, observamos que os grupos e pessoas em movimento vivenciam o território, nas redes de amizade, nos fluxos e nos momentos de curta e longa duração nos locais que os recebem, que os acolhem ou que os toleram.

Esta territorialidade⁴⁷ contém uma plasticidade e elasticidade em doses maiores do que as que encontramos nos lugares de comunidades autóctones. Seus limites e referências são singulares e constituem-se em torno daquilo que cada grupo partilha e acumula enquanto saber, memória, histórias em comum, trajetos, percursos, recursos, perdas, conquistas – enfim,

⁴⁶ Apesar de ter deixado de ser atraente para imigrantes no meio da [década de 1970](#) e de ter se tornado um país de emigração depois da [década de 1980](#), o país ainda recebe alguns imigrantes. Mais recentemente, a partir da década de 1970, vê-se um razoável crescimento na entrada de imigrantes no Brasil, vindos principalmente da [Coreia do Sul](#), [China](#), [Bolívia](#), [Peru](#), [Paraguai](#) e de [países africanos](#) (PATARRA, 2011). Estes imigrantes, porém, não têm o impacto demográfico que tiveram as outras imigrações mais antigas no Brasil. Estima-se que o país tenha atualmente cerca de 600 mil imigrantes ilegais (IBGE, 2012). Assim, destacam-se recentemente os imigrantes bolivianos que são empregados nas pequenas indústrias de roupas de [São Paulo](#), em geral propriedade de imigrantes coreanos. Imigrantes colombianos também cruzam a fronteira aos milhares, fugindo do conflito armada na [Colômbia](#). Com a crise mundial, O Brasil se tornou de um país de imigrantes de novo. Entre Janeiro e Junho de 2011, 328.826 Portugueses foram registrados para morar e trabalhar no Brasil (MTE, 2012).

⁴⁷ Importante marcar que no nosso caso, “a ordem global é desterritorializada, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Se o espaço, movido e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos” (Santos, 2005, p. 272). Ver também Badie, 1995.

um conjunto de todas as referências, sentimentos, atos e fatos que compõem o senso de pertença.⁴⁸

Por essas relações humanas, “*la forme territoriale est incessante négociation elle-même*” (APPADURAI, 2001).⁴⁹ Constata-se, que o território do movimento ergue-se a partir de relações sociais, que podem ser motivadas e erguidas a partir da memória, da amizade, da solidariedade, da família, do trabalho, da etnia ou nas situações vividas no deslocamento, contudo estas relações sociais não estão submetidas a um território físico material. As relações sociais e os vínculos que elas constituem sobrevivem para além deste tipo de território físico.

A mobilidade traz desafios, pois para além do local geográfico, da comunidade instalada, dos pontos referenciais de pesquisa caminha nossa análise. Partia-se para o campo territorializado e dele se levantavam dados e análises. Capturava-se o sujeito imerso na teia de relações sociais locais, deparava-se com a carne e o sangue da cultura (MALINOWSKI, 1978). Por meio do local, estudavam-se os ritos de passagem, os sistemas de parentesco, a religião, as formas de representação social, as instituições sociais e a cultura. Lançam-se análises e, por meio delas, transformam-se em teorias e em conceitos as socializações que as diversas comunidades fizeram de seu espaço.

Hoje, contudo, não se pode deixar de entender que estas maneiras de socialização do espaço e do tempo apontam para um aspecto do território a que, por vezes, não se presta atenção: a sua efemeridade, o seu movimento. Os ritos sociais (de toda natureza e finitude) sempre realçam fronteiras, delimitações que devem ser respeitadas para que o território permaneça. Por vezes, os mesmos ritos inscrevem sobre o corpo as marcas da localidade. Disto se depreende que as comunidades conscientes da fragilidade do território realizam constantes ritualizações, diuturnamente, para não se perderem nos fluxos desterritorializantes que convergem para o lugar.

Appadurai (2001) ressalta as comunidades de imigrantes turcos, indianos, paquistaneses, coreanos e tantos outros e para suas confrarias, comunidades e territórios erguidos no imaginário dos povos em movimento e dos *mass media*, é possível dar-se conta de novas formas de estar em grupo, mesmo não partilhando de um mesmo local geográfico.

⁴⁸ Senso de pertença é caracterizado pelo vínculo referencial com conotação de estabilidade econômica, social, cultural a partir de estratégias endógenas de evolução sustentadas ou sustentável que condizem com o espaço imaginado ou sua dimensão imaginada. Ou, “o elo emocional entre uma pessoa e um lugar ou envolvente física” (Haesbaert 2004, p. 37), isto é, o sentimento de pertença a um lugar ou região de origem, de residência, de trabalho ou de lazer. Ver também Badie (1996).

⁴⁹ “A forma territorial é uma incessante negociação”. Tradução do autor.

Estes grupos sociais ergueram outros pontos de referência, além dos locais físicos. Assim, os tantos filmes hollywoodianos a que assistimos, as inúmeras músicas clássicas e pops que escutamos, os desfiles de moda que vemos pela TV, os documentários de tantos povos diversos e o nosso, um ou outro vizinho de rua – boliviano, alemão, libanês e japonês –, enfim, todos esses fluxos midiáticos e humanos constituem permanentemente novas referências identitárias e novos pontos de vinculação entre e com pessoas de fora de nossas comunidades autóctones.

A vida social, para alguns milhares de pessoas, não está em um único espaço físico restrito, com estrutura social e cultura limitada, como considerou o pensador social Ferdinand Tönnies, em seu estudo *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887)⁵⁰. Ele apresenta dois tipos de vida social e, segundo Featherstone, suas simpatias vão para *Gemeinschaft*.

Sua imagem de *Gemeinschaft* apoiou-se em um retrato idealizado da Alemanha medieval, no qual o lar constituía a unidade básica, com a força dos laços de sangue e de parentesco unindo as pessoas em unidades regionais e locais mais amplas (...) esta é, em grande parte, uma imagem de lugar estabelecido, detentor de uma cultura comum (FEATHERSTONE, 1997, p. 179).

Não que se negue a existência de comunidades tradicionais, mas, para as populações em movimento, o lugar estabelecido detentor de uma cultura comum e de laços de sangue lhes escapa.⁵¹ As pessoas que vivem em mobilidade geográfica – migrantes, refugiados, profissionais transnacionais – transformam-se em artesãos de um mundo em constante movimento, sem limites em termos de distância, por vezes, capazes de estar aqui e ali sem que isto os incomode. Para isso, contam com recursos variados para formar suas redes, da memória, passando pelas telecomunicações até sociabilidade face a face.

A memória partilhada é um recurso de pertença dos indivíduos em movimento. É nela

⁵⁰ *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade) constituem, segundo Tönnies, os dois tipos de “relações de afirmação recíproca” e de “associação”: “como vida orgânica e real”, no primeiro caso, “como estrutura imaginária e mecânica”, no segundo. *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* correspondem, simultaneamente, a duas orientações diferentes da vontade (*Wille*), enquanto orientação para o outro ser humano: 1) À *Gemeinschaft* corresponde uma orientação afetiva – a vontade natural ou essencial (*Wesenwille*) –, que faz com que os homens se tratem como fins em si; 2) À *Gesellschaft* corresponde uma orientação racional – a “vontade racional-instrumental” (*Kürrville*) –, que faz com que os homens se tratem como meios.

⁵¹ Tomemos como exemplo que em alguns sistemas jurídicos atribui-se a nacionalidade pelos laços sanguíneos com seus ascendentes e outros a nacionalidade tomando-se por princípio o território onde a pessoa nasce. Para Vieira, há “dois polos de definição de nacionalidade que determinam as condições de acesso à cidadania. O *jus soli* é um direito mais aberto que facilita a imigração e a aquisição de cidadania. O *jussanguinis* é um direito mais fechado, pois restringe a cidadania aos nacionais e a seus descendentes.” (1999, p.402-403).

que se encontram a lembrança dos encontros com os outros, das palavras e dos gestos que acordaram convivências, das solidariedades, das viagens, das subversões de regras que promoveram superações de fronteiras. Para muitos grupos, o recurso a esta memória pode autorizar cada componente a ir mais longe (TARRIUS, 1992; 2000).

Estas populações móveis, em diásporas, errantes, nômades prendem-se, nos lugares percorridos por elas e outros reconhecidos como próximos, a uma memória de natureza coletiva que é tão extensiva como são os movimentos de travessia de espaços novos, designa 'outras' entidades territoriais superpostas aos locais, por um tempo ou por um longo tempo. Assim são constituídos as etapas e os percursos, suportes das múltiplas redes de trocas e das condições da incessante mobilização para fazer circular homens, matérias e ideias. (TARRIUS, 2000, p. 125).

Outro fator de agregação é a partilha de um saber comum, que varia de acordo com as singularidades dos grupos em movimento. Este saber circular pode ser do tipo profissional, imigrante, nômade ou étnico. Como todo saber, contém um conjunto de regras, de normas, de valores e, principalmente, de instrumentos do conhecimento que facilitam a mobilidade.

Safran (1991) revela que existe entre os povos em diáspora uma forte solidariedade interna, produtora de identidade e de vida social regida em torno de questões primordiais, como é o caso da religião e da etnia. Os imigrantes – sejam eles migrantes tradicionais, novos migrantes ou povos em diáspora – apresentam sentimentos semelhantes com relação ao país de origem. Sentem saudade (SCHNAPPER, 2001) e vontade de voltar. Enquanto não concretizam o retorno, desenvolvem nos países que os acolhem comunidades com dinâmicas específicas que podem convergir para a formação de guetos fechados ou de redes abertas em que se encontram pessoas nativas e outras do país de origem.

Na atualidade, contudo, não passam despercebidos, pelo contrário, ganham mais visibilidade. Suas comunidades, seus movimentos reivindicatórios, suas causas – políticas, econômicas, étnicas ou afetivas – adquirem uma dimensão global e são, na maioria das vezes, negociadas em redes cujos nós estão espalhados por diversas partes do mundo.

Os novos imigrantes entendem pouco a pouco que sua identidade tem um pé no país de origem, mas que ele está, sobretudo, localizado em um vasto espaço que ele percorreu (FIBBI; MEYER, 2002, p. 18).

A mobilidade desestabiliza e desloca os vínculos que ligam os indivíduos a seus territórios e a seu Estado de origem. Contudo, estes vínculos são reconstituídos em outro

lugar, o de chegada. No mais, este tipo de mobilidade projeta o indivíduo na cena transnacional e às vezes o livra dos enquadramentos nacionais, pois de uma identidade territorial, o migrante oscila em torno de uma identidade de rede (BADIE, 1995).

Este processo não é de todo negativo. A perda de referência local pode ser compensada por uma inserção maior em relações comunitárias, de amizade e, sobretudo, no fortalecimento dos vínculos afetivos familiares, amorosos e fraternais. Assim, a decisão de partir, a escolha do novo lugar, a maneira de se instalar, são organizadas e tecidas nos fluxos solidários. Estes incluem a família, os amigos, os compatriotas, a etnia e o irmão de fé. Saindo de seu território físico, aqueles que vivem a mobilidade fazem alianças de rede. Neste contexto, os grupos sociais e os indivíduos em movimento estão sensíveis a tornarem-se autônomos e agentes de novas relações sociais transnacionais.

Assim, a decisão de partir, a escolha do novo lugar, a maneira de se instalar são organizadas e tecidas nos fluxos solidários. Estes incluem a família, os amigos, os compatriotas, a etnia e o irmão de fé. Saindo de seu território físico, aqueles que vivem a mobilidade fazem alianças de rede. Neste contexto, os grupos sociais e os indivíduos em movimento estão sensíveis a tornarem-se autônomos e agentes de novas relações sociais transnacionais.

Nos dias de hoje, a chamada “globalização” provoca mudanças sociais, econômicas e políticas que levam cada vez mais a um rompimento com os espaços sociais fechados, a um desenraizamento que exige grande mobilidade psicológica a fim de permitir uma rápida reorientação de identificações, comportamentos, sentimentos e relacionamentos. Esse mundo em constante transformação reacende os movimentos de andança humana, protagonizados por indivíduos que rompem com a acomodação, motivados pelo desejo de encontrar um lugar melhor (Sayad, 2000).

Sob a égide da economia globalizada da atualidade, é notável a presença de andarilhos pelo mundo. São sujeitos outsiders, pois este termo se refere “à condição de estar permanentemente e por imputação colocado fora das disposições estruturais de um dado sistema social, ou de estar situacional ou temporariamente excluído, ou de voluntariamente se excluir do comportamento de membros que têm status e função dentro daquele sistema” (Elias; Scotson, 2000, p. 101). O conceito de outsider é bastante abrangente, de modo que entre os membros desse grupo podem-se observar diferenças importantes. Assim sendo, os andarilhos formam o coletivo daqueles que tradicionalmente chamamos de migrantes, imigrantes ou emigrantes, numa perspectiva pós-moderna, em que o transitório, efêmero,

líquido como bem lembra Bauman (2008) determinam a experiência humana.

Tais características parecem estar intimamente vinculadas com a deserção social, que se desdobra em estreitamento da sociabilidade e restrição dos relacionamentos pessoais. O andarilho pode ser considerado, numa analogia metafórica, uma caricatura do homem da atualidade, com seus traços principais acentuados: a exigência de constante movimentação profissional, afetiva, social, política e econômica torna-o um indivíduo sem ancoragens fixas, incessantemente desejante.

Ser andarilho gera uma revisão e alteração de crenças, valores, representações socioculturais, engendrando esquemas de sobrevivência construídos em função da adaptação a uma realidade *relativamente estável* dada pela fixação do sujeito a um determinado lugar. A ruptura com os referenciais que dão estabilidade e segurança a uma pessoa, como a família, o trabalho, os amigos, assim como o rompimento com a rede social e a impossibilidade de se estabelecer qualquer espécie de vínculo duradouro faz com que a capacidade de migrar do andarilho seja uma das mais intensas possíveis. Em suma, pode-se pensar na migração da pós-modernidade como um fenômeno complexo, multifatorial, que parece ter como principal mola propulsora uma realidade social em transformação contínua e que exige uma readaptação incessante a novos paradigmas sejam eles particulares ou coletivos, de respostas internas ou externas, locais ou globais, da sociedade civil ou do Estado.

No século XXI, a globalização implementa um pouco de migrante, andarilho em cada um de nós, por mais vinculados que estejamos a referenciais estáveis. Conforme Castells (2003), no mundo atual o imperativo do movimento não nos permite mais ficar parados em um só lugar; estamos constantemente em movimentação, mesmo que sentados em frente à tela de um computador, navegando na internet, de modo que se faz necessário um exame de cada um dos fatores que podem atuar como motivadores da ruptura com as malhas da rede social e que se procure estabelecer as correlações e articulações entre os mesmos.

A economia globalizada do mundo capitalista contemporâneo leva, em última instância, à precarização das relações de trabalho e ao desemprego, gerando o aumento da vulnerabilidade social, a desfiliação, a segregação, a pobreza e a exclusão social (Castel, 1998). O sujeito desempregado, por não conseguir acompanhar a dinâmica da sociedade capitalista salarial e nem tampouco se inscrever nas coerções da atual conjuntura econômica, passa a ser visto como um “inadaptado social”. A falta de um emprego e a decorrente ausência de reconhecimento social causa experiências de sofrimento, associadas à segregação e à exclusão, de tal maneira que a vida pessoal desses indivíduos entra em crise, o que leva

muitos deles a se agregarem aos que vagam “socialmente” e sem vínculos sociais estáveis (Singer, 1999).

Dessa forma, as mudanças sociais, políticas e econômicas do mundo na atualidade criam uma classe cada vez maior de miseráveis, insatisfeitos, deslocados, indivíduos pós-modernos que contribuem para o crescimento do movimento de migrantes e andarilhos.

Conflitos e desavenças familiares, tanto com os pais no núcleo familiar originário, quanto com a esposa e filhos, são fatores também preponderantes para a ruptura do sujeito com o nicho social no qual está inserido (Anderson, 1998). A ausência de uma constelação familiar continente, os desentendimentos e os conflitos afetivos decorrentes de relacionamentos amorosos que tiveram um final desestruturante em virtude de traições e/ou infidelidade conjugal são acontecimentos perturbadores (Pittman, 1994) que, atuando em conjunto com outras motivações igualmente intensas, podem levar um sujeito a romper com as malhas da rede social.

A decisão de migrar em muitos casos emerge como uma resposta radical e extremada a esses conflitos. Pode-se supor ainda que, na realidade, esses laços se rompem perante determinadas dificuldades apenas em razão das circunstâncias sociais precárias em que se formaram e vinham se mantendo, dando a tais vínculos um aspecto frágil e pouco vigoroso.

De qualquer modo, abandonar os referenciais sociais que norteiam a vida no mundo atual e as fixações sociais, geográficas e afetivas é uma atitude drástica, tendo em vista as dificuldades que são instaladas com a mudança. Por isso acredita-se que nenhum evento isolado, por mais desestruturante que seja, leva, por si só, uma pessoa à condição de andarilho. Tudo indica que, na maioria absoluta dos casos, há uma interação dos diversos fatores que concorrem para a deserção. O que parece inquestionável é que todos esses fatores estão intimamente ligados a algumas das principais características que modelam o mundo contemporâneo.

2.1 O andarilho e a conformação identitária.

O estrangeiro como indivíduo que não escolhe e sim é forçado a migrar por uma espécie de movimento que o induz à condição de migrante pode ser visto mundo afora como expatriado, filho de estrangeiro, estudante de pós-graduação, traficante, turista, intercambista, empresário, diarista, garimpeiro, prostituta. Como ser de um de lugar sem ser? Como ser parte do todo sabendo que em mais ou menos tempo o lugar torna-se insuficiente para suas necessidades? Como ser parte de uma comunidade se a mesma não te inclui? Como ser incluído se não é possível a inclusão?

Discutir a questão do pertencimento, da condição de transição e, principalmente, das identidades que emergem em virtude dos processos migratórios é central nesse trabalho. Identidades estas que não são constituídas apenas quando o indivíduo emigra de sua terra, mas que emergem durante todo o processo de estranhamento, ingresso e permanência ou não no lugar a que chega.

Associar conhecimentos e saberes possibilita observar o andarilho como um sujeito em uma condição de permanente transição, o que se torna o mote para que entendamos a categoria identidade como um conceito múltiplo, móvel e variável definidor do conceito andarilho. Torna-se importante, pois, estabelecermos aqui uma discussão sobre as principais definições para o conceito de identidade. Isto nos ajudará, posteriormente, a refletir e relacionar esta questão com a condição do migrante expressas nas falas dos que partiram rumo à França e à Guiana Francesa e os que vieram para o Brasil. Assim, ao buscarmos definições para a categoria identidade no âmbito das Ciências Sociais – campo de estudo que conta com diversos autores que trabalham de forma qualitativa esse conceito – deparamo-nos com a análise empreendida por Max Weber (1994) acerca do que denominou identidade étnica. Este conceito pode nos fornecer indicações iniciais para pensarmos a temática identidade.

Deste modo, o ponto principal da teoria weberiana que pode contribuir para a análise da categoria identidade encontra-se na relevância dada pelo autor à ideia do pertencimento subjetivamente direcionado a um grupo. Este pertencimento poderia ocorrer de modo temporário ou permanente, o que conformaria um “sentimento de vida em comum” e culminaria no estabelecimento de identidades. A ideia de coletividade e dos processos capazes de promover a criação de comunidades de intercâmbio social adquire, então, papel central para a emergência de identidades. Assim, de acordo com Weber (1994), é de fundamental importância neste contexto o compartilhamento de valores e costumes, na medida em que qualquer comunidade seja ela doméstica, de vizinhos, política ou religiosa é, em regra,

portadora de costumes em comum.

Para este autor, identidade é um processo definido historicamente e que se modifica de acordo com o contexto. Portanto, trata-se de algo que é formado e transformado de maneira contínua em relação às representações culturais que nos rodeiam. Neste sentido, segundo este autor, na conformação da identidade há uma troca entre o que está dentro e o que está fora, entre o mundo pessoal e o mundo público, ou seja, assimilamos os valores culturais do ambiente em que vivemos ao mesmo tempo em que projetamos a nós próprios no ambiente em que vivemos:

A identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós” -, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade então costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 1999, p.10).

Diante das transformações empreendidas pelo processo de globalização, Hall (1999) defende que atualmente a identidade caracteriza-se pela constante mudança, rompimento ou “deslocamentos”. O resultado é um complexo jogo de “pluralização” de identidades que se cruzam mutuamente. Assim, a identidade tornou-se móvel, múltipla, pessoal, auto-reflexiva e sujeita a mudanças, o que faz dela um processo inacabado, sempre em construção e repleto de tensões. Ademais, ao definir identidade Hall (1999) apresenta a evolução de tal conceito sob a ótica da mudança de concepção de sujeito ao longo da história. Desta forma, analisou e descreveu uma concepção de sujeito do iluminismo, passando para a concepção de sujeito sociológico, até atingir o que alguns teóricos definem como o sujeito pós-moderno.

Segundo o autor, no período iluminista prevalecia a concepção de um sujeito centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, portanto, extremamente consciente da sua identidade. Posteriormente, temos a ideia de um sujeito sociológico, reflexo da crescente complexidade do mundo moderno. Nesta concepção, a individualização dá lugar à interação, uma vez que passou a se considerar a importância da influência mútua entre indivíduo e a sociedade na conformação dos valores, sentidos e símbolos. O que demonstrou que o sujeito não é autônomo, tampouco autossuficiente. Portanto, de acordo com esta visão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a

sociedade. Finalmente, com a globalização ocorre uma mudança estrutural que fragmenta e desloca as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Assim, para este autor, se antes estas identidades se tratavam de localizações concretas, nas quais os indivíduos se acomodavam socialmente, hoje, em alguns casos, elas podem apresentar fronteiras menos definidas que, por conseguinte, geram em muitos indivíduos uma crise de identidade, que pode resultar em um sujeito pós-moderno (HALL, 1990, p. 10).

Numa linha de pensamento semelhante, Manuel Castells (2000) ressalta também a influência dos fatores culturais na construção de identidades e a conceitua como fonte de significados e experiências de um povo, fundamentada em atributos culturais que prevalecem sobre outras fontes. No entanto, de acordo com o autor, não se deve confundi-la com papéis, pois estes definem funções enquanto identidades organizam significados. Deste modo, a construção de identidades depende da matéria-prima procedente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade. Assim como Castells, Hall (2003) defende que identidade não se constitui por si só em uma essência, mas sim, gera elementos potencializadores aos indivíduos que as incorporam, cujo resultado poderá ser a criação de vínculos de pertencimento cultural.

Ao abordar o conceito de *identidade*, Castells (2000, p. 24) estabelece três formas e origens de construção da mesma: a) Identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais; b) Identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade; c) **Identidade de projeto, que consiste na busca da conquista de uma nova identidade por meio de aparatos culturais, cujo objetivo é o de promover uma redefinição das posições na sociedade.**

Ao analisar o conceito de identidade, Alain Touraine ressalta que, durante muito tempo, o mesmo foi definido a partir da correspondência entre a posição ocupada pelo sujeito em um sistema social e em um conjunto de comportamentos. Entretanto, segundo o autor, esta correspondência desaparece devido ao fato de as instituições sociais serem atravessadas por alterações importantes, como a introdução de mercados globalizados e as redes (*networks*). Cabe ressaltar, porém, que isto não implica o desaparecimento dos atores, mas sim, em sua transformação profunda:

Enquanto durante dois séculos as ideias dominantes buscaram nos convencer que éramos seres sociais, e às vezes até que éramos agentes econômicos racionais, descobrimos que aquilo que se chamava sociedade se desinstitucionaliza, é transbordada ou atravessada por redes (*networks*) e por mercados e que paralelamente o ator descobre sua individualidade através de suas pulsões, de suas relações parentais e de seus mecanismos de identificação. Entre este universo globalizado e esta experiência privada, a definição social das instituições e das ações esvazia-se em seu conteúdo (TOURAINÉ, 1998, p.129).

Touraine (1998) destaca ainda que, diante destas alterações, a reconstrução do que se poderia chamar de identidade social não se faz a partir da identificação de uma ordem global, econômica, religiosa ou natural, mas pelo reconhecimento da dissociação dos elementos que outrora formavam uma experiência integrada:

Não é pela identificação a uma ordem do mundo, a um grupo social, a uma tradição cultural ou mesmo a própria individualidade que se constitui a identidade. Esta, ao contrário, se forma por desidentificação, por uma volta a si, da qual eu disse noutra lugar que a noção freudiana de narcisismo secundário podia ser uma das expressões. (TOURAINÉ, 1998, p. 130).

Sendo assim, é possível constatar que a definição de identidade preconizada pelos autores aludidos apresenta pontos em comum. Para todos os autores, a identidade não é algo dado, estático, mas se fixa como uma construção social estabelecida por meio da influência de aspectos culturais. Consequentemente, ao considerar a relevância dos aspectos culturais Hall (1999; 2003), Castells (1999) e Touraine (2003) ressaltam a influência da globalização na constituição da identidade, uma vez que tal processo traz para o campo das relações sociais profundas mudanças que, por sua vez, repercutem diretamente na introdução de novos costumes e valores, dentre os quais se encontram os processos migratórios e seu principal ator da atualidade: o andarilho.

Como transformar em cidadão um sujeito movediço como o andarilho? Como inserir em políticas públicas, que às vezes nem existem ou nem foram modificadas para esse ator relevante? Parece que nenhum país ou combinação destes será capaz em momento de crise global, pois a estrutura é pensada para o cidadão nacional como a previdência ou mercado de trabalho. No entanto, o objetivo deste trabalho pauta-se pela discussão de ideias e não na geração de políticas. Elas nascem do debate acerca de um sujeito visibilizado, existente que se agrega e desagrega na busca por espaço pelo menos numa espécie de cidadania global garantidora de direitos. Mais que isso, numa cidadania transnacional.

2.2 Cidadania, Mundo Pós-Moderno e o Andarilho.

As inúmeras transformações até agora esboçadas no mercado de trabalho, sobre as decisões de Estado e sobre a identidade nacional afetaram e afetam a concepção clássica de cidadania, vinculada a uma perspectiva espacial (territorial) que fundamenta a identidade política e apontam para a necessidade de superação deste vínculo representante de um velho olhar, perspectiva. O apelo aqui evidente visa se pensar a noção de cidadania não mais sobre determinada base territorial, e sim a partir das necessidades daqueles que efetivamente constroem o espaço.

A preocupação com a justiça social e com a identidade coletiva, ao abandonar o caráter estritamente jurídico e político do conceito, e ao incorporar um caráter sociológico por conta da inclusão dos direitos sociais está na raiz clássica da ideia de cidadania. A cidadania, segundo Marshall, é um “*status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*” (1967, p.76). Duas ideias claramente presentes nesta definição: a de direitos individuais e a de pertencimento a uma comunidade particular atravessam o debate contemporâneo entre liberais e comunitaristas.

Ao dividir a concepção tradicional de cidadania em um conjunto de três tipos de direitos civis (conquistados no século XVIII), políticos (conquistados no século XIX) e sociais (alcançados no século XX), Marshall (1967) revoluciona a concepção tradicional de cidadania, incorporando o conceito de igualdade à ideia de cidadão. Duas são as características mais importantes da definição de cidadania em Marshall: direitos e igualdade. Os direitos de cidadania, então,

São produtos de uma série de conflitos entre o cidadão e o princípio da igualdade que o Estado se encarregou de diluir com a ampliação dos direitos (caráter qualitativo) e com a inclusão de novos grupos (caráter quantitativo) no seio da comunidade, com a única exigência de guardar lealdade a uma cultura comum e homogênea. (PARRA, 2003, p.78).

Dahrendorf, retomando Marshall, define a cidadania como direitos e obrigações associados à participação em uma unidade social, e notavelmente à nacionalidade. Tem a ver com a questão da inclusão ou exclusão lateral ou nacional (em contraste com a vertical ou social). Afeta a identidade das pessoas porque define a qual unidade pertencem (1992, p.46).

Ao estabelecer uma discussão sobre cidadania a partir da questão das prerrogativas e

dos provimentos, Dahrendorf introduz a questão de como desvincular da posição econômica o *status* cívico, a fim de evidenciar a universalização da cidadania. Todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres, independentemente de raça, religião, grupo étnico, sexo, região de origem ou condição social. As prerrogativas são fronteiras e barreiras que se contrapõem diretamente à capacidade das pessoas para controlar as coisas por meios legais, tendo como elemento central o aspecto político. Os provimentos dizem respeito às escolhas materiais e não-materiais, estabelecendo como elemento central o aspecto econômico, o que torna imprecisa a divisão entre igualdade de oportunidades e igualdade de resultados (DAHRENDORF, 1992). Contudo, como vimos e veremos, a escolha por migrar e permanecer na condição de migrante tem outras características imateriais ou não materiais que vão além do aspecto econômico.

Habermas (1995), ao apontar a impossibilidade do Estado-nação fornecer as bases para a manutenção da cidadania, coloca o debate no interior do atual processo de globalização⁵². Para ele, o surgimento do Estado-nação estabeleceu um novo tipo de ligação entre as pessoas, a identidade nacional, que permitiu combinar uma forma abstrata de integração social em um novo processo político. O nacionalismo incentivou a passagem do *status* de súditos particulares para o de cidadãos. A nação vem antes da cidadania, pois é no quadro da comunidade nacional que os direitos cívicos podem ser exercidos. Esta visão nacionalista alija os imigrantes e os estrangeiros da cidadania.

Somente a percepção de uma identidade nacional, cristalizada em torno de uma história, língua e cultura comuns; somente a consciência de pertencer à mesma nação é que fez com que pessoas distantes, espalhadas em amplos territórios, se sentissem politicamente responsáveis umas pelas outras. Dessa maneira, os cidadãos passaram a se ver como partes de um mesmo todo, quaisquer que fossem os termos legais abstratos em que esse todo pudesse estar constituído (HABERMAS, 1995, p.92).

Desta forma, seriam cidadãos apenas os nascidos em um determinado espaço territorial de uma nação, estando, portanto, excluídos desses benefícios os imigrantes e estrangeiros. Para Habermas (1995), a globalização, ao questionar a soberania do Estado-nação e, em consequência, a cidadania como identidade nacional, coloca a necessidade de se pensar a cidadania e a democracia para além do Estado Nacional. “O que parece ser necessário é o desenvolvimento da capacidade para agir politicamente em um nível acima dos

⁵² Para Habermas (2000, p.90), a globalização se caracterizaria por “um crescente volume de tráfego, comunicação e intercâmbio para além das fronteiras nacionais”.

– e entre os – Estados-nação.” (HABERMAS, 1995, p.100).

Ainda segundo o autor, três acontecimentos históricos marcam a discussão sobre a perda de importância da relação entre cidadania e identidade nacional: 1) a implosão do império soviético, com a conseqüente liberação dos Estados da Europa Centro-Oriental, a unificação alemã e os conflitos de nacionalidade na Europa Oriental; 2) a criação da União Europeia; e 3) os fluxos migratórios do sul e do leste europeus, que exacerbam os conflitos entre os princípios universais da democracia e as reivindicações destas comunidades, introduzindo uma contradição entre as pressões globais que ameaçam a cidadania nacional e as pressões locais que sentem a sua identidade ameaçada. Por outro lado, presente nesta discussão está o duplo código que a cidadania expressa: *status* e identidade, mas também os desenvolvimentos mais recentes da democracia e dos processos de democratização, a partir da reflexão sobre o tema dos direitos sociais e a revisão dos Estados de Bem-Estar.

Acrescentem-se ainda, por um lado, as responsabilidades econômicas e políticas dos indivíduos, no que se refere a eles mesmos, à família, ao Estado e à esfera internacional, questionando o modelo de cidadania a ser constituído nas esferas do mercado, da participação e da educação, e, por outro, os problemas de pertencimento e de identificação coletiva, em que as identidades são investidas por dramáticas tensões devidas às migrações em massa, aos conflitos étnicos, aos encontros e desencontros entre culturas, que se traduzem nos intensos debates sobre o multiculturalismo.

As tradicionais concepções de cidadania baseadas na titularidade de direitos, no humanismo cívico e na comunidade nacional, assentavam-se na premissa da centralidade do Estado. Atualmente, as transformações da sociedade contemporânea colocam em xeque a centralidade do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e reduzem a relevância da nação como referência para a identidade coletiva (CARVALHO, 2004). Em processos muitas vezes desvinculados da cidadania nacional, como, por exemplo, a migração forçada, os trabalhadores ilegais, os indocumentados, os indivíduos movimentam-se para fora do Estado Nacional.

Com a globalização, múltiplas identidades surgem para além do marco nacional e dão um caráter secundário à identidade coletiva nacional, tradicionalmente caracterizadora da cidadania. Duas possibilidades se apresentam para a construção de um conceito de cidadania pós-nacional. De um lado, a cidadania passa a ter uma proteção transnacional, baseada no reconhecimento de direitos que permitam a participação em uma comunidade política, independente de ser nacional ou não (VIEIRA, 1999), o que a afasta da dimensão cultural

existente em cada nação. De outro, a identificação de potenciais culturais, através “da ampliação do marco cultural da modernidade para além das culturas nacionais” (AVRITZER, 2002, p.47), possibilita, segundo Habermas (2000), uma experiência democrática e cidadã pós-nacional, uma vez que indivíduos de diversas partes do mundo podem estabelecer comunicação permanente através da *internet*, e fatos políticos mundiais permitem uma convivência política pós-nacional, capaz de expressar sua própria identidade cívica, una.

As múltiplas identidades que surgem com a globalização apontam também para outra possível análise: a culturalista, que descarta a cidadania política em nome da nova cidadania cultural afirmadora de múltiplas identidades (gênero, etnias, religião etc.), a qual fragmenta a identidade nacional, rompendo com a tradição liberal igualitária e aponta para a tradição humanista e republicana, introduzindo uma relação contraditória entre a cidadania entendida como direitos iguais e a cidadania entendida como direitos diferenciados de grupos marginalizados ou desprotegidos.

A constatação de que a soberania nacional está em processo de esvaziamento, tanto pela criação de instituições supranacionais (a União Europeia, por exemplo) como também pela multiplicidade de filiações e de identidades decorrentes do deslocamento das populações, permite uma série de discursos sobre a relação do Estado-nação e a imigração internacional em um contexto globalizado. A crise gera lacunas que aparentam pedir pela volta do antigo quando na verdade se pede para revisitar estruturas que não dão conta da realidade, isto é, soberania e supranacionalidade estão em xeque.

A construção de uma cidadania global tem como referência o pensamento humanista de Kant, que ao conceito de cidadania associado aos limites territoriais de um Estado soberano contrapõe um Estado cosmopolita que deveria transcender o Estado nacional. Ao enfatizar o aspecto moral em detrimento do aspecto político, a tradição kantiana afirma que as obrigações éticas dos indivíduos para com o resto da humanidade podem sobrepujar suas obrigações para com seus compatriotas, apelando fortemente para a solidariedade aos imigrantes. Nesse registro, os indivíduos devem se definir como cosmopolitas, além de como cidadãos nacionais (VIEIRA, 1999).

Nesse sentido, alguns autores – como Held (1995) – trabalham a partir da perspectiva de uma democracia cosmopolita desvinculada do Estado soberano, capaz de tornar possível novas estruturas de cooperação internacional, ao propor a incorporação dos indivíduos a um sistema global de direitos e obrigações universais, independentemente do lugar de nascimento e do local de residência.

Todas as sociedades já são parte e parcela de uma comunidade de riscos partilhados, percebidos como desafios para a ação política cooperativa. (HABERMAS, 1996, p.294).

A reflexão sobre a cidadania no mundo globalizado opera em dois níveis: em um nível abstrato e normativo, e em um nível concreto. No primeiro caso, a cidadania teria um *status* legal transnacional, capaz de dar direitos civis e direitos sociais, incluindo os direitos humanos, os quais, segundo alguns, constituiriam a carta dos direitos fundamentais, para a construção, assim, de uma cidadania legal desterritorializada. É fato que os Estados nacionais já reconhecem direitos legais (humanos e civis) para os não-cidadãos, no interior dos Estados. Esta formulação legal pós-nacional daria ao direito internacional uma condição de direito constitucional global (KOERNER, 2002).

A cidadania pós-nacional propõe, sob o marco normativo dos direitos humanos universais, a distribuição de direitos civis, políticos e sociais aos imigrantes, independentemente dos critérios de pertencimento nacional. A distribuição desses direitos seria extensiva aos membros não-nacionais, ainda que estes jamais completem o processo de naturalização. Constituiriam-se, assim, comunidades políticas compostas de cidadãos nacionais e pós-nacionais. Com base nesta perspectiva, propõem-se distintas políticas de incorporação e inclusão dos imigrantes em sociedades receptoras, omitindo o outro lado da migração internacional que é a relação dos Estados com seus cidadãos no exterior, seus emigrantes.

Os críticos desta corrente propõem a cidadania transnacional, que estabelece uma distinção entre imigração e emigração, propondo princípios normativos de um direito de migração, em que o direito das pessoas de abandonar o país se dá em um contexto opcional e não forçado, e em que nenhum emigrante pode, sem o seu consentimento, ser expropriado pelo Estado de sua cidadania nominal ou substantiva pelo simples fato de residir e permanecer fora do país de origem. A desnaturalização deve ser entendida como uma prática contrária aos princípios liberais, desde que o cidadão emigrante não tenha renunciado a sua cidadania ou tenha adquirido e conservado outra. Talvez, a discussão de conceito de cidadania que abraça o andarilho caminha por essa vertente⁵³.

⁵³ A cidadania transnacional ou mundial, marcada pela criação institucional e pela difusão e comunicação de práticas sociais, jurídicas e simbólicas inovadoras e globais (Balibar, 1998) penso eu só seria viável com a reinvenção das formas de solidariedade; a redefinição do trabalho, em múltiplas relações sociais, tanto no espaço rural como no espaço urbano; e a prevenção e erradicação das formas de violência social. Ver também cidadania transnacional (Bauböck, 2004) ou cosmopolita (Santos, 1995 e 2002).

Embora haja certo consenso sobre como se pensar a cidadania pós-nacional no plano abstrato, existem, porém enormes dificuldades em se viabilizar concretamente esta forma de cidadania. A possibilidade de sua concretização estaria na dissolução parcial da sociedade internacional de Estados em uma esfera pública mundial mais ampla, governada pelo diálogo e pelo consentimento – e não pela força –, da qual participariam as organizações da sociedade civil, voltadas à defesa do interesse público da democracia, da sustentabilidade ambiental e da diversidade cultural (VIEIRA, 1999). Ou, ainda, tal como sugere Habermas (apud AVRITZER, 2002, p.52), por meio de condições “que irão permitir o florescimento de um mundo da vida transnacional capaz de se constituir em pano de fundo político-cultural para o processo de democratização da expansão dos mercados e dos Estados para o nível transnacional”.

Por outro lado, a afirmação constante da desterritorialização do Estado-nação esbarra em uma realidade na qual predomina o Estado de direito nos países receptores. A diferenciação do local, do nacional e do global depende de escalas geográficas nas quais as fronteiras territoriais continuam sendo um marco importante para quem quer atravessá-las. As atuais propostas de construção de uma cidadania global apresentam inúmeras inconsistências, uma vez que procuram dar conta dos emigrantes transnacionais e das fronteiras do Estado-nação.

De um lado estão as que propõem a incorporação dos imigrantes a um sistema global de direitos e obrigações universais, independentemente do lugar onde nasceram e onde residem. De outro, as que resgatam a importância das fronteiras em um sistema internacional de Estados, apesar do reconhecimento de sua desterritorialização.

Prima-se pela emergência da necessidade de estabelecer uma cidadania global, a qual surge da intensificação do deslocamento humano e da transcendência das fronteiras territoriais por grupos sociais, como os imigrantes. Sendo que, a construção desta cidadania depende, principalmente, do reconhecimento destes direitos como inerentes a qualquer ser humano independente de sua origem social, cultural étnica e religiosa e do local onde viva.

Pode-se dizer, de certa forma, que a organização da sociedade civil, em âmbito internacional, é uma resposta às lacunas deixadas pelo Estado e organizações governamentais supranacionais e regionais, ou seja, é uma tentativa de inserção daqueles que se sentem excluídos do processo, tornando-se uma busca válida pelo reconhecimento da cidadania. Isto

pode ser considerado um reflexo da preocupação da sociedade internacional de que questões emergentes, que dizem respeito à coletividade, independentemente da nacionalidade, (questões ambientais, direitos humanos, dignidade dos trabalhadores, questões de gênero, etc.) acabem por se perder em meio à burocratização dos Estados e das organizações internacionais, ou sejam negligenciadas em nome de interesses políticos e econômicos.

Este processo também pode ser visto como resultado do protesto da população pela crise do estado de bem-estar social, proporcionada pelo alto grau de competitividade econômica internacional, consequência da lógica de mercado. As conquistas da cidadania, e dos direitos humanos e trabalhistas, se veem seriamente ameaçadas pelas pressões impostas pelas necessidades econômicas. A organização da sociedade civil em torno do reconhecimento destes direitos é a resposta da população às perdas que vem sofrendo (principalmente quanto à qualidade de vida e do valor do trabalho). A preservação das conquistas sociais é o grande embate que já está se deflagrando em várias partes do globo e reafirmação do direito à cidadania é uma tentativa de amenizar o déficit social.

Com base nisto, pode se dizer que a “mundialização” dos direitos do Homem é apontada como uma necessidade nos tempos atuais, uma vez que os Estados estão cada vez mais despossuídos dos meios institucionais que lhe fornecem a legitimidade política e a prerrogativa de promover a justiça social. Para suprir esta falta, o Estado se volta para suas fronteiras tradicionais como forma de tentar recuperar a sua soberania enfraquecida. A restrição à entrada de imigrantes é um exemplo disso. (CRÉPEAU, 2003). Se tomarmos as medidas do governo brasileiro prevenindo a entrada indiscriminada de haitianos com regras quantitativas e qualitativas na aceitação do migrante; se tomamos como exemplo a entrada de bolivianos e outros sul-americanos e africanos que veem no Brasil o “bom vizinho próspero”, temos paralelo similar com as dificuldades que países europeus têm na manutenção das garantias aos nacionais, pois a ilha de prosperidade imaginária não consegue garantir direitos a todos os que buscam as benesses do Estado.

De fato, o processo de positivação supranacional dos direitos humanos, através de tratados e convenções internacionais, que irromperam a partir da metade do século XX como reação ao descaso com a dignidade humana levado a cabo pelos regimes totalitários europeus e pelas famigeradas guerras mundiais, representou a possibilidade de uma revolução ética a favor da afirmação da vida digna, através da criação de condições para que toda e qualquer pessoa pudesse desenvolver livremente sua personalidade em comunidade, de forma a desenvolver plenamente suas potencialidades por meio da significação e ressignificação do

mundo, tornando, portanto, mais fácil para cada um a consecução de seu projeto existencial e, por que não, a própria busca da felicidade.

Os Direitos Humanos são, por essência, supranacionais, pois são relativos à condição de indivíduo e não se restringem a uma determinada nacionalidade. A criação da Declaração Universal dos Direitos do Homem representou a semente para a construção da cidadania global, pois foi a primeira tentativa de elevar as garantias inerentes aos indivíduos, acima dos limites políticos, jurídicos e geográficos dos Estados. É bem verdade que, apesar da obviedade da importância do respeito a estes direitos, eles continuam a ser infringidos. Isso se deve, em parte, ao fato de que, mesmo com o reconhecimento desta Declaração (e de muitos outros Tratados e Acordos que preveem matérias afins), falta a eles a aplicabilidade necessária para garantir sua efetividade. No entender de Cançado Trindade (2002, p. 688), os tratados de direitos humanos, por encarnarem valores supranacionais, interesses transcendentais aos estatais, não devem se sujeitar às reservas, típicas de um sistema contratualista, sinalagmático, estribado na reciprocidade de interesses, às vezes representados pelos organismos internacionais.

A OIT tem formulado normas laborais que acabaram por se tornar acordos internacionais sobre os direitos dos trabalhadores migrantes (geralmente referentes à proibição da exploração destes trabalhadores e proteção às suas famílias, qualquer que seja sua origem)⁵⁴. Porém, a distância que um acordo percorre entre a sua elaboração e a eventual ratificação pelos Estados é muito grande, quando chega a se concretizar.

As Convenções Internacionais do Trabalho da OIT são uma tentativa de criar uma normatização de alcance global. Estas Convenções têm como principal objetivo promover a justiça social e proteger os direitos dos trabalhadores e evitar o dumping social.

Durante a década de 90, quando a globalização passa a atingir seu auge, a OIT realiza novos acordos baseados na liberdade sindical e na não discriminação dos trabalhadores, bem como contra o trabalho escravo e infantil. Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho aprova a Declaração de Princípios e Direitos fundamentais trabalhistas, segundo a qual um país que seja membro da OIT deve comprometer-se a cumprir os princípios contidos nas Convenções, mesmo que não as tenha ratificado. (URIARTE, 2001).

⁵⁴ São elas: Convenção nº 97 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Trabalhadores Migrantes - Decreto nº 58.819, de 14 de julho de 1966; Convenção nº 143 da OIT - Trabalhadores Migrantes – 1975; Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998; Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias – 2003.

Além destas Convenções da OIT, os Pactos e Declarações sobre Direitos Humanos principalmente da ONU (Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também de 1966) e a Convenção Europeia relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante de 1977, também contribuem para criar uma legislação de caráter universal. Outras normas supranacionais como as Convenções aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1990, e as da União Europeia (estas, apesar de terem limite regional), também representam uma tentativa de construção de uma cidadania supranacional.

Para construir uma cidadania transnacional, primeiramente seria necessário estabelecer instrumentos através dos quais os direitos a ela atribuídos (direitos sociais e políticos) pudessem se tornar efetivos, o que ainda não é o caso, pois, para que normas supranacionais sejam aplicadas pelos Estados, elas precisam, primeiramente, ser incorporadas pelo ordenamento jurídico nacional. Assim, qualquer legislação internacional precisa necessariamente da ratificação dos países signatários, já que por princípio, o Direito Internacional não pode ultrapassar a soberania dos Estados. No caso dos direitos humanos, elas tem um status especial e nenhum Estado pode maltratar seus cidadãos ou outros por ser soberano.

Seja qual for a aproximação que se ensaie sobre a questão, o que se abstrai é que o Direito Internacional é dependente da vontade estatal, mas que, em oposição a isto, a defesa da soberania não pode ser empecilho à aplicação dos direitos dos indivíduos, se quiser construir algum tipo de cidadania global. A ideia de soberania absoluta pode representar um obstáculo à criação de uma ordem internacional cooperativa, onde o Estado poderia ceder parte de seu poder jurisdicional a órgãos internacionais ou supranacionais, que pudessem viabilizar a implementação de uma instrumentalização jurídica e política capaz de garantir a aplicação dos direitos e garantias individuais.

A proteção dos direitos dos imigrantes ou proteção dos nacionais perante os migrantes no país de acolhimento é tema recorrente na atualidade. Episódios de discriminação e xenofobia dificultam a integração destes imigrantes na sociedade de recebimento e o crescimento dos partidos de ultra-direita europeus como no caso francês, demonstram a adesão de parte da população ao seu discurso anti-imigração. Além disso, o agravamento de problemas econômicos e, conseqüentemente, também de problemas sociais, tem se convertido em argumento para a repulsa ao recebimento de novos imigrantes e para a negação da

cidadania aos imigrantes já residentes. No Brasil, o imigrante rico, qualificado é visto como acelerador de desenvolvimento, já que chega com as capacidades que o mercado ou setor em questão necessitado busca. Enquanto isso, o pobre, de baixa qualificação técnica será provavelmente explorado pela economia informal.

A situação mais difícil é a que se refere aos imigrantes clandestinos, os quais formam um grupo de estrangeiros não-cidadãos, localizados ilegalmente em países onde não são juridicamente acolhidos e, portanto não possuem os mesmos direitos e garantias que os cidadãos nacionais e nem o reconhecimento dos imigrantes legalizados. Desta forma, estes imigrantes se encontram à margem de quaisquer direitos e garantias, o que não ocorreria se a legislação internacional fosse amplamente aplicada e de forma a atingi-los onde quer que estejam. Porém, para que isto acontecesse, seria necessário haver o reconhecimento e a ratificação dos instrumentos contidos no Direito Internacional referentes à imigração e demais direitos civis, por todos países. Porém, a maioria dos Estados onde o fluxo migracional é intenso barram esta ratificação, primando por uma política migratória própria, a qual geralmente não atende aos interesses do imigrante e sim do Estado receptor.

A concessão da cidadania encontra, em alguns países (e mesmo na União Europeia) alguns óbices quando se trata da imigração, devido à complexidade das questões envolvidas na incorporação destes indivíduos dentro da sociedade de acolhimento, especificamente quando eles são muito numerosos e provenientes de culturas muito diferentes daquela dos países que os recebem. Neste caso, a hesitação em conceder a cidadania a estes imigrantes vem, dentre outras coisas, do receio da formação de uma minoria étnica dentro do Estado a qual, investida da devida representação política, poderia fragmentar a unidade nacional em nome de interesses específicos. Este tipo de argumento, além, evidentemente, das questões econômicas e, mais recentemente, de segurança, é um dos motivos que provocam reações que promovem a exclusão dos imigrantes nas sociedades de recebimento. É importante lembrar que essa reação pode se dar contra os imigrantes tradicionais ou aqueles que caracterizamos aqui como andarilhos. A visibilidade, mutabilidade, mobilidade podem fazer com que indivíduos sejam mesmo desagregados identificados como de risco a preservação ou manutenção da vida, do status dos nacionais.

A concessão de cidadania nos países que fazem parte da União Europeia exemplifica bem a dicotomia entre nacionais e imigrantes, pois há uma diferenciação no tratamento conferido aos imigrantes de países pertencentes ao bloco e aos de países que não pertencem. A cidadania europeia é concedida aos nacionais dos países que fazem parte da comunidade

(através do que foi previsto pelo Tratado de Maastricht), onde todos os cidadãos dos países membros também são cidadãos da União Europeia, o que implica ter direito à livre circulação e a garantia de direitos democráticos, sociais e trabalhistas, em todos os países que fazem parte do bloco.

A cidadania se converteu, nesse caso, em mais uma forma de se interrogar o Estado-Nação e também o “Estado de bem-estar social”, que na Europa é indissociável da concepção de Estado e democracia. Desta forma, critica-se o fato de que a definição da cidadania repousaria sobre a forma como se regulamenta os conflitos de interesse entre as provisões disponíveis (bens e produtos) e a atribuição de títulos de acesso para a utilização deles (entitlements), que se baseia, também, sobre suas intenções de emancipação e a consciência de participação dos imigrantes na sociedade. (REA, 1996, p.86).

Pertencer a um Estado é poder participar politicamente e ter direitos reconhecidos pelo país. Porém, os imigrantes que se encontram deslocados de seu país de origem e sem a cidadania concedida pelo país onde se encontram (legal ou ilegalmente), também são depositários de direitos, senão nacionais, então supranacionais. Este quadro ilustra a necessidade do reconhecimento de uma cidadania transnacionalizada ou em contraponto (ou complementar) à cidadania nacional, para assegurar a aplicação destes direitos individuais, que independem de origem ou nacionalidade.

Essa percepção envolve a construção de uma nova subjetividade. Essa nova subjetividade se expressa no modo de ser ético que implica a abertura à alteridade do outro ou de si mesmo, a abertura para a virtual diferenciação engendrada no encontro com o outro, tornando-se um veículo de atualização desta diferença, um veículo de criação de novos modos de subjetivação, novos modos de existência, novos tipos de sociedade.

Segundo Liszt Vieira, há vários níveis para se conceber a extensão da cidadania, além das fronteiras tradicionais do Estado Nacional. Em primeiro lugar, “trata-se de uma aspiração ligada ao sentimento de unidade da experiência humana na terra e que abre caminho a valores e políticas em defesa da paz, justiça social, diversidade cultural, democracia e sustentabilidade ambiental em nível planetário.” Em segundo lugar “diz respeito ao processo objetivo de globalização, que está promovendo uma integração global, especialmente econômica, enfraquecendo o Estado-nação e corroendo a cidadania nacional”. E por último, é “o relativo consenso na opinião pública de que, no que diz respeito à energia e aos recursos naturais, a vida da espécie humana pode estar ameaçada se não forem efetuadas mudanças nos padrões de consumo e produção em nível global” (2001, p 60). Claro que neste discurso

ecológico encontra-se um olhar político de mobilização, expressa na militância transnacional e centrada na convicção de que é importante tentar fazer o impossível acontecer, por meio de uma atenção motivada pelo desejável, e não pelo provável, a fim de sensibilizar os centros decisórios na esfera global. Mais uma vez, colocamos o texto como motivador de debates e não promotor de políticas.

A relação Estado-Sociedade Civil-Mercado deve estar socialmente orientada, numa nova configuração de poder que vêm excluindo grande parte da população mundial de seus êxitos econômicos. Daí, a cidadania cosmopolita ou transnacional⁵⁵ procuraria conquistar espaços públicos de mediação que tornassem possível o encontro entre as diversas culturas que buscam construir o mundo.

A imigração, por sua transnacionalidade, necessita de uma abordagem igualmente transnacional, pois a governabilidade da imigração implica na cooperação entre os Estados envolvidos no fluxo populacional, não só para administrar os efeitos deste nos países envolvidos, mas também, para que os direitos dos imigrantes sejam respeitados além do território dos Estados. Hoje, não há interesses na dimensão humanas comuns aos Estados. As práticas divergem das intenções e discursos sobre cidadania.

É importante marcar que esses cidadãos globais não são nômades, pois não vagueiam errantes sem local fixo ou sem aspirações determinadas; não são ciganos referenciados pelo léxico preconceituoso e podem ser ciganos se tomarmos o povo rom; não são somente clandestinos pois mesmo quando legalizados podem tomar a decisão de abandonar a vida adquirida e migrar rumo um novo segmento de vida possibilitando ou não o regresso. O que buscamos marcar é que os cidadãos globais doravante chamados de andarilhos aspiram, desejam, vão e vem do mesmo lugar que todos nós membros da sociedade pós-moderna.

⁵⁵ Pode-se dizer que os elementos se entrecruzam na formação do que, hoje, poderia ser considerado um cidadão cosmopolita são: diálogo, participação, respaldo em leis e instituições regionais e globais (ainda insuficientes), ética intercultural (a unidade na diferença), solidariedade frente à todas as formas de exclusão, e um projeto comum para a humanidade, cujo núcleo venha a ser o respeito à vida. Ver em Santos (2000) e Cortina (1999).

CAPÍTULO 3

FRANÇA: FRONTEIRA BRASIL E ALGUNS ANDARILHOS

Antes de chegarmos às primeiras migrações de trabalhadores brasileiros para a Guiana Francesa e fazermos uma aproximação inicial das características dos velhos e novos processos migratórios para o Departamento Ultramarino francês; faremos um breve exercício de recuperação histórica sobre essa região de fronteira entre Brasil e França. Estamos convencidos que compreender a construção do espaço territorial no extremo norte do país, e até mesmo amazônico, sugere uma profunda discussão com seu período colonial e republicano, fato este marcado por intensas lutas entre portugueses, espanhóis, franceses e holandeses em detrimento dos povos autóctones, a fim de assegurar as terras descobertas e estabelecer uma colonização efetiva. Esse período está vinculado ao monopólio das expedições ultramarinas e ao comércio de especiarias, necessário para impulsionar o acesso a lugares desconhecidos e geograficamente isolados.

O processo de conquista e colonização das terras brasileiras, como também amapaenses, tem como pano de fundo uma série de tratados e acordos entre seus principais colonizadores: espanhóis e portugueses. As duas potências ibéricas assinaram o Tratado de Tordesilhas em 07 de junho 1494, dividindo o mundo. O território, hoje amapaense, encontrava-se dentro da área pertencente à Espanha. Esta buscou conhecer suas terras enviando seus principais navegadores: Vicente Pinzón, que no ano de 1500, descobriu a foz do Amazonas, percorrendo o rio Oiapoque, o que mais tarde veio culminar no Contestado franco-brasileiro; e Diogo de Lepe. Ambos navegaram pelo litoral amapaense travando intensas lutas com os índios que habitavam as margens da Região Amazônica (MORAES, ROSARIO, 2001).

Mesmo com o domínio ibérico sobre o vale amazônico, a região não deixou de ser invadida por nações estrangeiras. Estas reconheciam a ausência e a falta de interesse de seus colonizadores em desbravar as potencialidades dessas terras, abrindo margem para o tráfico constante de riquezas materiais e humanas. O descaso pelas terras descobertas era um forte indício do olhar não promissor de seus detentores, uma vez que estavam mais interessados nos rincões de açúcar do Nordeste; soma-se a isso a dificuldade de acesso e os altos

investimentos exigidos. Sob este aspecto vale ressaltar uma crítica bem fundamentada de Reis (1993, p.33):

É certo que esses antecedentes justificam a soberania ibérica sobre a região representada pelos descobrimentos e concessões de portugueses e espanhóis, resultado era que ingleses, irlandeses e holandeses estavam aproveitando aquele estado de abandono em que se encontravam para assenhora-se dela como se fosse terra de todos, franqueada ao primeiro que chegasse ou se mostrasse mais ousado.

Com o início da colonização e para um melhor controle das terras brasileiras, D. João III implementou em 1534, o modelo administrativo denominado capitânias hereditárias. Os espanhóis por sua vez buscaram explorar seus domínios territoriais situados abaixo da linha do Equador, abrangendo o vale amazônico. Feitas as primeiras concessões, o rei Carlos V entregou em 1544 as terras amapaenses ao navegador Francisco Orellana, que a denominou de Adelantado de Nueva Andaluzia.

Os focos criados aqui e ali, ao longo do litoral no cometimento das capitânias eram seguramente focos a manter e expressar o objetivo dominador. Os novos focos que foram sendo semeados, em direção sul e norte, constituíram outra demonstração positiva desses objetivos, de que não se afastou mais a nação que empreendia o feito memorável da criação do Brasil (REIS, 1993, p. 20).

Em consequência do fracasso de suas expedições, inclusive as de Orellana, os espanhóis desmotivaram-se em desbravar as terras do setentrão brasileiro, fato este preponderante para o despertar da ambição portuguesa. É com este interesse que no ano de 1546, Luís de Melo e Silva após navegar a foz do Amazonas, conseguiu por meio do rei de Portugal, D. João III, a posse dessas terras, inclusive o Amapá.

Com a morte do rei D. Sebastião ocorreu uma nova ordenação administrativa das capitânias hereditárias, pois a ausência de um herdeiro implicou a passagem das colônias portuguesas para o domínio espanhol, formando assim a União Ibérica. Este fato invalidou o Tratado de Tordesilhas concedendo aos portugueses a possibilidade de desbravarem a Amazônia com o estabelecimento de um posto militar em 1616, denominado Forte do Presépio que deu origem a atual cidade de Belém. Assim, o Brasil em 13 de junho de 1621, teve a administração das suas capitânias hereditárias reformuladas em dois blocos: estado do Brasil e estado do Maranhão – depois se transformou em estado do Grão-Pará -, tendo suas

sedes alternadas entre as cidades de São Luís e Belém. Faziam parte destas Capitânicas a do Ceará e o Vale Amazônico sem definição de limites. (MEIRA, 1977).

Em 1627, Bento Maciel Parente, sob ordem do Governador do Estado do Maranhão viajou à Espanha na intenção de demonstrar as atividades militares realizadas para defesa da região e alertar as cortes espanholas da necessidade de estabelecer a colonização efetiva do delta do rio Amazonas. Suas colocações foram decisivas e suficientes para convencerem o rei Felipe IV a fazer o povoamento da região, criando a Capitania Cabo do Norte em 14 de julho de 1637 (Pará, Maranhão e as Guianas), que era também conhecida como Província dos Tucujus, abrangendo as terras atualmente amapaenses (REIS, 1993; 1949; MEIRA, 1977). Embora esta capitania tenha sido doada a Bento Maciel Parente, este não efetivou a sua colonização por falta de recursos financeiros para custear o empreendimento e, ainda sendo militar, estava mais interessado no combate a invasores estrangeiros.

Em 21 de janeiro de 1640, Bento Maciel Parente foi nomeado Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão, já sob a restauração da Coroa Portuguesa. Após seu falecimento, e as mortes de seus herdeiros, a Capitania do Cabo do Norte retornou para o domínio da Coroa Portuguesa, que por sua vez a incorporou à Capitania do Grão-Pará. Seguindo a cronologia dos tratados, no dia 4 de março de 1700, foi firmado em Lisboa, entre Portugal e França, mais um. Como as partes ainda não tinham chegado a um acordo definitivo sobre os limites fronteiriços, apenas estabeleceram disciplina para entrada de franceses e portugueses na região. Segundo Meira (1977), este acordo apresentava aspectos curiosos, a saber: era prudente, numa perspectiva jurídico-diplomática, pois proibia as benfeitorias, já que estas poderiam se constituir como argumento para se ter direito às terras em litígio (todos os fortes, construídos até a presente data foram demolidos). Outro ponto interessante era que o acordo permitia a entrada de franceses em terras brasileiras, e vice-versa. Mesmo sem o direito a fixação, o direito de ir e vir estava assegurado. Este acordo, conhecido como Tratado de 1700 ou “Provisional”, foi considerado definitivo e perpétuo por ato firmado em Lisboa no dia 18 de junho de 1701. Dois anos depois, um novo tratado era assinado: desta vez era entre Portugal, Inglaterra, Áustria e Holanda, em virtude do qual essas três nações assegurariam a Portugal os seus direitos às terras do Cabo do Norte, contestados pela França (MEIRA, 1977).

Depois de uma intensa articulação política, os diplomatas portugueses, com o apoio de Londres, pleitearam uma solução definitiva sobre a fronteira, em favor de Portugal. No dia 11 de abril de 1713, entre os sete tratados firmados em Utrecht, tinha um que resolvia a disputa entre França e Portugal. Por esse tratado, a fronteira entre as colônias das duas pátrias

seria o rio Oiapoque, de terminologia indígena, ou Vicente Pinzon, como era conhecido nos documentos portugueses e franceses da época (REIS, 1949). Quando tudo parecia resolvido, os limites fronteiriços foram novamente questionados.

Em Caiena, todavia, continuava o propósito imperialista. Para os homens da colônia francesa, devia dar-se uma interpretação liberal ao tratado. Por essa interpretação, os títulos franceses continuavam vivos, subordinando-se ao ideal expansionista em direção ao Amazonas (REIS, 1949, p. 40).

Foi justamente neste contexto de ousadia dos vizinhos que, paulatinamente, o cenário da região, em termos de proteção militar, vai se modificar. É importante assinalar que o desrespeito progressivo ao Tratado de Utrecht por parte dos franceses, não pode ser considerado o único motivo para fortificação da região. A política dos portugueses em relação à garantia dos territórios que integravam o patrimônio nacional foi uma marca em todos os mundos ultramarinos que a Coroa Ibérica se organizava; muitas vezes prejudicada, é bem verdade, por falta de recursos ou interesses estratégicos.

Em síntese, o processo de consolidação da fronteira no extremo norte do país se deu à custa de muito sofrimento e lutas diárias. A política de colonização da Coroa Portuguesa, no período colonial, em relação à Amazônia foi bastante confusa e estava condicionada à situação econômica da metrópole.

Enquanto nos séculos XVI e XVII os olhos da metrópole estavam atentos às caixas de açúcar que saíam dos portos do nordeste, nos rincões da vasta região amazônica, missionários e viajantes, aventuravam-se. Era um movimento que criava caminhos. E surgiam as fronteiras (GOMES, 1999, p.12).

Esta situação mudou radicalmente com a subida de D. José ao trono português, principalmente devido ao fato de o monarca ser muito influenciado pelo super-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Para efeito de um diagnóstico bem detalhado sobre a região, Pombal nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como Capitão Geral.

Este por sua vez:

com a rapidez que os graves problemas do Estado lhe autorizavam, expôs para Lisboa o que lhe parecia mais conveniente. A fortificação era uma necessidade imprescindível. Fortificação de vulto, que impressionasse, que pudesse garantir a efetivamente a soberania nacional, opondo a quem quer que se atrevesse a enfrentá-la (REIS, 1949, p. 48).

A partir deste momento, o Brasil e particularmente a Amazônia, passaram por um processo de modernização até então nunca visto. “Como os maus vizinhos sempre estavam rondando as boas terras”, o jeito foi executar um plano de colonização com um melhor planejamento. O resultado desta nova estratégia de povoamento, por exemplo, foi à construção da Fortaleza de São José de Macapá (Forte Militar), a fundação da cidade de Mazagão que abrigou centenas de famílias africanas e da Vila de São José de Macapá.

Como o Tratado de Utrecht (1713) não foi levado muito a sério pelos franceses, uma série de acontecimentos acentuou os conflitos na região entre os dois países, principalmente a descoberta de ouro em Calçoene, fato este que despertou de vez a cobiça dos nossos vizinhos. Diferentemente do que ocorre atualmente, no final do século XVIII, eram os franceses que invadiam as fronteiras nacionais em busca do metal precioso. No primeiro semestre de 1894, quando foi registrado o maior “rush” na região, os franceses tiraram em ouro uma média de 9.000.000 francos (GAFFAREL, 1978). Além da questão econômica, a influência cultural dos franceses na área do Contestado era bastante significativa. O ouro era chamado de *couleur* e vilas recebiam nomes como *Carnot* ou mesmo *Grand Degrad*. Após a criação do Triunvirato em 27 de dezembro de 1894, os conflitos aumentaram e incidentes diários eram registrados. O clima de tensão era favorecido pelo isolamento da área e pelo próprio esquecimento da região pelo Estado brasileiro. Após a prisão de um aliado francês, o inevitável acontece: franceses e brasileiros entram em guerra no dia 15 de maio de 1895. O primeiro a tombar foi o comandante francês da canhoneira Bengali, chamado *Lunier*. Pelo lado brasileiro, comerciantes, idosos, mulheres e crianças foram massacrados e até torturados. No final do dia, brasileiros e franceses contabilizavam seus mortos. A fronteira estava marcada de sangue (MEIRA, 1975; RAIOL, 1992).

A situação apenas foi resolvida com o Laudo de Berna (1900) que tomou o canal do Rio Oiapoque como limite entre os dois países. Após resolver estas questões na fronteira, o Estado brasileiro vem ao longo de quase um século tentando garantir o que foi conquistado com muitas dificuldades. No entanto, a presença do Estado brasileiro nesta região está longe

de ser qualificada, e ainda é extremamente frágil. Apesar das instituições estarem presentes na região, tem-se a impressão que elas existem apenas por uma exigência constitucional.

Se com o Laudo de Berna a questão fronteiriça foi resolvida, o mesmo não podemos dizer sobre o esquecimento da região pelo Estado brasileiro. A fronteira setentrional do Brasil inicia o século XX tendo como pano de fundo o contrabando. Segundo Romani (2003) o comércio do ouro passou a ser uma atividade ilegal e clandestina e as antigas vilas existentes foram tornando-se desertas e sendo tomadas pelos contrabandistas. Através de ideais nacionalistas, apenas alguns jornais de Belém e do Rio de Janeiro denunciavam uma possível invasão francesa e através de matérias provocativas, chamavam atenção para o que ocorria nesta parte do Brasil:

O Amapá é uma terra economicamente roubada ao Brasil. O ouro, a borracha, as essências florestais e até o gado de sua produção. Objeto de grande e próspero comércio clandestino, movido por traficantes de além fronteira que, na verdade, gozam a posse mansa e pacífica do ex-contestado (O PAIZ, 14.03.1920 apud ROMANI, 2003).

Agora, com o abandono daquelas terras por nossa parte, recomeçou a invasão. Os índios brasileiros que se vão civilizando falam, de preferência, o francês, pelo contato frequente com os colonos de Cayena. O ouro brasileiro é exportado ali como de posseção francesa. A Oiapoque parece, em suma, até pela nomenclatura de seus acidentes geográficos, um pedaço da Guiana Francesa (O ESTADO DO PARÁ, 25.10.1920 apud ROMANI, 2003).

Como o estado do Pará nada fazia pela região, o jeito foi reclamar para o Governo Federal. Assim sendo, uma Representação Pública, assinada pelos mais prejudicados, no caso a população do município de Montenegro (atualmente município do Amapá) chegou ao Presidente da República. Pressionado pela população do Amapá, pelo senador do Pará e pelos jornais, restou ao presidente da época pedir às engenhosas mentes sob seu comando que criassem um plano de ocupação da área. É neste contexto que será criada a “Comissão Colonizadora” do Oiapoque, que terá como meta procurar áreas estratégicas para construção de vilas oficiais.

Segundo Romani (2003) a ideia de colonizar a Oiapoque foi do senador paraense Justo Chermont, que fez de tudo para aprovar no Congresso uma emenda para a fundação de patronatos e colônias de nacionais na fronteira do Oiapoque. A ideia parecia ser interessante: tirar migrantes nordestinos da seca, assentá-los na fronteira e diminuir a influência francesa

que ocorria naquela região. No entanto, se soube depois, que por trás deste plano, havia um interesse bem menos patriótico em sua disposição. O político além de dono do jornal O Estado do Pará era também o maior proprietário de terras da região do Oiapoque.

Como mostramos anteriormente, em 1920, o Estado brasileiro, oficialmente, criou uma Comissão Colonizadora para a Oiapoque. A partir das primeiras viagens realizadas pelo grupo, os relatórios começaram a ser elaborados descrevendo a realidade da região. O encarregado desta Comissão foi o engenheiro Gentil Noberto, bastante experiente por ter trabalhado na campanha pela ocupação do Acre. Após o trabalho realizado, o relatório final foi apresentado ao Ministério da Agricultura. Durante o período de estudo, os incipientes núcleos urbanos receberam uma atenção especial, pois os mesmos significavam um bom sinal para o processo real de ocupação da região.

Logo, o objetivo desta primeira missão governista de colonização, em 1920, era escolher uma microrregião que tivesse os requisitos necessários para criação de um povoado bem localizado. No último ponto de navegação possível antes das barreiras de pedra, o local foi escolhido. Poucos anos depois, o Núcleo Cleveland como era chamado, ficou conhecido por ser um local de detenção de presos políticos brasileiros.

Em que pesem as provas documentais, é muito mais fácil precisar o nascimento de Clevelândia do Norte, como vimos acima, do que Oiapoque. Segundo seu biógrafo oficial, Padre Rogério Alicino, provavelmente esta cidade foi formada por antigos negros quilombolas. Cunani, a vila de onde vieram, provavelmente, os primeiros *crioulos*, estava situada bem no meio da antiga zona litigiosa franco-brasileira e já havia sido naquele passado recente um porto e entreposto comercial abastecendo a região das minas (ROMANI, 2003). Entre os primeiros habitantes de Oiapoque não índio está o quase lendário Emile Martinique. Com uma larga experiência na região, conhecia os desejos e as ambições das gentes em busca da riqueza fácil. Ele mesmo protagonizara essa aventura (ROMANI, 2003).

Desde o surgimento da Colônia Penal de Clevelândia até o início da década de 1940, a marca oficial da região foi o esquecimento. Segundo RAIOL (1992), somente em 1943 o Território Federal do Amapá foi criado baseado na concepção geopolítica do “desenvolvimento com segurança nacional” para que na fronteira do extremo norte do país fosse garantida a implementação daquela concepção como um exercício para novas estratégias geopolíticas militares.

Dois anos depois, o Oiapoque foi transformado em município pelo Decreto 7.578, de

23 de maio de 1945. Seus limites são: ao norte, o oceano Atlântico; ao sul, Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; a leste, Calçoene e a oeste, Laranjal do Jarí. Sua área territorial tem aproximadamente 22,635 km². A população atual gira em torno de 21.226 (IBGE-2010). A densidade demográfica é de 0,20 hab. / km². A renda per capita é R\$ 7.126 (IBGE-2010) e possui um PIB de R\$ 92.005 (IBGE-2003). Um dado interessante: em 1987 o Oiapoque tinha uma população de 3.230 habitantes e hoje gira em torno de 20.962, segundo dados do IBGE (2009). Clevelândia do Norte e Cassiporé podem ser consideradas as comunidades mais importantes do município. Como atrativo de caráter religioso destaca-se a festa de Nossa Senhora das Graças. Outro evento cultural importante é a festa do Turé (reunião de todas as tribos indígenas da região). As principais atividades econômicas são a pesca, a agricultura, o artesanato e o conjunto de atividades comerciais, como a compra e venda de ouro e a venda de mercadorias para toda a região, inclusive para Caiena.

3.1 O caminho do Amapá

O estado do Amapá, até pelo seu aspecto geográfico, é a rota oficial do Brasil para se chegar até a Guiana. O Porto de Santana, o Aeroporto Internacional de Macapá e o Terminal Rodoviário de Macapá e, principalmente, o município de Oiapoque, podem ser considerados os lugares oficiais de conexão com a França. Quem vai pela primeira vez a esse Departamento Francês, dificilmente tem a preocupação de conseguir visto de entrada, via autoridades consulares. O alto valor das taxas e as exigências documentais desanimam qualquer um candidato a “imigrante legal”. Além de preencher fichas e formulários e entregar o passaporte atualizado, o pretendente tem que informar qual o objetivo da viagem, se possui amigos na Guiana, anexar documento que comprove vínculo empregatício no Brasil. Deve apresentar seguro viagem por empresa credenciada pela Comunidade Europeia, e no caso da viagem ser por via aérea, mostrar passagem de ida e volta, sem esquecer o comprovante de vacina contra a febre amarela.

Sem essa documentação, a solicitação não sai nem de Macapá e assim o dossiê não chega à representação diplomática francesa em Brasília, instituição que expede oficialmente o visto de entrada para o Departamento Ultramar Francês. Para se chegar ao Aeroporto Internacional de Caiena, de forma legal, se gasta em média, apenas com passagens e taxas,

cerca de 900 reais (CADERNO DE CAMPO, 2011). É importante ressaltar que, mesmo não havendo necessidade de visto prévio para a entrada de brasileiros em território francês, há expedição e solicitação expressa para entrada via Guiana Francesa; outra forma de acesso é considerado ilegal.

O município do Oiapoque pode ser considerado o posto mais avançado do Brasil, para quem deseja passar em direção ao Departamento Ultramarino Francês. Para cruzar a fronteira pelo rio Oiapoque pagava-se em média 15 reais ou 8 euros. De Saint-Georges até Caiena, dependendo do meio de transporte, o valor chegava a 50 euros. Para os clandestinos cobra-se mais, já que segundo os donos de vans, o “risco é maior”. As estratégias para furar o bloqueio da polícia francesa, muitas vezes são planejadas no início da viagem. Antes da saída, porém, algumas informações são dadas pelos proprietários dos veículos aos passageiros, principalmente, para os “sem-documentos”: “entra na mata e aguarda a polícia ir embora”, “deita no carro se a polícia parar”, ou mesmo, “diz que tem filhos em Caiena e que foi somente fazer compras no Oiapoque” são frases que devem ser lembradas em horas de perigo. Vale ressaltar que, ultimamente, salvo a prática de adentrar na mata, todos os outros argumentos possuem pouca eficácia.

É muito comum o repasse de informações ao longo da viagem entre os donos dos veículos que fazem a rota Saint-Georges e Caiena. Geralmente um motorista avisa para outro colega, qual o ponto da estrada que está havendo *blitz* ou mesmo onde a polícia de fronteira se encontra. Apesar da lei do silêncio que impera na região, principalmente do lado francês, existem redes oficiais (binacionais) que facilitam a entrada de imigrantes clandestinos na Guiana Francesa. Esses grupos possuem estrutura organizacional complexa e geralmente atuam paralelamente ao narcotráfico. Por isso, uma dica padrão que circula na orla do rio Oiapoque é que o interessado em passar para o lado francês de forma clandestina, precisa se “ambientar” e procurar as “pessoas certas”. Um dos lugares clássicos para esse tipo de negócio ocorre quase sempre às proximidades do Posto Oiapoque, localizado praticamente dentro do rio que leva o mesmo nome. Segundo informação de uma pessoa que não quis ser identificada, a saída de barco, mesmo com a construção da estrada que liga Saint Georges à Caiena, continua sendo uma alternativa bastante utilizada pelos trabalhadores brasileiros para chegar à Caiena, pois apesar dos riscos de naufrágio, é a forma mais “segura” para despistar a polícia francesa.

Compreender as estruturas e os processos de funcionamento de um município como Oiapoque é uma tarefa complexa, principalmente pelo fato de envolver conjunturas sociais, políticas e econômicas bastante diferenciadas do contexto de outras cidades amazônicas. Este município que faz fronteira com a Guiana Francesa possui uma engrenagem própria, e por isso deve ser analisado a partir de sua localização estratégica que o coloca próximo a um país europeu. Oiapoque é uma cidade que não para, movimentada, e que possui um tempo próprio: o de fronteira. O comentário a seguir extraído de um informante, já dimensiona um aspecto peculiar da cidade:

Eu nasci em Macapá, e hoje já me acostumei com a agitação desta cidade; mas quando cheguei, entranhei muito este estilo de vida movimentado. Geralmente na maioria das cidades, inclusive em Macapá, os bares e boates funcionam de quinta-feira em diante, aqui é de segunda a segunda. Não sei como eles conseguem (sic) (GERSON, 2011, CADERNO DE CAMPO).

Apesar de ser muito conhecido nacionalmente pelo nome, o município do Oiapoque (AP), localizado a cerca de 590 km de Macapá, possui poucos bons estudos sistematizados sobre a realidade na qual está inserido. Situado numa área estratégica de fronteira com a Guiana Francesa, o município em termos de complexidade econômica, cultural e social, merece a fama que tem. O comércio clandestino, o câmbio negro, o alto índice de criminalidade, a prostituição como fonte de trabalho quase que institucionalizada e o tráfico de pessoas e de drogas são características de uma cidade que instituiu a “ilegalidade como modo de vida” como sugere Canejo e Paiva (2005). No entanto, a extensão destes problemas, ou mesmo, como estas questões se cruzam, potencializando e ampliando outras situações-problema, ainda não foi objeto de uma análise sociologicamente densa.

Como podemos definir o município do Oiapoque? Quais são suas características mais relevantes? A presença do poder público neste município está de acordo com a complexidade da região? A ilegalidade ajuda realmente a cidade a conviver com seus dilemas ou atende apenas interesses de grupos empresariais? É possível pensar em Oiapoque civilizado, organizado, apresentando normas de reciprocidade e confiança, com boas instituições? O asfaltamento total da BR-156 e a construção da ponte ligando Brasil a Guiana Francesa, de que forma podem ajudar o desenvolvimento do município ou mesmo aumentar os problemas citados anteriormente? São através dessas reflexões que gostaríamos de aprofundar um pouco mais sobre essa realidade fronteiriça, que possui até por sua posição

geográfica, uma relação direta com os brasileiros que vivem na Guiana Francesa.

Oiapoque apresenta significativas áreas florestais, ambientes inundáveis e litorâneos. Além disso, conta com uma unidade de conservação (Parque Nacional do Cabo Orange) que responde por uma área de 2.056.000km² (IBAMA, 2011). A composição étnica da região do Oiapoque também apresenta alto grau de complexidade, pois envolve a presença de diferentes grupos indígenas (Caripuna, Galibi e Palikur – Reserva Indígena do Uaçá) que vivem numa área de 5.154,54km², grupos indígenas estes que ignoram as fronteiras criadas pelos colonizadores, mas que sentem a diferença material entre a França e o Brasil (IBAMA, 2012). Os povos do Uaçá, apesar da escravidão, da catequização e das invasões de várias procedências vivem em região de refúgio e de difícil acesso. São povos de origem, geográfica e cultural, heterogênea, considerados *misturados*.

A partir das décadas de 1930 e 1940, por se encontrarem em área de fronteira (uma região até 1900 contestada), e seguindo a orientação do Marechal Rondon que, naquela época, visitou a área como representante do Estado brasileiro, foram administrativamente cercados e colocados sob o controle do Serviço de Proteção ao Índio e, assim, declarados “índios brasileiros”. A meta era transformá-los em brasileiros, nacionais e trabalhadores e a partir daí se encontrarem sob a tutela legal do Estado. Os índios e/ou populações daquela região iniciaram, a partir de então, a construção de uma identidade própria que levará mais tarde, com base em sua indianidade oficialmente atribuída, ao processo de demarcação de suas terras e a reivindicações indigenistas. Com a demarcação da área efetivada, teve início um processo *sui generis* de construção do "interior" e de relacionamento com o "exterior". Havendo agora um interior administrativamente definido e ideologicamente incorporado pelas comunidades (VIDAL, 1999).

Nesse processo de formação de uma identidade sociocultural específica – índios, mas civilizados (SPI, anos 1940 e 1950), índios com direitos diferenciados (CIMI, anos 1950 e 1960) e índios cidadãos (Constituição de 1988 e organizações indígenas) –, as etnias do Uaçá compartilham muitos traços comuns, mas também se diferenciam entre si, e uma em relação às outras, dependendo do contexto. Trata-se de um processo muito dinâmico, mediado, em nível prático, pelas assembleias gerais dos índios do Oiapoque. Cada ano é realizada uma assembleia "interna", fechada aos não índios, exceto se há convite específico por parte das comunidades. E a cada dois anos realiza-se uma assembleia geral aberta e articulada especificamente com e para o exterior.

Hoje, com a possibilidade de elaborar projetos e receber apoio financeiro de

diferentes fontes, a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) tem contribuído muito para conquistar uma gradativa autonomia da tutela. Mas a participação na política regional, nacional e partidária, aponta para novas perspectivas e reordenamentos diferenciados de poder no "interior" das comunidades, fazendo com que, hoje, ninguém, índio e não índio, que deseje ocupar um cargo público no "exterior", em nível regional, possa ignorar o potencial e peso político das comunidades indígenas do Oiapoque, especialmente dos Karipuna e dos Galibi-Marworno. A incorporação dos Galibi-Kaliña é muito periférica, por serem recém-chegados na área. Mas compartilham de traços socioculturais específicos da região das Guianas no Uaçá.

O processo de integração se realiza especialmente através da participação nas assembleias, ou como funcionários de órgãos públicos em Oiapoque e por um sistema de trocas interpessoais, incluindo casamentos interétnicos. Os Palikur, que se consideram e são considerados índios mais "autênticos" e "antigos" da região, sofreram um processo de abrasileiramento complicado. Não participavam do círculo das elites indígenas na época do SPI, nem eram ou são funcionários da FUNAI em Oiapoque e não ficaram sob a influência atuante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na região. Não falam o *patois* como língua nativa (pelo contrário, esta é considerada língua intrusa) e, do ponto de vista religioso, são pentecostais, enquanto os outros são católicos. Falam bem o francês e se comunicam muito com os Palikur da Guiana Francesa. Ainda hoje não participam do processo político regional (Câmara de Deputados, vereadores, FUNAI, APIO), mas participam das assembleias conforme coletado na visita de campo em 2011.

Atualmente, a população indígena localizada nesta área de fronteira está bem mais organizada e desfruta de serviços que a própria comunidade de Oiapoque, às vezes, não possui. Semanalmente, vários grupos indígenas vão ao município do Oiapoque comprar mantimentos e outros tipos de mercadorias que precisam. Os mais jovens, inclusive, aproveitam a oportunidade e tiram o dia para "farrear", comprando e ingerindo bebidas alcoólicas. Em certos casos, alguns, chegam até perder o transporte de volta e ficam dias inteiros na "brincadeira" (PRADO, 2009).

Saindo da discussão indígena e entrando no debate migratório, podemos dizer que o município de Oiapoque tem um significado especial no imaginário dos imigrantes brasileiros, legalizados ou não, na Guiana Francesa. Inúmeros trabalhadores que inicialmente pensam em fazer fortuna e retornarem para seus estados de origem mudam de ideia a partir do momento que conhecem Oiapoque. É muito comum ouvir frases como esta: "vou trabalhar mais um

pouco em Caiena e depois aplicarei meu dinheiro em Oiapoque”. Ronaldo Gomes, amapaense, 30 anos, residente em Caiena, diz, por exemplo, que seu maior sonho é conseguir uns 40 a 50 mil euros e investir em imóveis (aluguel de quitinetes), de preferência na cidade fronteiriça, pela qual tem uma verdadeira obsessão.

É uma cidade pequena, simples, desorganizada, mas que corre dinheiro, muito dinheiro. Nós sustentamos o Oiapoque, pois todas as semanas centenas de brasileiros vão de Caiena fazer compras lá, movimentando muito o comércio local (entrevista concedida por Ronaldo, 2011).

Este município tem como carro-chefe o ouro, o euro e o movimentado comércio local, que é totalmente livre de impostos e fiscalização. Inclusive, diariamente centenas de brasileiros residentes em Caiena, contrabandistas, garimpeiros, atravessadores, índios, franceses e guianenses chegam à cidade para fazer compras. A diferença cambial estimula a procura por gêneros de primeira necessidade, e principalmente, pela carne brasileira. Apesar deste produto ter sua venda proibida em toda a Guiana Francesa, por questões de vigilância sanitária; segundo o Cônsul brasileiro na Guiana, “a carne brasileira não pode ser vendida de forma legal somente em Caiena”. Vale à pena lembrar o que ele disse sobre o assunto:

É proibida a entrada de carne do Oiapoque para cá (Caiena), assim de forma lícita. Na verdade, toda a carne que se compra aqui é brasileira. Acontece que ela está congelada há dois, três anos no Porto de Dreab e o Corà (um supermercado local) importa um contêiner de tantas toneladas de tal tipo de carne, e é tudo carne brasileira que ta a dois, três anos congelada na metrópole, na França. Mas a carne fresca que vem para cá não pode entrar. Aliás, só faz mal para o pessoal daqui; porque se você for a Saint-Georges, não existe um açougue sequer. Inclusive os Gendarmerie compram carne do lado brasileiro pra comer [...] pra esse pessoal não faz mal [...] Só faz mal pra Caiena, pra Kourou etc. Então, isso poderá, o que eles tão querendo aqui da ponte, é que sua construção forçará uma baixa no custo de vida, que aqui chega a ser 40% mais alto que Paris. Tudo vem da metrópole. O que vem do Brasil vem via metrópole. Nesse momento vem o nacionalismo: eles acham que o Brasil tem muito mais a ganhar do que a Guiana (entrevista concedida por Carlos Carvalho, 2011).

A cidade há muito tempo é uma espécie de paraíso fiscal para os sonegadores de impostos. Numa entrevista, o prefeito local, Raimundo Rocha (PP) até brincou sobre a grande circulação de dinheiro no município: “Dizem que em Oiapoque corre dinheiro, eu nunca vi (risos)” (2011).

Antes de tudo, Oiapoque é uma cidade de fronteira, e como tal guarda muitos

segredos. Seu funcionamento, como disse anteriormente, dá-se de duas maneiras um tanto contraditórias: a primeira atende, na medida do possível, às exigências jurídicas e políticas do Estado brasileiro. Possui escolas, delegacias, postos médicos, prefeitura, fórum e instituições bancárias. A segunda forma de funcionamento é a clandestina, vivenciada nos becos, nos bares, nas saídas ilegais para Caiena e garimpos da região, onde prevalece a lei do silêncio e do mais forte. Para se viver na fronteira, é necessário conhecer os códigos, as normas e as regras que circulam nas relações sociais entre seus moradores, e isto vale mesmo para aqueles que apenas “passam” pela cidade. Algumas vezes, o município se parece mesmo com um entreposto comercial. Canejo e Paiva (2005) fazem um diagnóstico extremamente objetivo sobre o comércio local:

De olho no garimpo e nos brasileiros residentes na Guiana Francesa estão os comerciantes de joias, os compradores de ouro, os donos das incontáveis pousadinhas e hotéis. Tudo muito simples, já que garimpeiros não estão acostumados ao luxo. E tudo muito caro, pois eles habituaram-se a gastar muito. Oiapoque, porém, está longe de ser um eldorado: ruas sem calçamento, enlameadas pela chuva quase diária, lixo acumulado, falta total de infraestrutura. Ao mesmo tempo, prédios novos destinados ao comércio crescente não param de ser construídos. É como se tudo o que é público estivesse falido, enquanto o poder privado não para de se desenvolver (Canejo; Paiva, 2005).

Oiapoque é uma cidade de grande fluxo de pessoas. A população nativa se restringe aos grupos indígenas e às poucas famílias pioneiras de funcionários públicos, do extinto território federal do Amapá. Por ser a porta de entrada da Europa para o Brasil, ou vice-versa, e de ser cercada de garimpos, a maioria clandestinos, o município historicamente aprendeu a conviver com aventureiros de toda parte do Brasil e com muito dinheiro circulante, como nos reportamos anteriormente. Montar um hotel ou uma casa comercial na cidade sempre foi um sonho clássico dos cidadãos oiapoquenses. Atualmente, a população local se encontra bastante otimista, já que considera que o asfaltamento da BR-156 e a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, consideradas obras estruturais vão possibilitar o desenvolvimento sustentado da cidade e talvez minimizar a irresponsabilidade histórica que o Estado brasileiro sempre teve com a região, ao longo de centenas de anos. Ainda sobre o comércio local, Silva (2009, p. 281), ratificando os comentários anteriores, afirma:

As principais atividades que movimentam os negócios na cidade são o ouro originário dos garimpos e as transações comerciais com franceses. Na verdade, podemos dizer que estas são as atividades matrizes, das quais derivam grande parte do comércio e outras formas de negócios. São elas: 1- comércio de ouro e joias; 2-

comércio de máquinas e equipamentos para garimpo; 3- comércio de produtos alimentícios e bebidas; 4- comércio de eletrodomésticos e produtos importados; 5- comércio de combustíveis; 6- negócios relacionados ao turismo. Outras atividades menores são ativadas pelo trânsito de pessoas na fronteira, tais como o transporte realizado pelas catraias e o câmbio paralelo realizado na rua, próximo ao local de desembarque de passageiros oriundos de Saint-Georges. Essa complexa rede de negócios movimenta minério e dinheiro em Oiapoque – o ouro, o euro e o real -, manipulados no dia-a-dia de forma hierárquica: o ouro e o euro são mais valorizados no mercado, por isso são mais cobiçados, enquanto o real serve como elemento de referência para ser utilizado nas transações locais, em razão da obrigatoriedade da moeda nacional. Na prática, a circulação do ouro e do euro é, em grande medida, responsável pela dinâmica do mercado local, inclusive elevando os preços das mercadorias.

O Sistema de Saúde é municipalizado, no entanto o estado do Amapá continua tendo uma grande responsabilidade/participação com a saúde no município. O Oiapoque é um dos municípios amapaenses mais problemáticos em termos de saúde pública e saneamento básico, principalmente no que diz respeito a recursos humanos. Atualmente, existem equipes da Secretaria de Saúde (SESA) que saem de Macapá e se revezam semanalmente na região, para garantir o atendimento do local. Nem mesmos os altos salários pagos aos médicos (12 mil reais em média) conseguem fixar especialistas na região. A solução encontrada, em casos graves, é bater às portas do Governo Francês via Saint-Georges.

As polícias, tanto militar quanto civil, tentam manter a ordem na cidade apesar da precária estrutura disponível. Segundo o Comandante Gama, os principais delitos se concentram nos finais de semana, como, por exemplo, assalto a residências, tanto no Oiapoque quanto em Saint-Georges. Para o militar, a dificuldade de manter a ordem pública no município ocorre principalmente devido à intensa mobilidade de pessoas pela cidade. Em uma entrevista, que constantemente era interrompida por seus subordinados para lhe avisar de ocorrências policiais, fez uma breve exposição sobre a segurança pública do município:

Tem pessoa que reside em Oiapoque e trabalha como assaltante em São Jorge. Quem quiser ter mais informações sobre saídas clandestinas para Caiena, basta se dirigir ao Posto Oiapoque. Sempre é possível encontrar esse serviço neste local (CADERNO DE CAMPO, 2011).

A Polícia Federal de Oiapoque até maio de 2006 não possuía delegado, e sem autoridade processante, suas atividades na região ficavam seriamente comprometidas. Em 2011, na ocasião do campo, fomos informados que neste município a PF realiza predominantemente, apenas trabalho de investigação e emissão de passaportes. Um dado

interessante é que por mês chegam a emitir cerca de 80 documentos, a maioria para índios que também cruzam a fronteira atrás de trabalho na Guiana Francesa. Carlos Gilmar, agente e chefe local, nos relatou sobre o pessoal que trabalha em Oiapoque: 17 agentes, 5 escrivães e 2 papiloscopistas, estando 1 em férias.

Apesar dos muitos interesses que unem brasileiros e franceses na fronteira do extremo norte brasileiro, as diferenças culturais e econômicas são perceptíveis. A própria forma como o governo francês controla a entrada e saída de pessoas em seu território é bem diferente do que ocorre do lado brasileiro. Enquanto a margem pobre implora pela presença de franceses para gastar seus euros com mulheres, bebidas e mercadorias; a outra margem tem que conviver com a presença incômoda de brasileiros diariamente em Saint-Georges, geralmente praticando pequenos furtos, como dissemos anteriormente. Por esse motivo, as gentilezas estão cada vez mais raras por parte da polícia francesa e até mesmo pela população local. O que antes era uma fronteira livre (Oiapoque/Saint-Georges); hoje existe uma fiscalização rígida, pouco ligando para acordos diplomáticos. Incidentes diários são registrados na minúscula cidade de Saint-Georges. Em tom de denúncia, os catraieiros dizem que quando são pegos no comércio de Saint-Georges, sem identificação (que neste caso é a camisa da cooperativa) são castigados pela polícia francesa em praças públicas (geralmente são amarrados por quase 3 horas). São diversas as denúncias de abuso que se calam naquele universo fronteiriço.

A falta de investimento em políticas públicas em quase todas as áreas de fronteira por parte do Estado brasileiro e a extrema miséria de nossa população faz com que aflore um sentimento de revolta e ao mesmo tempo de resignação. Além da violência clássica, a violência simbólica está presente nas relações sociais entre brasileiros e franceses. Frases como: “eles são educados”, ou “eles gastam muito dinheiro no Oiapoque” servem para legitimar o processo de dominação, que ocorre também em termos simbólicos (BOURDIEU, 1990), onde a própria vítima se convence que é inferior, e desta forma aceita com resignação a dominação imposta pelo seu opressor. Dentro do campo econômico do Oiapoque, os franceses dão as cartas. Todos conhecem bem a regra do jogo. Por isso ninguém “mexe” com nossos vizinhos ricos. Um dado curioso colhido junto às autoridades policiais locais refere-se ao baixo índice de delitos contra os vizinhos ricos. As estatísticas demonstram que dificilmente ocorrem crimes (homicídios, latrocínios) praticados contra franceses na cidade, apesar do município de Oiapoque ser extremamente violento (CADERNO DE CAMPO, 2011). Não foi possível coletar dados sobre a atuação ou ocorrência de crimes praticados por brasileiros em

território francês.

O modo como Brasil e França atuam na fronteira evidencia também estratégias diferenciadas de controle do território empreendidas pelos dois países. No lado francês, o patrulhamento é permanente, com presença ostensiva da Polícia Aduaneira Francesa (PAF) através de rondas noturnas. Outra prática comum em Saint-Georges é a solicitação de vistos e passaportes. Inclusive o Ministério do Interior, Ultramar, Coletivos Territoriais e Imigração está disponibilizando para o orçamento de 2012 nove milhões de euros para combater a migração clandestina⁵⁶. Intensificar o controle de entrada e saída de imigrantes na Guiana Francesa é uma meta fundamental para o Estado francês na região. O comentário a seguir dimensiona bem esta mudança de comportamento:

O Estado social está se tornando aos poucos, mas de modo inexorável e consistente, um Estado de guarnição, como o chama Henry Giroux, descrevendo-o como um Estado que cada vez mais protege os interesses das corporações globais, transnacionais, enquanto aumenta o grau de repressão e militarização do front doméstico. Os problemas sociais são cada vez criminalizados (BAUMAN, 2004, p. 106).

No que diz respeito à fronteira brasileira, parece que nenhuma norma é seguida. Como já afirmamos, a presença do Estado brasileiro na região é bastante frágil. A falta de policiamento em áreas estratégicas, como por exemplo, no porto local e na ponte nova, é risco à soberania nacional. Também a ausência de cobrança de documentos como passaportes e Certificado Internacional de Vacinação criam um ambiente perfeito para a ilegalidade e proliferação de doenças. Desta forma, a dinâmica da clandestinidade ganha uma lógica própria, facilitando atos ilícitos de toda ordem. Mesmo “politicamente incorreto”, o turismo como exploração sexual funciona como uma atividade econômica muito importante no município. O tráfico de pessoas também é outra atividade que rende boas cifras para quadrilhas especializadas que operam na região, já que a falta de controle nestes espaços estratégicos é significativa⁵⁷.

De forma mais específica, ao abordar a questão das cidades amazônicas, dinâmicas de redes e territorialidades, Castro (2007) lembra que as cidades amazônicas são responsáveis pela capilaridade espacial e pela interiorização das relações sociais em redes culturais, econômicas e técnicas. E por isso, constituem pontos de referência da mobilidade do capital e

⁵⁶ Informação orçamentária disponível em www.gouvernement.fr/node/94801. Acesso em 22 de março de 2012.

⁵⁷ Assunto frequentemente presente em diversos jornais da região e longamente analisado pelo Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (2010), disponível em www.mj.gov.br/sedh/PAIR. Acesso em 03 de março de 2012.

do trabalho, inclusive para além da fronteira nacional. As cidades, atualmente, retratam a velocidade de comunicação e a diversidade das intervenções produzidas no território. Elas experimentaram uma recomposição em seu papel e no lugar ocupado pelo sistema de produção. Além do aumento do interesse econômico pelos recursos naturais, aumentou a mobilidade de força de trabalho, não somente no âmbito intra-regional, mas também nas fronteiras como os países vizinhos. Castro lembra ainda que cada vez mais um contingente crescente de brasileiros busca Caiena na Guina Francesa, Santa Elena na Venezuela, Letícia na Colômbia, Santa Cruz de La Sierra na Bolívia e Lethen na Guiana.⁵⁸ Os comentários a seguir contribuem ainda mais para termos uma maior dimensão sobre a questão levantada pela autora:

A Amazônia precisa ser vista como uma região cada vez mais urbana. A cidade não é uniforme em sua expansão; ao contrário, ela produz e reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. A cidade é policêntrica. O uso do espaço urbano-rural e as formas de sua apropriação mostram ainda processos em cursos que são diversos, múltiplos, dispersos em inseparáveis das diferenciações de classes, etnias ou de lugares sociais. Há diversas formas de apropriação do território e disputas pelos lugares no âmbito local e nas relações transnacionais. As informações sobre possibilidades migratórias em áreas de fronteiras, ou para lugares no estrangeiro, circulam por redes, ao mesmo tempo, orais e internet, com extraordinária rapidez. Podemos falar de comunidades de migrantes com territorialidade em rede, como observado em áreas de fronteiras no Oiapoque/Caiena e Tabatinga/Letícia. São redes que funcionam com a mesma lógica, mas em um mercado predominantemente informal, clandestino, ilegal e diverso, que combina certamente o formal e o informal, o legal e o ilegal (CASTRO, 2007, p. 260-261).

As zonas fronteiriças são zonas de empréstimos e apropriações culturais. Essas fronteiras tanto podem se configurar como lugar de controle como de transgressão, tanto nas fronteiras geopolíticas, quanto nas culturais e subjetivas (RODRIGUES, 2006). Oiapoque, como quase todas as cidades localizadas em área de fronteira, oscilam entre o efêmero e o permanente, o local e o global, enfim, possuem uma realidade própria e uma zona cultural que ao mesmo tempo recebe influência, e influencia atitudes e comportamentos culturais. Fronteiras são espaços sociais interligados, produtos de interstícios culturais (HOMI BHABHA, 1998) que se revelam, às vezes, de forma invisível e subjetiva. As relações sociais identificadas na cidade de Oiapoque mostram estratégias de sobrevivência de instituições e

⁵⁸ Há uma estimativa do governo brasileiro de que 60 mil brasileiros vivam ilegalmente na Guiana Francesa (MRE, 2012). No entanto, é comum, segundo relatos do consulado brasileiro a extradição de 500 brasileiros por mês na condição de ilegais.

sujeitos sociais, como forma de manter o funcionamento da cidade. Em uma região em que o Estado brasileiro está presente mais por uma questão institucional do que para servir o cidadão, as práticas ilegais podem até ser consideradas “normais”, tendo uma espécie de “função”, numa perspectiva durkheimiana. Como bem observa Silva (2009, p. 295).

Se, por um lado, a cidade de Oiapoque se afirma na fronteira como um espaço de relações transitórias e efêmeras, por outro, sua possibilidade de se impor como um lugar importante para o estado e o país é, contraditoriamente, a de apresentar como um território estratégico na ampliação das relações com a Guiana e com o mercado internacional. Em outras palavras, o potencial de problemas para a fronteira é, ao mesmo tempo, sua força motriz para se tornar um centro urbano capaz de mediar as relações regionais, nacionais e internacionais que se apresentam no cotidiano.

As migrações econômicas, presenciadas no município de Oiapoque, resultam também de lógicas diferenciadas. Por um lado, traduzem a manutenção dos laços antigos, nomeadamente atrasados, e a interdependência acrescida entre países no quadro da globalização, como é o caso da França. Por outro lado, resultam de recrutamentos oficiais, de estratégias comunitárias, mas também do desenvolvimento rápido de redes clandestinas de tráfico de mão de obra, como tentamos evidenciar no decorrer da narrativa.

As cidades, principalmente em áreas de fronteiras, permanecem como locais destinados a certas atividades clandestinas. Nestas periferias, como é o caso do Oiapoque, aparecem lugares que se tornam estratégicos a partir do seu próprio esquecimento. As facilidades do comércio ilegal, a venda e compra de euro e ouro em pleno centro comercial, o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o não pagamento de impostos fazem do Oiapoque um lugar interessante e cheio de possibilidades, alimentando o sonho de trabalhadores honestos e também de gente desonesta.

Nossa realidade é plural e por isso comporta situações específicas, especiais, singulares. As fronteiras amazônicas, pela realidade em que se encontram, merecem uma atenção de Estado e não simplesmente de políticas públicas paliativas. Neste cenário, é quase obrigatório refletirmos sobre o alcance de nossa própria ordem democrática.

O crescimento do crime, as intervenções ilegais da polícia nos bairros pobres, a prática disseminada da tortura e mesmo da execução sumária de suspeito pertencentes aos setores mais pobres ou de alguma forma estigmatizados, a negação de direitos a mulheres e a várias minorias, a impunidade do comércio de drogas e o grande número de crianças abandonadas nas ruas refletem não apenas um grave processo de decadência urbana. Elas também expressam a crescente incapacidade do

Estado para tornar efetivas suas próprias regulações (O'DONNELL, 1993, p. 129).

Isso fica evidente se tomarmos com exemplos os cotidianos vividos na Amazônia e no Nordeste brasileiro onde se percebe uma quase completa evaporação da dimensão pública do Estado. Impressionam o alto grau de ausência do Estado e baixa penetração territorial criando “terras de ninguém” que se tornam caminhos de fuga e passagem para aqueles marginalizados ou marginalizáveis.

As diferenças regionais, consolidadas ao longo de vários séculos por políticas públicas discriminatórias entre as regiões brasileiras, podem nos ajudar a entender melhor porque certos acontecimentos que ocorrem em algumas regiões brasileiras, principalmente nas mais pobres, são ignorados pelo Estado e pela própria sociedade nacional. Talvez um bom exemplo dessa “ignorância coletiva” seja a saída de trabalhadores brasileiros para a Guiana Francesa que já acontece há mais de cinco décadas no extremo norte do Brasil.

A imigração de brasileiros, a partir da década de 1980, para o exterior, por exemplo, já produziu dezenas de seminários e valiosos estudos acadêmicos que ajudaram a compreender melhor como vivem os brasileiros nos Estados Unidos, Europa e Japão. Trabalhos como “Brasileiros longe de casa” de Sales (1999), “Little Brazil” de Margolís (2008), “Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts” de Martes (2000), “Para onde vão os brasileiros” de Kawamura (2003), “Brasileiros fora de si” de Carlos Meihy (2004) já podem até serem chamados de clássicos. A partir do final da década de 1990, inúmeras dissertações e teses de doutorado também foram produzidas nas universidades, aumentando ainda mais o foco de análise sobre as causas e as características das migrações internacionais brasileiras. No entanto, como já afirmamos bem anterior a tudo isso, principalmente em termos cronológicos (década de 1960), temos talvez os primórdios das migrações internacionais de trabalho em nosso país.

A imigração de brasileiros para a Guiana Francesa já ocorre há pelo menos cinco décadas. Desde 1964, no auge da construção das instalações da cidade de Kourou, cidade polo do programa aeroespacial francês, a saída de nortistas para cidade de Caiena tornou-se uma opção para milhares de trabalhadores desempregados.

Segundo Arouck (2002) esse fluxo constitui-se num marco histórico para a Guiana Francesa, na medida em que afetou de forma substancial a composição populacional daquela região e deu novo sentido à sua formação social. A partir deste período, uma leva de imigrantes, de várias nacionalidades, foi responsável por uma verdadeira explosão

demográfica, principalmente na cidade de Caiena. Outro fato relevante, que merece ser mencionado neste momento, é que desde 31 de outubro de 1947 a Guiana Francesa ganhara o status de Departamento, juntamente com Martinica e Guadalupe.

Com o status de Departamento, a Guiana Francesa passava a receber mais investimentos significativos para a sua integração mais efetiva da metrópole (AROUCK, 2002). A partir deste momento sua população, predominantemente de guianenses nativos, irá gradativamente receber novos grupos étnicos, entre estes chineses e libaneses.

Mas voltando para os primeiros ciclos migratórios de brasileiros para a Guiana Francesa, Calmon (1994) apud Arouck (2002), entende que a chegada maciça de brasileiros está ligada ao volume de empregos assalariados oferecidos durante a construção do Centro Espacial. Inclusive esse processo, segundo Arouck, foi um tanto sofisticado, e teve início a partir da chamada de brasileiros realizada nos grandes jornais de São Paulo. A proposta inicial era de trabalho temporário com contrato, com data de início e término; alojamento e salário de acordo a legislação social francesa (MAM-LAM-FOUCK, 1996).

Mesmo sem o cumprimento, pelos franceses, de todas as promessas feitas a esses primeiros trabalhadores aventureiros amazônicos, como atestava a imprensa paraense naquela época; o fato concreto é que esta situação “desencadeou uma migração espontânea muito forte para o Departamento Ultramarino Francês, inicialmente de Macapá e Belém” (AROUCK, 2002, p. 103). O atrativo inicial, com certeza, era a questão salarial. Trabalhadores da construção civil, vivendo de bicos ou/ de baixos salários na região Norte, começaram a experimentar os novos salários, em moeda forte e bem mais valorizada que a brasileira. Segundo Lopes (2011), um de nossos informantes que é servidor público municipal, a diferença salarial girava em torno dos 600%, o que justificava qualquer tentativa de deslocamento até a Guiana Francesa, embora nem sempre os contratos firmados fossem cumpridos.

Os motivos que levaram estes primeiros trabalhadores a se dirigirem para o Departamento Francês não muito diferente dos atuais foram a falta de empregos e, principalmente, os baixos salários destinados no Brasil a certas categorias de profissionais (pedreiros, carpinteiros, mestres de obras etc.). Os relatos colhidos por Arouck em sua pesquisa ilustram bem esta situação, inclusive servem também para dimensionar as migrações mais recentes e atuais:

O Brasil só é bom pra quem tem estudos. Pra gente, que não conseguiu estudar não tem nada, só exploração. Quando eu estava em Macapá, ouvia dizer que aqui em Caiena se encontrava ouro no meio da rua. Tomei um barco quando tinha 16 anos e vim parar por aqui, onde estou até hoje. E os boatos não paravam por aí [...] Na década de 80, no auge da construção das instalações da cidade de Kourou, realmente a imagem que se difundia no Brasil sobre as possibilidades e oportunidades de trabalho e renda em Caiena eram animadoras: ‘chega-se pobre a sai rico’, ‘as gorjetas chegam a 100 dólares’, ‘tem dinheiro espalhado pela rua’ (Entrevista concedida por Seu Gomes, 2011).

E quando Kourou acabou, o que aconteceu com o nosso contingente de trabalhadores? Segundo Arouck (2002) muitos mestres de obras brasileiros se transformaram em subempreiteiros das primeiras empresas contratantes. A fim de conseguirem aumentar seus lucros, esses aprendizes de empresários, contratavam brasileiros, arregimentando-os nos subúrbios de Macapá e Belém. Eventualmente chegavam ilegais de estados nordestinos, como Maranhão e Bahia. Neste momento, inicia-se a prática de que trabalhadores clandestinos deveriam ganhar somente a metade do salário pago aos legalizados. Os comentários a seguir sintetizam praticamente o final desta fase inicial das migrações por trabalho de brasileiros na Guina Francesa.

Apesar dessa redução de salários e benefícios, os brasileiros começaram a cruzar mais e mais a fronteira e a chegar a Caiena. Isso ocorreu até o término da construção da cidade de Kourou, quando era comum encontrar nessa capital, por volta das 18h, na Praça das Palmeiras (no centro da cidade), um monte de brasileiros que aguardavam os subempreiteiros a fim de serem ‘contratados’ para um serviço no dia seguinte. Fazia-se ali, em plena praça, uma espécie de bolsa de oferta de trabalho, tendo prioridade, é claro, aquele que aceitasse o ganho mais reduzido. Isso foi acabando (entrevista concedida por Seu Gomes, 2011).

Recuperando um pouco a história das migrações brasileiras para a Guiana Francesa, através dessas informações seminais, podemos constatar, ao mesmo tempo, transformações e continuidades ao longo de cinco décadas de processo migratório. O desenvolvimento e o crescimento dos fluxos migratórios nos últimos vinte anos provocaram mudanças de atividades no mercado de trabalho local, principalmente na cidade de Caiena. No entanto, algumas estratégias de absorção, recrutamento e seleção destes trabalhadores ainda ocorrem como no passado, e nas mesmas atividades profissionais de outrora. Atualmente, os brasileiros interessados em trabalhar não ficam mais esperando trabalho na Praça mais importante de Caiena, até por que as redes sociais presentes na cidade cuidam disso.

No entanto, as estruturas desses fenômenos migratórios ainda apresentam muitas semelhanças com o da década de 1960. Em relação a alguns aspectos, o quadro até se agravou

ainda mais como, por exemplo, no que tange ao maior controle e vigilância da entrada e saída de imigrantes clandestinos. No início do movimento migratório de brasileiros à Guiana, ainda nos anos sessenta, como vimos anteriormente, destacaram-se as iniciativas de determinadas empresas e do próprio Estado francês na busca de trabalhadores brasileiros para trabalhar na área da construção civil (pedreiros, pintores, mestres de obra e carpinteiros); em face da falta de mão de obra disponível no mercado de trabalho local. Mesmo sem Kourou, a realização permanente de obras de infraestrutura na Guiana garantiu a regularidade do fluxo migratório brasileiro, principalmente para Caiena, com períodos de picos (1979, 1983, 1987) (CALMONT, 2002).

Na década de 1980, também entrou em cena outro grupo profissional de trabalhadores: os garimpeiros. Tradicionalmente conhecidos como forasteiros /aventureiros, esse segmento se fixou principalmente na região de fronteira, em garimpos ilegais, ou mesmo em garimpos legalizados do lado francês, atrás do tão sonhado Eldorado. Agora, em 2012, o mercado de trabalho não é o mesmo de décadas atrás; mas mesmo assim, profissionais que possuem ofícios “clássicos”, ainda conseguem empregos com mais facilidade em relação a outros grupos de trabalhadores.

A maioria desses migrantes vem do Amapá, do Pará, Maranhão, de Roraima, do Amazonas, estados estes entre os mais pobres do Brasil. Antes de deixarem o país, geralmente esses trabalhadores residem em suas cidades de origem ou em pequenas comunidades amazônicas nos quais trabalham em setores desprezados pela população local: atuam como carpinteiros, pescadores, artesões, pedreiros, construtores navais, enquanto as mulheres geralmente são empregadas em casas de famílias ou trabalham em pequenos pontos comerciais. Quando, por algum motivo, essas pessoas são demitidas ou perdem seus pequenos negócios, muitas resolvem se aventurar no Departamento Ultramar Francês.

Motivados pela esperança de “mudar de vida”, estes andarilhos, muito mais que imigrantes, deixam para trás um país e, principalmente, uma região marcada por profundas desigualdades sociais; e levam consigo o sonho de um dia retornarem para casa em boas condições financeira. Entretanto, diante da dramática situação de “apartheid social” das regiões Norte e Nordeste, muitos desses trabalhadores descartam o plano de retorno, principalmente quando pensam em segurança pública, saúde e previdência social; e assim o dilema da volta torna-se um verdadeiro pesadelo. Atualmente, os salários franceses são 3 a 6

vezes mais altos do que os brasileiros⁵⁹, sem esquecer as *allocations familiales*, dinheiro pago pelo governo francês aos pais para cada criança nascida em território francês parte de um particular sistema de seguridade social⁶⁰ (GRANGER, 2009).

3.2 Brasileiros dali

Na França continental, é comum encontrar brasileiros advogados que lavam pratos, engenheiros entregando pizza, assistentes sociais fazendo faxinas e sendo babás. Na Guiana Francesa, o que fazem os brasileiros? Pela pesquisa realizada nesse doutoramento, pelas entrevistas e observações feitas em campo, a realidade é outra para os brasileiros dali, e assume contornos específicos. Neste capítulo apresentaremos algumas características gerais da presença brasileira em na Guiana, além de tentar traçar um perfil recorrente aos imigrantes brasileiros.

Como outros grupos migratórios que transitam incessantemente pelo mundo afora, é difícil quantificar exatamente o número do contingente de migrantes brasileiros na Guiana Francesa. População brasileira na Guiana Francesa, entre legal e ilegal, foi estimada em 40 mil. Na verdade, população exata de residentes na Guiana Francesa não é conhecida nem pelas autoridades locais e muito menos pelo Consulado Brasileiro. E isto ocorre por um motivo óbvio: a clandestinidade. Nos estudos de Arouck (2000) informações extras oficiais davam conta de cerca de 30 mil brasileiros na Guiana Francesa. Em jornais paraenses e amapaenses esses números variam de acordo com a reportagem verificadas em 2010 e 2011. O que é certo é que esses desajustes em cifras não fazem grande diferença para entender a dura realidade enfrentada por milhares de trabalhadores invisíveis e indocumentados. Os dados oficiais (Consulado Brasileiro) de 2011 (cerca de 18 mil) servem apenas para identificar os legalizados. Muitos imigrantes apenas são contabilizados nas estatísticas oficiais, por ocasião de suas mortes ou enfermidades graves, que frequentemente ocorrem em áreas de garimpo ou em tragédias pessoais nas adjacências e distritos de Caiena, como também em algumas cidades. As deportações, que acontecem semanalmente, também atestam números impressionantes do volume migratório na região.

⁵⁹ Em valores de abril de 2012, o salário mínimo francês é de R\$ 1.343,77 e o salário mínimo brasileiro é de R\$ 622,00. Segundo dados do DIEESE (fev/2012), o rendimento médio do trabalhador brasileiro era de R\$1.699,00. E de acordo com dados da OCDE (2012), o rendimento médio de um trabalhador francês é de R\$ 4850,00 reais em valores equivalentes.

⁶⁰ Informações obtidas no www.caf.fr, Acesso em 01 de fevereiro de 2012.

A maioria dos imigrantes clandestinos brasileiros que chegam ao Centro de Detenção da Polícia Aduaneira Francesa, em Rouchambou, está sem documentos. Muitos alegam que os próprios policiais franceses queimam suas documentações na hora em são detidos, ou quando não os perdem na mata ou mesmo guardam os originais em casas de amigo no Oiapoque. Por isso, é que semanalmente funcionários do Consulado Brasileiro em Caiena, fazem uma carteira de Identidade Provisória para que essas pessoas ao chegarem a Macapá ou Belém possam apresentar alguma documentação para as autoridades policiais brasileiras.

A observação constatou que o número de imigrantes brasileiros que possuem nível superior neste Departamento é insignificante. A maioria dos trabalhadores residentes no lado francês possui baixa escolaridade. Uma conclusão imediata desta situação, bem diferente do que ocorre para a porção europeia da França, não é a classe média da região norte, por exemplo, que cruza o rio Oiapoque. O perfil básico do imigrante brasileiro na Guiana Francesa pode ser descrito desta maneira: geralmente é do sexo masculino; de origem interiorana/rural; baixa escolaridade, às vezes, até analfabeto, pai de família; idade variando entre 30 e 45 anos; sem domínio da língua francesa e com baixa qualificação profissional⁶¹.

Segundo depoimento de pessoas que se apresentam como pioneiros da década de 1970, como Dona Celeste e Seu Gervásio, poucas mulheres se aventuravam em atravessar a fronteira. Basicamente, eram aceitas apenas como empregadas domésticas em Saint Georges e em Caiena. Na verdade, as primeiras nortistas residentes em Caiena, eram esposas dos imigrantes brasileiros que trabalhavam na construção de Kourou, ainda nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Atualmente, a realidade está se modificando. Há um grande número de mulheres solteiras trabalhando de forma clandestina em áreas de garimpo e na própria cidade de Caiena. Pode-se deduzir que o número de mulheres brasileiras no mercado de trabalho local tende a aumentar nos próximos anos.

De acordo com uma entrevistada:

vamos aos bares e às boates para nos divertirmos. Temos nosso trabalho diário. Eu por exemplo “me mato” a semana toda fazendo unha. Quem não gosta de dançar e beber um pouco para matar a saudade do Brasil? (risos). Todas as mulheres aqui sabem o que os franceses e os crioulos querem e o que eles pensam da gente [...] Em muitos casos, o lazer e a chance de ganhar um dinheiro extra andam juntos. Muitas se dão “bem” outras nem tanto [...] Por outro lado, tem meninas que vem do Pará e do Amapá para trabalharem diretamente em casas noturnas. Estas sim, vivem

⁶¹ Os dados apresentados são baseados na coleta com informantes locais, bate-papo informal, conversas e relatos frutos de observação participante, obtidas em visita a Saint-George, Caiena, Oiapoque, com autoridades locais e população em geral.

exclusivamente como profissionais do sexo em Caiena. No entanto, nem os brasileiros e nem os franceses fazem esta distinção. O que prevalece mesmo é que toda brasileira é garota de programa, o que acaba sendo uma *meia verdade* (Entrevista concedida em 2011 por uma amapaense, 26 anos, que trabalha em um salão de beleza em Caiena desde 2007).

Em conversas informais podemos entender que para muitas mulheres brasileiras a possibilidade de “arranjar” um casamento ou mesmo um namorado francês é uma espécie de “projeto de vida constante” ou mesmo um alento para enfrentar a vida difícil de Caiena. Todas conhecem algumas histórias com “final feliz”. Quando o sonho se transforma em realidade, muitas mulheres melhoram sua situação financeira e principalmente minimizam o problema da clandestinidade. Neste contexto, o casamento por visto se tornou, não só na Guiana Francesa, mas em outras realidades semelhantes, um grande negócio.

A busca por trabalho quase sempre é respaldada pela coragem e pela experiência profissional de cada um desses imigrantes. Os brasileiros trabalham muito e de forma diversificada para se manter e garantir as remessas mensais para seus familiares no Brasil. A maioria desse pessoal desenvolve atividades de trabalho extra e por isso trabalham nos três turnos. Essa tomada de decisão de se debruçar somente no trabalho feita pelos trabalhadores imigrantes tem muito a ver quando os mesmos percebem o alto custo de vida na Guiana Francesa, principalmente em Caiena. A decisão, por exemplo, de fazer uma poupança em território francês é uma atitude onde desejo e realidade atuam de forma conflituosa. As poucas casas de show na área portuária de Caiena, constantemente são frequentadas por brasileiros. São nesses locais que as economias, de meses e anos, feitas com grandes sacrifícios costumam se esvaír. A dura realidade do custo de vida em Caiena (cerca de 30% a mais do que na metrópole) é a primeira constatação de um imigrante recém-chegado e, digamos assim, a primeira frustração do “sonho guianense”.

A outra frustração constatada seria com a língua. Um importante instrumento de sociabilidade, para muitos brasileiros é um fator de limitação, e acaba restringindo importantes formas de acesso a outras redes sociais. O não domínio da língua francesa por boa parte dos trabalhadores brasileiros, também dificulta sua ascensão a postos de trabalhos mais qualificados e com melhor remuneração. No entanto, este problema não é um fator decisivo para o sucesso ou fracasso de nossos compatriotas em solo francês. Inclusive, o governo francês tem dificultando a burocracia para fornecer *carte de séjour*⁶² de dez anos para

⁶² Todo estrangeiro maior de 18 anos que deseja permanecer na França por mais de três meses ou cuja data de validade do visto expirou deve possuir uma *carte de séjour*, algo semelhante a um visto de permanência.

imigrantes que não tenham pelo menos um conhecimento instrumental da língua e cultura francesa.

Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade (SAYAD, 1998). Ao iniciar meu contato com a temática em 2007, sobre a presença de brasileiros espalhados mundo afora e em especial na França e Guiana Francesa, a partir de uma perspectiva de como os Estados tratam as pessoas na lógica migratória e de como elas se percebem nesse processo, fui surpreendido pelo conteúdo das narrativas dos entrevistados. Apesar de ter registrado respostas parecidas sobre determinados assuntos como preconceito e adaptação e saudade, havia sentimentos e percepções sobre o significado dessas experiências migratórias. Era como se para cada um desses andarilhos, existisse uma verdade própria. A maneira pelas quais os sujeitos se comportavam diante de alguns temas, apenas reforçava a ideia de que aquelas respostas dadas constituíam um grande mosaico de experiências construídas ao longo de suas vidas, isto é de sua vivência na pós-modernidade.

Talvez um dos temas mais caros à relação Brasil – França via Guiana Francesa, seja falar, debruçar-se acerca das constantes invasões feitas pelos brasileiros ao território francês, sobretudo na região de fronteira entre Guiana Francesa e o Estado do Amapá. Como a França é um país soberano e com legislação própria, toda a força empregada para combater a garimpagem ilegal não pode ser questionada pelas autoridades consulares brasileiras. O constrangimento diplomático é evidente nas conversas com o pessoal do serviço diplomático brasileiro inclusive com a embaixadora já que nestas condições de clandestinidade, muito pouco pode ser feito para minimizar as ações militares do governo francês contra centenas garimpos ilegais. Apesar de todos esses conflitos serem registrados e enviados à Brasília, através de relatórios mensais, nesses casos de violação territorial a Instituição fica impossibilitada de agir para ficar do lado dos brasileiros. Talvez seja por isso que muitos brasileiros na Guiana Francesa criticam a forma de atuação do Consulado, alegando que o mesmo é omissivo em algumas questões; e que, de forma geral, acaba sem resolver problemas para os próprios brasileiros na hora que precisam.

Segundo dados do consulado, 30% da população local é de estrangeiros (2011). Pessoas que vivem dramas e tragédias pessoais que ao migrar acabam por se deparar com capítulos de uma vida que não se reinventa, mas que se reproduz:

O governo brasileiro não faz repatriação de cadáveres; só de funcionários mortos em serviços. Então ficamos de mãos atadas... Nós não podemos pagar por essa gente. Estamos com um caso aqui, que o governo do Amapá se comprometeu por escrito pagar o traslado de um brasileiro e até agora não o fez. A funerária está cobrando o Consulado. Nós não temos nada com isso. Também não temos verba para enterrar toda essa gente que morre aqui de malária, assassinado, morre de velho também, de causas naturais. Isso não acontece só no Brasil, é prática internacional. É comum também os acidentes. Nestes casos os brasileiros vão para os hospitais locais. Aí a família quer vir... Você conhece bem a burocracia para conseguir um visto pra vir pra cá. Geralmente quando conseguem finalmente o visto, o sujeito já teve alta ou então morreu. (entrevista concedida Ana Beltrame, 2011).

Ela também lembra que três vezes por semana a França faz a recondução de imigrantes ilegais a seus países de origem:

Sim, três vezes por semana, são expulsos os *não-documentados*. Vão com o chamado “ARB”, que é um documento de retorno ao Brasil. Antes, porém, eles ficam no centro de retenção. O Governo francês paga a passagem para o Brasil. Estes imigrantes ilegais são deixados tanto nos Estados do Pará e Amapá. Há também os que vão por terra e passam para o lado do Oiapoque. Inclusive uma, duas semanas atrás, um foi repatriado pela décima primeira vez., (risadas) segundo ele próprio confessou. Acabamos de repatriar uma menor, 16 anos. Foi entregue à mãe no aeroporto de Macapá, direitinho... No entanto, ela não queria voltar, preferia ficar aqui aos cuidados da família francesa, onde o serviço de assistência social a colocou. Esta família francesa estava preocupadíssima com futuro dessa menina; pois ela veio para Caiena com 16 anos de idade e acabou sendo sexualmente explorada. Foi tratada como membro da família. Naturalmente vivia em uma casa limpa, organizada. Então chorou à beça, e não queria voltar. Por outro lado, a guardiã dela aqui também chorava e não queria que ela fosse embora. São dramas pessoais, mas o que eu posso fazer? [...] É a lei. É a mãe biológica que está querendo de volta. (entrevista concedida por Ana, 2011).

Talvez, seja essa a ideia de drama particular que se torna problema de Estado ao deixar de ser questão de um indivíduo; um coletivo de indivíduos que longe de ser sociedade opta por características individualizadoras como a singularidade, o silêncio e a decisão de imigrar se torna complexa. Uma série de fatores contribui para essa decisão, que simbolicamente é anunciada com um mero: “eu vou embora”. Entretanto, tudo leva a crer que a palavra final está com as estruturas socioeconômicas que cercam esse indivíduo, e pior, de forma compulsória. De maneira bem objetiva, RS, 34 anos, conta porque decidiu tentar a sorte na Guiana:

No Brasil não tinha nada pra mim [...] Sou analfabeto de “pai e mãe” e tava há muito tempo sem emprego. A primeira decisão que tomei foi tirar toda a minha documentação no Brasil; não para entrar legalmente na Guiana, mas para conseguir, no futuro, um emprego legalizado no lado francês, e assim não ser visto como marginal, caso fosse preso pela polícia francesa. Se eu não estivesse trabalhando em Caiena hoje em dia, sinceramente não sei o que estava fazendo no Brasil. Talvez até roubando (risos). Não morro de amores por esta cidade [Caiena], e não gosto muito do jeito desses “pretos” [...] No entanto, atualmente não tenho estrutura financeira

para voltar para Macapá. Poderia até “passar bem” lá, um ano, e depois? Lutei bastante para estar aqui, e só retorno com dinheiro no bolso para montar o meu próprio negócio. Já fui expulso uma vez e já gastei muito dinheiro para voltar, principalmente pagando “patrões de fachada” [...] Atualmente, não tenho problema em renovar minha carta de sejour. Ainda não consegui uma de 10 anos, mas meu atual patrão está se virando para que eu consiga este documento. O fato de não saber francês complica um pouco mais minha situação. Aqui, pelo menos, meus filhos têm escola, plano de saúde e farmácia. Gosto muito do Brasil, mas parece que o Brasil não gosta de mim... Pretendo guardar um dinheiro e daqui há uns 3 anos comprar uma caçamba em Macapá. Não sei se esse plano vai dar certo [...] Só Deus sabe [...] (entrevista concedida por RS, 2011).

Na hora que cheguei ao Porto de Oiapoque, sem nem sequer estar com vontade ou preparado para colher informações de sujeitos desse trabalho, apareceu Raimundo, maranhense, que resolveu falar um pouco de sua aventura e de seus motivos para morar no Guiana Francesa. Mesmo tendo dificuldades na formação das frases (não completava todas as frases) nos informou:

Tenho 35 anos e estou desempregado há cinco. No Maranhão vivia de bicos, de diárias [...] Meu último emprego foi numa fazenda, perto de Imperatriz. No início deste ano, um compadre meu, de férias, que trabalha na Guiana, perguntou se eu não gostaria de tentar trabalho lá [...] Disse que sim, na hora. É justamente essa pessoa que estou esperando. Deixei mulher e quatro filhos na minha cidade. A minha maior preocupação são eles. No Brasil não tem emprego pra ninguém, principalmente pra quem não tem estudo como eu. Estou triste e alegre. Vamos ver o que vai acontecer.

Um assunto presente nas conversas é sempre o como se manter na condição de imigrante ilegal: assumir sua invisibilidade, sua inexistência, seu anonimato. Com experiência no assunto, os policiais franceses facilmente identificam imigrantes e os grupos étnicos aos quais pertencem apenas pelo seu vestuário. Por isso, os mais experientes orientam os novatos a não usarem camisas de clubes brasileiros e da seleção; bermudas e sandálias, e outras estilos mais “bizarros” que chamem a atenção dos policiais. A discrição deve ser levada a sério, com o risco de serem abordados pela polícia de migração, já que o objetivo é a manutenção da clandestinidade como condição de permanência inicial.

Cheguei pela mata, com fome. Morei literalmente de baixo de árvores. A pessoa que me aguardava já tinha retornado para o Maranhão, e aí fique numa situação difícil. Aos poucos fui fazendo amizade e esses novos colegas me prometeram arranjar emprego através de seus patrões. Atualmente, faço bicos para esse pessoal brasileiro, praticamente em troca de comida. Tenho medo de sair sozinho, pois acho que vão desconfiar do meu jeito e me mandarem de volta para o Brasil. Na verdade é como se eu ainda não tivesse ainda em Caiena, sei lá [...] tou e não tou (entrevista concedida por Francisco, 43 anos, maranhense).

Numa abordagem e percepção iniciais, depois de algumas leituras, conversas e percepções fica evidente que a fratura social presente na sociedade francesa se reproduz na vida guianense já que os brasileiros não podem verdadeiramente participar efetivamente a não ser da micro-vida às sombras. Não se encontra times de futebol no sentido brasileiro do termo. Essa restrição importante de suas regras de organização social multiplica-se pelo controle severo de seu universo espacial através de uma espécie de guetização. Nos bairros como Cabassou, os brasileiros se empilham em residências de baixa qualidade, festejam, celebram as pequenas conquistas em finais de semana repletos de tensão. Os estabelecidos e documentados não se misturam com estes, pois vivem a vida francesa, digo, guianense com aqueles mais inseridos vivem.

Moradia, saúde, educação são alguns dos lados da vida abraçada pelo Estado. A rede de proteção social do Estado Francês estabelecida na Guiana Francesa é bastante avançada, principalmente quando temos como ponto de referência as políticas sociais brasileiras. É comum ouvir que o guianense de nascimento ou de origem afro-antilhana não se sente francês, muito embora faça questão dessa nacionalidade no sentido político que este status lhe garante. Do ponto de vista da assistência social, os guianenses dispõem de uma rede de serviços sociais completa, que segundo a própria população local, a ênfase é na saúde e na educação. E para os estrangeiros, podemos dizer que também são beneficiados por esta política social?

Qualquer pessoa, inclusive imigrantes legalizados, pode requerer do governo a metade do aluguel. Isto é do sistema social da França. O que o governo exige é que o imóvel seja de alvenaria e possua, no mínimo, banheiro interno. Ele não quer luxo, mais que o local seja apropriado para morar, um lugar decente. A França elegeu a saúde e a educação como prioridades na Guiana Francesa. Aqui os direitos sociais são uma questão-chave. É por isso que quando um trabalhador clandestino brasileiro consegue seu documento, ele logo trás toda a família para se beneficiar dos serviços sociais oferecidos pelo Estado Francês (entrevista concedida por Raquel, 2011).

Uma entrevista realizada com o garimpeiro Severino, 43 anos, sem muita perspectiva de emprego no Brasil, visto que é analfabeto, já está na região cerca de 5 anos. Atualmente trabalha em um garimpo, onde o acesso às vezes só é possível de helicóptero. De quinze em quinze dias vai a Caiena visitar a esposa e o filho. Sua casa é uma espécie de escritório, pois vários brasileiros se hospedam antes de *seguir* para os garimpos da região. Seu filho Davi, sete anos, nasceu em Caiena e já possui inúmeros direitos. Com 13 anos, os pais podem requerer sua nacionalidade francesa.

Eu não posso nem pensar em voltar para Macapá. Lá não tem nada para mim. Meu objetivo é conseguir meu documento de 10 anos. Aqui tenho direito até remédio de graça. No Brasil, a gente morre nas filas. O governo aqui ajuda bastante a gente. Em Macapá só é bom pra quem tem conhecimento, e além do mais os garimpos são perigosos demais, há muitas mortes. Aqui não, tudo é legalizado. (entrevista concedida por Severino, 2011).

É visível que no que tange às políticas sociais, a conclusão é que o Estado na Guiana Francesa tem um papel estratégico, na condução dos serviços oferecidos à população: repressor, policaresco, presente e omissivo quando necessário. A sensação que alguns imigrantes brasileiros têm, de se sentirem protegidos pelo sistema social francês, decorre em certa medida da falta dessas políticas públicas instrumentais na sociedade brasileira. No entanto, há um sentimento interno entre os que conversamos é que “esses tempos de bem-estar” estão com os dias contados pelos ventos que chegam da metrópole.

CAPÍTULO 4

FRANCESES DAQUI, BRASILEIROS DE LÁ: ANDARILHOS OUTROS.

Nada me prende a nada.
 Quero cinquenta coisas ao mesmo tempo.
 Anseio com uma angústia de fome de carne.
 O que não sei que seja
 Definidamente pelo indefinido...
 Durmo irrequieto, e vivo num sonhar irrequieto.
 De quem dorme irrequieto, metade a sonhar.

Fecharam-me todas as portas abstratas e necessárias.
 Correram cortinas de todas as hipóteses que eu poderia ver da rua.
 Não há na travessa achada o número da porta que me deram.

Acordei para a mesma vida para que tinha adormecido.
 Até os meus exércitos sonhados sofreram derrota.
 Até os meus sonhos se sentiram falsos ao serem sonhados.
 Até a vida só desejada me farta - até essa vida...

Lisbon Revisited. Álvaro de Campos/ Fernando Pessoa. 1926.

A França, chamada pelos que vivem na Guiana Francesa e demais departamentos de metrópole, se tornou precocemente uma terra de imigração, ao contrário dos seus vizinhos, como, por exemplo, a Itália, que, até muito recentemente, alimentavam com uma parte da sua população os movimentos migratórios internacionais. Inclusive, no final do século XIX e início do século XX, período marcado pela chegada de grandes levas de imigrantes europeus nas Américas, menos de quinhentos mil franceses cruzaram o Atlântico, número irrisório se comparado aos cinco milhões de italianos. Pessoas das mais diversas origens, na verdade, têm aportado na França, há mais ou menos dois séculos. Inicialmente, elas provinham, sobretudo, da Europa, em especial, dos países mais próximos, como: Bélgica, Itália, Alemanha e Suíça. Aos poucos, a geografia da imigração foi se expandindo, ganhando, nessa ordem, o resto da Europa, as antigas colônias francesas e o mundo inteiro, com destaque para a Polônia, Portugal, a região do Magreb e a Turquia. Isso explica, segundo Massey (2009) porque, ao se tentar estabelecer marcos históricos, fala-se em: 1891, “o tempo dos vizinhos”; 1931, “o reservatório europeu”; 1975, “a expansão colonial”; e 1999, “as migrações globalizadas”.

O Brasil, por sua vez, deixou de ser uma terra de imigração, transformando-se em uma terra de emigração, ao longo do século XX. As grandes levas migratórias do final do

século XIX e início do século XX foram freadas pela Primeira Grande Guerra (1914-1918), a Crise de 1929, a Grande Depressão da década de 1930 e a Segunda Grande Guerra (1939-1945), e nunca mais retomaram a força anterior. No final do século XX, com a crise econômica e as dificuldades de controlá-la que marcaram os Governos Sarney e Collor, os brasileiros passaram a figurar entre a massa de migrantes originários dos países periféricos que rumam em direção aos países centrais.

No século XXI, brasileiros continuam a migrar e no caso daqueles que interessam como sujeitos dessa pesquisa os motivos se caracterizam como diversos, pois estudantes universitários, prostitutas, travestis, professores, empresários rumam à cidade luz alimentados pelo imaginário.

Dessa maneira, os franceses que se estabeleceram no Brasil, alguns deles nossos entrevistados, caminharam na contramão das correntes migratórias internacionais. Porque motivos eles trocaram a França pelo Brasil, se tão poucos franceses costumam deixar sua casa, se tantos brasileiros sonham em ganhar os Estados Unidos, a Europa, o Canadá, o Japão e a Austrália? Eis a questão central sempre com o intuito de pensar o imaginário que entrelaça o Brasil e a França na contemporaneidade, tomando como ponto de partida experiências de andarilhos entre esses dois países.

Muitos brasileiros parecem não compreender porque alguns franceses migraram para o Brasil. Vejamos, por exemplo, a primeira pergunta que colocam, tão logo descobrem estar diante de um francês que optou por viver aqui, segundo três dos que foram entrevistados.

Bon, d'abord, ils me demandent qu'est-ce que je fais... je fais là! (risos) Pourquoi... pourquoi je reste là, que tout le monde cherche à... à partir de ce pays (Entrevista concedida por Hervé, 2012)

Ils me disent tous: "Pourquoi vous êtes venus ici? Parce que la France, c'est jolie; c'est ceci, celà." Bon, et bien sûr qu'ils me disent: "Mais, là-bas, il y a du bon vin. On mange bien. Il y a tout!" (Entrevista concedida por Patrice, 2012)

Muitas vezes, as pessoas falam: "Você é francês? O quê?! Você largou a França para vir morar aqui? (...) Mas é o meu sonho (mudar pra lá) Nossa, tem que ser muito louco para deixar um país como a França para vir morar aqui." (Entrevista concedida por Jean, 2011).⁶³

Em uma terra de emigrantes, o que o Brasil se tornou a partir das últimas décadas do século passado, não poderia ser diferente. Aliás, a incompreensão diante da decisão dos

⁶³ Bom, para começar, eles me perguntam o que eu estou fazendo... eu estou fazendo aqui (risos) Porque... porque eu estou aqui, se todo mundo quer deixar esse país (Tradução livre do autor). Todos me dizem: "Porque você veio para cá? Porque a França é bonita; é isso, é aquilo." Bom, e é claro que eles me dizem: "Mas, lá, tem bons vinhos. A gente come bem. Tem tudo" (Tradução livre do autor).

franceses de migrar para o país só vem a reforçar que, embora a nossa história seja profundamente marcada pelo movimento populacional contrário, a emigração já constitui a realidade dos brasileiros, e, enquanto tal, considerando a relação dialógica estabelecida entre o real e o imaginário, pode ser utilizada como uma fonte fecunda para a análise do seu imaginário sobre o outro, em especial quando se trata de um destino migratório por eles apreciado.

Os brasileiros que se surpreendem, ao encontrar franceses radicados aqui, parecem concordar, implicitamente, com os estudiosos que buscam nas *push-pull forces* uma explicação para os movimentos migratórios. De acordo com essa teoria, como descreve Klein (1999), por trás do migrante, escondem-se fatores que o expulsam de sua terra natal (*push*) e que o atraem para outro lugar (*pull*), o peso de cada um deles e a maneira como se equilibram, sendo que as condições econômicas são os fatores de expulsão e de atração mais importantes. O estranhamento causado pelos andarilhos franceses, tendo em vista essa perspectiva teórica, é evidente, pois, contrariando as expectativas, seu deslocamento se estende de um país rico para um país pobre.

Mesmo que as tais *push-pull forces* marquem o tom dos movimentos populacionais internacionais contemporâneos, elas não dão conta das suas múltiplas facetas, seja em termos de origem e destino, natureza (temporária ou permanente), componentes ou condicionantes econômicos, sociais e étnicos, o que abre espaço para novos e variados esquemas interpretativos, conforme alerta Bilac (1995). É verdade que, pelo simples fato de serem franceses, os franceses daqui encontram, no Brasil, múltiplas facilidades de inserção no mercado de trabalho e na vida social. Inclusive, alguns, não somente conquistam um posto muito rapidamente, apesar do ínfimo domínio da língua portuguesa (é o caso de Marie), mas passam a exercer funções mais interessantes do que aquelas que exerciam na França (é o caso de Jacques); não somente se integram com tranquilidade (é o caso de todos eles), mas começam a frequentar um meio social ao qual não tinham acesso no seu país de origem. É o caso de Gustave, que disse em entrevista (2011) que “o imigrante alemão ou inglês será tratado de maneira diferente do peruano ou brasileiro em praticamente todos os países do mundo”. A sua migração, todavia, não é pautada, aparentemente, por esse objetivo ou por outro qualquer de ordem econômica, ao menos não da mesma maneira que a migração dos andarilhos brasileiros rumo a Paris.

E não podemos nos esquecer da discussão sobre certa relação entre colonização, migração e imaginário. Um dos laços que amarra esses três pontos é o que DaMatta (2005)

chamou de imaginação colonizada, e que chamaremos de imaginário colonizado. É através dessa lente, marcada de forma radical por um passado colonial, que vemos Paris, Londres ou Nova Iorque e que nos definimos em relação à esses lugares, sempre nos colocando em uma posição de inferioridade e idealizando o outro. Também nessa perspectiva, o espanto dos brasileiros, diante dos imigrantes franceses, faz sentido. Eles se espantam porque, simplesmente, como disse um dos entrevistados, não conseguem conceber que alguém possa mudar da França para o Brasil, quando sonham em fazer o contrário.

Retomemos a questão inicial – Porque motivos franceses trocariam a França pelo Brasil, se tão poucos deles costumam deixar sua casa, se tantos brasileiros sonham em ganhar os Estados Unidos, a Europa, o Canadá, o Japão e a Austrália? –, escutando as histórias dos “franceses daqui” que entrevistamos.

Marie, citada anteriormente, tem “quase” (como ela afirma) setenta e cinco anos e nasceu em Paris, mudou-se para o Brasil, em 1963. Ela conheceu Pierre, em Paris, quando ela, que é professora aposentada da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), desenvolvia seu doutoramento. Defendida a tese, o casal de namorados decidiu se casar e se estabelecer em Belo Horizonte, o que levou a entrevistada, que não falava português na época, a abandonar o cargo de agrônoma que ocupava há sete anos, mesmo sem qualquer garantia de encontrar um novo emprego. Vale dizer que, anos mais tarde, embora tenha se divorciado do esposo, Marie fez a opção de permanecer no país.

Gérard, por sua vez, veio para o Brasil, em 1998, juntamente com o irmão mais novo. Proprietários de duas fábricas de bolos e biscoitos, uma localizada na França e outra em Portugal, eles decidiram sacrificar a vida franco-lusitana para abrir uma filial no Brasil. É a mesma lógica adotada pelas grandes multinacionais que determinou a decisão: aumentar os lucros, transferindo a produção dos países centrais, onde os impostos e também a mão de obra têm um custo mais elevado, para os países periféricos. Entretanto, Gérard e o irmão não estavam preparados para a empreitada. Tinham um bom capital para investir, mas esse era pequeno, em comparação com o das grandes multinacionais, o que não lhes garantia acordos privilegiados com o Governo Brasileiro para a instalação da empresa.

Cuidaram de estudar o terreno, porém não o suficiente. Basta dizer que fizeram uma única viagem exploratória, com uma duração de dez dias, e escolheram a cidade de Belo Horizonte para a implantação, levando em consideração o conselho de um francês que conheceram, francês esse que era casado com uma mineira. Além disso, ao longo da entrevista, percebe-se que eles agiam como se fossem se instalar na Europa, embora

estivessem se instalando no Brasil, pois partiam do pressuposto que o funcionamento interno do país era parecido com o daquele com o qual estavam habituados. A abertura da filial brasileira, obviamente, não deu certo. Enquanto o seu irmão decidiu voltar para Portugal, depois do ocorrido, reassumindo a direção da outra empresa da família, Gérard, ao contrário, decidiu permanecer aqui. O entrevistado afirma que gosta do Brasil a tal ponto que é impensável, para ele, retornar para a Europa, pra o sudoeste da França.

Já Gustave esteve no Brasil, pela primeira vez, em 1997. Visitou o Rio de Janeiro, Petrópolis e Búzios, nessa ocasião, voltou para a França encantado com o país e com vontade de nele terminar os seus dias. Aquele era, além do mais, um lugar de clima mais aprazível e custo de vida menos exorbitante. Em dezembro de 1999, conheceu a esposa brasileira, quando ela, que é professora de história e filosofia do ensino médio, viajava pela França. *Uma oportunidade*, como disse. Terminaram passando três semanas, em sua casa em Nantes, cidade onde nasceu, em 1950. Depois, o entrevistado foi encontrá-la, em Paris. Decidiu, então, pedir a aposentadoria antecipada ao Carrefour, onde trabalhava como gerente, e migrar para o Brasil. Gustave desembarcou no Rio de Janeiro, em abril de 2000.

Finalmente, Jean, nascido em 1964, em Paris, vive na “cidade maravilhosa” desde 1989. Esteve no Brasil pela primeira vez, em 1986, quando viajava pelas Américas. Nessa ocasião, conheceu a Amazônia, Belém, Brasília, Belo Horizonte, o Rio de Janeiro, o litoral nordestino e São Luiz. Apaixonado pelo país fez três tentativas de migração, duas delas frustradas. Tentou, em 1987, estabelecer-se como educador social, já que essa era a sua profissão em Paris. Entretanto, conforme afirma o entrevistado, tratava-se de um trabalho que, na época, era considerado uma vocação, sendo exercido por padres e freiras. Em 1988, procurou se fixar como professor de línguas, pois era trilingue, falando francês, espanhol e inglês, mas os salários oferecidos eram muito baixos. Por fim, com o dinheiro de um ano de muito trabalho na França, conseguiu mudar para o Brasil como proprietário de uma casa noturna. Vale dizer que, entre 1986 e 1989, aprendeu a falar o português, frequentando a comunidade brasileira de Paris, pois, assim que voltou da sua primeira viagem, fez questão de estabelecer contato com brasileiros com esse objetivo.

Notem que, nos processos migratórios dos quatro franceses daqui que entrevistamos, há uma história de amor, seja ela por uma brasileira, pelo Brasil ou por ambos. Uma relação subjetiva alimenta, então, a atração pelo Brasil.

Analisemos com mais atenção a entrevista de Jean, em que o que está em questão, inicialmente, é o Brasil e não uma mulher. Para tanto, foram escolhidos pedaços em que o

entrevistado narra a sua primeira viagem, e também aqueles em que ele explica a sua opção por permanecer aqui, apesar de uma série de problemas que reconhece no país.

Aí, fui pros Estados Unidos. Trabalhei, ganhei um dinheiro, e, de lá, fui pingando. Cai: México, Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador, [silêncio] Colômbia de novo e Brasil. Por Tabatinga, por Benjamin Constant. Entrei no Brasil pelo Amazonas. **Então, até que foi uma história de amor bem particular**, porque ... não há mais o impacto do exótico, de quem pega um avião em Londres, Amsterdan ou Paris, e chega aqui. Aí, tem o impacto. Tudo é diferente, tudo é lindo. Eu não tive esse impacto, porque, quando cheguei na Amazônia Brasileira, já tinha três, quase quatro meses, de Amazônia Equatoriana, Peruana, ah... Colombiana. Então, na realidade, Amazonas é Amazonas. A paisagem é a mesma, o transporte é o barco, e... o modo de vida é bem parecido. **Ainda assim, quando eu entrei no Brasil, foi uma... foi uma coisa. Não sei, não se explica. Não é... não é... não é muito racional.** Porque, pelo fato de ser de mãe espanhola, eu falo espanhol fluente, e o único país da América Latina... que eu não poderia comunicar era o Brasil. Então, *a priori*, deveria até [ser] o contrário. Ter me... ter me... Como falaria? Não rejeitado, mas eu ia ficar menos à vontade, menos... menos prático, e a minha convivência ia ser mais complicada. Então, *a priori*, era para eu não gostar tanto assim. **Mas foi isso. Foi no Amazonas, não falava a língua, e ainda assim apaixonei. Assim, fiquei aqui.** [grifos nosso] Porque o objetivo era: ou eu descia pelo Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Brasil, e voltava pra... pra Europa. Ou eu descia pelo Brasil. Brasil, Uruguai; Uruguai, Argentina; Paraguai, Chile, Bolívia, e ia subindo. Aí, eu resolvi descer pelo Brasil. Conclusão, eu não vi o resto da América Latina. Acabei travando aqui, e fiquei aqui até hoje (Entrevista concedida por Jean, 2011).

Mas eu... eu viajei. Eu já... eu fui pra Índia, eu fui pra China, o Egito, a Turquia. Ah... toda a Europa de *l'Ouest* (Ocidental). Na época, tinha o muro de Berlim. Não era como hoje, não se viajava muito pra Europa de Leste. Então, viajei muito. Não é... **Brasil, não apaixonei porque era a primeira viagem** [grifo nosso]. Eu, desde os dezesseis anos, é... que eu pedi de aniversário uma viagem pra Tailândia e nunca mais parei. Tailândia, China, Índia, Egito... (Entrevista concedida por Jean, 2011).

Eu conheço muitos franceses que ficam um ano e vão embora. Quando você vem de turista, você não tem compromisso. Você não tem compromisso com... com nada. Você tá lá, com o teu pacote de dólar no bolso, e vai curtindo. Quando você vem para morar, você vê que... Você descobre um monte de problemas do Brasil, assim que... **Eu tô aqui, porque eu amo profundamente!** Então, eu tô aqui e ficarei, porque, quando coloca-se tudo na balança, ainda assim vale à pena viver aqui. **Amo muito. Amo muito essa terra. Amo muito.** O Brasil me deu muita coisa. O Brasil me deu uma família. O Brasil... Minha família é aqui. Meus filhos nasceram no Brasil. Minha... minha companheira é brasileira. Eu a conheci no Brasil. Então, o Brasil me deu muito. **Eu amo o Brasil!** (Entrevista concedida por Jean, 2011).

É aquela história... [silêncio] Como falava? Gosto muito dessa frase. Acho que o Vinícius de Moraes que falou. "*É uma merda, mas é bom.*" [risos] É ele que falava isso, não? C. que fala muito isso pra mim. A gente conversava, e ele falava: "*Jean, tua frase é essa.*" **Eu adoro!** (Entrevista concedida por Jean, 2011).

Apenas em dois momentos, Jean utiliza frases que indicam uma decisão racional pelo Brasil. “*Então, eu tô aqui e ficarei, pois, quando coloca-se tudo na balança, ainda assim vale à pena viver aqui.*” “*O Brasil me deu muita coisa. (...) Minha família é aqui. Meus filhos nasceram no Brasil. Minha... minha companheira é brasileira. Eu a conheci no Brasil. Então, o Brasil me deu muito.*” Para além dessas duas frases, em que pesa os pontos positivos e negativos de se viver no Brasil, em que reconhece os ganhos que a migração lhe ofereceu, ele fala de uma decisão migratória que não é pautada pela razão, mas cuja marca é a sua ausência. Trata-se, do seu ponto de vista, de paixão, de amor. É através desses sentimentos, os mesmos que ligam, por exemplo, pessoas apaixonadas, que o entrevistado justifica o seu processo migratório. “*Então, até que foi uma história de amor bem particular (...).*” “*Ainda assim, quando entrei no Brasil, foi uma... foi uma coisa. Não sei, não se explica. Não é... não é... não é muito racional.*” “*Mas foi isso. Foi no Amazonas, não falava a língua, e ainda assim apaixonei. Assim, fiquei aqui.*” “*Brasil, não apaixonei porque era a primeira viagem.*” “*Eu tô aqui, porque eu amo profundamente!*” “*Amo muito. Amo muito essa terra. Amo muito.*” “*Eu amo o Brasil!*” “*Eu adoro!*”

Resta saber se o Brasil se confunde com um objeto de desejo apenas no imaginário de Jean e dos demais franceses que entrevistamos, ou se essa metáfora seria válida para os “franceses daqui”. Laplantine (2001) alimenta essa linha de raciocínio abordando os imaginários entre a França e o Brasil, a partir da imagem de um casal, da relação amorosa. Tal como sugeriu Di Cavalcanti, que, inclusive, é citado ao longo do texto, o Brasil seria, então, uma mulher, ator, lócus, personagem de característica feminina. O autor chega a utilizar, por exemplo, a expressão “*inventaire des rondeurs brésiliennes*” que, em português, significa inventário das formas arredondadas brasileiras... A França, em contrapartida, seria o homem, ator de características entendidas masculinas com o qual o Brasil comporia um casal. E não qualquer casal, uma vez que estaríamos falando de dois países muito diferentes, para não dizer antagônicos ao extremo. Além disso, as palavras, que parecem ter sido cuidadosamente escolhidas, fazem alusão a um tipo de relacionamento que, tradicionalmente, é considerado próprio dos amantes, e não dos namorados ou de uma esposa e seu marido.

Assim,

Or, il m'apparaît que le Brésil et la France forment un couple dépareillé, constitué de deux sociétés qui n'ont pas du tout la même histoire ainsi que la même dimension et n'avancent pas au même rythme. Entre la France et le Brésil il n'y a pas d'ajustement, d'adéquation, d'accommodation totale ni de résolution dans la conjonction des contraires. Il n'y a pas non plus de “correspondance” au sens baudelairien, ni de résonance dans l'écho ou l'équivalence. Il y a plutôt une non intrication. Cette dernière est tenace mais, nous le verrons, infiniment stimulante.

Pour dire les choses différemment, le lien métis entre le Brésil et la France est celui d'un mouvement de vibration et d'oscillation qui échappe à la synchronie de ce qui "tient ensemble" ainsi qu'à la symétrie totale qui serait celle d'une ensemble cohérent. Ce qui m'apparaît au contraire, c'est que le Brésil et la France ne s'emboîtent pas, ni ne se superposent. Ils ne "tiennent pas ensemble", mais sont susceptibles en revanche de s'entre-tenir. Ce qu'il convient alors de "saisir" (dans une expérience qui est d'ailleurs plutôt celle d'un dessaisissement), ce sont les textures, les tournures, les courbures, les tonalités, les modalités, mieux les modulations, de la rencontre. Les relations franco-brésiliennes sont dès relations en perpétuel déséquilibre. Ce sont des relations décalées, désaccordées, désynchronisées. Le caractère décalé et dépareillé du lien franco-brésilien nous conduit à nous déplacer des liaisons majeures, nécessaires et grandiloquentes vers de toutes petites liaisons, de minuscules bribes de sens et à être attentif non plus au choc des contrastes premiers qui accentuent les contours et produisent de La syncope, de l'exaltation ou au contraire de l'irritation, mais à un rythme et à une vibration plus secrète, discrète et feutrée ainsi qu'à des intensités particulières formées d'écarts infimes de tonalité⁶⁴ (LAPLANTINE, 2001, p.243-244).

Além disso,

On risque de rater le lien franco-brésilien en le pensant soit comme écart absolu soit comme accord total qui sont à mon avis deux des figures majeures du trucage. C'est en revanche cette petite discordance, source de malentendu et parfois même de malaise, qui constitue aussi le charme de la rencontre. C'est ce léger décalage qui provoque le désir de France au Brésil et le désir de Brésil en France ⁶⁵ (LAPLANTINE, 2001, p.254).

Tal associação pode ser compreendida se elaborarmos que o Brasil na percepção de muitos dos entrevistados recebe adjetivações femininas e a França masculinas. Esse cruzamento de culturas vai além do objetivamente real, pois "o *animus francês casa-se sem se*

⁶⁴ Ora, parece-me que o Brasil e a França formam um casal desemparelhado, constituído de duas sociedades que não tem de maneira alguma a mesma história, assim como a mesma dimensão, e não avançam no mesmo ritmo. Entre a França e o Brasil não há ajuste, adequação, acomodação total, nem resolução na conjunção dos contrários. Não há também "correspondência" no sentido baudelairiano, nem ressonância no eco ou na equivalência. Há antes uma não-intrincação. Essa última é persistente, mas, nós o veremos infinitamente estimulante. Para dizer as coisas de outra forma, a ligação mestiça entre o Brasil e a França é aquela de um movimento de vibração e de oscilação que escapa à sincronia do que funciona junto, assim como à simetria total que seria aquela de um conjunto coerente. (...) O que me parece, ao contrário, é que o Brasil e a França não se encaixam, nem se sobrepõem. Eles não se casam, mas são suscetíveis de se agarrarem um ao outro. O que convém, então, "apreender" (em uma experiência que é, aliás, antes inapreensível), são as texturas, os contornos, as curvas, as tonalidades, as modalidades; melhor, as modulações do encontro. As relações franco-brasileiras são relações em perpétuo desequilíbrio. São relações deslocadas, em desacordo, dessincronizadas (...). O caráter deslocado e desemparelhado da ligação franco-brasileira nos conduz à nos deslocarmos das conexões maiores, necessárias e grandiloquentes, em direção às conexões bem pequenas, minúsculas migalhas de sentido, e a estar atento não mais ao choque dos contrastes primeiros que acentuam os contornos e produzem a síncope, a exaltação ou, ao contrário, a irritação, mas a um ritmo e a uma vibração mais secreta, discreta e branda, assim como a intensidades particulares formadas de diferenças ínfimas de tonalidade (Tradução).

⁶⁵ Corre-se o risco de não compreender a ligação franco-brasileira, pensando-a, seja como uma diferença absoluta, seja como um acordo total, que são, na minha opinião, duas das maiores figuras do engano. É, ao contrário, essa pequena discordância, fonte de mal entendidos e, às vezes, de mal estar, que constitui também o charme do encontro. É esse ligeiro deslocamento que provoca o desejo da França no Brasil e o desejo do Brasil na França (Tradução).

confundir com a alma brasileira” (CARELLI, 1994 P. 22)⁶⁶.

Hervé, francês que morou em Recife entre 1979 e 1987, e hoje vive em Goiânia, fez durante anos planos de acabar com as idas e vindas à França e fincar raízes definitivas no Brasil. Mesmo assim, em nosso encontro fez questão de falar francês, segundo ele os sentimentos falam melhor na língua materna. Sendo sua esposa brasileira e filhos aqui, elaborou um pouco mais que outros entrevistados, pois deixou claro que a França era sua mãe e o Brasil sua mulher.

Je suis plus amoureux du Brésil qui je suis amoureux de la France. Ça ne veut pas dire que je n'aime pas la France, mais ce n'est pas pareil. C'est... Je veux dire... Je ne peux pas vraiment comparer. L'amour de la France, c'est l'amour de la langue, l'amour de la culture. C'est un passé heureux, extrêmement heureux, que j'ai eu en France. Une connaissance profonde. Quoi? Je veux dire... La France, c'est ma mère, d'une certaine manière, je rapport très heureux. Mais le Brésil ce n'est pas ça. C'est un rapport Presque plus passionné que la France, même si... Il ne faut pas dire que j'aime plus, en fait, la France [le Brésil] que le Brésil [la France], mais... Ce n'est pas tout à fait la même... [...] C'est ma deuxième femme⁶⁷ (Entrevista concedida por Hervé, 2012).

O exposto Brasil país feminino, embora de artigo masculino, de vezes amante ou prostituta e até vezes esposa, ressoa também nas conversas e depoimentos colhidos por brasileiros. É o caso de Adriana que relatou uma situação constrangedora que passou logo depois de sua chegada à França, quando trabalhava de babá em Marseille. Durante um almoço com a família para a qual trabalhava, na casa de vizinhos, o pai da criança que ela cuidava, mais um amigo deles, depois de umas bebidas, começaram a falar da brasileira imaginária. As mulheres que estavam na cena não se manifestaram adotando uma postura de cumplicidade na qual os homens estavam certos pois a brasileira é “mulher da vida”.

Agora, aqui, quando eu cheguei, e eu falava que eu era brasileira... Na França, NE? É... a primeira coisa, lá no campo, o que eu senti foi assim: mulher da vida, sabe? Que eles tinham a ideia. A primeira vez... Porque eu cheguei lá, e o vizinho deles convidou a gente pra almoçar. Me chamou também, e tal. Fomos lá. E, aí, ele já estava mais altinho. O pai dos meninos e ele. E começaram: “Ah, porque mulher do Brasil, que usa biquinho, não sei o quê, não sei o quê.” Eu achei a maior falta de respeito. [...] Aí, pegaram uma Playboy lá, uma hora, não sei o quê. Ele falou: “Playboy”. E aí, o vizinho virou para mim, e falou: “É brasileira, né?” Aí, eu virei

⁶⁶ Animus é a força masculina inerente a mulher e anima é a força feminina inerente ao homem, numa perspectiva jungiana.

⁶⁷ Eu sou mais apaixonado pelo Brasil do que pela França. Isso não quer dizer que eu não goste da França, mas não é a mesma coisa. É... Eu quero dizer... Eu não posso, na verdade, comparar. O amor pela França é o amor da língua, o amor da cultura. É um passado feliz, extremamente feliz, que eu tive na França. Um conhecimento profundo. O quê? Eu quero dizer... A França é minha mãe, de uma certa maneira, eu quero dizer. E, então, isso é insubstituível, ainda mais por ter sido uma relação feliz. Mas o Brasil não é isso. É uma relação quase mais passional que a relação com a França, mesmo se... De fato, não se pode dizer que eu goste mais da França (do Brasil) que do Brasil (da França), mas... Não é de jeito nenhum a mesma coisa... É minha segunda mulher (Tradução nossa).

e falei: “*Não.*” Sabe? Fechei a cara, e falei: “*Não. Não é.*” E, aí, ele sacou que me ofendeu, e parou de falar, né? Eu... O pai também, depois, parou. O pai dos meninos e tal. Mas eu senti que [era essa] a ideia que eles tinham dessa coisa da brasileira, né? Mas eu fiquei muito incomodada. E eu sentia... eu não senti o apoio do lado feminino, sabe? Porque eu senti que eu fiquei meio centro, ali, dos homens, falando disso. Chegou mais um, e tal, não sei o quê. E as mulheres meio retiradas, mas também não tinham papo, não me colocavam meio no meio, sabe? Nesse dia, senti bem assim. Eu achei muito ruim (Entrevista concedida por Adriana).

Humberto fala de franceses que sonhavam em vir ao Brasil em busca de uma esposa. Nesse caso, a dona de casa prendada, de dotes culinários e afazeres firmes, fazia com que esses homens sonhassem com aquelas que vindas do Sul tropical topariam papéis sociais conferidos à mulher, coisa que as francesas jamais fariam.

E alguns vão pra se casar. Verdade, seja dita! Alguns que... Por exemplo, eu conheci... Não, eu... a gente conheceu um francês, que vem do... do *Pays Basque* [País Basco]. E ele dizia para gente, ele dizia para minha irmã: “*Aqui no Brasil, a gente vive. A gente vive bem. A gente... a gente é o que é. Aqui, as mulheres são...*” Como ele dizia? “*As mulheres são verdadeiras. Elas não são falsas. E as mulheres, aqui, se ela gosta de você, ela te diz sim, se ela não gosta de você, ela te diz não. Elas não... não são como as mulheres francesas que... que só veem o dinheiro e a situação da pessoa.*” Bom, isso era o que ele dizia. Eu não estou dizendo, não estou botando todo mundo na mesma panela, heim? No mesmo saco de farinha. Isso é o que ele disse. É... A gente até chamava ele de *Bilbao*, porque ele não gostava de falar o nome dele verdadeiro, porque dizia que também era um nome muito difícil, um nome basco. E *Bilbao*, ele dizia que o sonho dele era se casar com uma brasileira, porque mulher brasileira é mulher de verdade. É. “*Amélia que era mulher de verdade!*” Aí, ele diz que... que as mulheres francesas não. São cheias de... de não-me-toque. E ele não gosta disso, ele gosta de mulher de verdade. É... mas é verdade, tem muito francês que vai pro Brasil pra se casar (Entrevista concedida por Humberto).

Existem pesquisas que trabalham a maneira como a feminilidade é ressignificada quando conjugada a nacionalidade, sendo que, se a nacionalidade é vinculada a países periféricos essa feminização vem casada com a sexualização caracterizada por exotismo, tropicalidade, etnização e inferiorização. Para Piscitelli (2005; 2007), o envolvimento de brasileiras na transnacionalização do mercado sexual é fruto dessa percepção. A situação econômica de um país constitui apenas um dos fatores que explica a sua eleição como um destino para turistas sexuais, ir em busca de sexo a um outro lugar distante significa mergulhar no desconhecido, tendo a certeza do regresso, na geografia do turismo sexual, a questão econômica, a nacionalidade, a cor da pele, formata traços culturais estereotipados.

Se pensarmos na ponte Nordeste brasileiro – Europa (frequente na mídia sobre turismo sexual), a feminilidade brasileira seja ela de nascença ou construída e a masculinidade

italiana ganham facetas resignificadas que geram casamento e migração. Piscitelli (2007) traça uma relação entre esse olhar conceitual que casa raça, nacionalidade, classe social e gênero na relação existente entre prostitutas, empresários do sexo e clientes em um mercado predominantemente povoado por estrangeiras e estrangeiros que tem, por exemplo, a Espanha como destino, segundo a autora, no olhar de empresários e clientes o que importa é a diversidade e não a singularidade, pois a concorrência é alimentada pela diversidade. Dentre as diversas nacionalidades, a autora confirma após pesquisas que profissionais do sexo brasileiras e brasileiros marcam como seu ponto forte a sensualidade, a alegria e certa afetuosidade.

Em uma recente visita minha a Paris, 2011, percebi numa prateleira de supermercado aquilo que eles chamam de Guaraná Brasil, o nosso tradicional Guaraná Antarctica. A propaganda pendurada na prateleira exibia uma modelo fazendo alusão ao futebol numa jogada de marketing erotizante, estando o guaraná em segundo plano, pois num primeiro olhar destacavam-se o short curto e uma minicamiseta que marcava o corpo da modelo.

Na esquina da rua onde tenho amigos em Nanterre, na região metropolitana de Paris, existe um comércio gerenciado por africanos, que além de vender artigos de conveniência em geral, fornecem serviços de ligações telefônicas à distância. O cartaz e o cartão telefônico para ligar para Brasil apelam para figuras tipo o Cristo Redentor, mulatas e penas. A mesma alusão foi usada numa grande campanha publicitária para o jogo França-Brasil, no *STADE DE FRANCE*, em Saint Denis em nove de fevereiro de 2011. A poucos metros da cabine telefônica há um salão de beleza em que na vitrine onde se lê preços de cortes e serviços oferecidos a palavra *bresilienne* é um tipo de depilação a brasileira que atrai estrangeiras e estrangeiros que buscam eliminar por completo pelos indesejáveis. Na origem dessa visão sexualizada do Brasil encontram-se a colonização e a globalização, já que “ao fato de ser imigrante, de outro grupo étnico racial exótico, periférico, racializado e de uma classe econômica subalterna... oriundo da cultura do carnaval, do sexo, do corpo, da pobreza, violência e subdesenvolvimento” (PONTES, 2004, p. 252) se tornaram nossa marca registrada.

Um certo número de estrangeiros vem para o Brasil em busca de sexo, mas termina se envolvendo afetivamente com uma das parceiras ou parceiro. Essa prática pode confundir sexo e amor e arriscadamente criar uma nova categoria: o casamento misto. Nessa pesquisa não poucas vezes nos deparamos com brasileiras residentes no exterior casadas com estrangeiros, sendo que, algumas delas migraram em função do casamento e outras tantas

casaram-se quando já estavam fora do Brasil, seja como estudante ou imigrante ilegal. No período de 2007 a 2012, é possível relatar o meu encontro com diversos casais e pessoas que tem na sexualidade conjugada a outra atividade cotidiana a sua ponte como estrangeiro. Essas pessoas se tornam a referência de Brasil para os seus franceses mais próximos e vice versa, numa espécie de teia de significados que reforçam como o ator migrante, andarilho, é capaz de a partir de sua subjetividade construir não só nele mas nos outros de seu grupo originário uma identidade.

Retomando a ideia de feminização brasileira no imaginário francês através de esposas e companheiros, o francês que entende o país como terreno propício para o casamento misto ou para migração pode nos fazer entender a presença frequente de brasileiras e brasileiros na transnacionalização do sexo e num possível mercado de matrimônios. Esse mercado, esses casamentos e os deslocamentos populacionais contemporâneos são processos interdependentes. Segundo Piscitelli (2005), o turismo sexual tem o Brasil como parte da rota desde o final do século XX, o que perdura até os dias atuais.

Ao procurar compreender a gênese do turismo sexual, esse fenômeno que transforma os países periféricos em uma espécie de bordel dos países centrais, Bem (2011) explora com muita propriedade esses marcos. Coube ao antigo sistema colonial construir uma imagem negativa dos povos não ocidentais, tanto para os colonizadores quanto para os próprios colonizados. No contexto pós-colonial, os processos migratórios que se estendem da periferia para o centro, os passeios turísticos dos ricos por terras exóticas, e as fotografias dos “outros” veiculadas pela televisão, pelo cinema e pela internet, reconstróem essa imagem negativa legada pela colonização, reatualizando-a em novos quadros. E, se a diferença foi lida como inferior, ela também foi lida como objeto de desejo.

No caso do Brasil,

a mulher brasileira incorporada no imaginário como objeto de consumo é a mulata/negra, representada como “picante”, mundana, disponível, pouco emancipada, carinhosa... Comumente, [mesmo quando têm a pele clara,] as mulheres brasileiras são tidas como mulatas ou negras, com corpos provocantes e dourados pelo sol, imersas em permanente transe carnal, imagens extraídas não só do imaginário carnavalesco ao qual se associa o Brasil, mas também da própria história do colonialismo europeu (BEM, 2012).

O que também pode se encontrar nos discursos sobre as mulheres brasileiras em, oposição a essa faceta de amante ou prostituta, é a imagem de boa mãe, esposa, companheira,

compreensiva, pacífica, características vinculadas a um baixo nível de emancipação. Em conversas com estrangeiros em Brasília, Salvador (2012), Rio de Janeiro (2011), Amapá (2011) e Roraima (2011 e 2012) é comum à idealização de personagens brasileiros possuidores de uma sexualidade exagerada, que se associa a um universo de relações de gênero e familiares típicas não mais dos tempos atuais.

Gosto do Rio, pois aqui as pessoas são como eram antigamente em nosso país – no tempo dos meus avós. Aqui as pessoas pensam na família e nos amigos primeiro e no dinheiro só muito depois. Isso foi uma das razões que acabaram me fazendo casar com uma brasileira: elas sabem valorizar a família, que não é algo que a maioria de americanas sabe mais fazer. (Entrevista concedida por Enzo, 2011).

Aqui as mulheres são como eram na Europa anos atrás: sabem tratar bem um homem; não competem com ele. Se vou me casar novamente, vai ser com uma brasileira, pois elas são como as mulheres de antigamente. Querem uma família, não uma carreira. (Entrevista concedida por Gabriel, 2011).

A cultura americana está passando por algumas modificações e estas têm mudado as relações entre os homens e as mulheres. As mulheres fizeram grandes avanços em negócios e em muitas áreas aqui... e a independência que as mulheres têm agora faz com que muitas delas não valorizam mais os homens. As mulheres são a cola da família. O americano hoje busca uma mulher que não vai competir com ele, mas que vai complementá-lo. A brasileira é bem simples em seus gostos e desejos e vive mais em função da simplicidade da vida e de sua família... (Entrevista concedida por Harry, 2011).

Já que, nosso objetivo aqui é captar no imaginário francês o que faz do Brasil Brasil, é importante fazer do brasileiro e da brasileira não mais um personagem e sim um elemento principal, central, pois entendemos que, as relações interpessoais aqui representadas pelos casamentos mistos e relações mistas franco-brasileiras (sejam do tipo que forem), representam e simbolizam todos aqueles casamentos com o próprio Brasil, pautados de um vazio ideológico e de uma presença preenchedora do mundo do consumo; adjetivos e objetos adjetivantes moldam nação e pessoas, pois,

nesse marco em que o Brasil vem adquirindo visibilidade no exterior se integra a difusão de um estilo brasileiro vinculado à ousadia das calcinhas e biquínis fio dental (denominados *strings brésiliennes* ou calcinhas brasileiras, na França) e aos diversos procedimentos para arredondar e arrebatar bundas femininas. E, na ambigüidade que permeia a construção do estilo nacional vinculado ao Brasil, em um procedimento nada original, as mulheres são construídas como símbolos da essência nacional. (Piscitelli, 2007, p.729-730).

Mulheres de países periféricos que migram para países centrais são personagens da dualidade prostituição-migração. Essa associação, que é histórica não mais é uma verdade do tempo presente, pois no final do século XIX e início do século XX, as Américas experimentaram um grande fluxo de pessoas vinda da Europa. Por um determinado período, como demonstra vasta literatura, as prostitutas europeias, italianas, polacas e em especial as francesas ou de características francesas residiam na antiga capital.

Novos tempos, mão inversa. O misto migração-casamento aponta a união com o estrangeiro como uma porta, ou uma ponte entre dois mundos. É claro que, não se pode fazer análises e observações usando dados como os disponibilizados pelo INSEE (2012), uma espécie de IBGE francês, sobre a influência dos casamentos mistos tendo em mente aqueles que têm parte brasileira, em numero reduzido, como os milhões de casamentos que a parte não francesa pode ser proveniente da Argélia, Marrocos, Tunísia, que com o passar dos anos substituíram migrantes e mão de obra italiana, portuguesa e espanhola na França. Os migrantes de hoje usam estratégias do imaginário para realizar um desejo ao migrar. Não é somente a fome, a perseguição política, é o conjunto de insatisfações inerentes à vida líquida lembrando Bauman que norteia a decisão. E assim Celso o fez.

Celso é negro, o que, no Brasil, costuma ser indício de uma determinada pertença social. Mãe é nordestina, originária do interior do Estado do Maranhão, tendo migrado para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Sua trajetória escolar parece ser a mais longa da família. No Brasil, chegou a começar a faculdade de letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Na França, concluiu um curso técnico de nível superior em turismo. Tudo indica que foi através da escola, em um primeiro momento, e do casamento com o francês, em um segundo, que o entrevistado ascendeu socialmente. Quando conheceu Albert, no Réveillon do Milênio, no Rio de Janeiro, sua cidade natal, devia se equilibrar nos estratos mais baixos das camadas médias, vivenciando uma situação tão complicada quanto a de Norma, no momento que antecedeu sua migração para a França. Ora professor de português ou de espanhol (com curso superior incompleto), ora vendedor em uma empresa de turismo, ora costureiro, ora organizador de festas, ou seja, sem uma profissão fixa ou uma ocupação que lhe garantisse uma renda considerável. Era com muitas dificuldades que conseguia viver na zona sul da capital fluminense. Quatro meses depois do encontro com Albert em abril de 2000, Celso, que no momento de realização da entrevista tinha vinte e nove anos, desembarcava na França.

Em princípio, deveria passar somente um mês com o namorado, mas foi prolongando

a estadia, tendo retornado ao Brasil apenas duas vezes, desde então. É preciso dizer ainda que esse é o seu segundo relacionamento com um estrangeiro, pois morou na Suíça, e que a sua irmã, mais recentemente, também se casou com um francês e vive em Marseille⁶⁸.

Já Jordão, que tem quarenta e dois anos, nasceu no Vale do Jequitinhonha, região pobre do Estado de Minas Gerais. Começou a viajar pelo Brasil, para fugir do exército, que não o dispensou do serviço militar. Vivia das temporadas de verão, nos balneários turísticos do litoral do país. Quando conheceu a esposa francesa, estava em Porto Seguro. O entrevistado migrou para a França, em 1996, também porque sua mulher engravidou e tinha muito receio em dar a luz no Brasil, sendo que nunca mais voltou ao país. É proprietário e cozinheiro na galeria da Tour Montparnasse.

Herbert é negro. Sua mãe era lavadeira; seu pai trabalhava como operário na no ABC paulista; seu irmão é diretor de teatro. Nasceu em São Caetano, cidade da Região Metropolitana de São Paulo, mas, quando conheceu a francesa com quem veio a se casar, o entrevistado, que é bailarino profissional, morava em Salvador. Migrou para a França, em 1990, quando tinha trinta e seis anos, porque sua companheira engravidou e se recusava a dar a luz no Brasil. Estabeleceu-se em Paris. Conseguiu sua carta de residente com validade de dez anos, ao chegar ao país, e, desde então, nunca pensou em voltar para casa, a não ser a passeio, o que faz com alguma regularidade. Nem mesmo quando se divorciou da esposa, cogitou tal alternativa, isso porque acredita que, no Brasil, não poderia ter a mesma condição socioeconômica que possui na França. No momento de realização da entrevista, dirigia uma companhia de teatro alternativo.

A história da família de Fernanda. A entrevistada nasceu em 1983, em São Luís do Maranhão. Mudou-se para a França, em 2003, juntamente com o irmão mais novo, através de um processo de reagrupamento familiar, e não mais retornou ao Brasil. Sua mãe tinha se casado com um francês, em 2002, e residia, desde então, nas proximidades de Créteil.

⁶⁸ Quando trabalhava em uma agência de turismo, Celso parece ter ganhado ou comprado por um preço reduzido ou com condições de pagamento especiais um bilhete aéreo para viajar para a Suíça, onde vivia um amigo que também havia migrado em função de um casamento misto. Ao longo do curto período que devia permanecer no país em férias, o entrevistado iniciou um relacionamento com um suíço, o que o levou a desistir da volta para o Brasil. Pouco tempo depois, esse homem com quem se envolveu, tomado de ciúmes e medo de que ele o deixasse, teria se apropriado do seu passaporte, mantendo-o trancafiado em casa. Somente seis meses depois, no momento em que acompanhava o parceiro em uma missão de trabalho nos Estados Unidos, Celso teria conseguido se libertar dessa situação e embarcar para o Rio de Janeiro. Aparentemente, a irmã de Celso, ciente da nova vida que a união com um francês lhe proporcionava, resolveu procurar por homens de Paris na internet. Foi assim que conheceu o seu primeiro namorado francês e terminou se mudando para a cidade, deixando, no Rio de Janeiro, as duas filhas pequenas e a mãe. Tendo esse relacionamento naufragado, tratou de encontrar outro “candidato a marido estrangeiro”, com o qual vive atualmente.

Fernanda, no momento da entrevista, era estudante de um liceu profissional e preparava um diploma técnico de primeiro grau. Já sua mãe é faxineira em uma escola. Vale dizer que uma das suas tias é casada com um francês e outra é casada com um suíço. Sendo que foi a primeira delas que apresentou o padrasto, um amigo “solteirão” do marido a sua mãe, quando ela foi lhe visitar.

Norma tinha trinta e nove anos, em abril de 2006, quando conheceu o turista francês com quem passou a dividir a vida na França, cinco meses mais tarde. Era telefonista da antiga Telemar, sendo que o seu salário equivalia a pouco mais de dois salários mínimos, mais alguns prêmios eventuais. Mãe solteira vivia com a mãe, que recebia como pensão outro salário mínimo, e com os dois filhos, uma de dezesseis e um de treze anos, em Olinda, sua cidade natal.

A entrevistada apresenta muito francamente, ao longo da sua fala, as dificuldades financeiras que faziam parte da sua vida cotidiana no Brasil, bem como as restrições e os malabarismos que essas dificuldades lhe impunham. Por exemplo, uma das suas preocupações, no momento em que planejava viajar para Natal atrás do turista com quem passara uma noite, era a feira que precisava fazer antes de ir, problema que resolveu pedindo um empréstimo a uma amiga. Além disso, vale dizer que ela não podia arcar com todas as despesas da viagem, mas somente com a passagem de ida, e isso porque havia ganhado vinte euros de presente (ou como pagamento) do francês. Contava com o “namorado”, que nem mesmo sabia da sua chegada, para o hotel, a alimentação e os passeios. E pensava em voltar para Olinda no ônibus de turismo alugado pelos estrangeiros. Nádia sentia fome, quando chegou na rodoviária de Recife para tomar a condução em direção à Natal, mas, por falta de dinheiro, contentou-se com um pouco de comida e uma garrafa de água mineral, o suficiente para aguentar o percurso. Tratou também de encontrar com quem dividir um táxi do ponto de chegada em Natal até o hotel onde os franceses se hospedavam, na tentativa de minimizar os gastos.

A história de Norma e do atual companheiro começa quando uma amiga lhe anuncia a chegada de um grupo de turistas franceses. A entrevistada insiste em buscar na força do destino uma explicação para o que viria a acontecer, a partir de então, até setembro de 2006, data da sua migração para a França. “*Eu disse: ‘é porque tinha que ser!’*” (Entrevista concedida por Norma, 2011). Não questionamos de forma alguma os seus sentimentos pelo companheiro, mas sabemos que mesmo o amor está longe de ser obra do acaso. Na vida de Norma, entre abril e setembro de 2006, o que vemos se desenrolar é um projeto, o de se casar

com um estrangeiro e, assim, deixar para trás uma vida difícil. A entrevistada é, antes de tudo, senhora do seu destino.

A questão que se coloca, inicialmente, é a escolha de um par, em meio ao grupo de turistas. Escolhido o francês, era preciso seduzi-lo. Em seguida, o encontro sexual fortuito devia ser transformado em uma relação amorosa. Restava, enfim, oficializar a união. Para tanto, Norma não mediu esforços. Basta dizer que, além de tomar toda a iniciativa no flerte, ela foi capaz de um verdadeiro trabalho de detetive para descobrir em que hotel seu “gringo” estava hospedado em Natal, última cidade brasileira por ele visitada, e, depois de toda uma história para conseguir uma licença médica e os recursos necessários, ir ao seu encontro sem preveni-lo. Também se desdobrou para financiar uma viagem para a Europa, abrindo mão do emprego de telefonista, deixando no Brasil os dois filhos adolescentes e a mãe idosa. Sem falar que a entrevistada permaneceu em situação ilegal na França, entre setembro de 2006, data da sua chegada ao país, e outubro de 2007, data da conclusão do PACS (Pacto Civil de Solidariedade), aguardando que seu companheiro se decidisse pelo casamento, ou melhor, ganhando meios para poder negociar com ele a oficialização da união. E foi obra dela, sobretudo, a alimentação do laço frágil estabelecido com o estrangeiro, pois foi quem cuidou de iniciar o contato pela internet. Não é por acaso que Norma se agarrou ao turista francês, como se ele fosse, por assim dizer, a sua tábua de salvação. O estrangeiro representava para ela uma possibilidade, diante das dificuldades enfrentadas no Brasil. Uma possibilidade de “mudar de vida”, segundo as palavras da própria entrevistada. Ele encarnava, ao mesmo tempo, uma porta de saída, uma porta de entrada e uma ponte, permitindo o acesso a um outro mundo, que nada tinha, em princípio, daquela dura realidade cotidiana. E era essencialmente isso, aliado, é claro, às características físicas, que lhe conferiam ares de príncipe encantado, de bom partido, ou, em outros termos, que lhe valorizava no mercado matrimonial, provocando uma paixão das mais avassaladoras. Encontrando uma saída para o retorno do primeiro correio eletrônico, foi quem investiu em ligações telefônicas internacionais, apesar dos seus custos elevados não combinarem com um orçamento reduzido.

Eu joguei uma conversa que eu queria mudar de vida. Que chegou o momento, que meus filhos já estavam grandes, que eu queria jogar... morar na Europa. A gente... a gente é brasileira, a gente viveu, a gente sabe como é a vida no Brasil. Eu tenho uma vida, sabe? Legal. Consegui. Desde que eu cheguei aqui. Depois que eu cheguei aqui, e comecei a conhecer as coisas, eu fiquei decidida: “*Eu quero ficar aqui. Se não der certo com ele, eu vou tentar de outra forma.*”. Mas eu disse: *Se não der certo com ele; aí, se ele disser não, eu não te quero, não vai dar certo; aí, sim, eu vou tentar um... [mariage blanc; casamento de fachada].*” “Aí, a mulher me

deu na hora. A segunda senhora. Me deu na hora o *récépissé* (*documento provisório*) com direito de trabalhar. Fiquei tão contente, nesse dia! Foi o melhor... foi o dia mais feliz! Foi melhor que o dia do PACS!”(Entrevista concedida por Norma, 2011).

Mas, afinal, que outro mundo é esse ao qual o francês dá acesso? Quando perguntada sobre quais as suas primeiras impressões da França, ao chegar ao país, ela disse:

Realmente, uma coisa que me chocou, aqui, foi os *sans domicile fixe* (moradores de rua). Eu não imaginava que, na França, tinha mendigos na rua, como tem no Brasil, sabe? É uma coisa que me chocou. Porque, para mim, Primeiro Mundo, Europa, era tudo perfeito. Não tinha falha, entendeu? É como passa na *télé* (TV). Mas, quando eu vi... eu subi na *Place Sante Anne* (Praça Sant’Ana), que eu vi aqueles moradores de rua, eu... eu... me chocou muito. Me chocou muito, porque eu não esperava de encontrar. Então... é... eu pensava o quê? Que, chegando aqui na França, eu não ia ver mendigo na rua, sabe? Eu não ia ver gente catando lixo, sabe? Que não existia... A miséria que eu era acostumada a ver no Brasil, que eu não ia encontrar aqui. (Entrevista concedida por Norma, 2011).

O outro mundo ao qual o francês dá acesso não é simplesmente a França, país de onde é originário. São os países centrais, que englobam a França no imaginário, e são concebidos em contraposição ao Brasil, mais especificamente aquele Brasil da entrevistada.

Pertencentes às camadas populares ou às camadas médias, esses brasileiros vivenciavam, no momento anterior à migração, situações pouco ou nada confortáveis do ponto de vista da manutenção do lugar que ocupavam na pirâmide social. O romance com o (a) estrangeiro(a) funcionou, então, como uma possível escapatória. E, quanto mais complicado o contexto vivenciado pelo entrevistado, mais desesperadamente ele se agarrou ao projeto de se casar com um (a) estrangeiro (a) e, dessa maneira, migrar para um país central ou ser autorizado a nele permanecer. Na França de Norma, não havia espaço para mendigos, para pessoas que catam lixo na rua, para a miséria, enfim, para as mazelas sociais que lhe assombravam cotidianamente no Brasil. O outro é reduzido ao mesmo; o mesmo se revela no outro.

A França imaginária, que reencarna esses mitos ajustando-os para um novo contexto, é definida, sobretudo, nas entrelinhas das falas sobre o Brasil. Ou seja, ao descrever a vida cotidiana no país de origem, as dificuldades que a permeiam (realidade externa ou tangível), descreve-se, concomitantemente, as esperanças depositadas no país de destino, desvelando o imaginário que o envolve (realidade interna ou mental). Brasil e França existem, então, para esses brasileiros, um em relação ao outro, ou, indo além, um em oposição ao outro. Sendo que, se, de um lado, temos um país tido como pobre, subdesenvolvido, selvagem, do Terceiro

Mundo, do outro, temos um país tido como rico, desenvolvido, civilizado, do Primeiro Mundo, forma frequente de se referir ao mundo desenvolvido e rico de seu imaginário.

E, segundo Brito (1995, p.63), esse imaginário sobre o outro é que vai possibilitar a imigração.

(...) a expectativa de sucesso na migração vem alimentada por uma ilusão (um imaginário) sobre as condições do país de destino, que ultrapassa a realidade (externa ou tangível). E sem “ilusão migratória” (imaginário) a motivação para emigrar não acentua suficientemente os benefícios econômicos, sociais e psicológicos da migração. Sem estes, os custos se transformam em obstáculos intransponíveis.

Com menos de dois salários mínimos que ganhava como telefonista, mais a pensão de um salário mínimo que sua mãe recebia por mês, Norma, sua mãe e seus dois filhos sobreviviam. Márcia era prostituta; Michelle e Vanusa empregadas domésticas. Anselmo trabalhava como recepcionista em um hotel de Belém; Maurício no comércio em Salvador. Jordão vivia nos balneários do litoral, fazendo de tudo um pouco. Foi assim que ele, hoje proprietário de um restaurante, aprendeu a cozinhar. O pai de Herbert é motorista de táxi. Já a mãe de Inácio era lavadeira e seu pai era operário. O pai de Fernanda. confiou a filha a um padre e uma freira, tendo também entregue os seus irmãos para outras pessoas criarem. A mãe de Celso, por sua vez, assim como muitos outros nordestinos, migrou da região nordeste para a região sul do país, em busca de melhores condições de vida. Norma, Fernanda, Herbert, Celso nasceram e residiam em bairros pobres das cidades. Michelle migrou, primeiramente, de Alagoas para o Rio de Janeiro, onde vivia na Baixada Fluminense.

Vi algumas fotos da última viagem de Vanusa ao Brasil. Conheci um pouco da sua vida antes da migração: a casa simples. Conheci também um pouco da sua gente de muitos lugares. Amapá é passagem de alguns, mas não destino fácil. Os rostos dos seus familiares que lá ficaram falam. Pelo que foi possível constatar, através das histórias de um e outro, uma e outra, brasileiro e brasileira que migraram para a França, é raro ocupar postos profissionais demonstrem ascensão social, o que depende da origem social da pessoa. A forma de falar, o francês parco, as vestes, o bairro, os sonhos esbarram nos limites da vida andarilha.

Indo além, enquanto participantes de um mesmo movimento, que é global, certamente existe algo em comum, inclusive no que diz respeito ao imaginário sobre o outro, entre todos esses brasileiros que ganham mundo, entre essa massa de andarilhos do nosso tempo, embora eles possuam cada qual a sua história de vida, que deve ser norteadora de políticas específicas para esses atores. Sendo assim, compreender o imaginário

contemporâneo de brasileiros sobre a França, a partir das trajetórias de migração dos brasileiros de lá e mesmo dos franceses daqui, impõe pensar como funciona a trama da migração internacional.

E como compreender o “aqui dentro” e o “lá fora” de DaMatta (2005), esse contraste decisivo do nosso elaborado universo espacial, que se encontra plenamente imbuído de um outro contraste, o que opõe países centrais e países periféricos, sem considerar o nosso passado colonial? Não podemos nos esquecer, de fato, daquilo que DaMatta (2005 p.57) chamou de imaginação colonizada, e que teimamos em denominar de imaginário colonizado. Falar em imaginário colonizado significa apontar que a nossa realidade mental, engendrada no contexto da colonização, continua imbuída do mundo colonial e do lugar que o Brasil nele ocupava em relação aos demais países. Ele define, assim, a começar, a nossa forma de pensar o outro e de pensar a nós mesmos. Nas palavras de Chauí (2009, p.27-28),

a “identidade nacional” pressupõe a relação com o diferente. No caso brasileiro, o diferente ou o outro, com relação ao qual a identidade é definida, são os países capitalistas desenvolvidos, tomados como se fossem uma unidade e uma totalidade completamente realizadas. É pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa “identidade”, definida como subdesenvolvida, surge lacunar e feita de faltas e privações. Assim, a identidade do Brasil, construída na perspectiva do atraso ou do subdesenvolvimento, é dada pelo que lhe falta, pela privação daquelas características que o fariam pleno e completo, isto é, desenvolvido.

Nessa perspectiva, a migração contemporânea brasileira agrega imaginário a identidade reformada. O dito imaginário colonizado, que, ao mesmo tempo, é estruturado por certa ordem mundial e ajuda a estruturá-la, funcionaria como mais um fator que expulsa os brasileiros da sua terra, e os atrai para o outro mundo. Em outras palavras, a contar pelo seu imaginário, migrar seria uma tendência “natural” das pessoas, afinal, para eles, o ideal é viver em Paris, Guiana, com tudo que isso implica.

É notório que a busca nesse trabalho é de gerar protagonismo a atores que parecem silenciosos e invisíveis. No entanto, as estórias particulares desses andarilhos formatam, constroem as histórias e visões de país que temos e outros têm. Para Fazito (2005), “tratando-se de um fenômeno com múltiplas expressões espaciais e temporais, a migração não possui uma única definição – fato que dificulta qualquer tentativa de sistematização e levantamento de dados”, pois, ao mesmo tempo em que um fluxo migratório apresenta características universais e estruturalmente similares a outros fluxos, ele desenvolve, histórica e socialmente, sua singularidade, já que cada deslocamento é permeado por um conjunto de relações

políticas, culturais, econômicas e sociais e, portanto, deve ser observado sob múltiplos aspectos.

Queremos transformar o andarilho em cidadão? Por que Paris ou Brasília destinaria recursos e esforços para os andarilhos, se o que fazem é fechar fronteiras, aumentar controles de identidade, diminuir políticas de inclusão e assimilação ou aumentar simplesmente o processo de expulsão? O silêncio e a surdez do Estado como já vimos é equivalente a sua necessidade de manutenção do modelo vigente. Brasil e França têm laços históricos, mas será possível enxergar avanços, ou até mesmo a existência de uma dimensão humana que vá além dos discursos nessa parceria? Essa nossa próxima escala.

CAPÍTULO 5

LULA, SARKOZY: A PARCERIA ESTRATÉGICA E O DISCURSO FALACIOSO.

Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.
Os morros, empalidecidos
no entrecerrar-se da tarde,
pareciam me dizer
que não se pode voltar,
porque tudo é consequência
de um certo nascer ali...

Carlos Drummond de Andrade. A ilusão do migrante. 1997.

Em oito anos ocupando o Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concluiu o seu segundo e último mandato em dezembro de 2010, passando o bastão de comando à Dilma Rousseff, a candidata do Partido dos Trabalhadores, sendo eleita para o cargo pelo voto direito contra o candidato de centro-direita José Serra. Se pensarmos no assunto política externa, deixa um balanço marcado pela ascensão internacional indiscutível de um país ator e protagonista presente em diversos cenários e nos discursos de mandatários tradicionais⁶⁹, tentando deixar de lado um passado de desconfianças e intermitências.

O prestígio internacional adquirido pelo chefe de Estado brasileiro deve ser visto como o resultado de um processo complexo no qual o reconhecimento de outros líderes políticos internacionais é decisivo para se pensar novos campos e jogos políticos no mundo contemporâneo. Bem além dos aspectos que levam ao carisma do seu líder, o Brasil soube tomar para si a importância devida no jogo diplomático mundial graças ao seu peso específico e à habilidade reconhecida de seus diplomatas negociar. O gigante sul-americano faz assim parte do grupo restrito de países membros das instâncias de decisão, o que é muito representativo coadunando-se ao seu tamanho populacional e de mercado consumidor, geográfico sendo o quinto maior país do mundo e sua posição como sexta maior economia

⁶⁹ “Na Reunião do G-20, ocorrida em 02 de abril de 2009, Barack Obama se refere a Lula como sendo “o cara”; “adoro esse cara”; “o político mais popular da Terra”, notícia presente em diversos jornais internacionais por ter sido comentário feito frente as câmeras, reforçando um sinal de prestígio. Ver O ESTADO DE SP (2009), disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,adoro-este-cara-diz-obama-sobre-lula,348884,0.htm>. Acesso em 02 de abril de 2012.

mundial⁷⁰.

Franceses e brasileiros decidiram operar uma aproximação que se baseia num diálogo político profundo, pautando-se numa cooperação rica em assuntos de natureza cultural, científica e técnica, e com a presença de grandes empresas francesas em diversos setores-chave da economia brasileira⁷¹. As seis visitas presidenciais em 2003, 2005, 2008 e 2009 reforçam o esforço por essas relações nas idas de Lula à França e nas três visitas oficiais de Sarkozy em 2008 e 2009 além de acompanhar sua esposa em visita não oficial em 2010. Os estreitos laços de amizade entre o Brasil e a França tradicionalmente (e discursivamente) baseados em valores que os dois países compartilham como a promoção de princípios democráticos e dos direitos humanos, apoiando a amplitude do direito internacional e do multilateralismo a promoção do desenvolvimento e respeito da justiça social, defesa da paz e de a segurança, associado a não proliferação de armas de destruição volumosa e para o desarmamento, incluindo a proteção do meio ambiente e a diversidade cultural.

Assim, segundo Lula,

O diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento é, hoje, mais necessário do que nunca. Temos que trabalhar juntos. A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças. Venho de um país que se encontra hoje mobilizado por uma energia ético-política extraordinária, tanto para enfrentar nossos problemas internos como para estabelecer novas e mais construtivas parcerias internacionais. (...) Quero lhes falar de forma simples e direta: venho lhes propor ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo. (...) Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria e à exclusão. (Discurso proferido durante almoço de trabalho oferecido pelo Presidente da França, Jacques Chirac, em 01 de junho de 2003, durante reunião de Cúpula do G-8).

Em outro momento Lula ressalta outros aspectos:

Aqui (França), artistas e profissionais brasileiros puderam desenvolver sua arte e seu ofício. Aqui, nossos pensadores puderam aperfeiçoar ideias e solidificar convicções sobre as grandes questões nacionais, como a luta pelo desenvolvimento e contra a exclusão. Como no passado, a França continua solidária. Engajou-se na iniciativa internacional contra a fome e a pobreza e apóia os esforços impostos nas Nações Unidas, para tornar a ordem internacional menos desigual e mais legítima. Aos meus compatriotas, quero dizer que encontrarão aqui mais do que hospitalidade de uma cidade acolhedora e cosmopolita, como a simpatia de um povo que nutre uma

⁷⁰ Em 2011, o PIB brasileiro ficou em US\$ 2,48 trilhões, acima dos US\$ 2,26 trilhões registrados pelo Reino Unido e a US\$ 300 bilhões de alcançar e ultrapassar a França no ranking de maiores economias do mundo. Ver OGLOBO (2012), disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033>, acesso em 06 de abril de 2012.

⁷¹ Segundo a CAPES (2012), a França é maior parceiro do Brasil nos programas de intercâmbio, capacitação e formação de pesquisadores, docentes e cientistas, seguida por Portugal, Argentina e Alemanha e Estados Unidos.

amizade secular pelo Brasil. Encontrarão nesta cidade, neste país, um segundo lar, onde poderão aprofundar seus estudos e trabalhos com o benefício do avanço de nossas sociedades. Vocês, meus compatriotas, são o ponto alto do ano do Brasil na França. As centenas de manifestações de arte e de cultura sendo exibidas, a espontaneidade e o calor humano, aproximam nossos povos e enriquecem as já excelentes relações entre Brasil e França. Bertrand Delanoë, meu caro Prefeito, *merci beaucoup*. (Palavras do Presidente Lula na recepção oferecida pelo Prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, em Paris, em 13 de julho de 2005).

Nesta mesma viagem, o governo brasileiro é convidado especial do governo francês nas celebrações da Data Nacional Francesa e em discurso o presidente reforça os laços de aproximação tendo como base a justiça social e o combate à fome. Desta forma,

Foi o Presidente Chirac o primeiro Presidente a assumir, junto comigo, a luta para combater a fome no mundo. Foi o Presidente Chirac que foi a Genebra participar de uma reunião comigo e com o Presidente Lagos, do Chile. Foi o Presidente Chirac que foi, a convite meu, às Nações Unidas, onde mais de 100 países estavam representados e mais de 50 chefes de Estado e de Governo compareceram, para que nós pudéssemos socializar a luta contra a fome no mundo. Não é fácil, é muito difícil fazer com que as pessoas transformem a teoria da solidariedade na prática. É algo difícil. Mas, ao mesmo tempo, estou convencido de que nunca, na história recente da humanidade, se discutiu tanto a questão da pobreza no mundo. Só no G-8 já discutimos duas vezes. Em Davos, a fome foi tema prioritário durante dois anos seguidos. Por isso, acho que já subimos, juntos, alguns degraus. A França tem uma história de solidariedade com o Brasil, e o povo francês está demonstrando que, independentemente de quem seja Governo, o seu coração e a sua consciência são formados por solidariedade. (Discurso de Lula no jantar em 14 de julho de 2005).

Na reunião da FAO (Organização das Nações unidas para a comida e agricultura), realizada 19 de novembro de 2009, Brasil e França se expressaram de forma conjunta enquanto combinando um texto conjunto a favor de uma reforma do sistema de governança da segurança alimentar. Segundo, o ex-ministro do desenvolvimento agrário Guilherme Cassel⁷²,

“Tem uma aproximação nossa. Conversamos lá em Roma e construímos uma agenda sobre o tema da governança internacional na segurança alimentar, o tema foi tratado antes entre o presidente Lula e seu colega francês Nicolas Sarkozy, em reunião preliminar, em Paris.” E mais: "Não é um acordo bilateral nem programa futuro de trabalho ou protocolo. Foi mais para ampliar a participação dos países, um acordo para mudar o comitê de segurança alimentar da FAO, incluindo a sociedade civil. Concordamos que não dá só para estimular a agricultura, mas precisamos de um equilíbrio fundiário, de regular a compra de terras por estrangeiros, sobretudo na África, além de um compromisso financeiro firme e estável dos países com os organismos da área".

⁷² Ver Jornal Valor Econômico (2009) disponível em http://www.valor.com.br/financas/2610156/Franca_confirma_plano_para_regular_mercado_agricola. Acesso em 02 de abril de 2012.

No discurso de Lula na citada reunião da FAO:

Por esse motivo, o Brasil tem devotado o melhor de seus esforços para a reforma do Comitê de Segurança Alimentar. Ele deve tornar-se um foro representativo de todos os atores relevantes na construção de uma parceria global para a agricultura e a segurança alimentar. Atitudes isoladas e voluntaristas serão sempre paliativas. Na falta de ação coletiva e coordenada, a pobreza extrema e a exclusão social continuarão a gerar focos de instabilidade e conflito. Um mundo de desempregados, miseráveis e famintos jamais terá paz e segurança duradouras. Sem horizontes, sem esperanças, sem futuro para mais de 1 bilhão de seres humanos, como esperar um convívio harmonioso e cooperativo entre os povos? Sobretudo porque não há carência de alimentos. Ninguém ignora que já produzimos o suficiente para alimentar, com sobras, toda a Humanidade. Mais que um lamento, esta é uma convocação. Já afirmei, e faço questão de reiterar, que a fome é a mais terrível arma de destruição em massa existente no nosso Planeta. Na verdade, ela não mata soldados, ela não mata exércitos. Ela mata, sobretudo, crianças inocentes que morrem antes de completar um ano de idade. Vencê-la está, realisticamente, ao alcance de nossas mãos. Só assim abriremos caminho para um mundo justo, livre e democrático com que todos nós sonhamos. (Palavras do Presidente Lula na sessão de abertura da cúpula mundial sobre segurança alimentar em 16 de novembro de 2009).

Sarkozy corrobora a posição, mesmo deixando brechas das quais falamos a seguir:

Toutes les 30 secondes, il y a un enfant qui meurt de faim. Chaque jour, il y a 25 000 êtres humains qui perdent la vie parce qu'ils ont faim. Et il y a 850 millions de personnes qui souffrent de la faim. Voilà la situation. Personne, qu'il soit du nord ou du sud ne peut accepter cette situation. Personne. Il faut donc agir et agir tout de suite. Agir, cela veut dire quoi ? Cela veut dire une chose simple comme l'objectif : il faut doubler la production alimentaire mondiale d'ici à 2050. C'est la condition. Et nous devons doubler la production alimentaire mondiale tout en préservant la planète. A partir de ce moment-là, comment aider les pays en développement à nourrir leur population ? Il y a 2 manières de répondre à l'impératif de sécurité alimentaire. (...) Alors, la flambée des prix de certaines matières premières agricoles a provoqué des débats passionnés, sur la question des biocarburants. Les uns sont pour, au titre de la préservation de la planète, les autres sont réservés parce qu'ils considèrent que l'on doit, en priorité, produire pour l'alimentation. Je pense que la priorité absolue pour essayer de trouver un accord, c'est de travailler sur les biocarburants de la nouvelle génération. Ceux qui permettront, sur la même surface agricole, de produire 5 fois plus⁷³. (Palavras do Presidente Sarkozy na sessão de abertura da cúpula mundial sobre segurança alimentar em 16 de novembro de 2009).

⁷³ A cada 30 segundos, há uma criança que morre de fome. Cada dia há 25.000 seres humanos que perdem a vida porque têm fome. E há 850 milhões de pessoas que sofrem da fome. Aí está a situação. Ninguém, que esteja no norte ou no Sul não pode aceitar esta situação. É necessário por conseguinte agir e agir imediatamente. Agir, quer dizer o quê? Agir quer dizer uma coisa simples como o objetivo: é necessário duplicar a produção alimentar mundial até 2050. É a condição. E devemos duplicar a produção alimentar mundial preservando ao mesmo tempo o planeta. A partir deste momento, como ajudar os países em desenvolvimento a alimentar a sua população? Há maneiras de responder ao imperativo de segurança alimentar. (.) Então, o aumento dos preços de certas matérias primas agrícolas provocaram debates apaixonados, sobre a questão biocarbonetos. Uns são posicionados em favor da preservação do planeta, outros são reservados porque consideram que deve-se, antes de mais nada, produzir para a alimentação. Penso que a prioridade absoluta para tentar encontrar um acordo, é trabalhar com biocarbonetos da nova geração como faz o Brasil. Os que permitirão, com a mesma superfície agrícola, produzir 5 vezes mais alimentos (tradução nossa)

Tanto Lula quanto Sarkozy tem compromissos internos e externos que ficam no subtexto de seus discursos. É claro que existe essa preocupação em temas preservam os ideários da histórica relação entre os dois países. No entanto, interesses de grupos agrícolas franceses se chocam com as vontades exportadoras do governo brasileiro. Tanto França quanto Brasil têm políticas de beneficiamento à agricultura familiar, menos que os grandes grupos internacionais estejam interessados na monocultura que é predatória dessa iniciativa estatal.

No caso dos biocombustíveis, este é somente um dos caso situações em que Lula é convidado a desdemonizar a presença desse combustível como algo que eliminasse as áreas destinadas a produção de alimentos. Brasil e França são parceiros em estudos e implementação de áreas para exploração de biocarbonetos na África, região dependente de estímulos para que populações carentes de alimentação adequada sejam atingidas. Os biocombustíveis estão na roda da especulação. Existe uma demanda mundial que determina o aumento de produção para que, por exemplo, em 2020 10% dos veículos da União Europeia sejam abastecidos com esse combustível. Será que a produção em larga escala é sustentável de modo a se pensar nas populações em especial da América Latina e África que já produzem competitivamente e lucrativamente no tocante a água e energia utilizada e impactos ambientais e sociais desse tipo de monocultura não usada para a alimentação e sim acumulação de riqueza? Vale lembrar que os discursos esquecem que a monocultura tende a engolir a agricultura familiar e deslocar pessoas.

Note-se que em nenhum dos dois discursos, mesmo na sua íntegra, é visível a preocupação de qual o papel das políticas agrícolas que irão apoiar o desenvolvimento das culturas alimentares. Existe uma parceria entre França e Brasil na Embrapa África⁷⁴, uma das iniciativas de cooperação entre os dois países que visa auxiliar, promover e fomentar o desenvolvimento social e o crescimento econômico através da transferência de tecnologia e do compartilhamento de conhecimentos e de experiências no campo da pesquisa agropecuária. Gana, Mali, Senegal, Cabo Verde e Angola são parte dessa rede de resultados cooperativos na implantação de projetos e atividades de assistência técnica na cultura do algodão, soja, e biocombustíveis. Parcerias que ampliam a participação estratégica brasileira no continente e revisitam o papel da França em terras africanas.

No domínio estratégico das questões climáticas e ambientais, a criação de um grupo de trabalho conjunto permitiu sucesso a uma posição comum para a conferência de

⁷⁴ Ver mais em http://www.embrapa.br/a_embrapa/labex. Acesso 03 de abril de 2012.

Copenhague (COP 15) no tocante as medidas imediatas contra o aquecimento global, mas compatíveis com o crescimento econômico e a erradicação da pobreza, presentes nos discursos dos presidentes. França e Brasil defenderam que outros países tomassem medidas concretas e ambiciosas para desbloquear um acordo global, com o objetivo de limitar o aumento da temperatura mundial em até 2% em relação aos níveis pré-industriais e reduzir em pelo menos 50% as emissões de gases poluentes até 2050, tendo como base os níveis de 1990, algo ainda em debate e construção.

De acordo com Lula,

Segundo, dizer ao meu amigo Sarkozy que, finalmente, França e Brasil acordaram. Nós sempre fomos muito amigos. Os brasileiros sempre gostaram muito dos franceses, menos no futebol, sabe. Mas sempre gostamos muito dos franceses. Não, é porque vocês inventaram um tal de Platini, depois inventaram um tal de Zidane, que tiraram a gente de três Copas. Mas, de qualquer forma, a amizade política contínua e a amizade de Estado para Estado está cada vez mais forte. (...) Da mesma forma, a França tem um pé cultural muito forte no continente africano. Ora, se nós - e o Brasil também tem um pé muito forte no continente africano - se nós não transformarmos essas características naturais em uma força política que permita que nas negociações não sejamos apenas França ou apenas Brasil ou apenas França e Brasil, mas que seja um conjunto de forças políticas, que tenham coisas de bens comuns, de interesses comuns, a gente terá muito mais dificuldade de fazer o mundo contemporâneo fazer as mudanças que precisam ser feitas, desde a questão climática à questão da governança global. Lamentavelmente, na política, é mais fácil ser conservador, porque ser conservador é você não querer mudar nada, é ficar tudo como está. Eu não sei se os franceses sabem disso, os brasileiros sabem. Mas, quando eu digo conservador, não é no sentido ideológico, é no sentido prático da vivência humana. (...) Por isso, eu queria dizer, presidente Sarkozy, da minha alegria profunda de o Brasil e França terem chegado a esse acordo. Isso aqui é um marco histórico na relação entre os dois países e é um sinal histórico de que França e Brasil não estão brincando quando discutem a questão. Muito obrigado. (Declaração concedida pelo Presidente da República Lula em conjunto com o presidente da França, Sarkozy - Paris - França, 14 novembro 2009).

Já Sarkozy, mais um dos decepcionados com a evolução das discussões da COP 15 deixou claro que o acordo fora o possível para um momento em que a governança é posta em xeque, o papel da ONU é posto em xeque, o comprometimento dos atores é discutível. O que não pode ser considerável discutível é o posicionamento de protagonismo de França e Brasil como parceiros na tomada de decisão quando comparamos as falas de Lula já citadas e agora do presidente francês.

Assim, segundo ele,

Il y a un point qui nous rassemble tous, c'est que l'échec de Copenhague serait catastrophique pour chacun d'entre nous. Quelles que soient nos positions de départ, l'échec nous est absolument interdit. Tous, nous aurions des comptes à rendre devant l'opinion publique mondiale et devant nos opinions publiques. Les scientifiques nous ont dit ce qu'il fallait faire, ils nous ont dit que nous étions la dernière génération à

pouvoir le faire. L'échec est interdit.(...) Deuxième chose, il faut changer de braquet pour cette conférence ou nous allons droit à la catastrophe. La conférence de Copenhague ne peut pas consister en une succession de discours qui ne se confrontent jamais. Nous ne sommes pas ici pour un colloque sur le réchauffement climatique, nous sommes ici pour prendre des décisions. Je demande donc qu'après le dîner ce soir, il y ait une réunion des principaux leaders de toutes les régions du monde pour enfin négocier sérieusement sur un texte de compromis. Il reste moins de vingt-quatre heures. Si on continue comme cela, c'est l'échec. Il faut une véritable réunion de travail au niveau des décideurs⁷⁵.

E mais, o texto final do Acordo de Copenhague não foi negociado pelo conjunto de dirigentes presentes à COP15⁷⁶. Ele foi negociado por um pequeno número de governantes. Uma cúpula de elite, dentro da cúpula. Os principais construtores desse acordo e também principais responsáveis por sua estrutura vaga e insípida foram os Estados Unidos, a França o Reino Unido e Brasil, África do Sul, Índia e China. A forma final foi decidida basicamente pelos Estados Unidos, França e Brasil.

Troisième remarque : tous, nous devons faire des compromis, tous, l'Europe et les pays riches, nous devons reconnaître que dans la pollution de la planète, notre responsabilité est plus lourde et plus grave que les autres et donc que nos engagements doivent être plus forts. Suivez La décision du Brésil et de la France. Les États-Unis d'Amérique, première puissance du monde, devront aller au-delà des engagements qu'ils ont annoncés, même si ces engagements marquent un progrès significatif. La Chine, qui a déjà annoncé des choses, ne peut pas considérer que la transparence des efforts de chacun soit une remise en cause de la souveraineté de chacun⁷⁷.

⁷⁵ Há um ponto que nos reúne todos, é que o fracasso de Copenhague seria catastrófico para cada um entre nós. Independentemente das nossas posições de partida, o fracasso é nos absolutamente proibido. Todos, teríamos contas a tornar na frente da opinião pública mundial e na frente das nossas opiniões públicas. Os cientistas disseram-nos o que era necessário fazer, disseram-nos que éramos a última geração a poder fazê-lo. O fracasso é proibido. Segunda coisa, é necessário alterar o discurso desta conferência ou vamos direto à catástrofe. A conferência de Copenhague não pode consistir numa sucessão de discursos que não se confrontam nunca. Não estamos aqui para um colóquio sobre o aquecimento climático, estamos aqui para tomar decisões. Peço por conseguinte que após o jantar desta noite, haja uma reunião dos principais líderes de todas as regiões do mundo para por último negociar seriamente sobre um texto de compromissos. Permanece menos de vinte e quatro horas. Se continuarmos assim, é o fracasso. É necessário uma verdadeira reunião de trabalho a nível das instâncias de decisão.(tradução nossa)

⁷⁶ Ver ABRANCHES (2010). A COP15: apontamentos de campo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100011&script=sci_arttext. Acesso em 01 de abril de 2012.

⁷⁷ Terceira observação: fazê-lo todos, devemos compromissos, todos, a Europa e os países ricos, devemos reconhecer que na poluição do planeta, a nossa responsabilidade é mais pesada e mais grave que os outros e por conseguinte que os nossos compromissos devem ser mais fortes. Sigamos a decisão de Brasil e França. Os Estados Unidos da América, primeira potência do mundo, deverão ir para além dos compromissos que anunciaram, ainda que estes compromissos marcam um progresso significativo. A China, que já tem anunciado coisas, não pode considerar que a transparência dos esforços de cada um seja uma diminuição da soberania. (tradução nossa)

Os fortes laços mantidos entre ambos os países podem ser explicados pela boa concordância entre os presidentes Nicolas Sarkozy e Lula. Ambos possuem a mesma visão de um mundo multilateral, afirmam o mesmo desejo de melhor regular o capitalismo e estão de acordo sobre a reforma das instituições internacionais como ONU, FMI, Banco Mundial ou G8 simples ou ampliado para G-20. Assim, esta reforma ou releitura das instituições deverá permitir acesso a estas instituições dando vantagem para efetiva participação aos países emergentes, incluindo o Brasil, e assim melhor pensar o estado do mundo contemporâneo.

C'est quelque chose auquel je crois profondément, je le dis pour le Brésil, je le pense pour l'Inde, je le pense pour un pays comme l'Afrique du Sud, bien sûr, la Chine qui a des demandes permanentes, mais je refuse une organisation qui laisserait à penser que les grands dossiers du monde puissent se régler dans un dialogue avec les huit du G8, ignorant tous ces pays du XXI^e siècle. La France a été trop absente et lorsque l'on a été présent (c'était sympathique, on donnait toujours beaucoup d'affection), parfois nous décevions en ne tenant pas nos engagements. C'est très important pour moi, cette quatrième rencontre bilatérale avec le président Lula depuis le début de l'année, le deuxième voyage, parce que nous avons besoin des Brésiliens et les Brésiliens savent qu'ils peuvent compter sur nous⁷⁸. (palavras de Sarkozy em 07 de setembro de 2009 no Brasil no encontro da Comunauté Française du Brésil)

Quem realmente tem feito parceria internacional com o Brasil é a França de Nicolas Sarkozy. Lula propõe na ONU (Organização das Nações Unidas) um fundo internacional de combate à pobreza, a França dá gás e dinheiro à iniciativa. Nas reuniões do G8 mais emergentes e do G20, Sarkozy joga mais afinado com o brasileiro. Em julho de 2009, em Paris, num comunicado conjunto é clara a afinidade e combinação discursiva:

Queremos levar o mesmo discurso, o discurso da mudança. Pediremos uma mudança na governança mundial para que haja mais justiça e mais equilíbrio para compartilhar as responsabilidades. Pediremos uma mudança no crescimento mundial para a luta contra o aquecimento climático (Sarkozy).

Desejamos que o sistema financeiro seja modificado e que seja vigiado, queremos terminar com os paraísos fiscais e atuar para obter uma economia mais livre e dinâmica (Lula).

Além da economia e do sistema financeiro, hoje é necessário dar uma atenção prioritária à dimensão social da globalização para se enfrentar a crise (Lula).

A pobreza e a exclusão social agravam a instabilidade do sistema internacional e chegou o momento de dar uma atenção prioritária à dimensão social da globalização (Sarkozy).

⁷⁸ É algo ao qual creio profundamente, digo sobre Brasil, penso sobre a Índia, penso na África do Sul, certamente, a China que tem demandas permanentes, mas recuso uma organização que deixaria de pensar que os grandes processos do mundo possam regular-se num diálogo com os oito do G8, ignorando todos esses países no século XXI. A França foi demasiado ausente e quando esteve presente (simpático, algo dado sempre com muita afeição), às vezes desilusionávamos não tendo os nossos compromissos atingidos. É muito importante para mim, este quarto encontro bilateral com o presidente Lula neste início de ano, uma segunda viagem, porque temos necessidade dos Brasileiros e os Brasileiros sabem que podem contar conosco. (tradução nossa).

Em todo o mundo, trabalhadores pegos pela tormenta econômica reclamam mais justiça e mais segurança. Eles devem ser ouvidos. As organizações internacionais devem levar em conta os efeitos sociais da atual crise⁷⁹ (Lula).

É importante marcar que a esfera militar ocupa o lugar mais importante na nova relação Brasil-França. No entanto, é conveniente analisar também outros aspectos desta aproximação a fim de questionar sua sustentabilidade. Em vários discursos e entrevistas, tanto do lado brasileiro quanto francês, a expressão "parceria estratégica" tem sido utilizada de forma recorrente, a fim de qualificar as relações entre os dois países, isto tanto por Lula quanto por Sarkozy. Mas esta formulação é mais frequentemente aplicada nos domínios da defesa, lembrando os recentes itens mais visíveis da relação bilateral franco-brasileira associada à produção conjunta de submarinos e aviões de combate.

Acho que para o Brasil e para mim, como Presidente do Brasil, a visita do presidente Sarkozy é mais do que uma visita. Na verdade, é a consolidação de uma parceria estratégica entre dois povos que têm muita coisa em comum. E a parceria que estamos fazendo não é uma simples parceria comercial. A França não quer só vender ao Brasil e o Brasil não quer só vender à França. Nós queremos pensar juntos, criar juntos, construir juntos e, se for possível, vendermos juntos. De forma que essa parceria estratégica, na área da defesa, para nós tem um valor extraordinário quando percebemos que podemos construir juntos as coisas que precisamos construir. (Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente da França, Nicolas Sarkozy, Palácio da Alvorada, 07 de setembro de 2009)

Deste fato, seria fácil pensar que esta parceria estratégica é apenas uma simples cooperação militar. O termo "parceria estratégica" existe no vocabulário diplomático dos dois países faz pelo menos últimos quinze anos⁸⁰. Isso significa nada mais do que a exibição de uma determinada vontade política dos dois Estados de se considerar mutuamente como parceiros de primeira importância. Assim, a França logicamente trata outros parceiros estratégicos além do Brasil, tais como China, Índia, Rússia ou México. A interpretação da mensagem por trás da parceria estratégica é transmitir às autoridades francesas e brasileiras que as suas relações não são exclusivamente relacionadas com a área militar, mas, para muitos outros vetores, principalmente econômicos, mas também políticos.

⁷⁹ Extraídos do comunicado conjunto emitido em 07 de julho de 2009 pelos dois presidentes em Paris. Disponível em <http://www.afp.fr/2009/07/07/ult34u223919.jhtm> Acesso em 31 de março de 2012.

⁸⁰ A expressão já aparece na ata final da Reunião de cooperação transfronteiriça realizada entre Brasil e França, realizada nos governos Cardoso e Chirac em 2002. Disponível em <http://www.netflash.com.br/alliance/Apoio/diplomacia28-fronteiramacapabr.htm>. Acesso em 28 de março de 2012.

A escolha da França, em detrimento a Rússia como um parceiro estratégico de sua política de rearmamento e readequação das forças militares, permite ao Brasil ampliar sua autonomia em relação aos EUA, mas sem o desafiar abertamente. Confirmada pelos presidentes Lula e Sarkozy, durante a visita de Estado deste último a Brasília nos dias 6 e 7 de Setembro de 2009, a cooperação franco-brasileira goza, acima e além dos aspectos militares, da magnitude de uma aliança política que satisfaz as ambições e as preocupações tanto global, regional e nacional do Brasil.

A aproximação franco-brasileira nos conduz a interrogarmo-nos sobre vários aspectos: quais são os motivos que levaram a França e o Brasil a considerar que deviam reforçar as suas relações e aprofundar a sua cooperação sobre certos assuntos? Quais perspectivas os contratos de armamento essenciais concluídos e em andamento podem abrir para o desenvolvimento de uma cooperação mais larga no campo da defesa? Quais outras dinâmicas estes progressos abrem para intensificar as trocas comerciais entre os dois países? Onde ficam as pessoas, atores cotidianos, na relação entre esses dois países?

Observando a importância geopolítica e a predileção francesa pelo Brasil, vale lembrar que a América Latina sempre interessou ao mundo, em especial as potências existentes ou potenciais. Assim, os Estados Unidos continua a ter um espaço tutelar bem como um espaço geopolítico de primeira importância para a sua segurança. Quanto à Rússia, ela mantém relações estreitas com Cuba e Venezuela, sobras do então período da Guerra fria durante o qual americanos e russos enfrentavam-se indiretamente. Por último, a China desenvolve com sucesso suas relações comerciais sobre o conjunto do continente. Em tal panorama, compreende-se melhor o desafio que se pode constituir para a França, um Estado europeu e latino-americano, tendo um vizinho potência ao mesmo tempo em espaço regional e a nível mundial, e com qual ela compartilha sua maior fronteira terrestre sobre este continente (700km). A parceria franco-brasileira claramente é levada por forças geopolíticas subjacentes.

A ligação específica que a França mantém com o Brasil, com a Amazônia, leva em conta a proximidade do seu território com a Guiana, o seu vizinho. Este fator deveria favorecer o desenvolvimento dos territórios próximos deste “país-continente” como Antilhas francesas (Guadalupe, Martinica, Saint Martin). A França deve também garantir a segurança sobre o seu território nacional que se estende na América do Sul, e o vizinho brasileiro é visto pelas autoridades francesas como capaz assegurar a estabilidade regional ao norte do subcontinente gerando um relativo equilíbrio.

J'ajoute que, aussi curieux que cela puisse paraître - enfin ce n'est pas curieux pour vous - je viens en voisin. Nous sommes frontaliers du Brésil : nous avons sept cents kilomètres de frontière commune avec le Brésil. Je regrette qu'on ait trop souvent oublié cela. C'est la réalité. J'entends parler (je parle sous contrôle de Jean-Louis BORLOO) de la richesse que représente la forêt amazonienne, mais la France ne doit pas oublier qu'elle-même est une puissance amazonienne. C'est le laboratoire de la biodiversité, ce sont des possibilités de recherches médicales considérables. Nous avons décidé, avec Bernard KOUCHNER, avec Jean-Louis BORLOO, qu'à la conférence historique de Copenhague, au mois de décembre, où va se jouer, je pèse mes mots, une partie de l'avenir de l'humanité, nous avons décidé, le président LULA et moi, que nous irions ensemble, Brésil et France, avec une position commune. C'est la première fois qu'un grand pays émergent et qu'une grande puissance développée décident, plutôt que de se critiquer et de s'opposer devant l'immensité de l'enjeu environnemental, de s'allier et de travailler ensemble pour créer un axe de l'optimisme car nous n'avons pas le droit d'échouer à Copenhague⁸¹. (Palavra de Sarkozy em 07 de setembro de 2009 no Brasil no encontro da Comunidade Francesa do Brasil).

Neste contexto, a “cooperação” transfronteiriça entre França e Brasil (via fronteira do Estado do Amapá) conhece um maior dinamismo. Esta cooperação permite fornecer respostas às preocupações de cada parte, relacionada aos diferentes riscos transfronteiriços (imigração ilegal, segurança), a fim de incentivar os intercâmbios humanos e comerciais (educação, movimento) e expandir a economia da região Amazônica dentro do respeito da população local e o meio ambiente. Pelo menos isso é o que está no discurso e nos termos de cooperação e acordos bilaterais. Os capítulos anteriores mostram outro cenário.

A construção da ponte sobre o rio Oiapoque na fronteira Brasil Guiana Francesa foi aprovada pelos dois parlamentos nacionais. A abertura desta ligação vai facilitar o acesso rodoviário entre Cayenne e Macapá e incentivará inserindo a Guiana em seu ambiente regional. O que dará origem a novos acordos de cooperação, em especial sobre os planos oficiais, comerciais e sociais. Em 23 de dezembro de 2008, os dois Estados assinaram um protocolo de cooperação para o desenvolvimento sustentável da biomassa

⁸¹ Acrescente que, tão curioso quanto aquilo possa parecer - por último este não é curioso para vocês - somos vizinhos. Somos transfronteiriços do Brasil: temos setecentos quilômetros de fronteira comum com o Brasil. Lamento que esqueceu-se demasiado de lá. É a realidade. Pode-se falar da riqueza que representa a floresta amazônica, mas a França não deve esquecer que ela própria é uma potência amazônica. É o laboratório da biodiversidade, são possibilidades de investigações médicas consideráveis. Decidimos, com Bernard KOUCHNER, com Jean-Louis BORLOO, que a conferência histórica de Copenhague, no mês de Dezembro, em que vai se decidir, pesa as minhas palavras, uma parte do futuro da humanidade, decidimos, presidente Lula e eu, que iríamos juntos, o Brasil e a França, com uma posição comum. É a primeira vez que um grande país emergente e que uma grande potência desenvolvida decidem, antes que criticar-se e de se opor na frente da imensidade do desafio ambiental, de se combinar e de trabalhar juntos para criar um eixo de otimismo porque nós não temos o direito de encalhar em Copenhague. (tradução nossa)

Amazônia⁸². O Centro franco-brasileiro de Biodiversidade Amazônica foi criado para desenvolver, através da infraestrutura científica dos dois países, as atividades que terão o objetivo de avaliar os recursos naturais e controlar o comércio de madeira na região. Finalmente, na mesma data, os dois presidentes assinaram um acordo relativo à luta contra a exploração de ouro clandestina e a pesca ilegal na Amazônia⁸³. No âmbito do presente acordo, vastos territórios fronteiriços ganharão a classificação de parque nacional.

5.1. Cooperação militar

Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.
(Drummond, 1997)

A questão sobre as compras de equipamento militar por parte do governo brasileiro está em evidência faz alguns anos. Muitas discussões surgiram sobre o processo de seleção dos novos caças para a Força Aérea Brasileira dentro do programa FX2, com as atenções direcionadas, principalmente, sobre a relação que se estabelece entre Brasil e França a partir da quase certa aquisição do avião francês durante o governo Lula.

O Brasil realizou uma reforma semelhante à empreendida pela França a fim de modernizar profundamente a organização, o funcionamento e o equipamento de suas forças militares. Neste quadro, os Brasileiros atribuem importância a intensificação da cooperação em matéria de defesa. Mas antes que uma simples aquisição de novos armamentos, o governo brasileiro depara-se com a possibilidade de uma cooperação tecnológica a longo prazo, que permitirá não somente o desenvolvimento e a subida substancial de sua indústria nacional,

⁸² Plano de Ação da Parceria Estratégica bilateral adotado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008 no qual surge uma cooperação ampliada baseada em Diálogo político e governança internacional; Cooperação econômica e comercial; Cooperação na área espacial; Cooperação na área da energia nuclear; Cooperação para o desenvolvimento sustentável; Cooperação nas áreas educativa, lingüística e técnica; Cooperação na área da defesa. Ver mais em <http://www.ambafrance-br.org/Cooperacao-Cientifica-e> Acesso em 27 de março de 2012.

⁸³ Essa França amazônica foi tema da fala de Sarkozy durante a Reunião de Países Amazônicos ocorrida em Manaus (26 de novembro de 2009) quando referiu-se várias vezes a si como presidente de uma país amazônico, floresta também francesa, divisão de responsabilidades na preservação da biodiversidade entre outros assuntos. Ver mais em <http://www.elysee.fr/president/les-actualites/conferences-de-presse/2009/conference-de-presse-conjointe-mm-lula-da-silva.6019.html> Acesso em 11 de abril de 2012.

mas também o aperfeiçoamento de seus equipamentos, assim como parcerias entre empresas dos dois países.

Do lado brasileiro, aceitar a receita francesa é um meio para criar autonomia sobre o continente sul-americano em relação à sombra americana. Baseando-se na modernização do atributo clássico da potência que é a força armada, o Brasil entende assim nesse movimento encorpar à visão geopolítica de um Brasil enquanto potência regional. E as compras de armamento da França seriam uma solução à brasileira.

A venda de armas é altamente estratégica, devido ao valor comercial que imprime frequentemente uma relação desta monta a médio e longo prazo para a atualização, reparo e substituição de materiais, mas também devido à transferência de tecnologias que deve conceder sem certo clima de confiança entre os dois países por um determinado tempo. Pode-se dizer que o namoro, declarações conjuntas, pactos, cúpulas são o começo de uma relação que deve ser estável o suficiente para que se possa colher os frutos da transferência tecnológica sem sobressaltos.

A cooperação franco-brasileira no setor da defesa conhece passos e desenvolvimentos importantes como a cessão do porta-aviões *Foch* em 2000, o apoio instrumental para a organização em 2002 do maior exercício militar da América do Sul com a participação do Brasil, da Argentina e do Chile, cessão de doze aviões de combate *Mirage* em 2005. Em Janeiro de 2008, os ministros da Defesa assinaram em Paris o Acordo sobre estatuto das forças.

Em dezembro de 2008, na ocasião de uma visita do presidente Sarkozy ao Brasil, franceses e brasileiros assinaram o já citado Plano de Ação visando uma parceria estratégica, comportando uma importante vertente de defesa. O acordo prevê especificamente a fabricação de 50 helicópteros transporte denominados *SuperCougars*, a construção de uma série de quatro submarinos convencionais de tipo *Scorpène* e uma cooperação para o desenvolvimento do primeiro submarino à propulsão nuclear brasileiro⁸⁴. A França forneceria o casco, o Brasil o reator embarcado e as partes nucleares. Isto é uma aposta estratégica profunda, pois é a segunda vez que uma potência nuclear se associa a um país emergente para fornecer um instrumento de soberania ligado ao controle da tecnologia nuclear. Outro exemplo disso é a

⁸⁴ O Brasil e a França serão um para o outro parceiros privilegiados na área da defesa. Comprometem-se, nesse sentido, a desenvolver cooperação de longo prazo, fundada em parcerias industriais, transferência de tecnologia, formação e aprendizagem, quando de mútuo interesse. Tal cooperação basear-se-á no intercâmbio sobre matéria de segurança no quadro do diálogo estratégico entre os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa do Brasil e da França. Disponível em http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_193.htm Acesso em 28 de março de 2012.

colaboração entre a Rússia e Índia (conhecimento técnico russo e aluguel de um submarino movido a energia nuclear da marinha indiana).

Essa parceria prevê igualmente investimentos para instalações industriais e portuárias. O conjunto do acordo deve ser financiado, em parte, por um empréstimo contratado junto de um consórcio de seis bancos europeus e parcerias entre empresas brasileiras fornecedoras de matéria-prima.

No seu espaço continental, o Brasil faz o controle usando a Marinha e Aeronáutica de toda a grande região sul/ sudeste e amazônica onde a utilidade dos helicópteros *SuperCougars* é primaz. Em matéria marítima, existe uma necessidade latente de supervisionar os 8.500 km de costa e 4,5 milhões de km² de águas territoriais, ambas com reservas petróleo e gás, bem como o desejo se projetar como potência ao Leste, através do Atlântico Sul, para isso necessita deter o controle dos mares. Este controle pode ser adquirido apenas pela posse de uma marinha de guerra com força tangível. É aí que reside o motivo da compra do porta-aviões rebatizado e hoje chamado São Paulo.

Chegamos assim ao programa “FX2” e a venda dos *Rafale*. A questão que surge em redor da compra de novos aviões caça para a Força aérea brasileira (FAB) é destaque na mídia. O processo de seleção dos aviões que fazem parte do programa “FX2” tem sido discutido. O *Rafale da Dassault* era tido como o favorito do presidente Lula, que conta com o privilégio das excelentes relações desenvolvidas com França no últimos anos, principalmente a partir da assinatura do plano de aplicação da parceria estratégica (dezembro 2008). Além disso, graças a oferta francesa que se propõe a transferências de tecnologias, o *Rafale* possui certa vantagem em relação concorrentes americanos (*Boeing F18 Super Hornet*) e suecos (*Saab Gripen*). Um comunicado oficial difundido em sete de setembro de 2009 em Brasília no fim da visita de Estado de Sarkozy dizia assim: “tendo em conta a extensão das transferências de tecnologia propostas e as garantias trazidas pela parte francesa, o presidente Lula anunciou a decisão da parte brasileira de acertar negociações com GIE Rafale para a aquisição de 36 aviões de combate Rafale”⁸⁵. No mesmo tempo, e por outro lado, governo francês poderia

⁸⁵ Resposta dada pelo presidente Lula em coletiva conjunta com Sarkozy em sete de setembro de 2009. Presidente: Olha, isso significa, pura e simplesmente, o que está escrito em nossa nota. Eu anunciei que o Brasil tomou a decisão de entrar em negociações com o GIE para a aquisição de 36 Rafale. Ou seja, eu já tinha feito uma entrevista com você, no dia anterior, e eu tinha dito que para nós o avião é muito importante mas, para nós, o importante mesmo é ter acesso à tecnologia para que a gente possa produzir esse avião no Brasil. E é isso que estamos negociando agora, com o meu Ministro da Defesa, [com o] meu Comandante da Aeronáutica, com o Ministro da Defesa da França, com a empresa que produz. No fundo, no fundo, o Brasil quer comprar um avião que dê ao Brasil a garantia de uso total desse avião, com transferência de tecnologia. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/20->

adquirir uma dezena de exemplares do futuro avião de transporte militar brasileiro KC-390 desenvolvido por Embraer.

Se fosse concluído, este contrato representaria 6.000 empregos por quatro anos na França em um momento de crise. Quanto a montagem dos *Rafale*, seriam transferidos progressivamente ao Brasil seis aparelhos são montados na França, os outros solo brasileiro. Isso abriria caminho para que o país montasse vendesse os aviões na América Latina. Em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, Sarkozy e Lula já tinham emitido a mesma ideia a propósito dos helicópteros *SuperCougars*⁸⁶. Esta concessão de venda, montagem e criação com base na tecnologia transferida pela parte francesa poderia se revelar determinante na escolha. De fato, o F18 da *Boeing* e o *Gripen* sueco da Saab, que utiliza numerosos componentes americanos, são comercializados com condicionamentos ligados a recusa pelos Estados Unidos e Suécia de entregar a quantidade solicitada de tecnologia transferível.

Nasce assim do primeiro contrato de exportação dessa natureza para o *Rafale*, que nunca havia sido vendido fora da França. O construtor de aviões francês Dassault, duramente afetado pela crise econômica, é conhecido por casos de retrocessos em quase vendas ou devoluções no que se refere às vendas de seu avião. O fato mais conhecido ocorreu em 2007, ano em que o *Rafale* perdeu um contrato no Marrocos frente a uma concorrência americana, apesar das fortes possibilidades de concretizar o acordo⁸⁷. Será uma guinada de mercado se a França conseguir concretizar esse negócio pois com efeito, apesar da baixa difusão e penetração internacional do aparelho, o seu custo elevado é uma séria deficiência para a sua exportação. Os compradores potenciais preferem comprar material americano à preço mais baixo, presente em vários países do mundo a se arriscar na era das guerras assimétricos e do terrorismo a ter material de custo de manutenção restrito a uma empresa que luta para se divulgar.

A consideração já analisada pelo Brasil, mas hoje afastada de cogitação era a opção pelo *Sukhoi* russo como substituto para a renovação de frota do velho *Mirage* francês e dos *F5* americanos do FAB. Esta opção brasileira pela francesa, eliminando automaticamente

[mandato/2009/07-09-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-franca-nicolas-sarkozy/view?searchterm=parceria%20estrat%C3%A9gica](http://www1.folha.uol.com.br/mandato/2009/07-09-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-franca-nicolas-sarkozy/view?searchterm=parceria%20estrat%C3%A9gica) Acesso em 11 de abril de 2012.

⁸⁶ Lula e Sarkozy assinam acordos comerciais e militares no Rio. (Folha, 23.12.2008). Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u482625.shtml> Acesso em 25 de março de 2012.

⁸⁷ Assunto veicula na mídia francesa. Ver http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2009/09/07/le-bresil-en-negociations-pour-acheter-36-avions-rafale_1237180_3222.html e <http://www.liberation.fr/monde/0101589343-le-bresil-va-negocier-l-achat-de-36-avions-rafale> Acesso em 12 de abril de 2012.

proposta russa, explica-se pelo talvez fato dos Estados Unidos verem negativamente a influência militar que poderia exercer equipamento russo no gigante da região. Porque comprar briga ou criar clima com o “cara”?

Pode-se, por conseguinte, pensar que a escolha da França poderia finalmente satisfazer à vontade da administração Lula de se aproximar dos Estados Unidos evitando ao mesmo tempo uma opção que criaria dificuldades em suas boas relações com Washington. Contudo, o executivo brasileiro defronta-se com posição do FAB que preferiria a aquisição do Gripen ou o F18, cujos custos seriam de fato menos intensos, tanto na compra inicial quanto na exploração e manutenção⁸⁸. O governo brasileiro tem repetidamente até hoje, 2012, dito que nenhuma decisão definitiva foi tomado mas que a última palavra era do presidente da República, atualmente presidenta⁸⁹.

Será que existe o risco de uma corrida armamentista na América do Sul? A parceria estratégica franco-brasileira pode ser vista como uma nova etapa que contribui a afirmação internacional do Brasil. Ora, esta ascensão internacional não pode concretizar-se totalmente sem que o Brasil reforce sua hegemonia política, econômica, e militar em nível regional. O gigante de língua portuguesa é líder natural na América do Sul atuando, sobretudo como regulador moderado na animosidade do presidente venezuelano Hugo Chávez. Perante as tensões na região, sobretudo entre Colômbia e dois de seus vizinhos, Venezuela e Equador, o crescimento da capacidade militar do Brasil pode reforçar o seu papel de árbitro regional.

A parceria estratégica com a França responde à estas preocupações do Brasil, ocupado também em poder garantir, se necessário pelas armas, a sua soberania nacional sobre o seu amplo território e em especial sobre Amazônia, bem como sobre suas áreas petrolíferas ao longo da costa, onde reside o propagado óleo do pré-sal. Mas indubitavelmente a renovação de arsenal militar brasileiro pode levar a consequências negativas para o plano regional contribuindo para a corrida armamentista e assim enfraquecer a cooperação em defesa com os vizinhos.

Assim, outros países na região já têm feito ações para desenvolver as suas capacidades militares. A Venezuela tem programas de modernização de suas forças de defesa através da importação de armamentos russos. Se alguns veem estas compras como necessárias

⁸⁸ A imprensa brasileira sempre trata o assunto como com dois aspectos em questão a posição econômica e comercial e a posição política e estratégica da decisão. Ver mais em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u674679.shtml> Acesso em 12 de abril de 2012.

⁸⁹ Pelo que tudo indica a decisão foi protelada até que as questões da crise mundial e orçamento se equalizem. Ver em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/863233-dilma-deixa-compra-de-cacas-da-fab-para-2012.shtml>. Acesso em 12 de abril de 2012.

à revitalização e reposicionamento dos militares venezuelanos, outros, como os Estados Unidos em especial, consideram que as capacidades militares previstas pela Venezuela como superiores as suas necessidades⁹⁰.

São relações tensas entre Venezuela e Colômbia que justificariam o novo arsenal militar de presidente Chávez. É zona em reclamação com a República Cooperativista da Guiana e a crescente presença de pesquisadores e interesse britânico que pautariam os desejos militares bolivarianos. Assim, as tensões entre estes dois países quando o assunto é Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) duram faz muito tempo e acentuaram-se estes últimos anos, na medida em que os chefes de Estado se acusam mutuamente por querer lançar uma corrida militar.

Do lado de Caracas, a ameaça seria justificável pelo anúncio de Bogotá dar acessos à sete de suas bases militares às Forças armadas americanas⁹¹. Sem aprovar a ideia de uma verdadeira corrida armamentos, não é difícil constatar que esta tensão leva-nos cada vez mais a pensar numa situação de guerra fria onde a Colômbia e a Venezuela serviriam respectivamente de aliados dos Estados Unidos e Rússia. Por outro lado, o personagem controverso Chávez e as suas posições políticas frequentemente extremas poderiam criar o cenário ideal de uma eventual corrida aos armamentos. No entanto, um dos argumentos usados pela Venezuela para explicar as suas despesas militares é acompanhar o ritmo dos seus vizinhos: Colômbia e o Brasil.

⁹⁰ O pacote militar venezuelano pode chegar a US\$ 60 bilhões até 2020, quando, no dizer de Chaves, a Venezuela será a mais poderosa potência militar latino-americana fruto do barril do petróleo. Essa abundância de recursos financeiros, com perspectivas de assim prosseguir por um longo período, é um incentivo para a ampliação e o aprimoramento tecnológico do seu complexo militar, abrangendo de forma ampla as suas forças terrestres, navais e aéreas, substituindo tecnologia americana e europeia por russa. Ver em <http://m.estadao.com.br/noticias/internacional,hugo-chavez-compra-mais-armas-da-russia,793051.htm> Acesso em 12 de abril de 2012.

⁹¹ Entre 2009 e 2011 era frequente na mídia brasileira e francesa notícias sobre esse clima de tensão e a corrida por armamentos entre os países da região, alimento um mercado rentável, potencial e que se alimenta de conflitos reais e imaginários. Ver mais em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2009/11/15/interna_mundo,154784/tensao-entre-colombia-e-venezuela-desperta-o-temor-de-uma-corrida-armamentista-na-regiao.shtml e <http://www.latinreporters.com/amlatpol14092009.html>. Acesso em 10 de abril de 2012.

5.2. A Governança Mundial e a cadeira na ONU

Que carregamos as coisas,
moldura da nossa vida,
rígida cerca de arame,
na mais anônima célula,
e um chão, um riso, uma voz
ressoam incessantemente
em nossas fundas paredes...
(Drummond, 1997)

A defesa comum da percepção de multipolaridade no mundo contemporâneo, as reformas no sistema de governança mundial alimentam o desejo das novas potências de procurar fazer acontecer uma reforma global, mas apesar de pistas, não há como saber quem serão os líderes e qual o preço a pagar pela iniciativa.

A diplomacia brasileira percebe a realidade multipolar como um fator desejável para a melhoria das relações internacionais. Desta maneira, a constante evolução das relações com os países desenvolvidos assim como com os países em desenvolvimento tem por objetivo visível contribuir para a construção da estabilidade e a paz mundial num cenário em que outros Estados sejam protagonistas. A construção de uma nova ordem mundial, que respeitaria a soberania das nações bem como o direito internacional, está no centro das preocupações brasileiras. O Brasil age compartilhando com a França esta mesma visão do sistema internacional. Assim, mesmo quando os dois países não estão em acordo total sobre certos assuntos, eles acordam sobre a maneira concreta de regular, pelo diálogo, pela negociação, a ação e o consenso. Isso tem ocorrido em organismos internacionais e nas atividades conjuntas seja no Brasil, na Europa ou na África⁹².

O Brasil e a França assim conjugam e coordenam seus esforços para contribuir para a reforma da governança internacional e preparar rumos para uma nova agenda internacional. É nesta perspectiva que Sarkozy e Lula combinam discursos sobre determinados temas. Estas reformas devem ter por objetivo adaptar sistema internacional reduzindo desequilíbrios políticos, econômicos e humanos (?) contemporâneos e visando aumentar a capacidade da comunidade internacional a fazer frente aos desafios mundiais. O assento permanente no

⁹² Ver Plano de Ação conjunta e Declaração conjunto resultante da II Reunião de Cúpula Brasil – União Europeia, realizada no Rio de Janeiro em dezembro de 2008. Ambos estão disponíveis em <http://www.cdes.gov.br/noticia/8928/ii-cupula-brasil-uniao-europeia-ressalta-cooperacao-entre-cdes-e-comite-europeu.html> Acesso em 25 de fevereiro de 2012.

Conselho de Segurança da ONU é parte dessa estratégia.

No âmbito regional, o Brasil tem comandado as forças do MINUSTAH, missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti. As autoridades brasileiras gostariam de tomar parte de maneira sempre efetiva estas operações. O país é uma escola de treinamento militar, que tem na França um parceiro, com grande experiência na formação de militares. A forte vontade de cooperar com a ONU tem relação estreita com a candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de segurança⁹³.

Franceses e brasileiros afirmam constantemente a sua fixação ao papel fundamental das Nações Unidas e a sua vontade de alargar o Conselho de segurança. A França apoia assim a candidatura do Brasil à uma sede de membro permanente ao Conselho. Embora esta candidatura não seja recente, é fato que sob a era Lula este tema tornou-se central na política externa brasileira. Outros países anunciaram o seu apoio à reivindicação brasileira, incluindo os Estados Unidos sob a administração de Bush. A França faz então é engrossar a lista dos países favoráveis, mas pode-se interrogar sobre a maneira como os que apoiam contribuiriam para o sucesso de uma reforma das instituições de Nações Unidas que beneficia os brasileiros.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação. Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento. Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais. (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova Iorque-EUA, 25 de setembro de 2007)

Assim, a reforma do Conselho de segurança é discutida a mais de dez anos. No entanto, em fevereiro de 2008, a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou uma resolução que estabelece um programa para iniciar as negociações com o objetivo de aumentar o número de membros permanentes no Conselho de Segurança. Levando em consideração a oposição da República popular da China à inclusão do Japão neste fórum, pode-se duvidar da capacidade da França de convencer as autoridades chinesas da necessidade de um Conselho ampliado. Importante marcar que em abril de 2012, Presidenta Dilma ainda faz esforços para que esse tema logre sucesso⁹⁴.

⁹³ Ver mais em <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2030504,00.html> Acesso em 02 de janeiro de 2011.

⁹⁴ Viagem oficial do governo Brasileiro aos Estados Unidos em que este assunto é ainda é parte da agenda. Ver mais em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/dilma-vai-reiterar-nos-eua-pedido-de-reforma-em-conselho-da-onu.html> Acesso em 12 de abril de 2012.

5.3. A Parceria visível

Novas coisas, sucedendo-se,
iludem a nossa fome
de primitivo alimento.
As descobertas são máscaras
do mais obscuro real,
essa ferida alastrada
na pele de nossas almas.
(Drummond, 1997)

Outra reivindicação brasileira tomou da amplitude a partir de setembro de 2008, início da crise financeira mundial, é a redefinição do G8 a fim de tornar este grupo mais legítimo e mais eficaz perante os desafios mundiais. A França diz-se pronta para transformar o G8 num G14 a partir de 2011 (a ocasião da presidência rotativa francesa) incluindo os grandes países emergentes que são o Brasil, a China, a Índia, o México, a África do Sul e o Egito. Também, o rápido protagonismo assumido por um outro grupo, (G20), permitiu aos brasileiros servir-se deste fórum como um instrumento fundamental da sua diplomacia econômica.

Comment convaincre les puissances émergentes de jouer collectif si on ne les associe pas au jeu ? La réforme du Conseil de sécurité doit être relancée d'urgence et la France soutient le principe d'une solution intérimaire. La transformation du G8 en G13 ou, mieux, en G14 pour permettre la participation d'un pays arabe, est en bonne voie : sous l'impulsion de la France, le prochain sommet du G8 se tiendra, pour plus de la moitié du temps, en format G13. Quelle drôle d'idée de vouloir régler les grandes affaires du monde sans la Chine, sans l'Inde, sans le Brésil, sans aucun pays africain! Depuis la création de toutes ces organisations, on a changé de siècle. (Sarkozy na XVI Conferência de Embaixadores, 27 de agosto de 2008)⁹⁵.

A influência dos países emergentes no G20 tem contribuído como em abril de 2009, para que líderes políticos aceitem uma mudança no sistema de distribuição cotas partícipes do Fundo monetário internacional (FMI) e do Banco Mundial. O Brasil considera que os organismos e instâncias internacionais existentes, bem como as regras e práticas

⁹⁵ Como convencer as potências emergentes a participar do jogo coletivo se não se associar ao jogo? A reforma do Conselho de segurança deve ser lançada urgentemente e a França apoia o princípio de uma solução temporária. A transformação do G8 em G13 ou, melhor, em G14 para permitir a participação de um país árabe, está no rumo certo: sob o impulso da França, a próxima reunião do G8 realizar-se-á, para mais da metade do tempo, em formato G13. Como querer regular os grandes negócios do mundo sem a China, sem a Índia, sem o Brasil, sem nenhum país africano! Desde a criação de todas as organizações, alterou-se o mundo no século. Tradução nossa.

internacionais em vigor na questão do sistema de garantias financeiras internacionais revelaram-se insuficientes perante a crise econômica atual. Por conseguinte, é necessário redefinir o sistema financeiro internacional, reexaminar as suas instituições e as suas regras assim como os fundamentos de sua legitimidade e representatividade.

Somos três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento, unidas para propor e construir, sem antagonismos, com firmeza e continuidade de propósitos. Nossa vocação democrática nos ensinou a apostar na transparência e legitimidade das decisões multilaterais. Para problemas cada vez mais globais, precisamos de respostas igualmente universais. Frente aos desafios de um mundo interdependente, propomos mais cooperação e mais solidariedade. O Ibas quer ajudar a moldar um século XXI livre dos conflitos, da miséria e do medo. Na OMC, lutamos pela conclusão da Rodada de Doha de forma equilibrada. O comércio pode ser uma alavanca para os países mais pobres realizarem seu potencial agrícola. No G-20 financeiro, enfrentamos a crise internacional com a certeza de que a recuperação da economia mundial depende, em grande medida, da força dos países em desenvolvimento. Mas também depende da rápida aplicação de medidas já decididas, para pôr fim à especulação desenfreada e regular os principais fatores que estiveram na origem da grave crise financeira mundial. (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura da sessão plenária da 4ª Cúpula do Ibas, Palácio Itamaraty, 15 de abril de 2010).

A nova distribuição é considerada essencial de modo que o processo de decisão destes dois organismos multilaterais reflita a nova realidade econômica mundial. Para isso, haverá necessariamente uma perda de poder de decisão de certos Estados na medida em que as suas economias não fazem mais parte dos mais importantes do mundo. Sobre esse assunto, a França encontra-se em uma posição delicada pois ela deverá escolher entre apoiar país da União Europeia quem poderiam perder dos direitos de voto (exemplo dos Países Baixos) e os países em desenvolvimento, em especial “os BRIC”, com os quais as autoridades francesas desenvolvem profundamente suas relações na atualidade.

Essa nova posição do Brasil é parte de seu avanço como um mercado consumidor em escala global, estimulado por uma moeda estável e forte. Além disso, possui maior mercado de ações (BOVESPA, BMF) dos países emergentes e a sua economia mantém um ritmo crescente mesmo que em menor escala que outros emergentes como Índia e China. O Brasil afirma-se também como um grande ator industrial e possui alguns mais eficientes multinacionais emergentes (Embraer, Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Natura...).

A França encontra, por conseguinte, um interesse econômico evidente na sua aproximação com a economia globalizada do Brasil, o que explica porque diferentes ações foram efetuadas estes últimos anos para consolidar a presença e consolidação francesa na cena

econômica brasileira (Alstom, Casino, Vivendi, Airbus, Société Generale, GDF Suez, Renault, PSA Peugeot Citroen, Michelin, Servier, Credit Agricole, Sanofi Aventis, EADS, Rafale International, DCNS, Thales, Sofitel, Netune, Accor, Dannemann, Dassault, Essilor, Lafarge, Lanpar, L'oréal, Pharnext etc.)⁹⁶.

O novo peso da economia brasileira contrastando com os anos 80 e o início anos 90, o faz do país confiável e sério economicamente. Em 2008, o Brasil entrou na categoria dos países onde se pode investir de maneira certa e séria, mesmo que atingir grau de investimento por agências americanas não tão confiáveis dê estabilidade ao mercado que é invisível. O acesso do Brasil a este posto é um sinal reconhecimento, principalmente pelos atores do mercado global, do papel atua sendo essencial para a economia mundial. Além disso, tendo em conta uma demografia dinâmica e de uma população mais escolarizada, o crescimento destes últimos anos aparenta como perene. É certamente menos rápida que crescimento chinês ou indiano, mas não parece menos sólido e instalado em longo prazo se pensarmos na estabilidade política e bases democráticas. É resultado da linha de continuidade entre Fernando Henrique Cardoso e Lula, dando solidez a gestão pública e minimizando sobressaltos.

Os franceses são interessados em participar do mercado brasileiro, do qual contingente de consumidores potenciais é estimado em 100 milhões de pessoas. Além disso, a evolução dos números do comércio bilateral gera o otimismo do lado dos meios de negócios. Embora a França seja atualmente o oitavo parceiro comercial Brasil e que este último seja apenas o décimo sétimo parceiro da França, entre 2003 (início governo Lula) e 2011, as trocas comerciais aumentaram 135%. As empresas francesas empregam mais de 500 000 pessoas no Brasil. Em matéria de investimentos diretos no estrangeiro, a França é o quarto parceiro do Brasil, com uma parte de mercado de 11%, sendo o maior parceiro na América Latina. Em 2011, o fluxo de investimento francês praticamente atingiu US\$ 10 bilhões. O Brasil é o principal destino investimento francês entre os países emergentes, principalmente realizados nos setores de energia, as telecomunicações, os serviços financeiros, agricultura e alimentos⁹⁷.

A ofensiva francesa no âmbito do Ano da França no Brasil é mais um dos braços da parceria estratégica. O Ano da França no Brasil em 2009 (que dá seguimento ao Ano do Brasil na França em 2005) foi uma ocasião para empresas participarem de uma verdadeira ofensiva

⁹⁶ Ver mais em SOARES, 2011.

⁹⁷ Dados coletados na Câmara de Comércio França –Brasil (<http://www.ccfb.com.br/>), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (<http://www.mdic.gov.br/>).

comercial em direção ao maior mercado da América Latina⁹⁸. Mais de 600 empresas foram convidadas pela França para promover a economia francesa em 40 encontros idealizados para o acontecimento. A parte comercial do “ano” foi organizada pelo Ministério da Economia conjuntamente com secretariado do comércio externo francês. O objetivo era aumentar o número de empresas francesas estabelecidas no Brasil (UBIFRANCE, 2009).

Entre as ações comerciais realizadas em 2009, certos setores particularmente marcaram o interesse francês: transportes ferroviários, aeronáuticos e nucleares. Os empresários cobiçam os grandes investimentos públicos - em especial os que decorrem Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - e as parcerias público-privadas para a construção de novas centrais nucleares, o trem de alta velocidade no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, licitação de aeroportos e infraestrutura de mobilidade urbana. O PAC é um modelo de planejamento, gestão e aplicação do investimento público cujo esforço é centrado no binômio crescimento e inserção social com cifras que variam com a dotação orçamentária e necessidades das regiões atingidas.

Medidas específicas como isenção fiscal ou acesso ao crédito foram tomadas para atrair o investimento das empresas brasileiras ou estrangeiras. Os editais de vários projetos de infraestrutura energética e de transporte foram lançados. Os aviões comerciais da Airbus, os *Rafale* de Dassault, os trens, VLTs (veículos leves sobre trilhos) e vagões metroviários da Alstom, e equipamentos para hidrelétricas da GDF-Suez são produtos franceses satisfazendo as ambições brasileiras que passam pelas perspectivas filhas das oportunidades dos grandes eventos a serem realizados no Brasil como a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

Todo nosso voto já está em vocês. Seria formidável para o Brasil e América Latina. Apoiaremos vocês 100%. (Sarkozy em Brasília sobre a candidatura Rio 2016, em 07 de setembro de 2009).

Algo repetidamente noticiado no Brasil foi o apoio da França à candidatura da cidade do Rio de Janeiro de Janeiro a organização dos jogos olímpicos de 2016. Embora esta questão tenha se tornado um desafio político entre as cidades candidatas, trata-se, sobretudo, para os

⁹⁸UBIFRANCE (2009). Ano Econômico da França no Brasil terá foco nas parcerias comerciais. Disponível em <http://www.ubifrancebrasil.com.br/Downloads/Ano%20da%20França%20no%20Brasil.doc>. Acesso em 01 de abril de 2012.

brasileiros de um negócio ligado ao orgulho nacional. O processo de determinação da escolha das cidades sede dos Jogos Olímpicos é gerido pelo Comitê Olímpico Internacional, e sendo uma organização não governamental, ela não possui nenhum representante de qualquer governo entre os seus membros. Os critérios que são tidos em conta no processo de seleção são pressupostos técnicos e não políticos, no entanto a influência da França talvez possa ter pesado em favor da vitória carioca.

A candidatura vencedora do Brasil aos jogos teve apoio da França assim como de diversos países africanos o que ilustra as consequências nada remotas da parceria entre os dois países. É talvez também parte dos subtextos das ações empreendidas pela França a aproximação com o Brasil frutificando em setores diversificados. A candidatura brasileira ganhou perante a candidatura de Chicago, defendida Barack Obama, presidente da terra dos Boeing, concorrente dos Rafale⁹⁹.

Em abril de 2010, em um seminário organizado em Paris, o prefeito do Rio de Janeiro evocou as oportunidades de negócios para empresas francesas detalhando as oportunidades de investimentos que iriam ser abertas. Desejos como este não emudecem assuntos de forte divergência.

A riqueza das relações bilaterais não impede pontos de desacordo sobre os assuntos ligados à agricultura na OMC, por um lado, mas igualmente no domínio da defesa dos direitos do Homem em recintos internacionais, onde o Brasil adota às vezes uma atitude ambígua em relação a certos líderes controversos (Sudão, Coreia do Norte). Sua certa abertura no que diz respeito o Irã poderia também revelar-se problemática perante as posições de firmeza defendidas pela França e pela União Europeia. As negociações comerciais na OMC são caras à diplomacia brasileira no tocante à exigência do fim das subvenções agrícolas. O Itamaraty batalha firmemente nesta instância multilateral, particularmente no governo Lula, tendo considerado que as negociações no âmbito de Doha são “de interesse nacional”.

Com base nisso, o caminho lógico é procurar a supressão desta prática financeira que falseia a concorrência em nível de comércio mundial. O Brasil ganhou em credibilidade e poder de negociação na OMC. Retomando classificação sugerida por teóricos como Robert Keohane e Joseph Nye, o Brasil teria passado de um país *system-affecting*, um país *system-*

⁹⁹Segundo o NYT, essa é uma derrota para a gestão Obama. Ver em <http://www.nytimes.com/2009/10/03/sports/03olympics.html?pagewanted=all> Acesso em 03 de fevereiro de 2012.

influencing, ou melhor, um país de influência secundária¹⁰⁰.

O G20+ foi criado de modo que os países em desenvolvimento possam participar mais ativamente das negociações da OMC, particularmente na questão da agricultura, principal tema discutido na Conferência de Cancun de 2003¹⁰¹. O grupo teve êxito ao impedir um resultado predeterminado na negociação que teria beneficiado interesses dos países desenvolvidos. Finalmente, a influência e os esforços do G20+ têm afetado com sucesso um grande número países em desenvolvimento. No entanto, o sucesso desta conferência deve ser relativizada porque houve com efeito um compromisso sobre o prazo da supressão subvenções, mas não se decidiu nada sobre a maneira assegurar tal feito. Esta imprecisão pode se revelar problemática nos próximos anos e abrir certamente uma via conflitiva entre no eixo norte-sul¹⁰².

Com relação a isto o posicionamento francês é totalmente oposto ao brasileiro. O programa de subvenções agrícolas da União Europeia é um dos alvos prediletos dos diplomatas brasileiros. A França é um dos países que mais vem subvencionando os seus agricultores.

Não estou disposto a ceder em relação à independência alimentar da Europa. A agricultura é algo estratégico para a Europa. Eu entendo que o Brasil, que é uma potência que respeito, queira um lugar para seus produtos agrícolas. Mas não há nenhuma razão para deixarmos desaparecer o que os nossos predecessores lutaram décadas para conquista. (...) Quando vejo a determinação do presidente dos Estados Unidos George Bush em defender os agricultores americanos, eu me pergunto em nome de que devemos abandonar nossos camponeses. (Sarkozy sobre a questão da agricultura na OMC, 2007)¹⁰³

A Comissão Europeia anunciou em maio 2010 a intenção de relançar as negociações comerciais com os países do Mercosul mesmo apesar da oposição da França, que considera que poderiam esses novos passos fragilizar a agricultura francesa e europeia. A Comissão de Negócios Europeus da Assembleia nacional francesa emitiu “um parecer desfavorável” acerca

¹⁰⁰ Keohane classifica as potências em grandes (system-determining states), secundárias (system-influencing states), médias (system-affecting states) e pequenas (system-ineffectual states). Consoante o autor, no final da década de 1960, os Estados Unidos e União Soviética seriam grandes potências; Reino Unido, França, Alemanha Ocidental, Japão, China Comunista, e talvez a Índia, seriam potências secundárias; Canadá, Suécia, Paquistão, Brasil e Argentina seriam potências médias. Ver KEOHANE, 2000, p. 296. No entanto, o sistema tem feito mudanças nessas posições.

¹⁰¹ Grupo criado em 2003 pelos países em desenvolvimento por iniciativa de Brasil e Índia para apoio conjunto nas questões da OMC.

¹⁰² Ver mais na Declaração Ministerial da Conferência da Organização Mundial do Comércio em Hong Kong, dezembro de 2005.

¹⁰³ Ver mais em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070228_sarkozy_omcrg.shtml Acesso em 12 abril de 2012.

das negociações entre UE e o Mercosul. Mas, instâncias europeias desejam seguir com o propósito da conclusão de um acordo de livre comércio entre os dois blocos¹⁰⁴. As negociações para tal projeto bilateral (agrícolas, industriais, serviços...) começaram em 1999, mas foram interrompidas em 2004, pois, as partes não chegaram a conclusões positivas, devido às divergências na OMC. As autoridades francesas pensam que relações mais estreitas com o Mercosul poderiam pôr em perigo certas dotações francesas como aves, o açúcar, etanol e cereais.

Visando a quebra de obstáculos comerciais, o Brasil não aceita a atitude da França, que se propõe proteger a sua produção nacional para conservar atividades agrícolas consideradas centrais na preservação de dimensões socioculturais tradicionais. Manter uma tradição, preservar empregos na França, criar condições para a sobrevivência da agricultura em tempos de monocultura e exportações é o dilema dos parceiros estratégicos.

5.4. A questão do Irã.

Quando vim da minha terra,
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu, enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente enganado,
Enganoso.

(Drummond, 1997).

O presidente Lula abriu uma nova etapa na projeção internacional do país, intervindo nas grandes crises mundiais. No assunto da energia nuclear iraniana, os brasileiros escolheram adotar uma postura de conciliação em detrimento à das potências ocidentais, como a França, que propaga sanções contra regime iraniano. O Brasil é assim comprometido na normalização de relações com Teerã, apesar das condenações recorrentes na comunidade internacional

¹⁰⁴ MARTINS, 2009. A UNIÃO EUROPEIA, O MERCOSUL E A OMC. Disponível em http://www.ieei.pt/files/UE_Mercosul_Novo.Martins.UE_Mercosul_OMC.pdf Acesso em 11 de abril de 2012.

contra programa nuclear iraniano.

Franceses, alemães e americanos temem que o Irã desenvolva secretamente armas de energia nuclear. Os iranianos sempre negaram estas acusações e, apesar de sanções anteriores, estes continuam o processo de enriquecimento do seu urânio, que de acordo com eles não é para fins militares. O Brasil sempre esteve contra as sanções e investiu diplomaticamente neste processo sensível nos últimos anos para encontrar soluções pacíficas. Assim, o Irã nos últimos tempos comprometeu-se a enviar 1200 quilos de urânio ligeiramente enriquecido (3,5%) para Turquia. Em troca, os iranianos receberiam 120 quilos de urânio enriquecido a 20% (provindo de Rússia ou França) que serviria para ativar o funcionamento de um reator de finalidades médicas¹⁰⁵.

O acordo foi denominado pelo presidente Lula “de vitória da diplomacia”, mas no entanto foi recebido com ceticismo por uma parte da comunidade internacional. Em junho de 2010, a França e os Estados Unidos votaram novas sanções ao seio do Conselho de Segurança da ONU e considerou que o acordo era vago e que não resolveria em nada as dúvidas postas acerca do uso da energia nuclear iraniana. As duas potências ocidentais dizem que os iranianos procuram apenas ganhar tempo para evitar sanções internacionais.

Mas a unidade não significa desconhecer diferenças. Atuamos em cenários econômicos, políticos e sociais distintos. Temos especificidades culturais e trajetórias históricas próprias. Não buscamos modelos únicos nem unanimidades. Nossa força está na capacidade de construir a unidade de projetos distintos. Nossa unidade, na diversidade, é o principal trunfo que temos para garantir uma presença livre e soberana dos países em desenvolvimento neste mundo em transformação. (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da 14ª Cúpula do G-15, Teerã-Irã, 17 de maio de 2010).

Apesar desta divisão da comunidade internacional, a ação diplomática de Lula consolida a participação brasileira sobre a cena internacional. Brasileiros, aos lados dos turcos, tiveram êxito ao propor uma alternativa à linha dura imposta pelos franceses e americanos. Este eixo busca convencer potências ocidentais de privilegiar o diálogo no processo iraniano. Pena que a Turquia tenha outras preocupações limítrofes com a Síria.

Opondo-se aos grandes como a França, O Brasil se põe em cena através de sua força diplomática enquanto líder do mundo em desenvolvimento e ator global de uma nova ordem

¹⁰⁵ Irã assina acordo com Brasil e Turquia. BBC, 17 de maio de 2010. Ver em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu.shtml Acesso em 03 de abril de 2012.

mundial. A França pode se beneficiar da influência do presidente Lula com a liberação do jovem universitário francês Clotilde Reiss, que ocorreu no mesmo dia que da divulgação do acordo tripartite. O presidente iraniano afirmou que se tratava “de um presente” oferecido aos brasileiros para marcar as boas relações entre o Irã e o Brasil¹⁰⁶.

O presidente Ahmadinejad mandou libertar a professora francesa Clotilde Reiss, presa há quase um ano em Teerã. Ela era acusada de enviar fotos de protestos ao exterior. Ahmadinejad disse que a liberação foi um presente ao Brasil. Quando Lula chegou para participar do encerramento do IV Encontro Empresarial Brasil-Irã, comentou com Ahmadinejad sobre a liberação da francesa. De acordo com um ministro que estava presente no encontro dos dois, o iraniano teria respondido que se tratava de um presente para o Brasil. O empenho brasileiro vinha se dando há cerca de 40 dias, e, segundo um ministro, o próprio Lula pediu por ela ao presidente Mahmoud Ahmadinejad¹⁰⁷.

O Brasil e a França comprometeram-se numa diligência inédita de superação das diferenças Norte-sul. Com a parceria estratégica, a França compromete-se a acompanhar o Brasil em sua ambição a tornar-se um ator global na cena internacional, e a assumir os direitos e responsabilidades. Propõem-se, por conseguinte, ajudarem-se nesta perspectiva a partir de importantes transferências de tecnologias, instrumentalizando a formação de um grande país.

Com as decisões tomadas recentemente no campo da defesa, as relações com a França conservarão a sua força enquanto o Brasil utilizar os equipamentos franceses, por volta de trinta de anos. Entretanto, poderemos falar “de parceria estratégica” apenas se as relações bilaterais continuarem a se desenvolver para além do aspecto militar.

Para a França, trabalhar à emergência de um Brasil potente é um meio para favorecer a multipolaridade, organização do sistema internacional defendido pelos dois países. Efetivando-se a parceria estratégica franco-brasileira permite-se assim diminuir a potência dos Estados Unidos em sua esfera de influência tradicional. Além disso, cooperar estreitamente com o Brasil significa para a França ascender mais rápido no mercado da região, beneficiando-se de um lugar onde desenvolver investimentos associa-se a consolidação da democracia. Trata-se por último de um meio para melhorar a situação econômica francesa em

¹⁰⁶ O presidente da França, Nicolas Sarkozy, agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo apoio que o Brasil deu à liberação da francesa Clotilde Reiss, presa no Irã durante dez meses, acusada de espionagem. Ver mais em <http://www.lefigaro.fr/international/2010/10/01/01003-20101001ARTFIG00719-les-paris-diplomatiques-de-lula.php> Acesso em 11 de abril de 2012.

¹⁰⁷ Liberação é presente a Lula. O Mundo. 17 maio 2010. Ver em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2010/05/17/libertacao-e-presente-a-lula-primeira-pagina/print-nota> Acesso em 11 de abril de 2012.

tempos de golpes fortes no emprego e na economia.

Ora, a escala no capítulo cinco reforça as entrelinhas dos capítulos anteriores: questões econômicas prevalecem e mostram que a efetivação de resultados mais palpáveis as pessoas desses países tendem a ser de expressão reduzida, é só lembrar daqueles que vivem na condição de andarilho. Até que pontos aviões, a preocupação com o Irã, a cadeira na ONU não afastam cada vez mais o gestor público das pessoas que fazem as relações internacionais?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese “*Andarilhos: a dimensão humana nas relações franco-brasileiras*” se propôs a analisar como o título anuncia o lugar e o papel das pessoas, dos indivíduos, dos andarilhos no jogo das relações internacionais em que atuam Brasil e França na pós-modernidade. A conclusão de um trabalho é a hora de arrumar as malas e nesse caso seguir viagem, pois a discussão aqui proposta é a conexão entre o coletivo de perspectivas científicas tidas como ferramenta para, através da transdisciplinaridade, fazer de seres invisíveis às políticas pública e externa protagonistas de próximos passos capítulos e de nossas vidas.

O que compete ou não às Ciências Sociais e às Relações Internacionais, uma minha casa, a outra meu destino? Essa pergunta vaga pelas entrelinhas da tese desde o momento do surgimento da questão norteadora, até mesmo por que essas ciências, e este cientista não estão habituados, a reagir a fatos que tomam formas de acontecimento. O texto ganhou vida e os números viraram pessoas. Essa espécie de reticência em tratar a atualidade, o cotidiano, que deveria ser cuidada pelos jornalistas ou cronistas, tem um propósito importante: a distância do olhar científico e a duração da pesquisa sociológica/etnográfica. O tempo sociológico é o das transformações intensas e das mudanças estruturais; e não do acontecimento, que tendemos a ver apenas como espuma superficial das mudanças sociais. No decorrer de todo o trabalho, apesar de avisos orientadores e crises particulares, acabamos também se tornando reféns dos fatos, mas com um detalhe: os mesmos não foram tratados como uma realidade acessória entregue ao tratamento jornalístico, mas como realidades essenciais, na medida em que revelaram fenômenos dissimulados ou ocultos. Os acordos, tratados, discursos presidenciais omitem o que a voz dos que migram emite. A observação e a audição do pesquisador processam textos e subtextos, real e imaginário como partes da experiência humana.

Falar e analisar realidades ainda não consolidadas sempre causou um grande mal-estar às Ciências Sociais, e em especial à Sociologia e à Sociologia das Relações Internacionais. Além disso, não podemos esquecer que um dos desafios enfrentados por essa disciplina em “tempos tão complexos”, como o que estamos vivendo, seria de traçar/desenhar, pelo menos no campo das probabilidades, a cartografia de futuras mudanças sociais no mundo globalizado. De forma racional, com raízes nas estruturas e nos processos estudados, assim o fizemos, ou era a tentativa.

Dessa forma, Sociologia, Antropologia, Relações Internacionais, História, Ciência Política emprestam suas metodologias para numa aplicação cuidadosa desvendar a riqueza que há nos processos migratórios da contemporaneidade. O real não é oposto ao imaginário, realidade interna ou mental que, juntamente com outra, externa ou tangível, combina duas facetas do mundo real, facetas essas que se constroem e se reconstroem em um diálogo contínuo, ajudando desvelar o imaginário que, hoje, entrelaça o Brasil e a França, sem perder de vista seu histórico através dos tempos.

O ponto de partida escolhido para mergulhar no objeto de estudos e tentar dar conta dos objetivos propostos foi num primeiro momento cercar-se de um arcabouço teórico que desse sustentação a leitura do cotidiano. Questões como os desafios inerentes ao processo de integração em que combinar realidades diversas é um esforço precarizador e nada coletivista. As perspectivas teóricas acerca do processo de globalização, as migrações internacionais, o estrangeiro visto como inimigo numa lógica que fragiliza a segurança humana criam uma estrutura fundamental prévia, antes de se entrar em contato direto com os atores centrais do trabalho.

Posso garantir que o desenvolvimento desta pesquisa coincidiu com certa curiosidade científica, acentuada principalmente pelo meu processo de formação como pesquisador. Desde a graduação, o descompasso entre discurso e prática seja no caso Brasil e Argentina, seja na estratégica de redefinição de papel do Brasil no sistema internacional, é presente. Onde estão as pessoas nas relações internacionais? Como casar clandestinidade e a busca frenética por uma nova identidade numa sociedade complexa? Como os Estados podem dar conta de coisas que ocorrem numa velocidade diferente de sua burocracia? Os sonhos cruzam fronteiras e modo de se estabelecer infringe regras.

Se o encontro de um sujeito com um novo mundo se mostrou incapaz de provocar uma verdadeira revolução no seu imaginário a respeito desse mundo, ele se mostrou eficaz em mobilizar esse imaginário e trazê-lo à tona. Na verdade, conforme o trabalho verificou, o imaginário viaja com o sujeito e é através dele que se enxerga e se define a alteridade, enfim, que se vive a experiência do outro. Observou-se, além do mais, que o imaginário é fundamental no processo migratório, porque as formas como um lugar nele é concebido impulsionam ou freiam esse processo. E já que o imaginário acerca do lugar para onde se migra constitui um dos elementos que explicam o processo migratório, a reconstrução desse processo não deixa de ser um meio de acessá-lo.

Uma sucessão de recortes sobrepostos, dessa maneira, refinou o objeto de estudo dessa pesquisa, em que é o imaginário francês sobre o Brasil e o imaginário brasileiro sobre a França, na contemporaneidade ajudou a montar o espectro definidor das relações efetivas sobre esses dois países. Escolheu-se como ponto de partida, dentre os tantos possíveis, o próprio imaginário de franceses e de brasileiros, tangenciados através de entrevistas. Definiram-se grupos de entrevistados: migrantes, turistas, “os que nunca estiveram” e franco-brasileiros. Esses grupos demonstram a centralidade concedida às nacionalidades, o que é um sintoma do anseio de pensar o como somos vistos em diálogo com o como vemos. Além disso, eles demonstram a importância concedida à experiência do outro e à natureza dessa experiência, o que faz sentido quando se considera que ela poderia revolucionar o imaginário. Deu-se, enfim, prioridade, na análise, às experiências dos migrantes que demonstraram um quase vazio de ligação estrutural com o lugar de onde vieram e para onde migraram. O uso dessa história que se constrói através dessa oralidade é método. Assim, o roteiro, os sujeitos e suas vivências nortearam sem enclausuram a proposta de pesquisa acerca de franceses daqui, brasileiros de lá e dali.

A pesquisa desenvolvida identifica os imaginários contemporâneos que interligam o Brasil e a França como sendo um imaginário colonizado e um imaginário colonizador. Isso quer dizer que eles foram forjados no contexto da colonização, em que o Brasil ocupou lugar de colonizado e a França de colonizador, definindo maneiras de olhar a si mesmo (identidade) e maneiras de olhar o outro (alteridade) em sintonia com esses lugares.

A migração internacional do nosso tempo, marcada pelo fluxo em massa de pessoas, que tem como um dos elementos que ajuda a engendrará-la o imaginário, é filha da colonização, é retorno das caravelas. Afinal, a ordem mundial na qual o mundo está imerso e que se encontra na base desse movimento populacional, tem como origem o passado colonial. E a dura realidade que empurra para fora da terra natal e faz enxergar miragens no horizonte é apenas a expressão, ao nível micro, dessa ordem mundial.

Tentar relacionar as transformações das migrações brasileiras para a França e, por conseguinte para a Guiana Francesa e o descompasso de como esses dois países tratam esses processos migratórios, exigiu dialogar com variados campos disciplinares do conhecimento. Além disso, no decorrer da pesquisa fomos obrigados a ampliar o espectro das fontes e construir novas interpretações, o que não era, de imediato, fornecido somente pelos dados de entrevistas e registros e textos.

Esta tese procurou, a partir da análise dos cotidianos de brasileiros e franceses, mesmo que poucos, mas representativos, na Guiana Francesa, e na França compreender a dinâmica de processos tão complexos e sua relação com mudanças globais, tanto em termos econômicos como também sociais, políticos e culturais entrelaçados. Para tanto, analisamos fraturas étnicas da sociedade guianense e francesa e a frágil situação social e cultural dos brasileiros no Departamento Ultramarino Francês, no norte do Brasil e na França. Atingimos o objetivo.

Ficou claro nesse trabalho que a maneira como se opera a integração de brasileiros nesse estrangeiro ocorre de maneira informal, ilegal e subvalorizada. Atraídos pelo desejo do eldorado, muitos não percebem as frágeis relações a que são submetidos, muitas vezes com um grande grau de exploração e submissão. Uma rede de fatores concorre diretamente para que este território ultraperiférico da Europa, seja a Guiana, sejam os *banlieues* parisienses tenha se transformado na última esperança dos excluídos do sistema brasileiro. O euro, o sistema previdenciário, os benefícios sociais, as possibilidades reais de trabalho, o ouro, a ausência do Estado brasileiro são os grandes responsáveis por aventuras dramáticas e situações de desespero vivenciadas por homens e mulheres que perderam suas referências territoriais.

Os dados, as informações e as considerações apresentados ao longo dos capítulos deste trabalho indicam resposta para a questão central desta pesquisa. Afinal onde se apresenta a dimensão humana entre França e Brasil? Os andarilhos estão marginalizados num processo que a imagem não reflete as palavras. É claro que nunca houve tantos “elevadores sociais” e tanta mobilidade em sociedades de países emergentes, a começar pelos BRICs. Existe sim uma tentativa do Estado de criar uma identidade a partir de mecanismos de exclusão, que na verdade são políticas fracassadas porque a força da sociedade e sua dinâmica são bem mais ligeiras do que as do Estado. Tanto França quanto Brasil erram nos pesos e medidas quando se trata de migração e principalmente quando o migrante vai além dos limites do moderno. A pós-modernidade pede que políticas percebam a dimensão humana como central na sua proposição, elaboração e aplicação.

Um dos remédios seria repensar a cidadania como sugere um dos capítulos. O mundo visto a partir da perspectiva da cidadania cosmopolita aparece fecundado por valores e por ações que se distanciam da concepção mercadológica e apontam para um futuro solidário para a humanidade. Neste sentido, a mudança já pode ser sentida nas forças que se articulam nas ruas e nas redes que criam vínculos, somando esforços para uma troca justa, assim como nas

diferentes lutas pela cidadania, incluindo o acesso a cuidados com a saúde, à moradia, o trabalho significativo com salários justos.

O esforço dessas manifestações individuais e coletivas ao contrapor-se à globalização como se apresenta, voltam-se não só para transformar a economia numa atividade que busca assegurar uma vida digna para todos, mas também estabelecer uma nova relação entre Estado/Sociedade Civil/ Mercado, pois na medida em que esta é uma relação social, deve ser socialmente orientada. A lista de empresas convidadas e participantes do Ano da França no Brasil, algumas com ações já consolidadas em território brasileiro, não trabalha na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. O eixo sul-sudeste concentra investimentos e mantém a vida na fronteira longe dos olhos e quando conveniente, viram palavras que não se concretizam em ações que atinjam os fronteiriços. Uma ponte como a da maior fronteira francesa pode afastar ao invés de integrar.

Assim sendo, se no cenário internacional, por um lado, contempla-se uma nova geometria de poder que vêm excluindo grande parte da população mundial de seus êxitos econômicos, por outro, a cidadania cosmopolita procura conquistar espaços públicos de mediação que tornem possível o encontro entre as diversas culturas que buscam construir um mundo melhor. No entanto, trabalhamos com pessoas, indivíduos e por isso os andarilhos não tem necessariamente uma visão cosmopolita por não viverem num cenário efetivamente cosmopolita.

A migração como um deslocamento não apenas entre fronteiras espaciais, mas também entre fronteiras sociais, culturais, em que conflitos e constituição de identidades estão em jogo constantemente. Se por muito tempo o uso do termo cidadania fazia referência a um vínculo único e exclusivo entre o indivíduo e o Estado - uma relação unilateral e de toda a atividade política entre o indivíduo e o Estado - nas circunstâncias atuais leva ao reconhecimento dos fenômenos da supraestatalidade e da infraestatalidade a admissão de uma multilateralidade da ideia de cidadania. Em outros termos, substituir a cidadania unilateral por uma cidadania multilateral. Impõe-se, nas sociedades complexas e plurais de nosso tempo, cujos Estados estão inseridos em um contexto de multiculturalidade e até mesmo de transnacionalidade, a necessidade de revisar a equação cidadão, nação e Estado na pós-modernidade.

Neste sentido, as teses sobre a fragmentação e a negação da cidadania propiciam o cenário das condições da modernidade necessárias para pensar a integração política a partir de uma comunidade de indivíduos livres e iguais que se autodeterminam, não mais compondo

uma nação homogênea etnicamente ou seguindo as mesmas tradições. Somente uma cidadania transnacional pode ser capaz de evitar a desintegração dos atuais Estados multiculturais. Por outro lado, a fim de que os cidadãos participem politicamente, é necessário que eles integrem e influam num fluxo informal de comunicação pública originado a partir de uma cultura política vinculada aos ideais de liberdade e igualdade e não de xenofobias e exclusão. Ao mesmo tempo, os governos devem estar permeáveis à influência de valores e temáticas propostas nas esferas públicas e políticas ainda não encampadas pelo poder, ultrapassando a percepção da cidadania como mera agregação de interesses individuais pré-políticos.

Isso não é ser idealista, é viável desde que se admita um pacto para que se reverta a ótica, as prioridades. A França, a Europa enfrentam um momento de exacerbação política em um cenário de crescimento de ações terroristas. Em 2011, um norueguês explodiu uma bomba no centro de Oslo e atirou contra dezenas de pessoas em um acampamento de verão, justificando seus atos com um discurso xenófobo. Em março, um francês descendente de argelinos matou crianças judias na França. O clima de antagonismo contra imigrantes esquenta com a crise econômica e sua pior consequência: o desemprego. Os muçumanos são vítimas da intolerância e vistos como ilegais e predatórios. No entanto, a grande maioria dos muçumanos na França são franceses legais, não tem problema com a identidade e a cultura francesa harmoniza com sua fé, o islã, e sendo franceses radicados na França, são cidadãos participando totalmente da vida pública francesa. Se para esses há problemas, imagine para os andarilhos. A ilegalidade é dramatizadora e a expulsão é caminho mais fácil para o discurso da extrema direita que alimenta de direita à esquerda em tempos de eleição presidencial numa radicalização criadora do clima propício a violência.

A origem argelina, embora nascido e educado na França, do atacante de Toulouse reforça o discurso conhecido da extrema direita representada pela Frente Nacional da candidata presidencial Marine Le Pen de que a França se abriu demais à imigração. As vésperas dos ataques em Toulouse, até mesmo o Presidente Nicolas Sarkozy surpreendeu com um discurso de críticas a imigrantes. Poucos dias após seu discurso inflamado, uma pesquisa de opinião o colocou pela primeira vez na campanha a frente do adversário mais forte, o socialista François Hollande. Sarkozy e Hollande passaram ao segundo turno das eleições, eliminando Le Pen (candidata do Front National que obteve recorde histórico com quase 18% dos votos) e outros candidatos de menor impacto. Mas e agora, após Toulouse, permanecerá forte o sentimento anti-imigrante que turbinou a direita da França? A vitória de Hollande no

sufrágio de 06 de maio de 2012 é a resposta de um eleitorado que se volta contra Sarkozy.

O cenário que se apresenta deve ter como foco a dimensão humana da política. É importante fazer o máximo para prevenir tais atos, mas é mais importante aprofundar a identificação da população com os valores democráticos e de tolerância para que quando aconteçam atos desta natureza não seja produzida uma extremização da maioria dos cidadãos, pois isto é um jogo de terrorista: ele quer desmoralizar a população e desvincular a população de sua identificação com sua própria sociedade democrática. Então são estas as políticas que são mais importantes, não só prevenir a população, pois a polícia (francesa) existe, erroneamente atuando na Guiana Francesa contra brasileiros. Ela está em cada lugar, a cada momento, mas também se deve buscar aprofundar a identificação de todos com o sistema democrático, com os valores de liberdade, igualdade, de tolerância entre cidadãos, migrantes tradicionais ou andarilhos da pós-modernidade.

A proposta de identificação deveria ter sido levada em consideração quando Lula e Sarkozy se encontraram nove vezes no período proposto desta pesquisa. Aos homens públicos de alta popularidade, líderes de países de vínculos históricos, aviões e submarinos militares viraram tema central, mantendo pessoas na tradicional invisibilidade. Ser andarilho é resposta ao sistema.

O que está dito tem uma razão de ser: a orientação dialético-histórica, por abordar a sociedade como uma totalidade, consegue revelar antagonismos estruturais e contradições intra-sociais. A tese apresenta uma crítica à realidade social em tempos de economia cada vez mais virtualizada. O mercado e a política têm relações fortes, complexas e míopes quando o assunto é o ser humano. A França, uma das sociedades mais sofisticadas da UE no que concerne à proteção social, até quando conseguirá proteger a sua população, os que migram, os das ex-colônias. Este paraíso social não consegue mais propagar “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Os andarilhos fazem onexo das relações internacionais com a sociologia. Estórias, histórias e trajetórias pessoais apontam a falta de elo entre as políticas públicas e as políticas externas. Ou seja, não é o pesquisador e seu olhar que se afastam das Relações Internacionais.

Em discurso que fala e não diz, num mundo de paisagens, memórias, ilusão e sucesso sem logro e logradouro, a certeza enganosa faz do andarilho protagonista do mundo França-Brasil aqui visitado. Boa viagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio. A COP15: **apontamentos de campo**. (2010) Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100011&script=sci_arttext. Acesso em 01 de abril de 2012.

ACNUR – **Nações Unidas no Brasil**. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. http://www.onu-brasil.org.br/agencias_acnur.php. (Acesso em 15 de novembro de 2010).

AGIER, Michel. **Refugiados diante da nova ordem mundial**. Tempo Social: Revista de sociologia. v. 18. n. 2. São Paulo: USP, 2006.

AGUILERA, Fernando. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALVAREZ, Vera Cíntia. **Diversidade cultural e livre comércio: antagonismo ou oportunidade?** Brasília: CAE, 2006.

ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ANNAN, Kofi. **A Perspective on Human Security**, Lysoen, Noruega, 20 de maio de 1999. Disponível em: www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001345/134554e.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2010.

_____. **Secretary-General Salutes International Workshop on Human Security in Mongolia**. Two-Day Session in Ulaanbaatar, May 8-10, 2000. Disponível em <<http://www.un.org/News/Press/docs/2000/20000508.sgsm7382.doc.html> Acesso em (Acesso em 15 de novembro de 2010).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

*APPADURAI, Arjun. **Après le colonialisme**. Paris, Payot, 2001.*

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARON, R. **Os últimos anos do século**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades.** Belém: NAEA/UFPA, 2002.

ATA final da Reunião de cooperação transfronteiriça realizada entre Brasil e França, realizada nos governos Cardoso e Chirac em 2002. Disponível em <http://wwwt.netflash.com.br/alliance/Apoio/diplomacia28-fronteiramacapabr.htm>. Acesso em 28 de março de 2012.

AVRITZER, L. **Em busca de um padrão de cidadania mundial.** *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n. 55-56, p.29-56, 2002.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios** – ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. e SMOUTS, MC. *Le retournement du monde: sociologie de la scène internationale.* 3 ed., Paris: Presses de Sciences Po : Dalloz, 1999.

_____. **Um mundo sem soberania.** Lisboa, Instituto Piaget, 2000.

_____. **L'Impuissance de la puissance.** Paris: Fayard, 2004.

_____. **O diplomata e o intruso.** Salvador: EDUFBA, 2009.

BALIBAR, E. **Droit de cité. Culture et politique en démocratie.** Paris, Éditions de l'Aube, 1998.

BAUBÖCK, R. “The crossing and Blurring of Boundaries in International Migration, Challenges for Social and Political Theory”, in BAUBÖCK, R. e RUNDELL, J. (orgs.), **Blurred Boundaries: Migration, Ethnicity, Citizenship,** Ashgate: Aldershot, 2004.

BAUMAN, Zygmund. **Vidas desperdiçadas:** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Vida Líquida.** São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms.** Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2003.

BEM, Arim Soares do. **A Dialética do Turismo Sexual**. Campinas: Papirus, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BHABHA, Homi K. **Local da Cultura**. B.H.: UFMG, 1998.

BILAC, Elisabete Dória. Gênero, Família e Migrações Internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

_____. Introdução. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: USP, 2000.

BRASIL é a sexta maior economia do mundo. **O GLOBO**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033#ixzz1sLD2E9uG> Acesso em 06 de abril de 2012.

BRITO, Fausto. **Os Povos em Movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo**. PATARRA, Neide Lopes (Coord.). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. p.53-66.

BUZAN, 1998 WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Reinner Publishers, 1998.

CADERNO DE CAMPO. Projeto de pesquisa intitulado: “**Andarilhos: migrantes da pós-modernidade – um estudo acerca das ações, práticas e discursos nas relações internacionais**”, realizado em Brasília, Boa Vista, Macapá, Oiapoque, Caiena e Paris tendo como orientadora a professora Ana Flávia Granja e Barros, junto a UnB/ UFRR, Boa Vista, 2011.

CALMONT, Régine. Départementalisation et migrations de frontières: Le cas de la Guyane. In: BURAC, Maurice (Org.). **Guadeloupe, Martinique et Guyane dans le monde américain**. Paris: Karthala, 2002. p. 187-193.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CANEJO, Mônica; PAIVA, Maurício. **Fronteira das Ilusões**. Revista Terra, Editora Peixes, 2005.

CARELLI, Mário. **Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre a França e o Brasil**. Prefácio de Gilbert Durand. Tradução de Nícia Adan Bonatti. Rio de Janeiro: Papyrus, 1994.

CARVALHO FRANÇA, Jean Marcel. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial**. São Paulo: José Olympio, 2008.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, Robert. **A nova questão social**. In: **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

_____. **A Galáxia da Internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **La Era de la Migracion. Movimentos internacionais de poblacion en el mundo moderno**. Mexico: Miguel Angel Pourra Editor, 2004.

CASTRO, Edna. Fronteiras e territorialidades: atores locais e conexões transnacionais. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA; UNESP, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COHEN, R. **Global Diasporas: An Introduction**. London: UCL Press, 1999.

CORTINA, A. **Ciudadanos del mundo: hacia una teoria de la ciudadanía**. Madrid: Alianza, 1999.

CREPEAU, François. L'immigration mondialisée: une grande demande de bien commun. In: DELAS, Olivier, DEBLOCK, Christian. **Le bien commun préponse politique à la mondialisation**. Bruxeles: Bruylant, 2003.

CRUZ, Valdo. Dilma deixa compra de caças da FAB para 2012. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 20 de janeiro de 2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/863233-dilma-deixa-compra-de-cacas-da-fab-para-2012.shtml>. Acesso em 12 de abril de 2012.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

DAMATTA, Roberto. **Tocquevilleanas: notícias da América; crônicas e observações sobre os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. 435p.

Declaração Ministerial da Conferencia da Organização Mundial do Comercio em Hong Kong, dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2006-0123&language=PT> Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

DISCURSO DO PRESIDENTE LULA NA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU (2003) Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI147302-EI306,00.html>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: [MARTIN CLARET](#), 2001.

ELIAS, Norbert e SCOTSON John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ENTREVISTA coletiva concedida pelos presidentes Lula e Sarkozy. Brasília, Brasil. 07 de setembro de 2009. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2009/07-09-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-franca-nicolas-sarkozy/view?searchterm=parceria%20estrat%C3%A9gica> Acesso em 11 de abril de 2012.

FAB prefere caça sueco a francês. **Folha de S.Paulo**. São Paulo. 05 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u674679.shtml> Acesso em 12 de abril de 2012.

FAZITO, Dimitri. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários**. Belo Horizonte, tese de doutorado, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gérias, 2005.

FEATHERSTONE, Mike (Org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**: Petrópolis, Vozes, 1999.

FERNANDES, Daniela. **Sarkozy promete manter posição da França na OMC**. BBC. Paris. 28 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070228_sarkozi_omcrg.shtml Acesso em 12 abril de 2012.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FIBBI, Rosita; MEYER, Jean-Baptiste. **Le lien plus que l'essence Autrepart**. Número temático Diásporas, développements et mondialisations, 2002.

FISHER, Roger; URY, William. **Como chegar a um sim: a negociação de acordos sem concessões**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FORRESTER, Vivianne. **O horror econômico**. São Paulo: Ed.Unesp, 1997.

GAFFAREL, Paul. **Histoire du Brésil Français au XVI^{ème} siècle**. Paris: Garamond, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, F. dos Santos. « Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira », in **Nas Terras do Cabo Norte. Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – séculos XVIII-XIX**. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará, 1999.

GRANGER, Stéphane. **Guiana: da rivalidade à cooperação**. La Roche Gravée, Caiena, n. 3, 2009.

GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade, in: Espaço & Debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, ano V, n° 16, São Paulo, 1985.

GUIMARAES, Cao. **Andarilho**. Rio de Janeiro: Produção e Direção de Cao Guimarães. 2007.

HABERMAS, J. O **Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 43, p.87-102, nov. 1995.

_____. The European nation-state- its achievements and its limits: on the past and future of sovereignty and citizenship. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Mapping the nation**. London: Verso, 1996.

_____. **La constelación posnacional: ensayos políticos**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, Stuart. Cultural identity and Diaspora. In Rutherford, J. (org.). **Identity**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª edição. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

_____. **Democracy and global order: from the modern state to cosmopolitan governance**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

HELD, D. *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Cambridge: Polity Press, 1995.

_____. **Democracia e Globalização**. Novos Rumos, São Paulo, n.º 23, p.5-8, 1997.

_____.; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

IPEA. **Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro**. Organizador: JOSÉ CELSO CARDOSO JR., 2010. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_DesafiosdoDesenvolvimento09.pdf Acesso em 02 de novembro de 2010.

IRÃ assina acordo com Brasil e Turquia. **BBC**, 17 de maio de 2010. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu.shtml Acesso em 03 de abril de 2012.

KARON, Tony. **India's Security Council Seat: Don't Hold Your Breath**. **New York Times**. Nova Iorque. 10 de novembro de 2010. Disponível em
<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2030504,00.html> Acesso em 02 de janeiro de 2011.

KAUL, I.; GRUNBERG, I. & STERN, M. (orgs.). **Global public goods**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KAWAMURA, Lili. **Para onde vão os brasileiros**. Campinas: Unicamp, 2003.

KEOHANE e NYE, KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York: Harper Collins, 2001.

KEOHANE, Robert. **International Institutions and State Power**. Boulder, Co.: Westview Press, 1989.

KLEIN, Herbet. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris.(Org.).**Fazer a América: a imigração para a América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1999. p.13-31.

KOERNER, A. Ordem política e sujeito de direito no debate dos direitos humanos. **Lua Nova: revista de cultura e política**. São Paulo, n. 57, p.87-111, 2002.

KRASNER, Stephen D. **Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism**. Berkeley: University of California Press, 1991.

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: SERVIÇO PASTORAL

dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global**. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

LAPLANTINE, François. Imaginaires Français du Brésil et Imaginaires Brésiliens de La France: la tension métisse du léger quiproquo et du petit malentendu. In : MARTIN, Jean-Baptiste (Org.). **Usages Sociaux de la Mémoire et de l'Imaginaire au Brésil et en France**. Lyon : PUL, 2001. p.243-257.

Le Brésil en négociations pour acheter 36 avions Rafale. **Le Monde**. Paris. 08 de setembro de 2009. Disponível em http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2009/09/07/le-bresil-en-negociations-pour-acheter-36-avions-rafale_1237180_3222.html e <http://www.liberation.fr/monde/0101589343-le-bresil-va-negocier-l-achat-de-36-avions-rafale> Acesso em 12 de abril de 2012.

Libertação é presente a Lula. **O Mundo**. 17 maio 2010. Ver em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2010/05/17/libertacao-e-presente-a-lula-primeira-pagina/print-nota> Acesso em 11 de abril de 2012.

Lula e Sarkozy assinam acordos comerciais e militares no Rio. **Folha de S.Paulo**. São Paulo. 23 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u482625.shtml> Acesso em 25 de março de 2012.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1985.

MACUR, Juliet. Rio Wins 2016 Olympics in a First for South America. **New York Times**. Nova Iorque. 02 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/10/03/sports/03olympics.html?pagewanted=all> Acesso em 03 de fevereiro de 2012.

MAFFESOLI, Michel. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: **Para navegar no século XXI**. 2ª edição. Porto alegre: Sulina/ Edipucrs, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAM-LAM-FOUCK, Serge. **Historie générale de la Guyane Française: lês grands problèmes guyanais; permanense et évolution**. Cayenne: Íbis Rouge; presses Universitaires Créole/GEREC, 1996.

MARGOLIS, Maxine. Brasileiros no estrangeiro: a etnicidade, a auto-identidade e o "outro". **Rev. Antropol.** v.51 n. São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S003477012008000100011&script=sci_artext Acesso em 12 de abril de 2012.

MARINUCCI, Roberto. **BREVE PANORAMA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE 1980 E 2005**. Disponível em: http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_migracoes_contemporaneas_de_1980_a_05.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século XXI. In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global**. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

MARTINS, 2009. **A UNIÃO EUROPEIA, O MERCOSUL E A OMC**. Disponível em http://www.ieei.pt/files/UE_Mercosul_Novo.Martins.UE_Mercosul_OMC.pdf Acesso em 11 de abril de 2012.

MARX, Karl. **Contribuições à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MASSEY, Douglas. Migration, ethnic mobilization and globalization: causes of migration. In GUIBERNAU, Montserrat e REX, John (eds). **The ethnicity reader: nationalism, multiculturalism and migration**. U K: Polity Press, 2009. pp. 257-269.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Brasil fora de si: experiência de brasileiros em Nova York**. São Paulo: Parábola, 2004.

MEIRA, Sílvio. **Fronteiras sangrentas: Heróis do Amapá**. Belém, 1977.

MERLE, Marcel. **La Politique Étrangère**. Paris: Presses Universitaire de France, 1996.

MILANESE, Daniela. 'Adoro este cara', diz Obama sobre Lula. **O ESTADO DE SP**. São Paulo. 2009. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,adoro-este-cara-diz-obama-sobre-lula,348884,0.htm>. Acesso em 02 de abril de 2012.

MILANI, Carlos and KERAGHEL, Chloé. **The International Agenda for Sustainable Development: International Contestatory Movements**. In S. Thoyer and B. Martimort-Asso (eds.), *Participation for Sustainability in Trade*, London: Ashgate Publishers, 2006.

MOLLO, m. de Lourdes Rollemberg. Globalização da Economia: exclusão social e instabilidade monetário-financeira. In: **Política Comparada**. maio-agosto, Ano I, vol. I, n. 02, Brasília, 1997.

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos. **Amapá de capitania a território**. Macapá: UNIFAP, 2001.

MOREIRA, Assis e ZANATTA, Mauro. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo. 2009. Disponível em <http://www.valor.com.br/financas/2610156/> **França confirma plano para regular mercado agrícola**. Acesso em 02 de abril de 2012.

NEF, Jorge. Seguridad Humana y Vulnerabilidade mutual. IN: ARAVENA, Francisco Rojas; GOUCHA, Moufida (eds.). **Seguridad Humana, Prevención de Conflictos y Paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile, FLACSO-Chile/UNESCO, 2002, pp. 29-62.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 2001.

NYE, Joseph, **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Columbia: PublicAffairs, 2004.

O'DONELL, Guillermo. **Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana**. Tradução: Otacílio Nunes. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 36, p. 123-145, 1993.

OHMAE, K. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____. **O mundo sem fronteiras: poder e estratégia em uma economia global**. Tradução de Maria Cláudia O. Santos. São Paulo: Makron; McGraw-Hill, 1991.

ONU. **Relatório do Milênio do Secretário geral da ONU (2010)**. Disponível em <http://www.un.org/millennium/sg/report/full.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2010.

ORTIZ, Renato. Cultura, modernidade e identidade. In.: SCARLATO, Francisco Capuano et al. (Org.). **O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino americano**. 2^a ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994.

OUALALOU, Lamia. Les paris diplomatiques de Lula. **Le Figaro**. Paris. 01 de outubro de 2010. Disponível em <http://www.lefigaro.fr/international/2010/10/01/01003-20101001ARTFIG00719-les-paris-diplomatiques-de-lula.php> Acesso em 11 de abril de 2012.

PARANAGUA, Paolo. Course aux armements en Amérique latine? **Le Monde**. Paris. 14 de setembro de 2009. Disponível em <http://www.latinreporters.com/amlatpol14092009.html> Acesso em 10 de abril de 2012.

PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA FRANCESA. **Plano de ação**. Rio de Janeiro. 23 de dezembro de 2008. Disponível em http://www2.mre.gov.br/dai/b_fran_193.htm Acesso em 28 de março de 2012.

PARRA, J. F. Acercamiento al derecho de la migración y La ciudadanía transnacional. América Latina Hoy: **revista de ciências sociais**, Salamanca, v. 33, p.71-100, abr. 2003.

PARREIRA, Marcelo. Dilma vai reiterar nos EUA pedido de reforma na ONU, afirma porta-voz. **O Globo**. Rio de Janeiro. 05 de abril de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/dilma-vai-reiterar-nos-eua-pedido-de-reforma-em-conselho-da-onu.html> Acesso em 12 de abril de 2012.

PARREIRAS, Mateus. Movimento pró-imigrantes picha Lisboa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 de novembro de 2010. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2011201007.htm>. Acesso em 13 de abril de 2012.

PARSONS, Talcott. **El Sistema Social**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

PATARRA, Neide Lopes. **Frontier and migration in Mercosul: meaning, specificities and implications**. XXIV General Population Conference, Salvador, Brasil, IUSSP, 2011.

_____. **Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul/set. 2005.

PERRONE, Luigi. **Da straniero a clandestino. Lo straniero nel pensiero sociologico occidentale**. Napoli: Liguori, 2005.

PISCITELLI, Adriana. **Exotismo e Autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo.** *Cadernos Pagu*, Campinas, n.19, p.195-231, 2005.

_____. **Corporalidade em Confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.22, n.64, p.17-32, Jun. 2007.

PITTMAN, D. **Mentiras privadas: a infidelidade e a traição da intimidade.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1994.

Plano de ação estratégica de cooperação científica e tecnológica. Brasília. 07 de setembro de 2009. Disponível em: Ver mais em <http://www.ambafrance-br.org/Cooperacao-Cientifica-e> Acesso em 27 de março de 2012.

PONTES, Luciana. **Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa.** *Cadernos Pagu*, Campinas, n.23, p.229-256, Jul.-Dez.2004.

RAIOL, Osvaldino. **A Utopia da Terra na Fronteira Amazônica.** Macapá, Ed. O Dia, 1992.

REA, Andrea. Les immigrés et la citoyenneté de l'Union européenne: les effets de clôture Du traité de Maastricht et Le déplacement des discriminations. In: MAGNETTE, Paul; TELÔ, Mario. **Repenser l'Europe.** Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira.** Belém, Secult, 1993.

_____. **Território do Amapá: perfil histórico.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

RIST, Gilbert. **Le Développement, Histoire d'une Croyance Occidentale.** Paris: Presses de Sciences-Po, 1996.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela.** *Estudos Avançados/USP*, São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006.

ROMANI, Carlo. **“Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil”.** 2003. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

RUSSO, Guilherme. Hugo Chávez compra mais armas da Rússia. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 31 de outubro de 2011. Disponível em <http://m.estadao.com.br/noticias/internacional,hugo-chavez-compra-mais-armas-da-russia,793051.htm> Acesso em 12 de abril de 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006.

SAFRAN, Willian. **Diasporas in modern societies: myths of homeland and return**. Diaspora, n. 1, 1991.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o Exílio e Outros Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALES, Tereza. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.

_____. "La Transición Posmoderna: Derecho y Política", in Motta, Cristina (org.), **Ética y Conflictio**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 1995.

_____. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

_____. "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", in Feldman-Bianco, Bela e Capinha, Graça (org.), **Identidades**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

_____. (org.). **Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. São Paulo, HUCITEC. 1993.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **O Imaginário**. São Paulo: Editora Ática; 1996.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

_____. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: USP, 1998.

_____. **O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante**. *Travessia*, v.13, N. Esp., p.7-32, jan. 2000.

SCHNAPPER, Dominique. De l'état nation au monde transnational; Du sens et de l'utilité du concept de diaspora. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, n. 17, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Jose Maria. A Cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá - Guiana Francesa. **História Revista, Goiânia**, n. 10, v. 2, p. 273-298, jul./dez. 2009.

SIMMONS, A. B. **Explaining Migration: Theory at the crossroads**. Louvain: Université Catholic, 1987.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo, SP: Contexto, 1999.

SOARES, Maria. **O ANO DA FRANÇA NO BRASIL - A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA CULTURAL**. Disponível em <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/oanodafrancanobrasilainportanciadadiplomaciacultural.pdf>
Acesso em 01 de abril de 2012.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG. 2003

STUANI, Renata. **II Cúpula Brasil-União Europeia ressalta cooperação entre CDES e comitê europeu.** 23 de dezembro de 2008. Brasília. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/noticia/8928/ii-cupula-brasil-uniao-europeia-ressalta-cooperacao-entre-cdes-e-comite-europeu.html> Acesso em 25 de fevereiro de 2012.

TARRIUS, Alain. **Les fourmis d'Europe.** Paris, L'Harmattan, 1992.

_____. **Les nouveaux cosmopolitismes: mobilités, identités, territoires.** La tour d'aigues, Editions de l'Aube, 2000.

TILLY, Charles. **Social Movements, 1768-2004.** Boulder, Colorado, EUA: Paradigm Publishers, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes.** Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Crítica da modernidade.** Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

UBIFRANCE. **Ano Econômico da França no Brasil terá foco nas parcerias comerciais.** 2009. Disponível em: <http://www.ubifrancebrasil.com.br/Downloads/Ano%20da%20França%20no%20Brasil.doc>. Acesso em 01 de abril de 2012.

URIARTE, O. E. & ALVAREZ, O. H. Apuntes sobre los cuestionamientos al concepto de subordinación. **Revista de Direito do Trabalho**, 27 (103), jul.- set., 2001.

VAZ, Viviane. Tensão entre Colômbia e Venezuela desperta o temor de uma corrida armamentista na região. **Correio Braziliense.** Brasília. 15 de novembro de 2009. Disponível em http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2009/11/15/interna_mundo,154784/tensao-entre-colombia-e-venezuela-desperta-o-temor-de-uma-corrida-armamentista-na-regiao.shtml.

VIDAL, Luz Boelitz. O modelo e a marca, ou estilo dos “misturados: Cosmologia, História e Estética entre os povos do Uaçá. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999.

VIEIRA, L. Cidadania global e estado nacional. Dados: **revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p.395-420, 1999.

_____. Cidadania global e estado nacional. Dados: **revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p.395-420, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Argonautas da Cidadania – a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLA, Rafael Duarte. Formas de Influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, junho, n. 12. Curitiba: UFPR, 1999. p. 21-33.

Visita ao Brasil do Presidente da França, Nicolas Sarkozy. Brasília. 6 e 7 de setembro de 2009. **Comunicado conjunto**. Disponível em <http://www.afp.fr/2009/07/07/ult34u223919.jhtm> Acesso em 31 de março de 2012.

WASSERMAN, Claudia. **Petróleo e Processo bolivariano**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2006.

WEBER, M. Relações Comunitárias Étnicas. In: _____. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

WENDT, Alexander. **Constructing International Politics**. International Security, Vol. 20, Nº 1, 1995.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WORLD ECONOMIC AND SOCIAL SURVEY (ONU, 2009). Disponível em: http://www.un.org/esa/policy/wess/wess2010files/overview_en.pdf. (Acesso em 15 de novembro de 2010).

WORLD ECONOMIC AND SOCIAL SURVEY (ONU, 2011). Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_current/2011wess.pdf. (Acesso em 16 de abril de 2012).

ANEXOS

ANEXO I

DISCURSOS

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no **XXXIII Fórum Econômico Mundial**. 26 de janeiro de 2003. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/26-01-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-xxxiii-forum-economico-mundial/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de trabalho oferecido pelo Presidente da França. 01 de junho de 2003. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/01-06-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-de-trabalho-oferecido-pelo-presidente-da-franca/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Foro Franco-Brasileiro da Sociedade Civil. 13 de julho de 2005. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/13-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-foro-franco-brasileiro-da-sociedade-civil/view> Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo prefeito de Paris, Bertrand Delanoë. 13 de julho de 2005. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/13-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-recepcao-oferecida-pelo-prefeito-de-paris-bertrand-delanoe/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço com empresários franceses e brasileiros. 13 de julho de 2005. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/13-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-almoco-com-empresarios-franceses-e-brasileiros/view> Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo

Presidente da República Francesa, Jacques Chirac. 14 de julho de 2005. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/14-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-recepcao-oferecida-pelo-presidente-da-republica-francesa-jacques-chirac/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de Estado à França, por ocasião da Data Nacional Francesa. 15 de julho de 2005. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/15-07-2005-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-de-estado-a-franca-por-ocasio-da-data-nacional-francesa/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração dos 50 anos da Alstom no Brasil. 19 de julho de 2005. São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/2o-semester/19-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-comemoracao-dos-50-anos-da-alstom-no-brasil/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com lideranças locais. 12 de fevereiro de 2008. Saint George d'Oyapocke, Guiana Francesa. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/1o-semester/12-02-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encontro-com-liderancas-locais/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palais de l'Elysée, após encontro com o presidente Sarkozy. 01 de abril de 2009. Paris, França. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/1o-semester/01-04-2009-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-palais-de-lelysee-apos-encontro-com-o-presidente-sarkozy/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar. 16 de novembro de 2009. Copenhague, Dinamarca. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/16-11-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-abertura-da-cupula-mundial-sobre-seguranca-alimentar/view>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz UNESCO, 07 de julho de 2009. Genebra, Suíça. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001878/187843por.pdf>. Acesso

em 12 de abril de 2012.

Discurso de presidente de França, [Nicolas Sarkozy](#), Rencontre avec les hommes d'affaires français et brésiliens, 2e Sommet d'affaires Union européenne-Brésil (22/12/2008). Encontro com empresários brasileiros e franceses na II Cúpula Brasil – UE. 22 de dezembro de 2008. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.veronis.fr/discours/transcript/2008-12-22-2/Sarkozy> Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso de presidente de França, [Nicolas Sarkozy](#), Allocution à la réception de la communauté française . Discurso na recepção da Comunidade Francesa no Brasil. 22 de dezembro de 2008. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <http://www.veronis.fr/discours/transcript/2008-12-22-1/Sarkozy>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do presidente da França, [Nicolas Sarkozy](#), Communauté française du Brésil. Discurso a Comunidade Francesa no Brasil. 07 de setembro de 2009. Brasília DF, Brasil. Disponível em: <http://www.veronis.fr/discours/transcript/2009-09-07/Sarkozy>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Discurso do presidente da França, Nicolas Sarkozy. Cúpula dos chefes de Estados Amazônicos e França sobre mudanças climáticas. 26 de novembro de 2009. Manaus, Brasil. Disponível em: <http://www.elysee.fr/president/les-actualites/deplacements/etranger/deplacement-en-republique-federative-du-bresil.1410.html?search=Sommet+des+chefs+d%27Etat+amazoniens+sur+le+changement+climatic&xtmc=Sommet+des+chefs+d+Etat+amazoniens+sur+le+changement+climatic&xcr=1> Acesso em 12 de abril de 2012

ANEXO II

Roteiros de Entrevista

As perguntas servem de guia numa conversa que busca de modo sistematizado, apoiando-se na liberdade e ritmos da conversa, extrair informações sobre a experiência de ser andarilho, migrante, turista, estudante.

1. Para começar, fale da história da sua vida, até o momento em que o Brasil/ a França começou a fazer parte dela.
2. O que era o Brasil/ a França para você, antes da migração? Qual a imagem que você tinha antes de conhecer?
3. Qual o motivo da sua mudança para o Brasil/ a França?
4. Como transcorreu a mudança para o Brasil/ a França?
5. Quais as suas primeiras impressões do Brasil/ da França, ao chegar no país?
6. Você poderia me contar a história do tempo passado no Brasil/ na França?
7. Para os migrantes temporários que já tinham retornado à terra natal: E quando você voltou para a França/ o Brasil? O que significou voltar para a França, depois do tempo vivido no Brasil/ na França?
8. Para os permanentes: Você viaja para a França/ o Brasil de tempos em tempos? Em caso afirmativo, você poderia me contar a história dessas viagens? O que significa reencontrar a terra natal?
9. O que é o Brasil/ a França para você hoje?
10. Para os temporários que já tinham retornado à terra natal: Você ainda mantém relações com o Brasil/ a França? Em caso afirmativo, quais?
11. Para os permanentes: Você planeja voltar a viver na França/ no Brasil? Em caso afirmativo, quando e por quê? Em caso negativo, por quê?
12. Você conheceu/ conhece outros franceses/ brasileiros que viviam/ vivem no Brasil/ na França? Em caso afirmativo, quem são essas pessoas?
13. O que você acha que os franceses e os brasileiros, em geral, pensam sobre o Brasil e a França?
14. Quando você dizia/ diz que era/ é migrante francês/ brasileiro, qual a reação das pessoas?

15. Você se lembra do Ano do Brasil na França?

16. Quer me contar mais alguma coisa, algo que não conversamos?

ANEXO III

Entrevistas concedida a Linoberg Barbosa de Almeida pelos abaixo citados em local e data também abaixo citadas.

NOME	LOCAL	DATA
GERSON	OIAPOQUE	8. fev.2011
RONALDO	CAIENA	14.fev.2011
CARLOS CARVALHO	CONSUL- GUIANA	15.fev.2011
RAIMUNDO ROCHA	PREFEITO- OIAPOQUE	9.fev.2011
COMANDANTE GAMA	OIAPOQUE	9.fev.2011
CARLOS GILMAR	OIAPOQUE	7.fev.2011
SEU GOMES	CAIENA	15.fev.2011
DONA CELESTE	CAIENA	15.fev.2011
SEU GERVÁSIO	CAIENA	13.fev.2011
AMAPAENSE	CAIENA	15.fev.2011
ANA BELTRAME	CONSULESA - CAIENA	12.fev.2011
RS	CAIENA	16.fev.2011
RAIMUNDO	OIAPOQUE	9.fev.2011
RAQUEL	CAIENA	13.fev.2011
SEVERINO	CAIENA	15.fev.2011
HERVÉ	GOIANIA	03. mar. 2012
PATRICE	RIO DE JANEIRO	6.mar.2012
JEAN	RIO DE JANEIRO	2.mar.2011

MARIE	BELO HORIZONTE	7.mar.2012
JACQUES	RIO DE JANEIRO	6.mar.2011
GUSTAVE	BELO HORIZONTE	6.mar.2012
GERARD	BELO HORIZONTE	6.mar.2012
ADRIANA	FRANÇA	5.jul.2010
HUMBERTO	FRANÇA	6.jul.2010
ENZO	RIO DE JANEIRO	1.mar.2011
GABRIEL	FRANÇA	25.fev.2011
HARRY	FRANÇA	25.fev.2011
CELSON	FRANÇA	21.fev.2011
NORMA	FRANÇA	21.fev.2011
JORDÃO	FRANÇA	12.mar.2010
HERBERT	FRANÇA	15.mar.2010
FERNANDA	FRANÇA	15.mar.2010
NÁDIA	FRANÇA	13.mar.2010
MÁRCIA	FRANÇA	13.mar.2010
MICHELLE	FRANÇA	12.mar.2010
VANUSA	FRANÇA	8.jul.2010
MAURICIO	FRANÇA	17.mar.2010
INÁCIO	FRANÇA	10.jul.2010

Pergunta: Presidente Dilma, o meu nome é Dário Galvão. A minha pergunta é: o governo brasileiro, ele está patrocinando para os jovens virem estudar aqui, e qual é a possibilidade para os jovens que já moram aqui, que são imigrantes legais, que não podem estudar, a possibilidade de o governo brasileiro liberar algumas vagas para jovens imigrantes que moram neste país aqui, que não podem ir para a faculdade?

Presidenta: Olha, eu quero ser muito sincera com você. Nós temos, nós temos 190 milhões de pessoas no Brasil que eu tenho de dar conta delas. Nós não podemos dar conta de tudo imediatamente.

Eu te asseguro que eu gostaria muito que os que imigraram tivessem oportunidades. Agora, a prioridade que eu tenho de encarar é a prioridade dos que estão no Brasil, eu tenho de dar conta deles. As pessoas que moram aqui têm acesso a outras oportunidades que as pessoas que moram no Brasil não têm. Então, eu tenho primeiro de atendê-las.

E eu quero te dizer que, talvez ao longo do meu governo, eu não tenha como atender os imigrantes. Eu tenho como protegê-los, tenho como colocar todo o consulado garantindo condições, melhorando as condições, fazendo conversas com os governos, no sentido de melhorar as condições. Mas eu não tenho como dar para todos os emigrados as mesmas condições que eu tenho de dar no Brasil, não tenho como fazer isso.

Palestra proferida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Harvard Kennedy School of Government. Boston-EUA, 10 de abril de 2012. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/palestra-proferida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-harvard-kennedy-school-of-government-2> Acesso em 18 de abril de 2012.